

Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Patrimônio Participativo

La participación ciudadana en el patrimonio cultural

Dissertante:

Arq. Cláudio Catera

Banca Examinadora

Professora. Dra. Betina Schürmann (FAU/UnB) Presidente

Professor Dr. José Walter Nunes (Necoim/UnB)

Professor Dr. Andrey Rosenthal Schlee (FAU/UnB)

Brasília, 30 de março de 2006

Dedicatória

Para Betina Schürmann, minha orientadora, por ter sabido me guiar nas horas mais difíceis
Para Jorge Togneri e Mário Teruggi, *in mermoriam*, por ter iluminado a senda que percorro
Para meus sobrinhos Sofia, Francisco e Mercedes, por disenharem sempre um sorriso
Para o platense Café Marhó, com as suas personagens, retratos da vida cotidiana
Para as pessoas que amo, embora alguns deles não estejam hoje ao meu lado
Para o Brasil, e a sua Universidade, por ter me acolhido tão amavelmente
Para minha mulher, por todo seu amor
Para minha mãe, tudo

AGRADECIMENTOS

Em um longo e interminável listado de Instituições e pessoas que devo agradecer, não simplesmente por fazer que este trabalho seja possível senão também pelas maravilhosas experiências que temos compartilhado juntos, gostaria de expressar minha gratidão à Universidade de Brasília (UnB) e em particular ao Programa de Pós-graduação por ter acolhido, com a mesma qualidade e aconchego, uma pessoa estrangeira que deseja desenvolver algumas idéias neste trabalho. Em particular, desejo agradecer aos membros que formam a banca examinadora deste trabalho: a Profa. Betina Schürmann (orientadora), o Prof. Andrey Rosenthal Schlee e o Prof. José Walter Nunes.

Ainda no Brasil, desejo agradecer ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e em particular ao arquiteto Marcelo Brito por ter aberto as portas de seu escritório, aportando dados vitais para minha pesquisa e ter me fornecido um gentil atendimento.

Quero destacar também o aporte da arquiteta Sandra Bernardes, quem me fornecera muito mais do que seu livro de Tese para solidificar meu trabalho, ao responder minhas perguntas, esclarecer dúvidas e me mostrar uma parte do Brasil desconhecida por mim.

Ainda em Brasília, quero fornecer meu especial afeto de gratidão ao meus amigos Miguel Tumbarell, Paúl Alonso Oviedo Tejada e Fernanda Salazar por ter aberto as portas das suas casas e me oferecer toda a sua hospitalidade.

Na irmã República do Chile, quero agradecer especialmente a minha querida amiga e colega Marcela Hurtado quem abriu meus olhos para descobrir a sua maravilhosa Valparaíso, o Programa Valparaíso Opina e todo o afeto dos seus moradores.

Dessa cidade chilena, destaco o apoio que me foi fornecido pela equipe da Organização não governamental Corporación Participa, que fosse a encarregada da implementação do programa de participação cidadã estudado, através da sua coordenadora geral Andrea Sanhueza e o coordenador da área, Santiago Sepúlveda.

Na minha terra natal, quero agradecer à Universidade Nacional de La Plata por ter sido um dos seus integrantes e por manter o acesso a uma educação pública e gratuita sem a qual não teria conseguido iniciar meus estudos. Entre as diversas áreas do Governo da Cidade Autônoma de Buenos Aires quero destacar a Direção Geral de Patrimônio (DGPat) pelos valiosos dados e aportes fornecidos pela sua diretora, a arquitecta “Nani” Arias Incollá; a Supervisão Patrimônio Urbano (SPU) a cargo da arquiteta Susana Mesquida, quem esclareceu dúvidas e aportou valiosa informação para este relatório .

Outra Instituição à qual desejo agradecer é o Centro Internacional para a Conservação do Patrimônio (C.I.Co.P) através do seu Presidente, o arquiteto Jorge Bozzano, quem desde meus inícios tem marcado boa parte do caminho percorrido e a sua secretária a Arq. Marina Díaz, sempre pronta para colaborar com um sorriso.

Devo mencionar neste agradecimento ao Colégio de Arquitetos da Província de Buenos Aires, distrito I pois no seu Programa para a Proteção do Patrimônio tenho conseguido aplicar os conhecimentos e experiências aprendidas.

Desejo expresar meu agradecimento à Direção Provincial do Patrimônio Cultural da Província de Buenos Aires, e por su intermédio ao seu Diretor, o Prof. Juan Ganduglia, por ter me fornecido a oportunidade de aplicar meus conhecimentos no âmbito de trabalho. Também desejo destacar o apoio que os meus colegas de trabalho têm me fornecido.

Con tudo, desejo agradecer o aporte que tem realizado para este trabajo a arquiteta Carla Brocatto, com quem sempre temos intercambiado dados, opiniões e material que faz parte deste trabajo. Finalmente, agradeço à arquiteta Mercedes Chezo por ter sido apoio e crítica do meu trabalho, tanto intelectual como materialmente.

A todos eles, muito obrigado

Sumário

LISTADO DE SIGLAS	7
RESUMEN	8
RESUMO	9
ABSTRACT	10
APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	15
PARTE I: A OPINIÃO DOS ESPECIALISTAS	
CAPÍTULO I: O Contrato Social	19
CAPÍTULO II: Democracia delegativa vs. democracia participativa	26
CAPÍTULO III: Evolução do conceito de patrimônio	33
CAPÍTULO IV: Cartas e Recomendações Internacionais	38
PARTE II: PARA QUE QUEREMOS PARTICIPAÇÃO SE JÁ TEMOS DEMOCRACIA?*	
CAPÍTULO V: O que é participação cidadã?	49
CAPITULO VI: Mecanismos da democracia (semi) direta	56
CAPITULO VII: Outros mecanismos participativos	61
CAPITULO VIII: Empoderamento	69
PARTE III: OS ATORES SOCIAIS	
CAPITULO IX: O Estado	78
CAPITULO X. A Sociedade Civil	84
CAPITULO XI: Os Organismos Internacionais	91
CAPITULO XII: Os Organismos Financeiros Internacionais	97
PARTE IV: PROGRAMA “AQUI PATRIMÔNIO” – ARGENTINA	
CAPITULO XIII: O processo de democratização argentino	104
CAPITULO XIV: Buenos Aires, <i>a rainha do prata</i>	113
CAPITULO XV: A cultura e o planejamento urbano portenhos	119
CAPITULO XVI: Aqui patrimônio, uma tarefa com os vizinhos	124
PARTE V: PROGRAMA “URBIS” – BRASIL	
CAPITULO XVII: A Nova República brasileira	132
CAPITULO XVIII: O IPHAN	140
CAPITULO XIX: Experiências prévias	149
CAPITULO XX: Urbis, Programa de reabilitação urbana dos sítios históricos	157

PARTE VI: PROGRAMA “VALPARAISO OPINA” – CHILE	
CAPITULO XXI: A <i>Concertación</i> chilena	165
CAPITULO XXII: Valparaiso, anfiteatro portuário	174
CAPITULO XXIII: Consultoria “Valparaíso Opina”	182
CAPITULO XXIV: A opinião dos cidadãos	188
PARTE VII: REFLEXÕES COMPARATIVAS	
CAPITULO XXV: Resultados dos Programas	196
CAPITULO XXVI: Considerações finais	202
GLOSSÁRIO	207
ANEXOS	210
BIBLIOGRAFIA SELECIONADA	226

LISTADO DE SIGLAS

BHN -	Banco Nacional de Habitação
BID –	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM -	Banco Mundial
CAAP –	Comissão Assessora de Assuntos Patrimoniais
CABA -	Cidade Autônoma de Buenos Aires
CAIXA -	Caixa Econômica Federal
CEB –	Comissão Especial Brasília
CIAM –	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CGP -	Centro de Gestão e Participação
CMN -	Comissão de Monumentos Nacional
CNMSyLH -	Comissão Nacional de Monumentos, Sítios e Lugares Históricos
CPSHO -	Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda
DGCH -	Direção Geral do Casco Histórico
DGPat –	Direção Geral de Patrimônio
DGPInt -	Direção Geral de Planejamento Interpretativo
FMI –	Fundo Monetário Internacional
FNC -	Fundo Nacional da Cultura
GCABA	Governo da Cidade Autônoma de Buenos Aires
GT -	Grupo de Trabalho
IBPC -	Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural
ICOMOS	International Council on Monuments and Sites
IPHAN –	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JEH -	Junta de Estudios Históricos
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
ONG -	Organização não governamental
PP ó OP –	Orçamento Participativo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROCOPAC	Programa para a Conservação do Patrimônio Cultural
PRONAC -	Programa Nacional de Apoio à Cultura
SEMAT -	Secretaria Executiva do Meio Ambiente e Transporte
SPHAN –	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPU –	Supervisão do Patrimônio Urbano
SUBDERE	Secretaria de Desenvolvimento Regional
UnB -	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

RESUMEN

Tras los procesos de democratización en América Latina y la reciente inclusión de mecanismos de participación ciudadana en sus respectivas Constituciones, la gestión participativa y democrática del patrimonio cultural no pareciera formar parte sustancial de las agendas políticas, dejando así un vacío que en la actualidad es completado con programas puntuales asociados a una determinada gestión política.

Para abordar esta problemática se optó por contemplar dos vertientes que nutren los fundamentos de este nuevo modo de gestión para la salvaguarda de los bienes culturales, que hacen intervenir a numerosos actores sociales. Así, los distintos enfoques filosóficos y sociológicos aportan sobre el aspecto político y los documentos como cartas y recomendaciones patrimoniales esclarecen la visión técnica sobre el objeto de estudio.

El objetivo de este trabajo es analizar y describir los mecanismos de participación ciudadana en torno al patrimonio cultural que pretende echar luz sobre la integración de estas dos áreas, hasta el momento poco indagadas conjuntamente. Para ello, se analizan los procesos y características, así como la evolución que ha tenido tanto el concepto de patrimonio como el de la participación ciudadana, en los países de Argentina, Brasil y Chile; comparando objetivos, herramientas, actores y resultados en programas concretos.

Palabras clave: Participación ciudadana, patrimonio cultural, democracia participativa

RESUMO

Após os procesos de democratização na América Latina e também com a recente inclusão de mecanismos de participação cidadã nas suas respectivas Constituições, a gestão participativa e democrática do patrimônio cultural muitas vezes nos parece não formar parte substancial das agendas políticas, deixando assim um vácuo que, hoje em dia é completado com programas pontuais associados a uma determinada gestão política.

Para abordar esta problemática optou-se por contemplar duas vertentes que nutrem os fundamentos deste novo modo de gestão do patrimônio ambiental urbano para a salvaguarda dos bens culturais, que permitem a intervenção de numerosos atores sociais. Assim, os diferentes enfoques filosóficos e psicológicos refletem o aspecto político enquanto os documentos tais como cartas e recomendações patrimoniais esclarecem a visão técnica do objeto de estudo.

O objetivo deste trabalho é analisar e descrever os mecanismos de participação cidadã em torno ao patrimônio cultural. Trata-se de um trabalho comparativo que pretende esclarecer a integração destas áreas, até hoje pouco pesquisadas em forma conjunta, analisa os processos e as características, a evolução do conceito de patrimônio e a participação cidadã, nos países da Argentina, o Brasil e o Chile, através dos objetivos, instrumentos, atores e resultados baseados em programas concretos.

Palavras chave: Participação cidadã, patrimônio cultural, democracia participativa.

ABSTRACT

After the democratization processes in Latin America and the recent inclusion of citizen participation mechanisms in Latin American Constitutions, participatory and democratic management of cultural heritage does not seem to play a fundamental role in policy agendas, thus leaving a gap currently filled by specific programs related to a certain policy management.

In order to deal with this problem, two crucial aspects of this new management involving the action of many social participants were considered, in order to safeguard the cultural assets. Consequently, on the one hand, different philosophical and sociological approaches will enlighten the policy aspect and, on the other, documents such as letters and heritage advice will clarify the technical view on the object of study.

The aim of this paper is to analyze and describe the citizen participation mechanisms in connection with cultural heritage to shed light on the integration of these two areas, which have been scarcely investigated together. To reach this aim, processes and features, as well as the evolution of both the heritage and citizen participation concepts in Argentina, Brazil and Chile are analyzed. Objectives, tools, participants and results are compared among specific programs.

Keywords: citizen participation, cultural heritage, participatory democracy

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho define-se como uma pesquisa básica para ser apresentada num âmbito acadêmico, sendo seu objetivo geral o de produzir conhecimento, teoria e o seu objetivo específico indagar os mecanismos de participação cidadã na gestão do patrimônio cultural. Descarta-se, portanto, uma pesquisa do tipo aplicada pois não pretende-se resolver problemas de tipo prático.

O marco teórico escolhido apresenta duas vertentes as quais são, concomitantemente, diferentes e complementares: uma política e outra técnica. Na primeira, que abrange os dois primeiros capítulos, expõem-se e analisam os antecedentes, enfoques teóricos e a literatura existente em matéria de participação cidadã acudindo para isso, a escritores de diversos âmbitos acadêmicos e posturas políticas contrapostas, como o economista português Souza Santos, quem propõe uma globalização contra-hegemônica; o francês Alain Touraine que aporta um novo olhar sobre a democracia da modernidade; o argentino Néstor García Canclini quem reabre o debate sobre o patrimônio cultural na pós-modernidade e os catalães Joan Font e Jordi Borja especialistas na matéria de participação cidadã da cosmopolita cidade de Barcelona. Na segunda vertente, realiza-se no capítulo 3 uma análise da evolução do conceito de patrimônio, enquanto que no capítulo 4 aborda-se a análise das Cartas internacionais, as Recomendações e os Tratados que tem emitido a UNESCO e o MERCOSUL, em matéria de participação cidadã dentro da gestão do patrimônio cultural.

O caráter da presente pesquisa é absolutamente exploratório, pois embora exista abundante literatura sobre os mecanismos de participação cidadã assim como do patrimônio cultural, não tem se detectado, até o momento de desenvolver esta pesquisa, nenhum marco teórico que integre ambas áreas de maneira geral. Desta forma, desenvolve-se na segunda parte, a definição, os mecanismos, as modalidades e as ferramentas que compõem a participação cidadã, e na terceira parte repassa-se a relação dos diferentes atores sociais em relação ao objeto de estudo.

Embora o seu caráter exploratório, a pesquisa reveste também um caráter descritivo, pois comenta, descreve e analisa os processos, desenvolvidos até hoje em diferentes países, referentes a programas aplicados ao objeto de estudo. Por isso, a expectativa desta pesquisa centra-se na possibilidade de determinar tendências e identificar relações potenciais entre os diferentes atores sociais, ao tempo que espera se oferecer a possibilidade de fazer predições incipientes em torno da temática a estudar.

As hipóteses expostas estão em consonância com o caráter da pesquisa, descartando assim as hipóteses do tipo alternativas, nulas e estatísticas. Portanto, dado que não existem hipóteses do tipo exploratórias, pois não é possível predecir ou afirmar algo que é

desconhecido, se colocam unicamente hipóteses do tipo descritivas entendidas como proposições afirmativas que descrevem o fenômeno a ser investigado. Cabe esclarecer que as hipóteses que aparecem neste trabalho agemm como linhas diretrizes da pesquisa, com a finalidade de poder ser claro e preciso, numa matéria tão incipiente e pouco escrutada.

a) A Argentina, o Brasil e o Chile possuem organismos competentes para a criação, implementação e execução de Programas para a salvaguarda do seu Patrimônio Cultural onde pode ser incluída a participação cidadã.

b) Estes Programas, em referência à participação cidadã, são incipientes e pontuais, entendendo como pontual aquilo que é de difícil aplicação geral.

c) A concertação, a procura de consenso e o empoderamento são mecanismos eficazes que funcionam em todos os níveis de participação cidadã – local, estadual, federal – quando são elaborados programas vinculados ao patrimônio cultural.

d) A informação, a difusão, a educação e a participação da sociedade marcam a evolução do pensamento consagrado nas Recomendações e Cartas patrimoniais emanadas pela UNESCO e os seus órgãos assessores. Estas, porém, tendem historicamente a valorar um pensamento único que pode ser apreciado no listado de bens declarados Patrimônio Universal da Humanidade pela Unesco, em detrimento da diversidade cultural.

Em referência ao desenho da pesquisa, adopta-se aquela do tipo não experimental, pois só persegue-se observar os processos de participação cidadã tal e como eles se dão no contexto em que se desenvolvem, para serem analisados com posterioridade. São desestimados então, os desenhos experimentais, pré-experimentais, os experimentos verdadeiros e os quase-experimentos, próprios das ciências aplicadas e as estatísticas. A eleição deste tipo de desenho, reside na possível generalização dos resultados na hora de serem aplicados para outros grupos ou situações semelhantes.

Ao mesmo tempo, o desenho não experimental da pesquisa é concebido de forma transversal, o que implica que a recolha de dados seja realizada num determinado momento do processo participativo (na fase de execução do programa) para poder descrever e analisar os atores sociais participantes. Visto o carácter netamente exploratório da pesquisa, os casos de estudo escolhidos são do tipo não provável, isto é, que tem sido escolhidos ad hoc como amostras representativas duma totalidade, com o único objetivo de outorgar maior riqueza, profundidade e qualidade de informação e não quantidade nem padronização.

Patrimônio Participativo

Com a finalidade de enriquecer o debate e ao mesmo tempo evitar desvios desnecessárias, se apresentam três casos de estudo em países diferentes, com características gerais semelhantes e processos de participação cidadã a distintas escalas mas com objetivos iguais, o que significa em certa forma, um método comparativo, embora a pesquisa realizada possua só alcances exploratórios e descritivos. Concomitantemente, estabelece-se a opinião de sujeitos expertos na temática, com o objeto de informarem da experiência recolhida e da visão que possuem da participação cidadã na gestão do patrimônio cultural. Ao mesmo tempo, quando possível, é incluída a opinião dos participantes diretos dos programas.

Embora os casos de estudo desenvolvam-se em partes independentes, todas elas têm uma fiação que as abrange. O primeiro capítulo de cada parte compreende uma revisão histórica do país desde seu último retorno à democracia, continuando com uma descrição da cidade e o organismo encarregado de fazer a gestão do patrimônio cultural, para concluir num quarto capítulo com a descrição do Programa, a maioria deles financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os casos de estudo são:

Programa “Aqui Patrimônio, uma tarefa com os vizinhos”, vinculado ao Governo Autônomo da Cidade de Buenos Aires (Argentina). Para isso, foram entrevistadas, na Argentina, a encarregada do Programa Arq. “Nani” Arias Incollá, diretora da Direção Geral do Patrimônio do Governo da Cidade Autônoma de Buenos Aires e representante da Argentina para América Latina do ICOMOS. Também foi entrevistada a Supervisora de Planejamento Urbano, Arq. Susana Mesquida. Entre os atores envolvidos, aparece a opinião da Arq. Carla Brocatto, profissional intervinte no Programa “Aqui Patrimônio” e de alguns vizinhos.

Programa “Urbis” produto do Instituto del Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – Brasil. Nessa oportunidade foi entrevistado o Arq. Marcelo Brito, Coordenador Técnico da Gestão Urbana do Departamento de Proteção do IPHAN e Coordenador Nacional do Programa de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos - Urbis. Embora não for possível entrevistar pessoas e organizações que compõem o Programa Urbis por motivos econômicos, a experiência brasileira foi enriquecida com a opinião da Arq. Sandra Bernardes, mestre da UnB, com viagens às cidades participantes do programa e com todo o material que o IPHAN e a UnB tem publicado desta temática.

Programa “Valparaíso Opina” (Chile) a cargo da Corporación Participa. Para este programa foi contatada a Arq. Marcela Hurtado da Universidade San Miguel, o Sr. Santiago Sepúlveda, coordenador do Programa e a Sra. Andrea Sanhueza, coordenadora geral da Corporación e do Programa. Neste caso foi possível ter acesso à discussão dos distintos atores sociais, enriquecendo o debate.

A última parte consta de dois capítulos, no primeiro são expostos os resultados dos programas, seus logros e riscos assim como as suas futuras ações. Finalmente, o último capítulo manifesta as conclusões, possibilidades e observações do trabalho todo para propôr recomendações, analisar possíveis implicâncias da investigação realizada, cotejar se têm sido cumpridos os objetivos pré-estabelecidos e analisar como estes responderam as perguntas da investigação.

Finalmente, para evitar confusões e esclarecer tanta informação é colocado um glossário onde são definidos termos específicos utilizados nos relatórios e são acompanhados anexos com planos, tabelas, quadros chaves e gráficos que simplificam a leitura dos dados recolhidos durante a execução dos programas.

INTRODUÇÃO

Num mundo “global”, a tendência de padronizar os aspectos da vida representa um fator de risco indudável para o patrimônio cultural. Porém, a globalização que trouxe consigo uma mundialização em ordens como as modas, a cultura das massas e o consumo de alguns dos seus padrões, tem estimulado também a revalorização, a afirmação e até a recuperação por parte dos Estados, dos elementos culturais que os caracterizam e identificam ante o mundo todo. (Ballart. 2001: 167)

Evidentemente, com o novo estilo de vida mundial, a atitude perante as testemunhas históricas do passado também muda. Desta forma, o patrimônio cultural tem, nestos momentos, um papel significativo como elemento básico num processo cambiante, que defende a individualidade dos povos e a procura duma identidade común para todos eles, frente à globalização que tudo padroniza.

Por isso, a gestão do patrimônio cultural resulta vital; dita tarefa deve incluir todos os atores sociais, antigos e novos que representem uma herança común, para pôr em movimento uma linha de ação que explique suas origens, razoe seu presente e ofereça um projeto de futuro gerador de bens e recursos mais equitativos.

É possível encontrar mecanismos que permitam uma maior participação cidadã na tomada de decisões públicas? Podem garantir estes mecanismos processos que dêem lugar a uma participação plural, informada e con um alto componente deliberativo? Encaixam estes processos na lógica da democracia representativa?

Com estas perguntas o catalã Joan Font abre as portas para a discussão sobre os conceitos, experiências e metodologias existentes em torno da participação cidadã e as decisões públicas, porém, estas perguntas nunca têm sido reformuladas em referência ao nosso patrimônio cultural. (Font. 2001: 2)

Na área específica do patrimônio, a participação cidadã que tem aparecido e transformado em diferentes cenários históricos e segundo os diferentes enfoques ideológicos e científicos, dá lugar a valores cambiantes nos processos de identificação, seleção, interpretação, proteção e manejo.

Na atualidade, para os responsáveis políticos da ação cultural, a necessidade de promover a participação pode responder a uma grande diversidade de propósitos e lógicas de intervenção, desde um intento de regeneração da democracia representativa, até a velha aspiração de potenciar uma maior democracia cultural. Por isso, o desenho de uma política de fomento da participação no âmbito da cultura deve considerar a diversidade de lógicas

políticas, sociais, estéticas ou econômicas que incidem nas possíveis estratégias do caminho a seguir. (Ballart. 2001:165)

Nossa região? Historicamente, América Latina tem seguido os passos dos países desenvolvidos. Assim, a ideologia dos governos que se sucederam na Europa e nos Estados Unidos desembarca na América Latina durante a década dos anos 1980. Pouco tempo depois, o retorno da esquerda na Europa e dos democratas nos Estados Unidos tem seu eco nestas terras com a aparição de Lagos no Chile, Cardoso no Brasil, De la Rúa na Argentina, Fox no México e Toledo no Peru.

Acostumadas a oscilar entre a direita neoliberal e a esquerda socialista, as sociedades latinoamericanas sempre têm pagado o preço desta época cíclica de “vacas gordas e vacas magras”. Desta forma, sempre ocupam seu tempo “lamendo as feridas”, isto é, reconstruindo permanentemente aquilo que as cíclicas crises econômicas destroem, num círculo infinito de bonança e desventura, onde nada é permanente.

Por isso, os povos latinoamericanos parecem ter incorporado no seu imaginário coletivo a idéia que toda época de boaventura é o preâmbulo duma época de penúrias. Assim, defino “a síndrome da dependência cíclica” como aquele efeito que tem padecido a América Latina nestas últimas décadas produzido pela estampida da sociedade contra suas instituições no desespero por salvar seus poucos pertencentes individuais, perante o desastre coletivo. Uma estampida induzida, un alude medido que pode ser iniciado de qualquer ponto do planeta, pela problemática mais simples.

Porém, a América Latina encontra-se frente a uma oportunidade única de aliar-se numa mesma ideologia na luta contra as imensas desigualdades que a atingem, em favor dum desenvolvimento equitativo. Embora dentro deste novo grupo de governos de esquerda existam diferenças substanciais: entre os extremos dos populismos mediáticos e os partidos que dizem ser de esquerda mas adotam posturas neoliberais, encontram-se numerosos presidentes que oscilam entre essas duas margens.

Con tudo, o pensamento da esquerda que tem se imposto hoje não renega do capitalismo e fica muito além daquele vinculado ao comunismo da guerra fria. O desafio na América Latina está lançado. A soma de capitalismo mais socialismo será igual a maior capital social ou, pelo contrário, será igual a populismo, vinculado ao personalismo e as promessas irrealizáveis? Ao respeito, muitos intelectuais da América Latina, agrupados no Foro Mundial de Porto Alegre, continuam pensando que as soluções da América Latina passam pela confrontação (e portanto, a vitória) dum projeto social-popular de esquerda sobre outro de caráter neoliberal, de direita.

Patrimônio Participativo

Se fosse aceita esta confrontação a democracia sempre estaria em risco pois implicaria a privatização dos lucros e a socialização das perdas, no caso da direita ou a democracia poderia converter-se num palimpsesto onde todos os atores sociais, de igual valor, escreveriam suas opiniões tornando ilegível a opção democrática, no caso da esquerda. Em definitiva, como argumentam Souza Santos, Habermas e Touraine, trata-se de democratizar o poder, numa sumatória cuja equação seria democracia representativa mais democracia participativa, igual democracia efetiva.

Felizmente, o resto do mundo também está mudando. No mês de outubro de 2005, a UNESCO publicou, com a assinatura de quase todos os seus países membros, a Declaração sobre Diversidade Cultural, cujo Diretor espera obter o mesmo nível que a Declaração dos Direitos Humanos, quer dizer, as normas básicas de convivência que regem o pensamento ocidental.

Desta forma, o presente trabalho propõe estudar políticas de práticas participativas, que permitam uma apropriação coletiva do patrimônio, entendido não como um elemento estático inerente a estas práticas, senão como uma construção social dinâmica de inclusão e cidadania. Para isso, a problemática está orientada a analisar alguns critérios de valoração e seleção desenvolvidos em volta do patrimônio cultural nestes três casos testemunhas, e explicitar novas práticas e modalidades de gestão patrimonial.

Assim, a pesquisa feita pretende esclarecer, entre outras questões, que a confrontação destes projetos é o vírus que provoca aquela síndrome de dependência cíclica antes descrita. Como contrapartida, deve pensar-se que a negociação e o consenso são os novos paradigmas que devem reger as nossas sociedades.

Se o Patrimônio reflete identidade e a aplicação de mecanismos de participação cidadã fazem com que a democracia como sistema seja mais amplo, tolerante e inclusivo, então a gestão democrática do Patrimônio Cultural Latinoamericano pode ser uma das componentes vitais para dar resposta para este interrogante.

PARTE I

A opinião dos especialistas



Afresco de Ambrogio Lorenzetti. Alegoria do Mau Governo. (c. 1337)

Fonte: www.ricardocosta.com

Capítulo I: O Contrato Social

“É convertindo-se em cidadão como o indivíduo acede à civilização”

Rousseau

O mérito da instauração do conceito do Contrato Social (entre o Estado e a Sociedade) costuma se adjudicar exclusivamente a Jean Jacques Rousseau. Porém, antes que o filósofo ginebrino, John Locke e Thomas Hobbes, com suas respectivas obras "Ensaio sobre o governo civil" e "Leviatán" tem prefigurado a doutrina deste conceito.

Segundo Tomas Hobbes, o Estado é a consequência racional de um pacto social sem o qual as sociedades não poderiam subsistir, devido aos impulsos inatos dos homens a seguirem seus desejos e paixões individuais, impedindo assim que “o homem seja raposa do homem”. Esta enajenação voluntária da soberania individual e o seu traspaso para uma de tipo política levam o autor a sugerir um modelo de tipo absolutista, como a única modalidade política capaz de construir a ordem social e se afastar da idéia do caos e da anarquia. (In, García 1994:34)

John Locke também toma como ponto de partida a necessidade que as sociedades modernas devem superar o Estado de natureza, mas a diferença de Hobbes, sustém que o indivíduo é inatamente pacífico. O pacto que Locke propõe nasce do consentimento social que diz do certo controle político e da aceitação por parte deste do limitado da sua autoridade, portanto não resulta estranho que Locke aceite a possibilidade que o povo conserve o direito de reverlar-se perante governos injustos. (In, García. op. cit.:36)

Pode se dizer então que estes tres pensadores, Hobbes, Locke y Rousseau, postulam que todos os homens nascem iguais, mas que delegam sua potestade no Estado em troca de que éste proteja suas prerrogativas: É a aparição neotérica do Estado de Direito, que provocara uma enorme influência na Declaração da Independência dos Estados Unidos e que pouco tempo depois inspirara a Revolução Francesa, vertentes primárias das constituições latino-americanas.

A teoría de Rousseau reside em que a ordem política é a ordem da razão, oposta à ordem natural dominada pelos desejos ilimitados de cada um, ou à ordem social dominada pela desigualdade e a corrupção. A modernidade consiste em fazer triunfar à razão, isto é, a ordem sobre o caos, a violência e o egoísmo. (Rousseau. 1975). No seu livro O Contrato Social, escrito no ano 1762, este autor amostra como o fundamento da sociedade reside num pacto por méio do qual os homens têm transferido sua liberdade para uma vontade geral, núcleo e alma do corpo social, pois o sentido último da sociedad é a liberdade, a fraternidade e o bienestar dos indivíduos.

A Tese deste Contrato Social está baseada na importância que Rousseau lhe asina à Sociedade como controle do Estado e do funcionamento democrático desta relação, o que leva o autor a radicar no Poder Legislativo uma das funções principais do Estado, por ser este quem reflete e institucionaliza a vontade e as necessidades cambiantes da sociedade.

Ao respeito, Carol Pateman no seu livro “Participação e Teoria Democrática”, sustém que Rousseau pode ser considerado o teórico por excelência da participação cidadã, pois a compreensão da natureza do sistema político que este descreve como “Contrato Social” é vital para a formulação teórica da democracia participativa.

Toda a teoria política de Rousseau apoia-se na participação individual de cada cidadão no processo político de tomada de decisões, e, em sua teoria, a participação é bem mais do que um complemento protetor de uma série de arranjos institucionais; ela também provoca um efeito psicológico sobre os que participam, assegurando uma inter-relação contínua entre o funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentro delas. (Pateman. 1970:35)

Esta autora salienta, além do mais, que a única política a ser aceita por todos os atores sociais é aquela em que os benefícios e os encargos são igualmente compartilhados, desta forma, o processo de participação cidadã assegura que a igualdade política seja efetiva nas assembleias onde são tomadas as decisões.

Pode-se ler O Contrato social como uma elaboração da idéia de que as leis, e não os homens, devem governar, mas uma formulação ainda melhor do papel da participação é a de que os homens devem ser governados pela lógica da operação da situação política que eles mesmos criaram, e que essa situação constitui-se de tal forma que impossibilita “automaticamente” a existência de governantes individuais. (Pateman. 1970:37)

Porém, Rousseau afirma que certas condições econômicas mínimas são necessárias para que um sistema participativo funcione corretamente. Sua teoria não exige a igualdade absoluta, embora destaque que as diferenças existentes não deveriam conduzir para uma desigualdade política. Fica claro no seu trabalho que, aos assuntos de liberdade e igualdade, acrescenta implicitamente o de equidade.

A relação entre Estado e Sociedade, estabelece Rousseau, é de caráter interdependente, algo que considera necessário para preservar a igualdade e a independência do sistema, dado que a situação participativa é tal que cada cidadão é impotente para realizar qualquer ação sem a ajuda dos outros. Desta forma, estabelecido o sistema participativo, este torna-se auto-sustentável porque as qualidades exigidas de cada cidadão para que o sistema seja bem sucedido são aquelas que o próprio processo de participação desenvolve e estimula, quer dizer, quanto mais o cidadão participa, mais capacitado se torna em fazê-lo. (Pateman op. cit.: 39)

Patrimônio Participativo

É possível, então, ressaltar tres aspectos importantes na obra de Rousseau quando ésta é associada à participação cidadã. No primeiro lugar, existe uma íntima união entre participação e controle, pois a sensação de liberdade do indivíduo, quanto a sua liberdade efetiva, aumentam por sua participação na tomada de decisões porque tal participação lhe outorga um grau real de controle sobre o curso da sua vida e sobre a estrutura do meio em que vive. (Pateman op. cit.: 40)

O segundo aspecto que também sugere que a participação possui uma função importante na teoria de Rousseau é o conceito de integração, pois éste fornece a sensação que cada cidadão isolado pertence a sua comunidade. Com tudo, um ponto importante do paradigma rousseauiano de participação é que o processo participativo está organizado de maneira tal que os indivíduos estão psicologicamente “abertos” aos seus efeitos. Pateman amplia:

Mais importante ainda, é a experiência da participação na própria tomada de decisões, e a complexa totalidade de resultados, a que parece conduzir, tanto para o indivíduo quanto para o sistema político como um todo, que tal experiência integra o indivíduo a sua sociedade e constitui o instrumental para transformá-la numa verdadeira comunidade. (Pateman. 1970:42)

Como resultado da participação na tomada de decisões, surge o terceiro aspecto importante a salientar que é tema educativo, pois o ensino que cada indivíduo recebe no seu acionar participativo lhe permite, ao distinguir entre seus próprios impulsos e desejos, aprender a ser tanto um cidadão público quanto privado.

Neste sentido, tanto Pateman quanto Mill concordam que, em primeiro lugar e acima de tudo, tanto o governo quanto as instituições políticas, cumprem uma função educativa no sentido mais amplo do termo. Poderia se dizer que Mill encara a função educativa da participação quase nos mesmos termos que Rousseau.

...os argumentos que formam a base da democracia participativa, radicam em que a principal função da participação tem caráter educativo, baseada na existência da inter-relação entre as estruturas de autoridade das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos. (Pateman. 1970:42)

Porém, desde os antigos gregos até Rousseau, os defensores da participação da sociedade têm pensado sempre a democracia como uma democracia direta, na qual os cidadãos exercem o direito à participação na tomada de decisões sem nenhum tipo de intermediação ou representação.

É possível considerar então que esta concepção da democracia tem sido pensada para um protótipo determinado de sociedade: pequena, simples, com uma diferenciação mínima de tarefas e com economias domésticas ou apenas industrializadas. Ao contrário, as sociedades actuais, complexas, diferenciadas, de massas, com economias de mercado, com Estado de Benefator têm transformado em impossível a denominada “democracia direta”.

Por isso, perante a impossibilidade da aplicação de “democracia directa” sumada ao processo do surgimento dos Estados Nações ao longo do século XIX, devem a modificação da teoria democrática, tornando-se um assunto capital a busca de outra forma de governo do povo. Assim, o aporte do marxismo é decisivo, devido a que o raciocínio de Rousseau presuppõe a referência de um indivíduo isolado, semelhante aos outros, universal, em tanto que se é observada a nova realidade social-industrial, vê-se que está formada por grupos de interesse, categorias e classes sociais, de modo que a vida política esteja dominada não pela unidade do Estado, senão pela pluralidade de diferentes grupos sociais.

Ao respeito, talvez o ponto mais interessante da teoria de Mill seja uma ampliação da hipótese do efeito educativo da participação que propunha Rousseau, de modo de incluir uma nova área da vida social, desconhecida até então como era a indústria.

... a participação na administração do interesse coletivo pela política local educa o indivíduo para a responsabilidade social, também a participação na administração do interesse coletivo na organização industrial favorece e desenvolve as qualidades que o indivíduo necessita para as atividades públicas. (Pateman. 1970:50)

Resulta conveniente introduzir neste ponto a teoria de Cole, que está localizada no contexto de uma sociedade moderna, industrializada. Este autor tem como início a teoria participativa da democracia de Rousseau, a qual tenta transpôr para um cenário moderno. Cole salienta que a democracia só é verdadeira quando é concebida em termos de função ou propósito.

Para Cole as formas de representação existentes são enganosas por dois motivos. Em primeiro lugar, por ter sido negligenciado o princípio de função, cometeu-se o engano de se pressupor que o indivíduo pode ser representado como um todo e para todos os propósitos, em vez de ser representado em relação a alguma função bem definida. Em segundo lugar, sob as instituições parlamentárias existentes, o eleitor não faz uma escolha real do seu representante nem o controla. (Pateman. 1970:54)

Assim achamos na teoria de Cole uma distinção entre a existência dos arranjos institucionais representativos no nível federal y democracia. Para esse tipo de democracia, o indivíduo deve ser capaz de participar em todas as associações que tratam do assunto. Em outras palavras, é necessária uma sociedade participativa pois o princípio democrático deve ser aplicado não apenas na esfera especial da ação social conhecida como “política”, senão a qualquer e toda outra forma de ação social. Porém, tanto para Cole quanto para Rousseau, não pode existir igualdade de poder político sem uma quantidade substancial de igualdade econômica, em definitiva, reaparece o termo de equidade.

Incorporada a aparição da indústria como elemento modificante, sobre tudo em forma teórica através das releituras por parte de Mill e de Cole, à teoria de Rousseau, não surpreende que a aparição do conceito do Estado Benfeitor seja uma síntese entre o modelo

de Rousseau e a indústria, conceito que vai reger o pensamento ocidental até os inícios da segunda parte do século XX e que implica a supremacia do político sobre o econômico.

Para Sousa Santos (2002:59) as sociedades capitalistas consolidam, a partir da segunda metade do século XX, uma concepção hegemônica da democracia, a concepção da democracia liberal pela qual procuram estabilizar a tensão entre democracia e capitalismo. Esta estabilização, diz o autor, acontece por duas vias: pela prioridade conferida à acumulação de capital em relação à redistribuição social e pela limitação da participação cidadã, tanto individual quanto coletiva, com o objeto de não sobrecarregar o regime democrático com demandas sociais que puderam pôr em perigo a prioridade da acumulação sobre a redistribuição. Posteriormente, tal como o expressa o sociólogo francês Alain Touraine (1995:52) no seu livro *O que é a democracia?*, devido aos velozes avanços tecnológicos ininterruptos após a segunda guerra mundial, parece ter caducado esta concepção onde a intervenção do Estado na vida econômica e social é realizada para reduzir as desigualdades e assegurar uma certa ajuda educativa, médica e econômica.

Em efeito, como salienta Touraine, com a queda do muro de Berlim tem-se a crença que a democracia tem vencido no mundo todo e que hoje ela se impõe como a forma normal de organização política, como o aspecto político duma modernidade cuja forma econômica é a economia de mercado e cuja expressão cultural é a secularização. Porém, o autor sustém que um mercado político aberto, competitivo, não é plenamente identificável com a democracia pois um sistema aberto, político ou econômico, é uma condição necessária, mas não suficiente da democracia. Em outras palavras, não é a democracia e a política no seu sentido mais amplo quem tem sucesso hoje, senão a economia de mercado¹. (Touraine. op. cit.:52)

Obviamente, chega-se para um dos aspectos mais complexos da atualidade que é definir o quê se entende por democracia e como ela se insere na gestão do patrimônio cultural, pois como o afirma Sartori (1990), vivimos numa época de “democracia confusa”, onde regimes de distintos tipos autoproclamam-se democráticos.

Procurando achar esta definição, Touraine diz que já não é possível uma definição pela negativa da democracia. A democracia, sustém, não é unicamente um conjunto de garantias institucionais, uma liberdade negativa senão que é a luta de uns sujeitos, na sua cultura e a sua liberdade, contra a lógica dominadora dos sistemas. Acrescenta, além disso, que a democracia não reduz o ser humano a ser um cidadão senão que o reconhece como um indivíduo livre pertencente a uma coletividade econômica ou cultural. Em outras palavras, a democracia define-se mediante a vontade de combinar o pensamento racional, a liberdade pessoal e a identidade cultural. (Touraine. op.cit.:26)

Por isso, este autor ressalta que a separação da sociedade civil, a sociedade política e o Estado é uma condição central para a formação da democracia, arribando desta forma à conclusão que só há democracia quando o Estado está ao serviço não unicamente do país e da nação, mas dos próprios atores sociais e de sua vontade de liberdade e responsabilidade. (Touraine. op.cit.:52)

Com estes termos, é possível obter um dado fundacional da democracia atual como é o fato de distinguir o Estado da sociedade política e a este da sociedade civil, pois o confronto direto, sem intermediários, do Estado e da Sociedade Civil conduz à vitória de um ou da outra, mas em caso nenhum traz a vitória da democracia. Assim, é possível achar uma definição de democracia, não na separação dos poderes senão pela natureza dos vínculos entre Sociedade Civil, Sociedade Política e Estado.

Finalmente, Touraine salienta que a democracia apoia-se sobre a idéia do conflito social, mas resulta incompatível com a crítica radical da sociedade toda. A democracia não é somente um lugar de negociação entre interesses opostos, um mercado político, é mais do que nada, um espaço público aberto onde se combinam a memória e o projeto de racionalidade instrumental e a herança cultural. (Touraine. op.cit.:249)

Se aplicarmos todos estes conceitos ao Patrimônio Cultural e sabendo que lhe cabe ao Estado a sua salvaguarda, é válido perguntar-se como devem ser estabelecidas as relações entre este, a sociedade civil e a sociedade política. Parece conveniente então voltar às fontes revisando, mais uma vez, a teoria de Rousseau junto com a sua releitura e a atual antítese mundial onde tem sucesso a economia de mercado, pois como afirma Pateman, o fato que a sociedade tenha mudado a sua estrutura, incorporando primeiro a indústria e logo o mercado, não implica necessariamente uma mudança nas hipóteses que regem em termos participativos ao Estado.

Embora Rousseau tenha escrito antes do desenvolvimento das instituições modernas da democracia, e mesmo que sua sociedade ideal seja uma cidad-estado não industrial, é em sua teoria que se podem encontrar as hipóteses básicas a respeito da função da participação de um Estado democrático. (Pateman. 1970:35)

É possível então resgatar, ao tempo que se transpola, aqueles tres aspectos do “Contrato Social” ressaltados no começo deste capítulo, aplicando-os à gestão do patrimônio cultural. No primeiro aspecto, talvez o mais relevante, seja o educativo pois ninguém valorará aquilo que desconhece e, portanto, terá a capacidade para decidir sobre aquelas coisas que têm que ser legadas às próximas gerações. O segundo aspecto é o da integração, que na atualidade va desde a inclusão de todos os atores sociais até a manutenção da memória e a identidade da sociedade. Finalmente, o terceiro aspecto diz a respeito da relação

Patrimônio Participativo

democrática que deve existir ente o Estado e a Sociedade (Civil), discurso que pode ser atualizado com o terceiro componente que incorpora Touraine, a Sociedade Política.

Assim, ao ser o Estado o custódio e promotor do patrimônio cultural, o que lhe é outorgado pela sociedade, deveria cumprir com o paradigma rousseuniano de igualdade, fraternidade e bemestar social (podendo-se acrescentar o conceito de equidade) o que implicaria revisar que tipo de democracia e quais ferramentas deverão ser utilizadas para que esta relação funcione em termos de participação e controle, do jeito que o expressara Rousseau. Este é o assunto do próximo capítulo, onde são analisados os modelos da democracia representativa vs. os modelos da democracia participativa.

Capítulo II: Democracia delegativa vs. participativa

O século XX é um século de intensa disputa em volta da questão democrática: Localizados no início das pós-guerras mundiais e na última década do século XX, os debates focalizam-se em volta da desejabilidade da democracia como forma de governo, as condições estruturais da democracia, e concomitante com a queda do Estado Benfeitor, a discussão sobre o significado estrutural da democracia.

Ao respeito, se bem o primeiro debate sobre a desejabilidade da democracia resulta claramente a favor desta como forma de governo¹, autores como Sousa Santos advertem que esta proposta também pode implicar uma restrição às formas de participação e de soberania em favor de um consenso em volta de um procedimento eleitoral para a formação dos governos. (Santos. 2003: 43)

Em efeito, o debate sobre a democracia da primera metade do século XX está marcado pelo enfrentamento entre as duas concepções do mundo e a sua relação com o processo de modernização do Ocidente. Por um lado, a concepção que Mac Pherson batiza como liberal-democracia e, do outro, uma concepção marxista da democracia que entende a auto-determinação no mundo do trabalho como o centro do processo de exercício da soberania por parte dos cidadãos entendidos como indivíduos-produtores, sendo seus melhores expositores Marx e Weber. Estas duas concepções estão relacionadas para dar resposta a três questões básicas: a relação entre procedimento e forma, o papel da burocracia na vida democrática e a vulnerabilidade da representação nas democracias de grande escala.

Para Sousa Santos (op.cit.:44), existem vários aspectos nos quais a concepção da liberal democracia replica a sua homônima marxista. No primeiro deles, cita o autor, é ver a democracia como forma e não como substância, colocando Kelsen como o primeiro pensador a formular o procedimentalismo, reduzindo através do relativismo moral, o problema da legitimidade ao problema da legalidade.

Aparece com esta forma, a sustentação da democracia representativa ou delegativa, isto é, aquela que se baseia na delegação do poder do povo nos seus representantes e onde é possível distinguir vários modelos, como por exemplo: o modelo competitivo elitista, cujo melhor expositor é Schumpeter, quem no livro “Capitalismo, socialismo e democracia” (1976), formula a seguinte pergunta: é possível que o povo governe?

A resposta dada por este autor à questão é clara e inclui o desenvolvimento do argumento procedimentalista, pois deixa de pensar a democracia como uma forma de governo ou uma forma de vida inspirada nos ideais tais como a vontade geral e o bem común, para defini-la

somente como um método para chegar a decisões políticas, onde os indivíduos adquirem o poder de decidir por meio de uma luta de competência pelo voto do povo.

Obviamente, a democracia segundo este autor se reduz para um método eletivo mediante o qual o povo cria um governo elegendo um líder, inversamente à teoria clássica de Rousseau. Schumpeter introduz desse jeito, a primeira noção de mercantilização da política a partir da comparação entre o funcionamento do mercado econômico e de mercado político, pois, para este autor, a conduta do votante tem as mesmas características que as de um consumidor. Pateman amplia,

A principal crítica de Schumpeter à “doutrina clássica” era que o papel central de participação e tomada de decisões por parte do povo baseava-se em fundamentos empiricamente irrealistas, em sua teoria revisada o ponto vital é a competição dos que potencialmente tomam as decisões pelo voto do povo. (Pateman. 1970:13)

Assim, na teoria de Schumpeter, os únicos meios de participação abertos ao cidadão são o voto para o líder e a discussão. A participação não tem um papel especial ou central. Tudo o que pode se dizer é que um número suficiente de cidadãos participa para manter a maquinária eleitoral, ou arranjos institucionais, funcionando de modo satisfatório. (Pateman. 1970:14)

Porém, tal como o planteado por García Canclini, deve ser considerado o comportamento social dos indivíduos devido a que perante o mercado atua por impulsos induzidos e hábitos de consumo adquiridos e como cidadãos, em troca, são importantes os valores e os objetivos coletivos a serem assumidos. Em outras palavras, a pretensão reducionista da escola liberal de considerar as decisões de consumo como a melhor expressão da vontade popular não levam em consideração que a vontade cidadã pode ser expressada em outras formas. (García Canclini. 1997:52)

Fica claro então que no modelo elitista a democracia é reduzida à competência pela liderança, onde os líderes se constituem num novo eixo do processo político. Os líderes propõem e os não líderes, os representados, não apresentam instâncias de participação; a democracia e o governo são subprodutos, são consequência da competência.

O segundo modelo da democracia representativa, chamada pluralista ou realismo político, encontra em Roberto Dahl o seu autor más representativo, quem considera que a democracia é um ideal impossível de ser realizado na prática e devido que este conceito designa algo inexistente, o autor descarta este termo quando se fala de “democracias reais”. Para este autor, o que existe nas práticas reais são poliarquias, a combinação de lideranças com o controle dos não líderes sobre os líderes. (Dahl. 1991:280)

Em outras palavras, falar de uma sociedade pluralista pressupõe o reconhecimento da dispersão do poder, a existência de cidadãos com diferentes tipos de interesses, a possibilidade de os cidadãos se agrupar livremente, a existência de grupos de interesses livres, competitivos, conjunturais, voluntários, independentes do Estado. Mais do que os líderes, os protagonistas da vida política são os grupos de interesse, no seio dos quais os não líderes controlam aos líderes e, por sua vez, estes controlam-se mutuamente, através da negociação. Outros autores como Sartori (1990), frente à impossibilidade do autogoverno, sustentam também a idéia que a democracia deve ser pensada basicamente como uma democracia representativa.

Sua teoria [Sartori] revela-se uma extensão das teorias de Dahl sobre democracia enquanto poliarquia e ressalta que não são apenas as minorias que governam e sim as elites (em competição) Segundo Sartori, criou-se um abismo intrasponível entre a teoria “clássica” e a realidade (...) O medo de que a participação ativa da população no processo político leve direto ao totalitarismo permeia todo o discurso de Sartori, O povo, diz ele, deve “reagir”, ele não “age”, isto é, deve reagir às iniciativas e políticas das elites rivais. (Pateman.1970:20)

No entanto, para autores como Bobbio, o problema fundamental da democracia se relaciona com a tomada de decisões: quem e com que procedimentos. A democracia constitui, para este autor, uma forma de governo: o governo de muitos ou de um número elevado de membros do grupo, que se opõe, em consequência, ao governo de um (monarquia) e ao governo de uns poucos (oligarquia).

Souza Santos diz que Bobbio dá um passo adiante na consolidação da democracia liberal, ao transformar o procedimentalismo em regras para a formação do governo representativo, ao tempo que analisa, de forma diferente de Schumpeter, os motivos pelos quais a participação dos indivíduos na política tornou-se indesejável. Para este autor, o elemento central que inibe a participação é o aumento da complexidade social nas democracias contemporâneas. (Santos. 2002:46)

Em definitiva, Sousa Santos sustém que a concepção da democracia na segunda pós-guerra é uma via que vai do pluralismo valorativo à redução da soberania e duma discussão ampla sobre as regras do jogo democrático à identificação da democracia com as regras do processo eleitoral.

Em troca, os defensores da democracia participativa citados, propõem um modelo onde resgatam o rol transformador dos valores, ao tempo que negam o protagonismo de elites autoelegidas no centro do sistema político. Esta postura salienta a participação como valor central, como elemento fundamental para contrarrestar esta tendência à “oligarquia” no sistema político.

Patrimônio Participativo

Reconhecendo sua fonte na teoria clássica e retomando seus principais ideais, autores como Bachrach, Macpherson e Pateman (1992) afirmam que a pouca participação e a desigualdade social estão tão intimamente ligadas que, para que haja uma sociedade mais equitativa e humana, é necessário um sistema político mais participativo.

A teoria da democracia participativa é construída em torno da afirmação central de que os indivíduos e suas instituições não podem ser considerados isoladamente. A existência de instituições representativas a nível nacional não basta para a democracia; pois o máximo de participação de todas as pessoas, a socialização ou “treinamento social”, precisa ocorrer em outras esferas, de modo que as atitudes e qualidades psicológicas necessárias possam se desenvolver. Este desenvolvimento ocorre por meio do próprio processo de participação. (Pateman. 1970:60)

Eles dizem, além do mais, que é necessário resgatar o valor da participação, a dimensão da democracia que se refere ao interesse dos cidadãos a participar no processo mesmo de tomada de decisões. Para Bachrach (1967:154), a democracia é o único regime que permite e favorece o autodesenvolvimento, pois a democracia não é somente um método, possui fundamentalmente uma dimensão ética; a democracia implica uma concepção ampla do político, isto é, não se restringe exclusivamente às instituições representativas-governativas, senão que abrange todos aqueles espaços onde são tomadas as decisões que afetam significativamente os valores sociais.

Esta nova concepção do político implica incluir aos grandes grupos privados de poder, e é por ali onde deve avançar a democracia, fomentando a participação de todos aqueles afetados pelas decisões.

Macpherson (1991:130), pelo contrário, ressalta que a democracia representativa deve combinar-se com a democracia direta ali onde for possível. Ao seu juízo, a democracia participativa pode ser qualificada como um sistema piramidal, com a democracia direta na sua base e a democracia delegada em todos os níveis acima dela. Assim começaria com uma democracia direta no nível do bairro ou na fábrica, com debates totalmente diretos, decisão por consenso ou maioria e eleição de delegados que formariam um Conselho no nível mais amplo imediato e assim sucessivamente.

Para Pateman, a principal função da participação na teoria da democracia participativa é, portanto, educativa; educativa no sentido mais amplo da palavra, tanto no aspecto psicológico quanto na aquisição de prática de habilidades e procedimentos democráticos. Por isso, não há nenhum problema especial quanto a estabilidade dum sistema participativo; este se auto-sustenta por meio do impacto educativo do processo participativo. A participação promove e desenvolve suas próprias qualidades que lhe são necessárias; quanto mais os indivíduos participam, melhor capacitados eles se tornam para fazê-lo.

Porém, esta autora reconhece os riscos que corre a democracia participativa quando esta torna-se ampla.

Da definição de “participação” é claro que quando a participação direta é possível, a definição é relevante, mas não fica claro até que ponto o paradigma da participação direta pode se repetir em condições onde a representação está se tornando amplamente necessária, embora o indivíduo tivesse mais oportunidades de participação política numa sociedade participativa. (Pateman. 1970:63)

Ao respeito, Schürmann (1998:12) sustém que a democracia participativa não exclui nem substitui a representativa, senão que ésta última é a base pela qual desencadeia-se o processo de participação da sociedade civil. Além disso, esta autora concorda com Jordi Borja (1988) em que existem tres condições necessárias para implantar tal sistema: um Estado democrático, honesto e eficaz de forma tal que a participação popular não venha a substituir a éste senão a complementá-lo; precisa, além do mais, de um conteúdo material (a possibilidade concreta de melhorar) e de um conteúdo formal, político-jurídico, quer dizer, mecanismos institucionais de participação e reconhecimento de alguns direitos realmente exercíveis.

Estes autores argumentam que a participação cidadã torna-se necessária devido a que existe um distanciamento entre o Estado e a sociedade em conjunto, dado que o sistema político de representação geral não atende os interesses particulares, porque os aparelhos do Estado não costumam estar representados e porque a exclusão dos setores menos favorecidos é notória. Em síntese, a demanda participativa sempre existe, mas é o sistema político quem deve estimulá-la e permitir a sua manifestação.

Sobre este assunto, Sousa Santos argumenta que um elemento que forma parte da concepção liberal da democracia é a representatividade como solução na demonstração a grande escala, pois quanto menor for a unidade democrática, maior será o potencial para a participação cidadã. Resulta lógica, então, a conclusão à que arriba Borja ao argumentar que o desenvolvimento da democracia está intimamente vinculada ao desenvolvimento da participação cidadã.

Na teoria participativa, a “participação” refere-se à participação (igual) na tomada de decisões e a “igualdade política” refere-se à igualdade de poder na determinação das conseqüências das decisões. A justificativa para um sistema democrático em uma teoria da democracia participativa reside primordialmente nos resultados humanos que decorrem do processo participativo. (Pateman.1970:61)

Mesmo assim, Touraine cita que em muitos países ocidentais se fala de uma crise da representação política a qual seria responsável de um enfraquecimento da participação. Porém, este autor salienta que não pode haver democracia representativa se os atores sociais não são capazes de dar sentido a sua ação em lugar de recebê-lo dos partidos políticos. (Touraine 1995: 84)

Patrimônio Participativo

A diferença de Touraine, Sousa Santos acredita que um dos motivos das falências das atuais democracias focalizam-se na falta de articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa, citando a experiência brasileira bem sucedida do orçamento participativo como uma boa forma onde os dois tipos de democracias se combinam.

Neste ponto é interessante introduzir a opinião de Mires (*In*, Pugliese. 2003:3) quando expõe, a partir do citado com anterioridade, a idéia de dinamizar a democracia a partir de uma reformulação do político. Uma necessidade que parte da crise do contrato rousseauiano pela falta de legitimidade que atravessam nossas sociedades. Esta idéia de dinamizar a democracia supõe uma distribuição da ação política do Estado, uma certa institucionalização colateral do Estado, e um grau de informalização do político. A política, para este autor, deve deixar de funcionar só por contratos e começar a funcionar por acordos, deve abandonar sua pura condição delegativa, para ser participativa e deliberativa.

Para isto, parece acertado incorporar o reconhecimento da pluralidade humana, nos termos de Jürgen Habermas, dado que o procedimentalismo democrático proposto por este autor, é uma forma de exercício coletivo do poder político cuja base é um processo livre de apresentação de razões entre iguais. Assim Habermas coloca na discussão democrática contemporânea um procedimentalismo social e participativo, ao incorporar elementos novos: (i) recuperação da esfera pública¹ como o espaço no qual os indivíduos podem problematizar em público uma condição de desigualdade da esfera privada e (ii) a procura de consensos, baseados num princípio de deliberação amplo. (Santos. 2002:53)

Se bem Touraine salienta, como os outros autores, que em parte alguma existe uma democracia ideal, esclarece que existem três modelos de democracia: a democracia liberal, a democracia constitucionalista e a democracia conflitiva baseadas em tres dimensões, como são: o respeito dos direitos fundamentais, a representatividade e a cidadania. Estes três modelos de democracia possuem em comum os mesmos elementos constitutivos mas não atribuem a todos a mesma importância. Por isso, o sociólogo francês ressalta que é necessária uma democracia de liberação devido que a democracia dos modernos não é nem de participação nem de representação, e nem sequer de comunicação pois aquela é baseada na liberdade creadora do sujeito, na sua capacidade de ser um ator social e de modificar seu meio ambiente para limpar um território onde é experimentado como criador livre. (Touraine.1995:20)

Em definitiva, Sousa Santos e Touraine concordam em que a democracia está ameaçada pela imposição de valores, normas e práticas comuns e por um diferencialismo e um individualismo extremos que abandonam a vida social em mãos dos aparatos de gestão e dos mecanismos de mercado. Para eles, a democracia deve ser uma idéia nova. Porém,

enquanto Touraine fala de uma democracia de liberação, instância superadora das democracias representativas e participativas, Sousa Santos propõe a utopia de uma reinvenção da emancipação social através de uma contra-globalização hegemônica, entre cujos caminhos está a democracia participativa.

Sousa Santos propõe três teses para fortalecer a democracia participativa. A primeira é o fortalecimento da demodiversidade, ao assumir este que não existe nenhum motivo para que a democracia seja de uma forma só. Ao respeito, sugere que o primeiro elemento da democracia participativa é a profundização dos casos nos quais o sistema político deixa suas prerrogativas de decisão em favor de instâncias participativas. A segunda é o fortalecimento da articulação contra-hegemônica entre o local e o global. Para este autor, as novas experiências democráticas precisam do apoio de atores transnacionais nos quais a democracia é frágil, ao tempo devem se expandir aquelas experiências bem-sucedidas. Finalmente, este autor propõe a ampliação do experimentalismo democrático, como um pedido para multiplicar as experiências bem-sucedidas onde o formato da participação é baseado em novas gramáticas sociais de inclusão. (Santos. 2002:78)

Assim como o debate em torno à democracia foi mudando desde Rousseau até os nossos dias, o conceito de Patrimônio e a sua gestão por parte dos Estados também tem se modificado, assuntos a serem tratados nos próximos capítulos.

Capítulo III: A evolução do conceito de Patrimônio

Não se trata só “salvar” senão de valorizar
Gustavo Giovannoni

Este capítulo destaca a normativa em matéria de direito internacional da Conferência General da UNESCO que aprova a) convênios internacionais, que devem ser sometidos à ratificação, aceitação ou adesão por parte de cada um dos Estados membros e que estipulam normas obrigatórias que aqueles se comprometem em conseqüência a cumprir; b) recomendações internacionais, nas quais a Conferência Geral formula princípios e normas destinados a regulamentar internacionalmente uma questão determinada, convidando os Estados membros a adotarem quaisquer medidas legislativas ou de outro caráter que forem necessárias para a sua aplicação; c) convenções e cartas que, do mesmo jeito que as recomendações, definem normas não sometidas a ratificação e segundo a prática internacional são utilizadas para enunciar princípios de importância e valor duradeiro aos que a comunidade dos Estados reconhece elevada autoridade (HARVEY. 1992: 236)

A conservação e transmissão de geração para geração do patrimônio cultural, muitas vezes está ligada estritamente só a uma questão de utilidade ou serviço. Somente quando são explicitados ou fundamentados os valores desse patrimônio, a partir de minorias ilustradas de fins do século XVIII e inícios do XIX, é quando surge a consciência da sua necessária proteção.

Pode se dizer então, que a restauração é uma disciplina de origem antiga, mas se bem a noção de consciência patrimonial é relativamente antiga, a vida histórica dos rastros materiais das diferentes culturas têm sido relativamente aleatória e, como se verá, tem prevalecido uma atitude de troca e renovação.

Do início do século XV, é possível encontrar os primeiros rastros de monumentos históricos na forma de antigüidades, retidas na sabedoria dos antiquários, posteriormente substituídos pelos historiadores da arte. Já instalada a Revolução Francesa, surge uma atitude proativa a respeito da qualificação e inventariação dos acervos patrimoniais, como maneira coadjuvante à fundação duma memória cívica. (Fernández 1998: 45)

Desses fundamentos, que inauguram a idéia de um patrimônio público acima das propriedades privadas, surgem os diferentes instrumentos legais e também as proposições teórico-práticas que vão incluindo cada vez a mais, e com maior força, a participação cidadã em questões patrimoniais.

Com a Revolução Industrial o conceito de patrimônio histórico reveste-se duma conotação universal e consagra-se como um valor estético; surgindo as legislações de proteção do

monumento histórico e consolidando a disciplina da restauração. A noção de patrimônio envolve a construção de identidades coletivas e nacionais ao serviço da consolidação dos Estados-Nação modernos, os quais apresentavam as seguintes funções simbólicas: reforçar a noção de cidadania, no sentido de utilizar os bens em nome do interesse público; identificar símbolos que representem a consolidação nacional, os bens patrimoniais constituam o mito de origem da nação, fazendo objetiva a legitimação do poder; a conservação de bens justifica-se pelo alcance pedagógico, com a finalidade de instruir os cidadãos. (Bernardes. 2003: 17)

A consagração do patrimônio histórico na Europa acontece na metade do século XIX, quando a legislação francesa passa a ser referência mundial. Concomitantemente, surgem doutrinas contrapostas: a estilística defendida pelo arquiteto Eugène Viollet-le-Duc na França e a anti-intervencionista sustentada pelo escritor e preservacionista John Ruskin, na Inglaterra. A primeira consolida-se de maneira regulamentada, atendendo os interesses políticos do Estado, de maneira centralizadora e autoritária no entanto a segunda valoriza o culto ao passado, a autenticidade e a valoração ético-estética da obra.

O francês Viollet-le-Duc pensava que os monumentos poderiam ser restaurados tentando restabelecer a sua forma original ou aquele estilo onde a obra tivesse o maior brilho ou esplendor, eliminando os elementos resultantes de intervenções acontecidas ao longo do tempo. Para ele, o objeto é mais importante que o tempo, o que põe em evidência a importância das dimensões sociais e econômicas da arquitetura. Para os franceses, importa o valor nacional e histórico dos edifícios, procurando promovê-los numa concepção museológica, em contraposição à modernidade. (Bernardes. 2003:18).

É claro que até meados do século XIX, o apego pelo patrimônio não é comum, e baixo esse parâmetro algumas intervenções desvirtuam a essência do monumento. (ARIAS INCOLLÁ, 2001: 24). Com posterioridade, as primeiras políticas específicas se focalizam nos valores monumentais dos objetos patrimoniais, entendidos como componentes didáticos da construção da idéia de nacionalidade. Esta idéia tem sua origem e se reforça especialmente nos países europeus, ao momento da construção dos Estados-Nação.

Em oposição a Viollet-le-Duc, o inglês John Ruskin indicava através dos seus livros - *As sete lâmpadas da Arquitetura*, 1849 - que o conceito de tempo é mais valorizado, assim como o trabalho impresso nos objetos pelas gerações passadas tem um caráter sagrado. Ruskin critica severamente toda intervenção que tente restaurar uma qualidade originária do bem patrimonial. Concorrem nesta postura conceitos muito diversos, como a suposição da impossibilidade de reeditar as qualidades técnicas e artísticas originárias, a sedução romântica da condição ruínosa dos objetos antigos e uma moral não exenta de certo

organicismo naturista que chega a considerar a restauração de objetos como a resucitação dos mortos. (Fernández. 1998:46)

O princípio da esfera pública está definido como o espaço onde os indivíduos podem discutir e argumentar as idéias, por meio do diálogo, para a obtenção de consenso, decidindo sobre as ações sociais a serem praticadas na sociedade. (Bernardes. 2003. Pág. 6)

Evidentemente, a supervivência de elementos, de um passado recente ou distante, que possuam uma significação especial para a sociedade implica sempre benefícios para a comunidade, desde a consolidação e transmissão das identidades culturais e as memórias coletivas, até seu simbolismo pedagógico.

Entrado o século XX, Camillo Boito, conciliando as posturas anteriormente citadas, estabelece o que se denomina “restauro científico” propondo oito passos a seguir para a restauração do patrimônio. No item sete, Boito propõe uma descrição e um relevamento completo dos distintos momentos da obra, os quais seriam arquivados para a sua posterior publicação, de forma tal que pudesse ser executado o oitavo passo que compreende a notoriedade ou divulgação da obra realizada promovendo assim a análise, a crítica e o conhecimento da mesma por parte da população toda. Em poucas palavras, Boito tenta se aproximar à população para seu patrimônio construído, através de mecanismos de participação desconhecidos até então, de forma que a população seja consciênte de seu patrimônio e possa continuar a preservá-lo. (Bozzano. 1998: 56)

A escola Italiana, referência obrigatória em matéria de preservação, evoluciona com as idéias de Giovannoni quem salienta que, além de respeitar o edifício, deve se respeitar seu entorno, quer dizer, o contexto da obra, o lugar onde as pessoas vivem. Este autor estima que a conservação dos monumentos não é só um assunto específico dos científicos e estudiosos, senão especialmente do povo e éste, às vezes, necessita de referências históricas precisas. Posteriormente, Brandi, Benedeto, Croce e Pavone, instalam o chamado “restauro crítico”, onde são respeitadas, além do mais, as características estéticas e históricas da obra. (Bozzano. 1998:29)

Até aquí, pode se apreciar que a participação da sociedade vinculada aos debates na questão do patrimônio cultural fica restringida aos profissionais destacados que agem na área e que os cidadãos são considerados só como uma totalidade.

Durante a década de cinqüenta e sessenta do século XX, adota-se um enfoque centrado na restauração de monumentos nas zonas urbanas com uma conotação política conservadora, e até certo ponto, nacionalista, que responde a una elite cultural ou una poderosa classe dirigente, que não considera o processo histórico do desenvolvimento da cidade. É um

período de restaurações e reconstruções quasenão-autênticas, agravadas pelas respostas de urgências frente aos desastres naturais, que afetam tanto os monumentos quanto seus entornos.

No Brasil, a instituição pioneira na proteção do patrimônio histórico e artístico é a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Brasil (SPHAN) fundada em 1937 no seio do Ministério da Educação, que no seus começos, classifica mais de 500.000 edifícios de valor histórico.

Os anos cinquenta e sessenta caracterizam-se também pelo conceito de realce, procedente da Europa e das campanhas da UNESCO em Veneza, Indonésia e no Egito, que consideram este realce ou posta em valor (do francês “ mise en valeur”) dos monumentos, para torná-los uma fonte de ingressos através do turismo.

Movidos por esta tendência elitista e parcial de incentivos econômicos e à vista do deterioro do tecido urbano nos centros históricos, os governos centrais, apoiados pelos antigos habitantes que hoje habitam zonas residenciais, passam quase deliberadamente a promover a destruição direta ou indireta do “entorno urbano”, sendo este substituído por edifícios comerciais, de consumo, de lojas, supermercados, etc.

Num segundo período, que corresponde aos anos setenta e boa parte dos oitenta, pode se considerar como um período de abertura no qual são asentadas bases sólidas para o patrimônio, ao incorporar conceitos como o processo histórico, a reabilitação e o desenvolvimento urbano. Nossa região se abre a novos pontos de vista e a novas tecnologias aplicadas na Europa, procurando vínculos entre patrimônio e desenvolvimento.

O projeto conjunto entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) faz um chamado a colaborar por parte dos Governos e estabelece um ambicioso programa para o conjunto da região latino-americana, com vários programas de assistência técnica na formação de pessoal, colóquios, projetos pilotos, etc. Criam-se assim dezesseis Centros de Conservação, que contam com profissionais da região toda.

Com base em Lima, Perú, o PNUD e a UNESCO reúnem um grupo de profissionais da região, coordenados pelo professor argentino Jorge E. Hardoy e elaboram um relatório que tem por título “o impacto da urbanização nas cidades históricas” onde são analisados nove exemplos de cidades ou centros representativos de diversas tipologias. Este relatório põe de manifesto que, pela primeira vez na região, se aborda a questão do meio ambiente urbano e se chama a atenção do assunto à comunidade acadêmica, os profissionais e os políticos.

Patrimônio Participativo

Também neste período, a UNESCO elabora a Convenção Mundial sobre o Patrimônio Cultural e Natural. Praticamente a totalidade dos Estados membros da organização vão ratificando dita Convenção, a qual exige aos Estados membros a elaboração de listas dos sítios patrimoniais mais importantes, incluindo também às cidades e uma descrição da gestão delas. Este marco supõe o início de um novo jeito de abordar a conservação dos monumentos, integrando-os no desenvolvimento das cidades históricas.

Resultante destes relatórios, Quito é, junto com Cracóvia (Polonia), a primeira cidade inscrita em qualidade de cidade histórica patrimônio da humanidade, em 1978. Trata-se de uma data histórica, que continua com a inscrição de outras cidades, durante as décadas dos anos oitenta e noventa.

Porém, na América Latina durante a década de 1980 o turismo segue sendo a principal força de atração para a inversão nacional e estrangeira e dos próprios Ministérios de Turismo, que desenvolveram projetos relativos ao patrimônio (Panamá, Cuzco, Cartagena). A colaboração com os Ministérios da Cultura, às vezes foi inadequada pelas condições financeiras e pela falta de recursos humanos qualificados.

Durante as duas últimas décadas do século, assistimos a importantes avanços, sobre tudo a partir de finais dos anos oitenta e durante a década dos noventa. A região encontrava-se em plena fase de democratização e descentralização e os governos locais mostravam um grande interesse por participar no desenvolvimento das cidades históricas.

As celebrações do 500 aniversário do Encontro em 1992 pusseram em andamento muitos projetos. O governo espanhol colaborou com as cidades e governos regionais na elaboração de Planos Diretores e na organização e estabelecimento de Oficinas-Escolas. Esta colaboração foi chave para introduzir um novo enfoque sobre as cidades históricas e reflete as tendências e programas adotados na Espanha democrática, na qual destaca-se a Escola de Barcelona para a Revitalização e a Modernização e outras Prefeituras.

Capítulo IV: Cartas e Recomendações Internacionais

As Cartas Internacionais que versam sobre o Patrimônio são documentos que contêm recomendações acordadas em reuniões e congressos internacionais ocorridos em diferentes países ao longo do tempo desde 1931. Nas conferências são discutidos os assuntos relacionados com a proteção, desde a legislação de vários países, os conceitos e as teorias, as novas tecnologias até as diretrizes de atuação, recomendando o pacto entre as nações para a colaboração mútua.

Na primeira carta, denominada Carta de Atenas, o Congresso Internacional de Arquitetura (1931) aplica as idéias corbuserianas que muitos países tomam como próprias iniciando uma era de linguagem internacional. Aqui pretende-se atingir à restauração, aplicada somente aos monumentos, sem considerar o entorno existente. Podem ser citados os Planos de Le Corbusier para Paris e Buenos Aires, onde permaneceriam somente os monumentos mais significativos numa cidade completamente nova.

Após a segunda pós-guerra, abre-se um novo capítulo, centrando as ações dos governos nacionais na proteção dos edifícios históricos previamente selecionados. A ênfase está colocado na legislação rígida vinculada aos valores arquitetônicos e emblemáticos de edifícios monumentais. A Carta de Veneza, (1964) do ponto de vista da participação, introduz o significado cultural que possa ter uma obra ou o seu entorno, inclusive aquelas que não sejam monumentos. A Introdução expresa o seguinte:

...."É portanto, essencial que os princípios que devem presidir à conservação e à restauração dos monumentos sejam elaborados em comum e formulados num plano internacional, ainda que caiba a cada nação aplicá-los no contexto de sua própria cultura e de suas tradições"...

Desta maneira, manifesta-se o espírito de integração entre a noção de patrimônio comum e a valorização da própria cultura que tem gestado dito patrimônio, indicando a indissolubilidade de ambos que, no art. 1, reconhece-se como tal, seja este "monumental ou modesto" outorgando-lhe um significado cultural

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitectônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só as grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.

Para fins da década de 1960, a problemática se orienta a reflexionar sobre os alcances econômicos e ambientais das ações de preservação e a necessidade de preservação dos centros históricos frente ao crescimento das cidades contemporâneas e seu valor como um recurso econômico e não como um gasto.

Patrimônio Participativo

Com estas premissas aparecem na América Latina as Normas de Quito (1967) onde se asigna um valor econômico aos monumentos, se reconhece a componente social e se fala de produtividade, colocando ao monumento em função do turismo. Abrem-se as portas à sociedade para que esta se agrupe (sem detalhar como) para poder vigilar e prevenir ações que deteriorem seu patrimônio cultural

o fomento de agrupações cívicas pro-defesa do patrimônio, qualquer que fosse sua denominação e composição, tem dado excelentes resultados, especialmente (...) onde a ação protetora em nível nacional resulta débil ou nem sempre eficaz (...) em qualquer caso, a colaboração espontânea e múltipla dos particulares nos planos de revalorização do patrimônio histórico e artístico, é absolutamente imprescindível.

Em referência aos instrumentos da posta em valor, as Normas indicam também que uma legislação eficaz, organização técnica e planificação nacional são quesitos prévios a qualquer propósito oficial dirigido a revalorizar seu patrimônio monumental. Nestas mesmas normas, no capítulo IX, apartado de recomendações no nível nacional, diz o art. 6:

A cooperação dos interesses privados e o respaldo da opinião pública são indispensáveis para a realização de qualquer projeto de valorização. Nesse sentido, deve-se ter presente, durante a sua formulação, o desenvolvimento de uma campanha cívica, que possibilite a formação de uma consciência pública favorável.

A idéia de “patrimônio” vai aparecendo e transformando diferentes cenários históricos segundo os diferentes enfoques ideológicos e científicos; produzindo valores cambiantes nos processos de identificação, seleção, interpretação, proteção e manejo dele. Note-se que na Carta de Restauro (1972) é definido o conceito de salvaguarda como qualquer medida de conservação que não implique a intervenção direta sobre a obra; entende-se por restauração qualquer intervenção destinada a manter o funcionamento, a facilitar a leitura e transmitir íntegralmente ao futuro as obras e os objetos de arte. Porém, anos depois na Carta de Nairobi (1976) pode ser encontrado:

Entende-se por “salvaguarda” la identificação, a proteção, a conservação, restauração, a reabilitação e a manutenção dos conjuntos históricos ou tradicionais e de seu entorno. (...) Dever-se-ia buscar a colaboração dos indivíduos e das associações privadas para a aplicação da política de salvaguarda. (Carta de Nairobi, Parte I. Punto C)

Além das diferentes acepções que possa ter o conceito da salvaguarda do patrimônio, o assunto da participação cidadã, (ora incipiente), começa a ter uma importância capital, já que cada vez mais é relevante o poder de ação que obtêm os níveis governamentais quando estão sustentados pela vontade democrática, conseguindo alcances mais fundos e consensos mais certeros em prol de interpretar não só tecnicamente as tarefas de proteção, senão as vontades e significados que o patrimônio adquire para essas sociedades.

Desta forma há uma integração entre os atores, uma consolidação dos valores identitários a serem protegidos e resultados a longo prazo.

Na Conferência Geral da UNESCO, celebrada em Paris o dia 17 de outubro de 1972, é aprovada a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, baseada em duas premissas a) que cada Estado reconhece a obrigação de identificar, proteger, conservar, reabilitar e transmitir às gerações futuras o patrimônio cultural e natural situado no seu território y b) os Estados reconhecem que a comunidade internacional em conjunto tem o dever de cooperar para assegurar a conservação dum patrimônio cujo caráter é universal. Para isso, cria-se o Comité Intergovernamental do Patrimônio Mundial para conformar dois listados, um deles com a “Lista do Patrimônio Mundial da Humanidade” e outro listado adicional do patrimônio em perigo. Mesmo assim, é criado um fundo para afrontar os gastos de assistência e financiamento que estas ações produzirem.

A Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural antecipa os assuntos que serão desenvolvidos nas Recomendações de Nairobi, colocando as pautas sobre os alcances das ações necessárias e os atores envolvidos.

A Declaração de Amsterdã de 1975 fala pela primeira vez de conservação integral, de programas educativos e de gestão (política, técnica), colocando em dia a legislação vigente. No seu apartado i) sentencia que “o patrimônio arquitetônico não sobreviverá a não for que seja apreciado pelo público e, especialmente, pelas novas gerações. Os programas de educação, em todos os níveis devem, portanto, preocupar-se mais com essa matéria”. Ressalta-se a idéia de políticas de restauração, dando passo à restauração consensuada, onde pretende-se incluir à comunidade toda. O apartado j) segundo Cury (2000: 203)

Devem ser encorajadas as organizações privadas – internacionais, nacionais e locais – que contribuam para despertar o interesse do público. (...) A conservação do patrimônio arquitetônico não deve ser tarefa dos especialistas. A população deve, baseada em informações objetivas e completas, participar realmente, desde a elaboração dos inventários até a tomada de decisões.

Esta Carta deixa claro a responsabilidade que lhe cabe ao Estado, na defesa do patrimônio cultural, no nível local: “A plena execução duma política permanente de conservação requer de uma grande descentralização e de uma precisa consideração das culturas locais”. Além de involucrar a responsabilidade das autoridades locais, a Carta estabelece que a conservação integrada necessita da participação dos cidadãos e envolve a responsabilidade das autoridades locais. Estas têm uma responsabilidade especial na proteção do patrimônio arquitetônico e devem cooperar entre elas trocando idéias e informação e indica que devem ter competência específica e geral em matéria de proteção do patrimônio arquitetônico.

Patrimônio Participativo

Para isso, indica o caminho a seguir em matéria de gestão ao assinalar que: Para implementar esta política, as autoridades locais devem: (i) Facilitar a formação e o eficaz funcionamento de associações voluntárias para a restauração e a reabilitação; (ii) Aperfeiçoar seus sistemas de consulta para conhecer as opiniões de grupos interessados nos planos de conservação e considerá-las da elaboração do projeto; (iii) Tomar suas decisões e fazê-las públicas com uma linguagem clara e acessível para todos, como parte da política da informação pública, de modo tal que a população possa conhecer, discutir e avaliar todas as motivações. Para isto, deverão ser preservados lugares para os encontros e debates públicos; (iv) Será possível recorrer a reuniões públicas, exposições, pesquisas de opinião, os meios de comunicação social, e tantos outros meios apropriados. En quanto à forma em que a população deveria participar a Carta recomenda que “cada Estado deve proporcionar à população os dados necessários para que possa compreender a situação (...) explicando o valor histórico e arquitetônico dos edifícios a serem conservados”.

É evidente que o patrimônio arquitetônico tem se estendido gradualmente do monumento histórico isolado até os conjuntos arquitetônicos urbanos e rurais, inclusive à mais recente arquitetura. Por isso, estabelece-se como condição preliminar indispensável para um agir eficaz, uma reforma profunda da legislação, acompanhada de um incremento dos recursos administrativos.

Por outra parte, todo isto não teria um verdadeiro sentido social e de promoção dos níveis culturais senão se trabalhasse sobre as ferramentas de inclusão, descentralização e diversificação de atores e incumbências para entretecer as capacidades e aportes que cada um oferecer. Neste sentido, a Declaração de Amsterdã apresenta-se como a primeira exposição concreta para chamar aos setores educativos-informativos e executivos para abordarem a preservação integrada, feito que tem uma mirada desde o tangível e o intangível para a compreensão das construções culturais.

A Recomendação de Nairobi (1976) denota aspectos sociais ao definir à restauração/proteção como a animação das cidades onde devem ser mantidas as atividades existentes, o comércio, o artesanato, e outras atividades novas, sempre compatíveis com o contexto. Fala-se de não congelar as atividades, e salienta-se a idéia da política de animação cultural onde existam polos de atividades culturais para o desenvolvimento das comunidades. Desta forma os moradores podem conservar suas casas, suas oficinas, seus comércios e suas relações sociais. No capítulo IV, onde são tratadas as medidas de salvaguarda para o patrimonio arquitetônico, artigo 35, deixa-se em claro que “as autoridades deveriam tomar a iniciativa de organizar a consulta e a participação da população”.

A ação de salvaguarda deveria associar a contribuição da autoridade pública à dos proprietários particulares ou coletivos e à dos habitantes e usuários, isoladamente ou em grupo, cujas iniciativas e participação ativa deveriam ser estimuladas. Uma cooperação constante em todos os níveis deveria, portanto, ser estabelecida entre as coletividades e os particulares, especialmente através dos seguintes meios: informações adaptadas aos tipos de pessoas interrogadas: criação de grupos consultivos nos órgãos de planejamento: representação dos proprietários, dos habitantes e dos usuários, título consultivo, nos órgãos de decisão, de gestão e de revitalização das operações relacionadas com os planos de salvaguarda, ou criação de órgãos de economia mista que participem da execução. (Cury 2000. 229)

Novamente estamos perante uma evolução e ampliação das ações a encarar para a proteção dos centros urbanos e o seu patrimônio edificado. O mais interessante é a dimensão que toma o planejamento urbano em comunhão com a preservação para uma necessária e vital evolução das cidades. Neste ponto de contato não é efetivo nem possível sem um conhecimento amplo das deficiências, as potencialidades, e as vocações de cada sítio, assim como os modos de gestão e crescimento que os têm marcado historicamente. Sem esta perspectiva as ações perdem força ao cair em objetivos e políticas que desvirtuam seus valores, imprescindíveis na descentralização dos poderes governamentais para alentar a chegada destes assuntos nos níveis democráticos e participativos. No seu artigo 47, recomenda também que:

Para aperfeiçoar a competência dos especialistas e dos artesãos necessários e para fomentar o interesse e a participação de toda a população no trabalho de salvaguarda, os Estados-membros deveriam adotar as medidas que seguem, de acordo com sua competência legislativa e constitucional.

A Declaração de Topotzoplán (1982) coloca a recuperação do monumento ao serviço da comunidade, sua ponderação, seu uso possível. Destaca que as modificações serão consensuadas, que a população participará nas decisões e que existirá uma labor de conscientização para que esta tome consciência dos valores patrimoniais. Também são colocadas todas as formas de gestão para o usuário e a vida coletiva. Nestes aspectos a Declaração, se bem está consubstanciada com os valores universais e monumentais da Carta de Atenas, inclui seu lado regional e principalmente democrático ao explicitar que os monumentos são para a comunidade y devem ser acessados por ela, quer dizer, que lhe outorga um valor socio-cultural e portanto evolutivo que reformula o conceito de monumento, já que este era entendido como algo congelado no tempo. Mesmo assim, reforça o pedido da Carta de Nairobi sobre a necessidade de difundir e conscientizar à população para uma melhor gestão e defesa do patrimônio.

Patrimônio Participativo

Na Declaração de México (1985), um dos órgãos consultores da UNESCO, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) fundamenta a participação cidadã no patrimônio cultural ao vincular Cultura e Democracia no artigo 17 da Declaração Universal dos Direitos Humanos ao destacar que:

Toda pessoa tem direito a tomar parte livremente da vida cultural da comunidade, e gozar das artes e da participação do progresso científico e dos benefícios que dele resultarem” e completa uma política cultural democrática tornará possível o disfrute da excelência artística em todas as comunidades e entre toda a população (...) com a finalidade de garantir a participação de todos os indivíduos na vida cultural, é preciso eliminar as desigualdades provenientes, entre outras de origem e da posição social, da educação, da nacionalidade, da idade, da língua, do sexo, das convicções religiosas, da saúde ou pertença a grupos étnicos minoritários ou marginais.

A Carta de Washington (1986) para a salvaguarda das Cidades Históricas, como complemento da Recomendação de Nairobi menciona os critérios de coerência e harmonia necessários entre as medidas de salvaguarda das cidades históricas para sua proteção, conservação e sua restauração e as políticas sociais e econômicas, a planificação territorial e urbanística para seu desenvolvimento eficiente e auto-sustentável na vida contemporânea. Entre seus princípios, encontra-se o artigo 3 que diz:

A participação e o comprometimento dos habitantes da cidade são indispensáveis ao êxito da salvaguarda e devem ser estimulados. Devem ser buscados em todas as circunstâncias, e favorecidos pela necessidade de tomada consciência de todas as gerações. Não se deve jamais esquecer que a salvaguarda das cidades e bairros históricos diz respeito primeramente a seus habitantes.

No artigo 5, diz que todo plano de salvaguarda deve contar com a aprovação dos moradores. E conclui, no artigo 15, “para assegurar a participação dos moradores deve-se encarar um processo de informação geral que se inicia na idade escolar”.

Nos anos 1980, acentua-se a identificação dos riscos que correm os centros das cidades e povoados históricos ibero-americanos. Devido à perda das potencialidades que isto implica no futuro, J. Hardoy y M. Gutman (1992), propõe um ajuste dos enfoques teóricos e práticos para a reabilitação dos centros históricos. O centro de interesse é orientado para as modalidades e critérios de gestão patrimonial. Seu enfoque tenta pôr em ação as capacidades instaladas do lugar. Então, há duas motivações habitualmente empregadas para decidir as categorias patrimoniais, isto é, os valores históricos - culturais e os valores artísticos; acrescentam-se motivos econômicos, ambientais e sociais.

A Carta de Petrópolis (1987) resgata os valores materiais e espirituais, são reconhecidos os valores tangíveis e intangíveis do patrimônio como parte da cultura, ressalta-se a participação e o compromisso dos moradores da cidade para a salvaguarda da mesma. No artigo 7 diz,

Na preservação do SHU é fundamental a ação integrada dos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como a participação da comunidade interessada nas decisões de planejamento, como uma das formas de pleno exercício da cidadania. Nesse sentido, é imprescindível a viabilização e o estímulo aos mecanismos institucionais que assegurem uma gestão democrática da cidade, pelo fortalecimento da participação das lideranças civis.

Este fato é refletido na Carta de Cabo Frío (1989) Encontro das civilizações de América, onde se conclui que “sendo a identidade cultural a razão maior e a base da existência das nações, é imprescindível a ação do Estado em várias instâncias e a participação da comunidade na valorização e defesa de seus bens naturais e culturais”.

Para este tempo já são parte destas tres importantes Declarações: a Carta de Veneza – a de Nairobi – e a de Washington, tomando de cada uma os aspectos sociais, físicos, culturais, educativos, de gestão e difusão, assim como os mais complexos devido que não pertencem a uma disciplina especifica que poderia pô-los em andamento, senão que implicam a integração de todos na participação cidadã; isto demanda altos graus de articulação entre os interesses políticos, econômicos, técnicos e comunitários.

A Declaração de Campeche menciona que a sociedade é a única capaz de salvaguardar o patrimônio e que o turismo excessivo quebra a estrutura social e física da cidade. Cita-se como exemplo de participação cidadã à cidade espanhola de Tenerife onde se juntam a Alcaldía, os arquitetos e a Comunidade para a restauração de um Convento.

Esta Declaração se apresenta como o correlato superador das Normas de Quito quanto a alertar sobre os riscos que acarreta a maximização do uso do patrimônio em função do turismo, quase como se este se sustentasse em aquele, invertendo a importância de um para outro. Portanto, fica claro que é a sociedade quem deve regular um uso econômico e dinamizador da economia e sua auto-sustentabilidade como é o turismo, já que o patrimônio é um recurso não renovável se este não é preservado sob parâmetros adequados a cada tipo de bem. Desta forma evitaria-se a desvirtuação da identidade das condições que lhe outorgam valor.

Neste sentido entende-se o turismo como uma componente que possa dar sustento econômico para a manutenção financeira e a promoção do patrimônio. E deve este ser entendido como uma componente identitária de um sítio, por isso é que é observada como ameaça aos processos de globalização que tendem a unificar e desnaturalizar os graus de pertença que cada região expresse através do seu patrimônio.

A Declaração de Nara (1994) define o conceito de autenticidade (material e imaterial) afirma-se que cada cultura tem parâmetros próprios, que há diversidade de culturas e patrimônios e que a autenticidade é um valor atribuído à obra. Esta declaração teve sua

Patrimônio Participativo

repercussão na América Latina através da Carta de Brasília onde se afirma o conceito de autenticidade e se acrescenta a idéia de diversidade. Ressalta-se o tangível e a identidade, a mensagem e seu significado. “Compreendemos a identidade como uma forma de pertencer e participar”.

Estas Declarações estão diretamente relacionadas com a anterior, pois precisamente alerta sobre um valor intrínseco que tem a autenticidade para a definição de patrimônio, e por outra parte eles se convertem nos parâmetros para avaliar o grau de valor. Do mesmo jeito, fica explícita a importância que atinge o reconhecimento da diversidade, tanto do patrimônio quanto seu significado para cada cultura; o respeito que deve existir para cada uma delas e a representatividade que lhes compete e lhe outorga cada comunidade na defesa do seu patrimônio.

A Declaração de Sofia (1996) para a XI Assembléia Geral do ICOMOS, diz que os estudos analíticos e inventários completos são necessários para poder explicitar os diversos significados do patrimônio, este procedimento é o único que poderá contribuir para melhorar a qualidade de vida dos moradores levando em conta o respeito absoluto a suas referências culturais.

Este processo deverá, sobretudo, assegurar a participação da sociedade civil – comunidade, associações de minorias e organizações de profissionais – em conjunto com a ação das autoridades políticas e administrativas (Estado, entidades públicas e órgãos de governo) na preservação e no desenvolvimento equilibrado dos recursos culturais e naturais.

45

A Convenção sobre Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais é assinada em outubro de 2005 e representa um instrumento jurídico internacional para entender que o patrimônio:

é um bem común da humanidade e sua defesa como um imperativo ético, inseparável do respeito da dignidade da pessoa humana, reafirmar o direito soberano dos Estados para elaborar políticas culturais com miras a proteger e promover a diversidade das expressões culturais, por uma parte, e a criar as condições para que as culturas possam prosperar e manter interações livremente de forma mutuamente proveitosa.

Esta Declaração aborda diretamente as problemáticas dos direitos cidadãos, da diversidade cultural e do papel relevante que tem o respeito pelas minorias e a criatividade e liberdade de expressão, pelo que manifesta seu grande avanço para conceitos que excedem o reconhecimento para um objeto físico mas são dirigidos aos valores de dignificação humana.

Isto fica refletido no chamado à defesa da livre eleição que os indivíduos têm, deixando clara a possibilidade do mandato para aceder à participação, o compromisso e a decisão por

parte dos cidadãos sobre o devir e a proteção do seu patrimônio. Ésta seria uma proclamação concreta tornada uma ferramenta para materializar as Convenções, Declarações e Cartas até agora assinadas pela UNESCO e seus Estados membros, de modo de entender a importância do consenso, da abertura para uma gestão integrada e diversa de modo de atender precisamente a diversidade cultural, evitando normativas gerais que não contemplem casos particulares nem as necessidades de cada sítio, região ou vontade cultural.

Nos artigos 5 a 11, em clara consonância com o discurso de Sousa Santos, enfatiza-se a integração e a revisão, a cargo das partes involucradas, para reconhecer, discriminar, valorizar e proteger os fatos que lhe dão identidade como sociedade, podendo avaliar e se afirmar naquilo que é próprio e aquilo que é incorporado a partir da ineludível globalização, que não deve ser interpretada como uma universalização da cultura senão como a abertura ao conhecimento das diferenças. Neste sentido a Declaração da UNESCO invoca o respeito e a inclusão social que só é possível mediante a participação e o acesso à decisão sobre o patrimônio que quer ser defendido. Os artigos 5 a 11, esclarecem

A este respeito, as Partes (signatárias), ao reconhecer o papel fundamental da sociedade civil, se esforçarão por criar um entorno que incite aos indivíduos e grupos sociais a criar, produzir, difundir e distribuir suas próprias expressões culturais, e ter acesso a elas, prestando a devida atenção às circunstâncias e necessidades especiais das mulheres e de distintos grupos sociais, em particular as pessoas pertencentes a minorias e os povos autóctones e a que seja reconhecida a importante contribuição dos artistas, outras pessoas participantes no processo criativo, as comunidades culturais e as organizações que os apoiam no seu trabalho...

Para conseguir que as diversas expressões floresçam e sejam aproveitadas no seu máximo potencial é preciso que dos organismos governamentais sejam implementadas gestões abertas à participação, nutridas pela confluência interdisciplinária de quadros técnicos que guiem os aspectos operativos surgidos da convocatória cidadã. Este documento salienta às minorias, o indivíduo, a origem da cultura, geradora dos valores a proteger.

Desta maneira, a UNESCO fundamenta (e muda?) sua postura ante aquelas que só vêem o futuro na uniformidade cultural através da globalização como um processo que dará as respostas para o bem mundial, esquecendo-se assim de reconhecer as riquezas e heranças que arraigam e dão sentido de pertença e por tanto de segurança sobre quem é perante o mundo. Esta Convenção vem completar, muito útilmente, a ação normativa, encaminhada para defender a diversidade cultural em todas suas expressões, e acima de tudo, os dois pilares da cultura: o patrimônio e a criação contemporânea.

Como tem se visto, as cartas internacionais dão orientações gerais a respeito dos problemas-chaves de sítios de importância, sejam sítios urbanos ou sítios de alguma outra

natureza. Fica claro então que, até um certo ponto, a utilidade de cada uma destas cartas está limitada pelo contexto do momento e das circunstâncias específicas em que se têm elaborado. Portanto, como é enunciado no Guia de Gestão, existe talvez um só princípio de conservação de aplicação universal em quase todas as circunstâncias: Assegurar que as decisões de conservação sejam produto de um consenso e não de um experto só.

Em síntese, pode se expressar que a partir dos Documentos Internacionais, os diferentes critérios de seleção e valoração têm mudado a noção de patrimônio cultural e seus alcances: Desde monumentos e prédios significativos até áreas e porções de tecido dentro da cidade; desde políticas com uma normativa clara e restritiva, até modalidades estratégicas, incorporando ferramentas da gestão urbana e, aos diferentes atores sociais na implementação, legitimação e apoio das políticas respectivas. Desta forma, conviveram distintas posturas frente à intervenção, desde a mais respeitosa e modesta até a mais agressiva e vedetista. Porém, no momento de tomar consciência do patrimônio, tinha-se já depredado e demolido muito. (ARIAS INCOLLÁ, 2001: 24)

No final dos anos 1990, em função das mudanças produzidas nas últimas décadas em referência a uma tríplice extensão do termo patrimônio (geográfico, cronológico e tipológico), a questão do patrimônio cultural volta a ganhar força e atenção, no contexto de uma sociedade cada vez mais participativa e reivindicatória de seus direitos; um processo de consolidação e madurez democrática. (Brito, 2003: 1)

Em nossa região, a restauração vem se praticando há várias décadas, fato que pode ser observado tanto em forma quantitativa quanto qualitativa, ao ter se estendido essa consciência para amplas capas da população. Desta forma, foram recuperadas catedrais, igrejas, conventos, cabildos e construções civis, expoentes do acervo cultural americano. Porém, foram recuperados e postos em valor sem a participação ampla, ativa e organizada da sociedade. Assim, a postura frente ao patrimônio herdado tem alcançado, na atualidade, níveis de compreensão sumamente importantes e a integração entre Patrimônio e Sociedade surge como reclamo desta última através dos distintos atores sociais. (Novakovsky, 1998:10). Por isso, torna-se fundamental o papel estratégico dos atores institucionais (governamentais e não governamentais) e sociais (moradores e cidadãos) na implementação, legitimação e apoio das políticas de gestão inerentes ao patrimônio cultural. No início do século XXI, com a criação da Rede de Cidades Criativas da Aliança Global para a Diversidade Cultural, junto com a recente Declaração sobre Diversidade Cultural por parte da UNESCO, tem começado a compreender que o desenvolvimento não deve ser colocado só considerando o aspecto técnico ou econômico, senão que deve ser entendido como um desenvolvimento humano, que responda às profundas demandas de cada povo ou grupo cultural, com a finalidade de ajudar a que éste mantenha sua identidade, diversidade e inclusão, baseada nos valores materiais e espirituais.

PARTE II:

Para que queremos participação se já temos democracia?



Capítulo V: O que é participação cidadã?

Numa primeira aproximação à matéria de estudo, é possível ensaiar uma definição de participação cidadã como o conjunto de técnicas que permitem a intervenção dos cidadãos, tanto na organização quanto na atividade da Administração Pública, sem integrar-se por isso nas estruturas burocráticas do Estado. (Rodríguez e Durán Salvatierra. 1996: 1)

Estos autores citam o espanhol Lliset Borrel para explicitar sua postura ao sustentar este que, o sujeito que participa não se converte num funcionário, nem em empregado público, nem muito menos em um colaborador benévolo ou interessado e destaca, além disso, que a participação cidadã não deve ser interpretada como um favor à sociedade, já que é o dever e o direito cidadão tomar parte das decisões de ordem pública, além do simples fato de votar em eleições periódicas. Em definitiva, segundo estes autores, Borrell sustém que a pessoa que participa atua como cidadão preocupado pelo interesse geral, e não como interessado pessoal e direto, pois o conteúdo da sua ação não é econômico, senão político.

Participação cidadã é, portanto, participação política, já que significa a intervenção direta da cidadania nas atividades públicas, sem estar vinculada com a participação mediada pelos partidos políticos, nem com o exercício do direito a voto, entendendo por atividades públicas todas aquelas atividades o Estado faz em todas suas expressões, tanto em nível federal, estadual, quanto municipal.

A diferença dos autores citados, Jordi Borja (1988: 36) define a participação cidadã como um encontro entre o Estado, a Administração e os partidos políticos com movimentos e organizações sociais sem exigência de favores. Segundo este autor, é basicamente um método de Governo, o que implica *per se* racionalização, descentralização, pluralismo, e um processo de consenso-negociação.

A partir do anterior, é factível inferir uma definição de participação cidadã como um processo mediante o qual a cidadão é integrado em forma individual ou participando em forma coletiva, na tomada de decisões, a fiscalização, o controle e a execução das ações nos assuntos públicos e privados que afetam o político, econômico, social e ambiental para permitir-lhe seu pleno desenvolvimento como ser humano e o da sua comunidade.

Em termos operativos, isto é, quando a participação cidadã deve ser aplicada para uma política, um programa ou um projeto concreto, é possível defini-la como um processo pelo qual os atores influenciam e compartilham a incidência sobre as iniciativas de desenvolvimento, as decisões e os recursos que lhes afetam.

Por isso, é abordado como um processo contínuo, onde se desenvolve uma comunicação de via dupla entre as partes envolvidas, com o propósito de conciliar interesses econômicos, sociais, culturais, ambientais e políticos.

Porém, como destaca Font, ainda no cenário mais idílico, com cidadãos muito preparados para participar, políticos bem predispostos para fazê-lo e uma vida política intensa e estimulante, os recursos que o cidadão comum pode dedicar à vida política são finitos, devido ao papel crucial que joga um recurso tão limitado como é o tempo. Por isso, na hora de pensar na viabilidade de qualquer experiência participativa deve-se partir sempre da constatação de um tempo disponível finito e sometido a múltiplas pressões, pelo que é necessário o seu consumo para participar, deverá ser distribuído como corresponde a um recurso prezado, valioso e respeitável. (Font, 2001:3)

Font acrescenta que o feito de que o tempo seja limitado provoca que os cidadãos o valorizem especialmente, por isso é que é preciso que os participantes obtenham satisfações expressivas ou instrumentais da sua participação e não fiquem com a sensação de ter estado malgastando seu prezado tempo inútilmente, produzindo o efeito contrário, um efeito desmobilizador.

Subirats lanza um desafio provocativo: Para que queremos participação se já temos democracia? Para este autor a pergunta faz sentido quando é constatado um deficit de eficácia nos mecanismos decisórios, perante problemas cada vez mais complexos da própria democracia, o que começa a colocar em dúvida a sustentabilidade da mesma em épocas de mudanças aceleradas.

É oportuno introduzir aquí o pensamento dos defensores da democracia participativa, quem destacam que existe um consenso que sustém que o modelo de democracia representativa ocidental dificilmente cumpre simultâneamente suas três funções básicas: a igualdade política, a não tirania da maioria e a deliberação. Primeiro, os atuais sistemas eleitorais e de controle dos meios de comunicação por parte dos partidos ou de políticos dificilmente permitem concretizar a igualdade política. Segundo, são inumeráveis os exemplos de tirania sobre os grupos minoritários e a privação dos seus direitos. E, finalmente, a participação social se dá basicamente no período de eleições, o que provoca a apatia e o desinteresse dos cidadãos pela política e pelos políticos. (Schürmann, 1998:5)

Outra preocupação que surge com a democratização da administração é como resolver o dilema entre eficiência e participação. A eficiência, antes identificada com gestão empresarial, é tratada nos dias de hoje como uma modernização da maquinária administrativa e passa a ser considerada indissociável dum governo participativo. Ao respeito, Subirats (In Schürmann. Paper, pág. 3) considera que no consenso sobre o qual é

Patrimônio Participativo

construído o Estado Benfeitor, se enfatiza a eficiência e se esquece a participação. Hoje parece que sem uma participação real, não existe eficiência e, neste caso não compensa o déficit de transparência e de responsabilidade que produzem.

Perante este cenário há cada vez mais um reconhecimento crescente da necessidade de reformas no sistema representativo de melhoras dos canais de informação e de comunicação; aparece com força uma das características do processo de participação cidadã como é seu grau de transversalidade, isto é, pode ser efetuada em todos os níveis, sejam estes municipais, regionais, federais, assim como a combinação entre eles, ao tempo que pode ser incluída mais duma ferramenta participativa, conforme a forma, o mecanismo e a modalidade adotada.

A implementação de mecanismos de democracia participativa pelos governos locais, onde estes abrem espaços para que os cidadãos possam desenvolver discussões sobre o planejamento e desenho das cidades ou deliberar sobre as políticas públicas, é interpretada nos países da União Europeia como formas da democracia direta, como complemento ao sistema representativo e principalmente, como uma porta que se abre à deliberação cidadã. (Schürmann. Paper:2)

Ao indagar sobre os diferentes tipos de participação cidadã, o jurista espanhol Prats Catalá distingue três tipos: a primeira está associada à participação na reivindicação de direitos, direitos inclusos nas distintas convenções de proteção aos direitos humanos e pelas constituições da maioria dos Estados; a segunda está baseada na participação como controle, quer dizer, na associação de contribuintes, vizinhos, usuários, consumidores, etc., que demandam um melhor controle do gasto público por parte das Administrações. Controle que se formaliza juridicamente através de leis de informação, denúncia, petição, de defesa dos consumidores, regulação de plebiscitos e referendos, audiências públicas, etc; e a última, está centrada na participação na gestão, que materializa uma autêntica Administração substitutiva, ante a crise do Estado Benfeitor. (In Rodríguez. op.cit.: 2)

No entanto, nas formas de participação cidadã é possível detectar na literatura existente dois tipos: as formas passivas e as formas ativas. As formas passivas de participação cidadã incluem a labor dos funcionários públicos para informar à população dos problemas e dos planos para resolvê-los, e para determinar qual é a percepção que têm os cidadãos respeito dos problemas e qual é sua opinião dos planos e das opções. Assim, os funcionários procuram formas passivas de participação cidadã para encontrar o apoio do público para os projetos que desejam encarar. Por exemplo, no referente à informação pública na participação passiva, os funcionários de governo preparam e distribuem

publicações informativas para despertar o interesse e explicar conceitos, assuntos e procedimentos.

As formas ativas de participação cidadã são todas aquelas nas quais a cidadania participa de maneira direta na organização ou na atividade da administração pública. Dita participação pode se expressar de maneira individual (direito a solicitar informação ou optar por cargos públicos, por exemplo) e de maneira coletiva (grupos de interesse, setores laborais, organizações não governamentais, etc) Esta forma de participação tem como força principal sua vontade de extendê-la até o máximo possível de cidadãos. Pretende-se possibilitar que qualquer membro da comunidade participe diretamente na tomada de decisões.

Analisando a participação cidadã do ponto de vista da gestão é possível identificar quatro tipos de modalidades, a partir da relação que estabelecem os diferentes atores sociais entre si, conforme o estabelecido pelo investigador argentino da FLACSO, Héctor Poggiese: as modalidades podem ser: associativa, delegativa, autogestiva ou centralizada. (Poggiese. 2001:25)

O Manual Chileno de Participação Cidadã (Semat. 2001:20) identifica quatro modalidades que pode adquirir a participação cidadã. Porém, estas modalidades não estão baseadas nos vínculos que os atores possam estabelecer entre eles, senão no grau de participação e influência da sociedade vinculada a um determinado programa já estipulado pelo Governo. O resultado pode ser apreciado na seguinte tabela:

Fonte: Manual de Participación Ciudadana (Semat)

Deste modo, as quatro modalidades propostas pelo Manual surgem do cruzamento de dois eixos que referem (i) ao propósito e utilidade da participação cidadã para a comunidade e (ii) em que consiste a participação cidadã. Cabe destacar que neste caso, é o Estado como ator social quem estabelece os papeis a cumprir, decide sobre a factibilidade do projeto e determina a inclusão ou não de outros atores sociais.

Patrimônio Participativo

A partir do esquema arriba exposto é possível identificar quatro modalidades, como são a informativa, consultiva, gestonária e de empoderamento. Saliente-se que o citado Manual não inclui a modalidade deliberativa, que os anteriores autores mencionados aludem. Porém, esta modalidade fica incluída nas duas últimas do Manual pois dependem dos critérios e ferramentas participativas selecionados, devido que uma modalidade não é excludente.

Desta maneira, a modalidade informativa combina o grau de influência mínima na tomada de decisões que os atores têm com pouca definição de suas necessidades. A oferta pública estabelecida no programa ou projeto vem definida dos canais institucionais correspondentes. É assim que existem canais institucionais predefinidos de entrega de informação e portanto, o fluxo de informação é unidirecional.

A modalidade consultiva combina o grau de influência mínima na tomada de decisões que os atores têm com a ótima satisfação de suas necessidades. Existem ou são gerados canais através dos quais recebe-se a opinião e posturas a respeito de um determinado assunto. Estas opiniões podem ser solicitadas ou recebidas sem mediar consulta explícita. O caráter da consulta pode ser ou não vinculante.

A modalidade gestora combina o grau de influência máxima na tomada de decisões que os atores têm com a pouca satisfação de suas necessidades. Os atores são considerados como executores ou gestores de Programas e Projetos sociais para dar resposta a problemas locais. Nesta forma, os atores participam de um processo de negociação, produto do qual se estabelecem acordos que têm caráter vinculante e portanto incidem na decisão a ser adotada.

O Empoderamento, conceito ampliado no capítulo VIII, combina o grau crescente de influência na tomada de decisões que os atores obtêm com a construção da autonomia e portanto, satisfação de suas necessidades. Ao empoderar-se, a comunidade adquire destrezas e capacidades, fortalece seus espaços e organizações e age com sentido de identidade e comunidade próprios.

Os principais exponentes da forma ativa de participação encontram-se naqueles mecanismos legais de participação cidadã nos assuntos de ordem pública. Estes mecanismos chamados semi-diretos de consulta, estão baseados nos mesmos princípios e encontram-se por igual incorporados nas Constituições de muitos países da América Latina, assim como nos Estatutos de cidades, naqueles casos em que as legislações nacionais o determinam.

Na nossa querida América Latina as coisas não parecem ir tão às pressas como gostaríamos. A abolição do poder militar e a instauração de eleições livres não justificam per se que se fale de democracia. Porém, o processo de democratização que se inicia na Argentina a partir do conflito armado de Malvinas em 1982, insere novos atores no cenário político e instaura uma disputa pelo significado da democracia. (Santos, 2001:55)

Assim, a multiplicidade de formas e estruturas organizativas surgintes durante o período da transição democrática, junto com os diversos grupos e associações intermediárias pre-existentes, apresentam um desajuste com os marcos institucionais da democracia constitucional. Um deficit de representação, de canais de participação de diversa índole: diretos em nível local, estadual e nacional; em distintos organismos estatais e meios de comunicação, como assim também de mecanismos de concertação que fortaleçam as instâncias de mediação do conflito de múltiplas e diversas maneiras. Este desajuste ou desequilíbrio entre oferta e procura de participação, que pode se agravar pelas tendências à falta de participação partidária, fortalece as possibilidades de aumentar a burocratização do Estado, sua penetração por grupos de pressão corporativos e a perda de transparência na ação pública (Oszlak, 1984:128)

Segundo García Delgado (1994:55) a participação cidadã nos países que são estudados tem, na atualidade, cinco aspectos: (i) Importante adesão à forma de participação política institucional do conjunto da sociedade, dentro duma lógica do sistema competitivo bipartidista; (ii) Surgimento de formas opcionais de participação, de caráter autônomo, a-partidárias, que indicam tendências para uma não delegação de poder, a participar em organizações que fixam seus próprios marcos e modalidades de participação; (iii) As classes sociais, uma distinta e múltipla intervenção dos setores meios, tanto no nível gremial quanto na arena política, com conseqüente diminuição do predomínio que até então teve a participação operária-sindical; (iv) A crescente importância que adquire a política municipal, produto do movimento urbano amplo y de crescente importância onde se multiplicam as lutas pela reprodução da vida familiar e (iv) Modificações substantivas na sociedade: aumento do pluralismo e uma tendência para atitudes mais pragmáticas e individuais de participação.

Em concordância com a crise do Estado Protetor e o vazamento da instituição estatal por parte do regime autoritário é manifestada uma maior assunção por parte da sociedade da situação de crise. Este avanço social, sustém o autor, não implica que o triunfo da democracia esteja assegurado devido a que a separação dos poderes e o triunfo duma concepção puramente institucional da democracia podem encobrir o reino do mercado e o crescimento das desigualdades, valendo-se das instituições políticas e das regras jurídicas como meios para segmentar e debilitar a impugnação de um poder oligárquico.

Riscos da participação? Ao respeito, Sousa Santos adverte sobre a vulnerabilidade da participação cidadã, ao incluir esta uma nova gramática de inclusão social, a qual é combatida pelas élites excludentes, seja de forma frontal, ou através da descaracterização por via da cooptação de grupos sociais super incluídos, ou pela via da integração em contextos institucionais onde lhe são retirados o potencial democrático e de transformação das relações de poder. Este combate está baseado no conceito de “sobrecarga democrática”, conceito que preside as transformações iniciadas a partir da década de 1980, inseridas na teoria e na prática democrática dos países centrais, para depois serem exportadas para nossos países. Esta “sobrecarga” é causada pela inclusão política de grupos sociais antes excluídos e pelas demandas excessivas que estes fazem à democracia. (Santos, op. cit. 60)

A tarefa mais importante e difícil, parece estar centrada na criação de atores sociais capazes de lutar contra as desigualdades que tornam impossíveis a democracia e o desenvolvimento. Portanto, a democratização impõe uma intervenção política, uma gestão concertada das mudanças econômicas e sociais, e acima de tudo uma vontade firme de priorizar a luta contra as desigualdades que destroem a sociedade de nossos países.

Por isso, como salienta García Delgado, em nossa região a situação econômica e a necessidade de vias de desenvolvimento fazem com que seja a participação cidadã um mecanismo propulsor do desenvolvimento econômico e social. Assim, a participação aparece como um processo através do qual os indivíduos e a comunidade estão ativamente envolvidos em todas as fases do desenvolvimento, o que gera maior equidade e sustentabilidade.

Capítulo VI: Mecanismos da democracia (semi) direta

O argentino Héctor Poggiese, enumera os mecanismos da democracia direta encontrados nas distintas legislações da nossa região, ao tempo que ressalta suas dificuldades: Para este autor, os instrumentos de democracia semi-direta mais característicos e tradicionais são de difícil aplicação, burocráticos na sua tramitação, precisam de um exagerado esforço coletivo e suas repercussões poderiam até chegar a serem pouco efetivas. (Poggiese, 2001:9)

Poggiese destaca que a iniciativa legislativa ou iniciativa popular, exige uma grande mobilização embora o efeito obtido seja só a sua consideração na legislatura, isto é, que tenha entrada como processo legislativo. É o mesmo efeito que seria obtido se o projeto fosse apresentado por um legislador.

A revogação ou cassação de mandato, supõe eliminar o contrato de representação estabelecido pelo voto, resulta impraticável pelos quesitos para executá-la –algumas Constituições se estabelece um mínimo do 20 % do eleitorado para solicitá-la dentro dum período que é pouco mais da metade do mandato questionado.

A audiência pública é o procedimento que adquire muito respaldo e aplicação em vários países, devido a que estas são realizadas, em geral, em um marco legal rigoroso e simbólico. Estas audiências são incluídas na formulação de leis ou de projetos de governo quando assim o dispõem as normas básicas.

Para o catalão Joan Font, porém, o catálogo de instrumentos da democracia direta, pode se dividir em três grandes grupos: os referendos, as assembléias e alguns possíveis usos da teledemocracia. Para este autor, o referendo é talvez o principal instrumento de democracia direta e, sem dúvida, aquele que mais simples aplicação tem em âmbitos superiores ao local. Porém, o temor à falta de informação e, portanto, ao risco de manipulação do votante pouco informado e o perigo de entrarem em conflito com os mecanismos da democracia representativa e debilitarem os partidos políticos são dois dos temores ouvidos frequentemente neste tipo de mecanismo. (Font, 2001:7)

Con tudo, o catalão Jordi Borja aporta uma visão interessante para estes procedimientos ao salientar que deveria se reconhecer públicamente às organizações representativas, assim como deveria se regulamentar os direitos dos cidadãos na administração pública para obter regras, papéis e protagonistas efetivos e claros na hora de participar. (Borja, 1998:36)

Ao respeito, um aspecto que deve ser ressaltado na identificação dos atores sociais é sua condição perante a lei. Por isso, resulta importante o aporte que realiza o arquiteto argentino José María Zingoni (2002:3) quem classifica aos atores sociais em três simples classes bem definidas segundo sua condição jurídica: o ator social legal, como o Estado e as

organizações não governamentais, o ator não legal, tais como as associações de vizinhança e aquelas intermediárias e o ator social ilegal, pessoas ou famílias que intrusam imóveis ou cruzam fronteiras sem documentos, mas que pertencem a nossas sociedades e formam parte do nosso patrimônio cultural.

Para o chileno Duhart (2003:2) estes novos mecanismos se distinguem daqueles tradicionais por serem mais deliberativos devido a que os participantes interagem, debatem e podem ajustar dinamicamente suas posturas e preferências, gerando uma aprendizagem conjunta e ressalta que, ao incluir aos cidadãos profanos, estes mecanismos são mais inclusivos do que os anteriores pois ampliam o círculo de participantes, além dos interlocutores habituais, expertos e representantes de grupos organizados.

Cabe destacar que existem outros dispositivos não consagrados nas Constituições da nossa região e, em alguns casos nem sequer foram incorporados à normativa legal, nem tem sido aplicados em outros países. Ao respeito, Font (2001:3) classifica a estes mecanismos de participação não incorporados à normativa vigente em três classes, embora para este autor todos eles estejam baseados em três eixos de ação, como são:

1. reforçar o setor associativo,
2. procurar a participação do cidadão não organizado e
3. potenciar uma mudança para uma cultura mais participativa.

Neste primeiro grupo de instrumentos encontram-se aqueles cuja finalidade é estabelecer um mecanismo formalizado de interlocução e diálogo com os representantes de grupos ou comunidades mais ou menos reconhecíveis. O formato mais usual neste grupo, embora cada um possua uma organização e funcionamento bem diferente segundo cada país, é o Conselho ou Comissão que conta geralmente com algum tipo de representação municipal e com os representantes de coletivos definidos seja por interesses setoriais ou por critério territorial.

Estas Comissões ou Conselhos pretendem ter um caráter de mecanismo estável, com uma determinada composição e periodicidade das reuniões e atribuições muito cambiantes segundo cada caso. A principal distinção que é preciso estabelecer neste grupo de instrumentos é a divisão das comunidades a representar que podem ser do tipo territorial ou sectorial. Isto é, que venham definidas pelo feito de compartilhar residência num determinado território, ou pelo feito de compartilhar interesse, devido ao seu pertença a um coletivo concreto (jóvens, mulheres) ou a seu interesse por uma determinada temática (cultura, patrimônio, meio ambiente).

Porém, a diversidade na organização e o funcionamento destes instrumentos, assim como a falta de estudos críticos em profundidade sobre seu funcionamento, provocam que fique ainda por ser descoberto sobre sua capacidade real de interlocução e como mecanismo de diálogo entre cidadãos e administrações locais.

Este tipo de instrumento, abordado com profundidade em vários capítulos, resulta de vital importância para a concretização deste trabalho, pois é utilizado por parte do Estado Brasileiro, o caso dos Conselhos Gestores para resolver questões de fundo como a educação, a saúde, a problemática da adolescência e também é abordado pelo IPHAN para a implementação do Programa Urbis, na sua versão Comissão Gestora Local, que na atualidade funciona em mais de sete municípios que foram declarados sítios ou conjuntos históricos. Cabe destacar que, para ambos casos, estes mecanismos são de tipo deliberativo ou gestor o que demonstra que, além das ferramentas utilizadas, todas elas podem revestir diferentes modalidades, dependendo em muitos casos da vontade política para democratizar o poder.

Em segundo lugar, Font cita os mecanismos deliberativos: Para este autor ditos mecanismos põem sua ênfase na capacidade de reflexão e diálogo dos cidadãos comuns ao tempo que lhe fornece a informação, o entorno e o tempo necessário para permitir que cidadão possa participar aportando suas necessidades e seu sentido comum. Nesta agrupação, Font distingue também dois grandes grupos: O primeiro deles, está baseado unicamente na busca de informação e a deliberação cidadã. Aqui podem ser destacados os círculos de estudo, o fórum temático, as visões da comunidade, os procedimentos formais de debate público, as oficinas de cenários e as conferências de consenso. O segundo grupo de instrumentos deliberativos é aquele que pretende sem conseguir uma participação representativa das características sociológicas da comunidade. Neste grupo devem ser incluídos as pesquisas deliberativas, as conferências votantes, a sondagem deliberativa, os júris populares e os painéis cidadãos.

Em poucas palavras, o conjunto dos mecanismos da denominada democracia deliberativa supõe uma tentativa para superar os problemas de informação e debate, como componentes imprescindíveis de qualquer processo decisório. Ao mesmo tempo, aqueles instrumentos que estão baseados na seleção aleatória dos participantes permitem conseguir que estes sejam uma fiel reprodução da comunidade. Por outro lado, alguns mecanismos deste segundo grupo implicam bastante complexidade organizativa, o que favorece a compreensão de que, apesar de sua extensão crescente, ainda supõe uma parte limitada dos mecanismos em andamento.

Enquanto o primeiro grupo está dirigido basicamente aos setores organizados e o segundo é dirigido para um pequeno grupo que deve se informar e deliberar, Font cita no terceiro lugar outros mecanismos de difícil agrupação. Por exemplo, alude ao caso britânico onde a participação cidadã se dá na avaliação de serviços públicos. Aquí trata-se de escutar a voz dos usuários dos serviços públicos e utilizá-la para melhorar a qualidade na prestação de serviços. Para isso, combina-se o uso de instrumentos de queixas e sugestões por parte dos usuários, com a utilização de técnicas clássicas de investigação de mercados, tanto quantitativas quanto qualitativas.

Outras experiências interessantes que cita este autor, neste último agrupamento, são os casos onde aparece a mediação. Aquí trata-se de questões onde o papel da administração local pode ser ainda mais protagónico e fundamentalmente conseguir que um grupo de atores (privados, públicos e às vezes mixtos) sejam capazes de acercar posições e entrarem em acordo numa determinada temática com a ajuda de um mediador externo.

O orçamento participativo (OP), tema ampliado no caso brasileiro, aparece como um dos melhores exemplos desta última agrupação. Poggiese (2001:10), o orçamento participativo cumpre o duplo papel de ampliar participativamente a democracia e estabelecer práticas co-gestionárias na política municipal. Este autor ressalta que, como modelo estatal de organização e resolução do orçamento da cidade leva já mais duma década de experimentação em Porto Alegre.

Cabe destacar que em simultaneidade com a sua implementação em Porto Alegre, a Prefeitura de Buenos Aires tem uma experiência bastante próxima, denominada *Programa de Talleres de Planeamiento y Gestión*, que durante uns meses foi aplicada nos bairros da cidade. Essa iniciativa tem sido retomada pelo Governo Autônomo da Cidade de Buenos Aires e é abordada com detalhe no capítulo XIV.

A planificação participativa é o último elo do terceiro agrupamento que destaca Font, entendida não como um processo institucionalizado do poder, senão como um pacto ou acordo entre diversos atores do Estado e a sociedade pela qual são preparadas decisões através de processos metodológicos específicos e regras acordadas. De uma certa forma são criadas normas de intercâmbio e de trabalho, que constroem na prática um produto que os une. Quem se consolida nesta prática, sustém o autor, chega ao convencimento que seus projetos costumam ser tanto ou mais consistentes que os que são preparados por outros procedimentos técnicos convencionais.

O listado de instrumentos existentes é ainda considerável devido a que deveriam ser incluídas as Oficinas participativas e as Casas Abertas, embora seu uso tem sido muito mais escasso ou apresentam semelhanças consideráveis com algum dos já apresentados.

Porém, na apresentação do caso chileno esta modalidade de participação será vista com maior profundidade, pois tanto as Oficinas quanto a Casa Aberta tem sido umas das ferramentas participativas adotadas para o Programa Valparaiso Opina.

Ficam por ser explicitadas muitas ferramentas participativas, não incluídas neste capítulo. Para isso, e como forma de ordenar o trabalho apresentam-se a seguir ditas ferramentas classificadas em função das modalidades informativa, consultiva e gestonária, para abordarem no último capítulo desta parte aquelas do empoderamento, que requerem de uma explicação detalhada.

Capítulo VII: Outros mecanismos participativos

Em referência à eleição de uma ferramenta participativa, Héctor Poggiese (2000:10) sublinha que toda eleição metodológica implica uma decisão estratégica, é por isso que o autor adverte que quando é escolhida uma metodologia está se prefigurando um determinado modo de proceder e de produzir os acontecimentos que acontecem entre os intervenientes.

Desta forma, ainda consignando-se como participativa a ferramenta a ser adotada, pode perseguir metas tão diversas e contraditórias que vão desde o controle social, a manipulação da cidadania, a eficiência tecnocrática, o afiançamento dos atores com mais poder, o fortalecimento dos mais fracos, a produção de conhecimento, o controle pelos cidadãos, a resolução de problemas complexos, até o surgimento de novos atores sociais.

Por isso, torna-se necessário para a aplicação de quaisquer ferramentas participativas a definição de critérios claros a serem utilizados. Ao respeito, Font (2001:10) estabelece critérios utilitários para a eleição dos mecanismos de participação cidadã. Estes critérios estão baseados no aconselhável ou deficitário que cada ferramenta pode dar.

Critério	Aconselhável	Deficitário
Representatividade	Júri Pesquisa deliberativa	Conselho consultivo Internet
Grau de informação	Conselho consultivo Júri	Referendum Pesquisa
Capacidade educativa	Orçamento participativo Planos estratégicos	Conselho consultivo Referendum
Extensão	Referendum Orçamento participativo	Júri Conselho consultivo
Custo/dificuldade organizativa	Conselho consultivo Fórum ambiental	Pesquisa deliberativa Orçamento participativo
Impacto nas políticas	Referendum Orçamento participativo	Pesquisa deliberativa Internet

Fuente: Font y Blanco, 2001

Con tudo, é possível encontrar no citado Manual de Participação cidadã outros critérios para a eleição de ferramentas participativas embora que estas não sejam incompatíveis com as mencionados por Font: (i) objetivo principal da ferramenta, onde são entregues antecedentes, são esclarecidas perguntas, são conhecidos e debatidos pontos de vista, é conhecido o nível de aprovação e rejeição duma proposta, debate-se, acorda-se,

transferem-se conhecimentos e habilidades (ii) tipo de contato com as pessoas envolvidas, direto ou indireto (iii) fluxo de informação, que pode ser de uma ou duas vias (iv) cobertura dos envolvidos, de forma ampla ou limitada e (v) prazos para sua implementação, que podem ser de médio ou curto prazo.

Determinadas as modalidades de participação, as ferramentas participativas e os critérios para sua aplicação, é factível volcar todos estes dados numa tabela de entrada dupla, de forma tal de poder visualizar, um quadro que resume a proposta do Manual (Ver anexo 3. Quadros 1, 2 e 3)

O citado *Manual Chileno* inclui entre as ferramentas participativas da modalidade informativa: as cartas informativas, afiches, avisos nos meios de comunicação, prospectos, dípticos, trípticos e folhetos, reuniões informativas, linhas telefônicas 0800, páginas de Internet, postos informativos, vídeos informativos, maquetes demonstrativas e visitas ao sítio. As ferramentas participativas da modalidade consultiva incluem: entrevistas com informantes qualificados, grupos focais, oficinas participativas, seminários, assembléias, espaço aberto, caixa de consultas, plebiscitos, pesquisa de opinião e casa aberta. As ferramentas participativas da modalidade gestonária são: As mesas de trabalho e as instâncias de negociação e direção de conflitos. Finalmente, as ferramentas participativas da modalidade empoderamento são tratadas no próximo capítulo.

As cartas informativas têm por objetivo a entrega de informação sobre um determinado projeto, embora que o processo participativo seja para um número reduzido de pessoas. Se utiliza habitualmente para informar sobre o início de uma atividade e sobre as ações a serem realizadas para sua implementação, dar a conhecer aspectos introdutórios ou esclarecedores do assunto a discutir, acompanhar informação mais detalhada, como um relatório ou um resumo executivo sobre a ação, e convidar para uma atividade, tal como uma oficina, um seminário, uma assembléia, etc. Esta ferramenta tem sido utilizada pela DGPat para instruir os vizinhos sobre temas pontuais referentes à restauração de seus edifícios.

Os afiches, no entanto, entregam informação pontual a uma grande quantidade de pessoas sobre a base duma imagen objetivo pré-estabelecida. Esta ferramenta funciona como um aviso público na forma de cartaz, sobre aspectos muito específicos do assunto em questão. Habitualmente, a informação contida num afiche é limitada, e alude, por exemplo, às datas limites, horários e o lugar do evento relacionado com o processo participativo, ou como acessar à informação específica sobre um projeto ou atividade.

Os avisos ena mídia entregam informação pontual e simples para um grande número de pessoas, com a finalidade de esclarecer pontos de vista, comunicar uma atividade, entregar

Patrimônio Participativo

resultados, motivar a participação cidadã, etc. Devido a que funcionam como anúncios oficiais são utilizados para divulgar massivamente alguma informação sobre o projeto e seu processo participativo. Ferramenta utilizada no programa Urbis e no Programa Valparaíso Opina para convocar à reuniões informativas.

Os dípticos, trípticos e folhetos cumprem a função de entregar informação detalhada sobre o assunto a ser tratado para um grande número de pessoas. Esta ferramenta permite entregar informação relevante para um grupo determinado, de maneira clara e concisa. Normalmente, os prospectos (uma face), dípticos (duas faces), trípticos (três faces e folhetos (mais de três faces) fornecem uma visão geral do assunto, mas pela sua extensão não permitem aprofundar sobre temas específicos. Por isso, é uma ferramenta motivadora, breve e esclarecedora, mas complementar para documentos técnicos, oficinas, seminários e outras ferramentas massivas de maior extensão. A DGPat utiliza esta ferramenta, em forma particular os dípticos, para mostrar o antes e o depois de uma intervenção no Programa “Aqui Patrimônio”.

As reuniões informativas, fornecem a informação básica ou introdutória sobre um determinado projeto e seu processo participativo para um grupo de pessoas. Desta maneira, permitem entregar informação verbal sobre o projeto e o processo participativo. Esta ferramenta também pode ser utilizada como ponto de partida ou convocatória para a realização de oficinas de consulta ou outras ferramentas consultivas, gestonárias e de empoderamento. Esta é uma das ferramentas mais utilizadas pelo Programa Valparaíso Opina e no Programa Urbis, nas fases informativas do processo participativo.

As linhas telefônicas gratuitas, denominadas habitualmente “0 800” entregam informação para uma grande quantidade de pessoas sobre um projeto, seu estado de avanço e aspectos pontuais dele. A essência destas linhas telefônicas é informativa devido a que põe a disposição do público informação relevante sobre o assunto em questão. É útil para dar a conhecer atividades de participação cidadã, o estado de avanço da construção do projeto, as áreas de trabalho, etc.

Os portais de internet ou sítios web cumprem uma função informativa em forma fluida e constante destinada para um grande número de pessoas com acesso a Internet. O avanço da tecnologia da informação e da comunicação possibilitam entregar todo tipo de informação (documentação resumida, folhetos, documentos extensos, imagens, etc.) abrir espaços de intercâmbio de opiniões (foros de discussão) e informar sobre atividades do projeto, a participação cidadã e seus resultados. Além disso, estas páginas permitem ser atualizadas.

Evidentemente, estas duas últimas ferramentas utilizadas a partir do acesso que possa ter público à tecnologia, põem em relevo o atual debate sobre a inclusão tecnológica dos cidadãos. Ao respeito, uma boa iniciativa é a que tem feito a empresa estatal brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) que providencia, de por vida, uma caixa de correio eletrônico para cada cidadão.

Os quiosques informativos permitem que um grande número de pessoas possam se informar sobre algum assunto específico, entregando antecedentes de viva voz ou bem por escrito. Como permite o contato direto com os cidadãos interessados na temática que é exposta, é possível recolher informação da comunidade. Basicamente, consiste na implementação de um lugar físico ou local durante um período de tempo suficiente para que todos os atores tenham acesso ao lugar.

Os vídeos informativos, possibilitam a entrega de informação técnica, de maneira simples e ilustrativa, para uma grande quantidade de pessoas. Os vídeos informativos permitem entregar um cúmulo de informação sobre o assunto em questão, sendo utilizá-los para a apresentação de um projeto e desta maneira poder ilustrar aos cidadãos como será o lugar ou localidade posterior a sua execução.

As maquetes demonstrativas, dão a conhecer a uma grande quantidade de pessoas as características específicas de um projeto ou ação instalado num território determinado. Estas maquetes procuram amostrar e visualizar um espaço ou território determinado, uma vez que o projecto for construído e estiver em funcionamento. Sua utilidade é potenciada quando é utilizada como disparador de perguntas, pois esta associada a outras ferramentas participativas como quiosque, vídeos, afiches, etc.

As visitas ao local onde se desenvolve um projeto, ajudam a descrevê-lo para um grupo limitado de pessoas, utilizando como base o sítio onde ele será construído ou amostrar outro semelhante em andamento. Desta forma, é possível examinar num lote o que está sendo proposto, os problemas técnicos, ambientais e sociais que estiverem em jogo e as possíveis soluções. É característico por ser um encontro informal, sem pautas pre-estabelecidas, mas apoiado pela informação colocada em painéis, maquetes ou outro meio, para gerar um diálogo informado. Esta ferramenta é utilizada no Programa Valparaíso Opina, na sua fase informativa com os moradores dos distintos bairros.

As entrevistas com pessoas qualificadas são utilizadas para recolher a opinião de um grupo específico e erudito de pessoas sobre um determinado assunto, para conhecer os antecedentes, tanto culturais, sociais, econômicos e emocionais referente a uma temática. Estas entrevistas, a diferença com as visitas ao lote, são conversas pautadas sobre um tema específico. O pré-estabelecimento de pautas, torna possível conhecer as percepções,

preocupações e as posturas de uma pessoa ou grupo de pessoas frente a um projeto e seus aspectos pontuais. O sucesso de uma entrevista radica na elaboração de uma pauta de perguntas claras e precisas sobre o assunto em questão, incluindo instruções de aplicação.

Os grupos focais permitem conhecer as preferências dos participantes de um projeto às alternativas da ação proposta, ao tempo que permite definir os critérios que fundamentam e organizam essas preferências. Estes Grupos Focais são espaços de conversação grupal, no qual são discutidos temas ou conceitos específicos propostos por um moderador. Os Grupos Focais podem ser definidos como uma conversação cuidadosamente planejada, desenhada para obter informação de um tema, num ambiente permissivo, não-diretivo. O Manual Chileno propõe que estes Grupos estejam compostos por 7 até 10 participantes, desconhecidos entre si, os quais são selecionados por terem certas características em comum que os vinculam ao tema objeto de discussão grupal. A conversação se estrutura sobre a base de um Guia ou pauta que percorre toda a sessão e se estimula a partir da construção dos cenários possíveis e posições perante um determinado tema. Para sua aplicação, deve-se contar com um grupo especializado de profissionais, o que dificulta e encarece sua utilização.

As oficinas participativas têm como objetivo a consulta para um grupo reduzido de atores sociais sobre suas opiniões sobre um projeto. Dependendo do vínculo para com o processo da tomada de decisões, permite alcançar acordos volcados a assuntos de preocupação dos participantes. Em outras palavras, as oficinas participativas é uma ferramenta multi-propósito orientada para um grupo de participantes, que com frequência representam uma grande variedade de pontos de vista e perspectivas. Sua utilidade permite instalar um diálogo entre os participantes e abrir espaços de discussão sobre os temas claves de um projeto, onde todos têm a possibilidade de expressar suas opiniões. É possível realizar oficinas participativas para uma multiplicidade de assuntos em diferentes momentos do ciclo de vida de um projeto. Por isso, têm sido utilizados com muito sucesso, por exemplo, no Programa Urbis para explicar os alcances do programa para todos os atores sociais.

Os seminários, cumprem com os objetivos de apresentar informação técnica e intercambiar pontos de vista com um grande número de pessoas. Os seminários são utilizados para apresentar e intercambiar informação semi-técnica no seu conteúdo, entre um grupo relativamente limitado de pessoas (entre 80 e 100). Em termos de quantidade de pessoas, os seminários são um ponto intermédio entre a oficina de participação cidadã e uma assembléia. Seu uso mais comum é em espaços de divulgação e intercâmbio acadêmico, pelo que seu caráter é formal. Aos efeitos da participação cidadã, os seminários podem ser úteis para aprofundar as características e conseqüências de um projeto e debater com públicos expertos.

Também, é possível apresentar distintos pontos de vista sobre temas específicos do projeto (Ej. ar, água, segurança vial, impacto econômico, etc.), pelo que pode-se convidar às autoridades locais, líderes de opinião, membros da comunidade afetada, representantes de ONGs, etc. Em todos os casos, a efetividade desta ferramenta está marcada pela sua organização, a qualidade das apresentações e a sistematização dos debates.

As assembléias, fornecem informação geral para um grande número de público e permite conhecer seus pontos de vista. As assembléias revistem o caráter de maciças quanto ao número de participantes. De fato, seu sucesso se baseia numa convocatória ampla. Isto leva a que os tempos de exposição destinados para todos os participantes se expressarem sejam limitados. Sua utilidade em processos participativos radica em dar a conhecer as características gerais de um projeto e um tema a debater. Em particular, podem ser úteis para conhecer as primeiras impressões dos participantes sobre um determinado projeto, se é operado na modalidade informativa ou desenhar o processo participativo, se éste for deliberativo.

O espaço aberto é uma ferramenta relativamente nova, que busca a geração de idéias inovadoras e criativas de um grande grupo de pessoas (40-100) pois permite a construção de opinião detalhada sobre temas específicos, de maneira tal de fomentar a liberdade de expressão, a auto-organização do grupo, a corresponsabilidade e a liderança compartilhada. O objetivo desta ferramenta é conhecer as percepções de um número representativo de participantes sobre distintos temas de preocupação para o grupo. Em essência, o espaço aberto é uma conferência sem agenda pré-definida, já que durante sua realização são estabelecidos os temas a serem tratados. Estes temas são posteriormente agrupados e trabalhados em comissões ou oficinas temáticas pelos próprios participantes, sem a moderação necessária.

Uma das características desta ferramenta é que permite aos participantes mudar de oficina temática durante sua realização, dependendo dos interesses específicos de cada um e da evolução dos assuntos ao interior de cada espaço. Porém, para seu sucesso, cada grupo deve contar com um líder que administre a conversação e registre as principais conclusões do grupo, que são expostas ao final do evento.

Como é possível observar, o Espaço Aberto permite maximizar as oportunidades de participação de cada pessoa e minimiza o risco de manipulação ou apropriação da agenda de conversação por uma pessoa ou grupo de pessoas em especial já que as oficinas temáticas regulam-se em função das preferências específicas dos participantes. Por isso, é possível catalogá-la como uma ferramenta consultiva com fortes componentes de habilitação social, devido que é o grupo no interior de cada oficina temática, de maneira

democrática, quem deve se organizar, moderar a conversação, e compartilhar a liderança em prol da geração de consensos compartilhados. Este exercício implica um esforço propositivo e um diálogo produtivo, que se traduz num fomento à aprendizagem coletiva, uma mudança rápida e sustentável na forma de participar e um alto nível de compromisso dos participantes quanto os resultados e a iniciativa participativa realizada.

A caixa de consultas recolhe as observações e consultas de um grande número de pessoas durante um período de tempo extenso, o que permite que os atores sociais depositem, por escrito, suas observações, dúvidas, comentários e consultas, sobre um determinado tema. Uma das claves desta ferramenta radica na sua localização física, já que deve ser num lugar público e visível, como uma praça, as dependências municipais, um consultório medico, etc. Na prática, as caixas de consultas são complementares a outras ferramentas de participação cidadã. Em definitiva, o quesito básico das caixas é permitir que os atores sociais sejam informes sobre o projeto ou temas em questão, antes de emitir uma opinião e procurar as caixas de consultas.

Os plebiscitos, vinculantes ou não, permitem conhecer a opinião favorável ou desfavorável de uma grande quantidade de pessoas sobre um projeto ou ação determinada. Evidentemente funciona como uma consulta cidadã massiva. Em geral, são utilizados para conhecer o nível de apoio ou rejeição duma população determinada para um projeto ou seus componentes. Na Argentina foi utilizado no ano 1985 para que a população emitisse opinião sobre o acordo limítrofe alcançado com o Chile, enquanto que o Brasil acaba de utilizá-lo para consultar à população sobre a portação de armas.

As pesquisas de opinião acercam dados de um grande número de pessoas em referência a temas específicos que podem ser desglossados segundo as características socio-demográficas da população participante. Em efeito, as pesquisas permitem recolher informação estruturada sobre distintos temas, cujas respostas amostram características sócio-demográficas, tendências, opiniões, expectativas da população. O princípio que dá validade à pesquisa é a representatividade, isto significa que deve ser elaborada uma amostra representativa da população objetivo. Por isso, para aplicar uma pesquisa devem ser definidos os objetivos, elaborado o instrumento ou questionário claro e preciso, identificada a amostra das pessoas às quais a pesquisa será aplicada, ponderar a margem de erro, capacitar os entrevistadores, e aplicar a pesquisa na população. É importante testar a pesquisa em um número reduzido de pessoas, com o objeto de melhorar a qualidade do instrumento ou questionário.

A “Casa Abierta” consiste em dispor dum espaço aberto para a comunidade no qual se desenvolvem distintas atividades para dar a conhecer um determinado Programa. Assim, a

Casa Aberta tem por objetivo gerar espaços estáveis de difusão sobre a ação proposta e de consulta cidadã para uma grande quantidade de pessoas. Com esta ferramenta participativa, estritamente consultiva, é permitido informar e gerar espaços de sensibilização e comunicação para a comunidade interessada e aos possíveis afetados por uma ação proposta, onde as pessoas interessadas possam conhecer o projeto, obter informação escrita dele, aprofundar seus conhecimentos sobre temas específicos, e conversarem pessoalmente com os responsáveis da ação. Por isso, a Casa Aberta é um conjunto de outras ferramentas, devido que ela pode abrigar dípticos ou folhetos, realizar reuniões informativas, aplicar uma pesquisa, amostrar uma maquete demonstrativa, etc. O resultado é que acessa um maior número de pessoas e a qualidade do intercâmbio é maior, pois tem se comprovado que os participantes expressam-se mais amplamente e são mais propositivos que em uma reunião tradicional. Esta ferramenta é utilizada no Programa Valparaíso Opina, como pode ser visto no capítulo XXIV.

Esta classificação das ferramentas participativas não impede o fato que todas estas fórmulas sejam flexíveis na hora de aplicá-las, o que provoca que em muitos casos se iniciem experiências integradas que combinem vários instrumentos com uma mesma finalidade e, às vezes, como parte de um mesmo processo. Resta ainda expor as ferramentas compreendidas na modalidade de habilitação social, mas para isso é necessário explicar o conceito de empoderamento, que atualmente atravessa o debate da participação cidadã.

Capítulo VIII: Empoderamento

Para autores como Oakley e Clayton, o conceito de desenvolvimento que gira em torno das escolas de pensamento vinculadas à teoria da modernização e à teoria da dependência, até a chegada do pós-modernismo, está questionado pelo surgimento de um novo conceito: Empoderamento. Para eles, durante a última década, surge um novo tipo de análise que deu forma a enfoques que explicam e atacam, tanto à pobreza quanto ao subdesenvolvimento. No centro desta análise, está o conceito de poder. (Oakley e Clayton, 2003:6)

Assim, na procura da origem do conceito, é possível encontrar na década de 1970 os primeiros trabalhos analíticos que influenciam o surgimento do “poder” como conceito central que define todos os processos de desenvolvimento, ao centrar a atenção na relação entre “poder” e “pobreza”. Para 1980, os autores citam uma ampla corrente analítica que reúne evidências sobre na qual está baseada muita da força contemporânea do conceito de “empoderamento”. (Oakley e Clayton. 2003:7)

Concomitante ao conceito de empoderamento, o conceito de participação inicia também um longo período de influência sobre o pensamento e a prática do desenvolvimento. Os autores mencionados salientam que, para 1990, o termo já tinha-se convertido num conceito central no discurso e na prática do desenvolvimento, ao citar que um número maior de agências bilaterais e multilaterais ficam convencidas que somente uma reforma estrutural e uma distribuição mais equitativa do “poder” podem oferecer uma perspectiva que quebre o ciclo de pobreza endêmica existente em grande parte do mundo todo. Porém, o poder e seu exercício encontram-se em quase todas as atividades da vida cotidiana, sendo a base sobre a qual se dá a maioria das relações e interações, pois.

O “poder” exerce um papel dominante na determinação dos grupos que progredem e dos que não podem fazê-lo. De modo semelhante, destacam a distinção entre “poder” e “autoridade”. Esta é exercida com o apoio público livre e se baseia no consenso, enquanto que aquela implica com frequência a ameaça das ações sem consultar as aspirações da população (Oakley e Clayton. 2003. Pág.8)

Os autores citam que o poder – formal, tradicional ou informal – está no coração de qualquer processo de transformação sendo que é a dinâmica fundamental que determina as relações sociais e econômicas. Falar de empoderamento equivale a sugerir então que há grupos que estão totalmente à margem do poder e que necessitam de apoio para “empoderar-se”.

Quando falamos de processo de “empoderamento”, nos referimos à posições relativas ao poder formal e informal desfrutado por diferentes grupos socioeconômicos, e às conseqüências dos grandes desequilíbrios na distribuição desse poder. Um processo de empoderamento busca intervir nestes desequilíbrios e ajudar a aumentar o poder daqueles grupos “desprovidos de poder”, relativamente aos que se beneficiam do acesso e uso do poder formal e informal. (Oakley e Clayton. 2003: 9)

Porém, a análise não é uniforme pois revela pontos de vista contrastantes sobre a importância do poder no contexto de desenvolvimento. Por exemplo, empoderamento é (i) poder, no sentido de transformação radical e confrontação entre os que o possuem e os que não têm poder, como dinâmica crucial das mudanças sociais. Esta interpretação argumenta que só centralizando-o e aplicando os padrões de mudanças existentes é possível uma transformação significativa (ii) poder, como um aumento da conscientização e do desenvolvimento dum “faculdade crítica” entre os marginalizados e oprimidos. Este é o poder de “fazer” e de “ser capaz”, assim quanto o de se sentir com maior capacidade e obter o controle das situações. Aplica-se, portanto, ao reconhecimento das capacidades de tais grupos para agir e desempenhar um papel ativo nas iniciativas de desenvolvimento, o que implica superar a aceitação passiva dos fatos e fortalecer as habilidades de grupos marginalizados para que estes se envolvam como atores legítimos de desenvolvimento (iii) poder, como essência ou base da riqueza e por contraste, desempoderamento como a base da pobreza. Assim, tanto “empoderados” como “desempoderados”, são categorias de atores fundamentais para a compreensão da dinâmica em qualquer processo de desenvolvimento. O poder, nesta concepção, pode ser visto como um bem de propriedade do Estado ou de uma classe dominante que o exerce para manter o controle e desta forma afirmar sua autoridade e legitimidade. O poder define então, o padrão básico das relações econômicas e sociais num contexto dado, e portanto, tem influência fundamental em qualquer intervenção que potencialmente ameace a distribuição existente.

Ao respeito, falando de poder e não necessariamente de empoderamento, é possível citar dois autores contemporâneos que fornecem uma visão que amplia este último conceito. Como foi mencionado nos capítulos anteriores, Jürgen Habermas propõe na sua teoria um consenso que deve ser produto da participação dos indivíduos por meio da interação social a partir de bases igualitárias e livres, enquanto que Bourdieu, pelo contrário, propõe a construção de consensos, tirando as vendas que impedem ver as relações de poder que reproduzem o sistema de dominação. (Bernardes. 2001. Pág. 15) Assim o primeiro, “empodera” aos excluídos ao trazer à tona a idéia de esfera pública enquanto o segundo o faz ao propôr romper as relações de poder, questionando a legitimidade de suas normas e decisões.

Con tudo, outros autores são citados no livro Empoderamento, como Craig e Mayo que comparam a noção de poder à “soma variável” e “soma zero”, onde na “soma variável”, os que não detentam o poder podem ser empoderados sem alterar a natureza e os níveis de poder existentes por parte de outros grupos poderosos, enquanto que “soma zero” implica que, para que um grupo adquira poder, inevitavelmente deve acontecer uma redução de poder por parte de outros grupos. (Oakley e Clayton. 2003:10)

Patrimônio Participativo

Em síntese, os autores sustentam que um desenvolvimento alternativo envolve um processo de empoderamento social e político cujo objetivo a longo prazo consiste em “reequilibrar” a estrutura do poder dentro da sociedade, fazendo com que a ação do Estado seja mais responsável frente à sociedade civil, fortalecendo assim, os poderes desta última para que possa gerir seus próprios assuntos, e fazer com que as corporações sejam mais responsáveis socialmente. Arriba-se para uma definição do conceito:

O empoderamento é um processo dinâmico em desenvolvimento, centrado na comunidade local e que envolve a dignidade, a reflexão crítica, a participação e o cuidado do grupo, através do qual aqueles que carecem da possibilidade de compartilhar os recursos existentes ganham maior acesso e controle sobre tais recursos, através do exercício de ampliação do equilíbrio de poder. (Oakley e Clayton. 2003:12)

No citado livro são senhladas as possíveis dimensões que pode atingir este conceito. Entre elas, a dimensão psicológica, vinculada à identidade e auto-imagem, a criação de espaços e aquisição de conhecimentos. A dimensão social, onde são incluídos as lideranças nas atividades comunitárias, as ações pelos direitos e a inclusão social. A dimensão organizacional que compreende a identidade coletiva, o estabelecimento duma organização representativa. A dimensão cultural implica uma redefinição das normas e regras de gênero e a recreação de práticas culturais inclusivas. Finalmente, a dimensão política significa a participação em instituições locais, a negociação de poder político e o acesso ao poder político. (Oakley e Clayton. 2003:14)

Estabelecidas estas dimensões, é possível vincular o termo com outros, por exemplo. Empoderamento vinculado à participação: o vínculo entre estes dois conceitos é o que emerge de maneira mais forte das experiências descritas no citado livro. Esta percepção tem se expandido em direção ao conceito amplamente conhecido como “desenvolvimento participativo”, que tem se convertido na estratégia mais comum de promoção de empoderamento. Em essência, a visão do empoderamento está focalizada para projetos e denota grande adesão num instrumento muito antigo para atingir seu objetivo.

Empoderamento como elemento democratizador: Esta conceptualização refere-se ao empoderamento no contexto político mais amplo ou no nível macro. Por muito tempo, os doadores do Norte lamentaram a suposta ausência destas estruturas e práticas democráticas em muitos países, vendo o processo de “empoderamento” como a base sobre a qual tais estruturas e práticas poderiam ser construídas.

Para 1990, Korten defende o apoio a processos com ampla base social, tal como a democratização como meio para a construção do poder dos envolvidos. Suas reivindicações têm impacto sobre as estratégias de desenvolvimento das agências, no sentido de apoio para o fortalecimento da sociedade civil e da organizações comunitárias de base. Ao

respeito, destaca-se a obra do economista português Sousa Santos, descrito nos capítulos anteriores.

Empoderamento como desenvolvimento da capacidade: Nesta corrente, é típico o compromisso com o fortalecimento das instituições da sociedade civil, de forma que esta possa negociar melhor com outros poderosos. Alguns enfoques sublinham a base essencial da aprendizagem, a importância crítica da reflexão e, fundamentalmente, a noção de inclusão e autonomia na ação. Esta associação é a base das Oficinas – Escola, onde ensinam-se ofícios, para poder capacitar e inserir mão de obra desempregada local em tarefas que ajudem à inclusão social.

Empoderamento através da melhoria das condições econômicas: Nos últimos anos há um aumento dos recursos que os doadores disponibilizam para ajudar na montagem de pequenas empresas, micro-finanças e criação ampla de habilidades empresariais entre os pobres, como meio pelo qual eles começam a sair da pobreza. Esta é a visão, por exemplo, que tem o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Empoderamento e indivíduo: Finalmente, a consequência que os pobres se engajem em atividades como microemprendimentos ou atividades sociais / culturais, contribuem ao desenvolvimento pessoal dos indivíduos, ao aumento da sua autoconfiança e à experiência necessária para que estes possam expandir seus horizontes e não se conformem com sua própria sorte. A base desta visão se encontra no trabalho do brasileiro Paulo Freire, e deriva de idéias anteriores sobre a “concientização” e o desenvolvimento da “facultade ou consciência crítica”. (Oakley e Clayton. 2003: 13-23)

A maneira de resumo, podem se distinguir três grandes áreas em relação às quais pode-se manifestar o empoderamento: A primeira, é o empoderamento como maior confiança na capacidade pessoal para levar a frente algumas formas de ação; a segunda, o poder quanto aumento das relações efetivas que as pessoas desprovidas de poder podem estabelecer com outras organizações e o terceiro, o poder como resultado da ampliação de acesso aos recursos econômicos, tais como crédito e insumos.

Porém, os autores advertem que sempre existe o perigo que o uso do empoderamento no contexto das intervenções para o desenvolvimento possa ser baseado num entendimento superficial sobre as relações locais de poder, portanto o empoderamento pode acabar limitado a pouco mais que uma maior participação na tomada de decisões nos projetos e ter pouco ou nenhum impacto sobre mudanças estruturais maiores. (Oakley e Clayton. 2003:13)

Para saber se os grupos marginalizados, desprovidos de poder ou em desvantagem, estão ganhando poder e estão melhor habilitados para enfrentar e lidar com os aspectos que influenciam seu desenvolvimento, resulta interessante pesquisar nas ferramentas participativas que envolvem este conceito. Ao respeito, é possível citar as ferramentas explicitadas no Manual Chileno de participação cidadã, tais como as Mesas de Trabalho, a instância de negociação, as Oficinas de Capacitação, os Grupos de Autogestão, sem que por isso existam outras ferramentas que cumpram tal finalidade, como bem poderiam ser os Conselhos Gestores, utilizados no Brasil. Como funciona cada uma delas?

As Mesas de Trabalho têm como objetivo tomar decisões de maneira compartilhada entre as partes interessadas durante todo o ciclo da vida de um projeto. Esta ferramenta busca o intercâmbio de opiniões entre as partes envolvidas (beneficiários, afetados, interessados, etc) num projeto, com o finalidade de colaborar na construção de uma tomada de decisões compartilhada. Cabe destacar que o termo Mesa de Trabalho é um conceito muito amplo, que é utilizado para todo tipo de temas e para todo tipo de objetivos. Não obstante, para esta modalidade de participação cidadã, seu objetivo é conseguir uma tomada de decisões compartilhada, que reflita os interesses de todos seus participantes ao maior grau possível. Usualmente, reconhece-se que este processo de tomada de decisões deve começar nas primeiras etapas de planificação e desenho de um projeto, e continuar até sua execução e implementação. Comitê de Gestão é outra denominação que possui esta ferramenta

A instância de negociação ou manejo de conflitos gera um acordo mutuamente aceitável entre as partes envolvidas em um conflito, utilizando a negociação como ferramenta de trabalho. Esta ferramenta procura gerar um processo de negociação entre as partes em conflito, pelo desenho e implementação de um projeto e suas principais características. Deve-se aclarar a priori que a negociação é um processo que requer habilidade, empatia, prudência, paciência, critério e consciência de valores, por parte dos atores envolvidos.

Além do mais, no uso desta ferramenta, o conflito é consubstancial às pessoas e as organizações, e existe devido ao complexo comportamento, individual e grupal, que dinamiza o funcionamento das organizações.

O conflito manejado positivamente, tal como o apregoa o Guia de Gestão da UNESCO, significa uma conciliação de diferentes pontos de vista sobre um assunto, de criatividade, com resultados de enriquecimento mútuo e evolução sobre um tema relevante para as partes. Evidentemente, deve-se ter presente que a aplicação desta ferramenta fica restrita a conflitos negociáveis, onde as partes possam decidir em termos de igualdade.

As oficinas de Capacitação permitem aos participantes obter destrezas e habilidades em relação a um tema vinculado com a autogestão de um projeto. Esta ferramenta procura que

os atores sociais obtenham um conjunto de conhecimentos e habilidades em torno a um tema em particular, o qual lhes permitirá posteriormente participar ativamente em todas as etapas do ciclo de vida de um projeto.

Em efeito, ainda quando existe todo tipo de capacitações para diferentes públicos, estas capacitações dizem em relação com a preparação do público objetivo para que assuma uma responsabilidade determinada na gestão, execução e administração de um projeto. Esta modalidade, vê ao empoderamento na acepção de Freire, é utilizada habitualmente na conservação a partir da implementação das oficinas-escola, as quais podem se encontrar em Olinda, João Pessoa, Buenos Aires e Valparaíso.

Os grupos de autogestão promovem a planificação, gestão, construção e operação de um projeto com a participação ativa de toda uma comunidade, ao tempo que geram redes de apoio para sua concreção. Esta ferramenta permite a planificação e implementação de um projeto, em estreita relação com o público. Sua ênfase está colocada na apropriação do projeto por parte desse público, seja através da informação, a consulta, a deliberação e a tomada de decisões em forma participativa. Trata-se de um processo cuja duração não se pode definir com absoluta precisão. Não obstante, esta ferramenta aparece como uma estratégia fundamental e efetiva para assegurar uma maior vida útil das obras construídas. Ao respeito, esta ferramenta é muito próxima à utilizada no Programa Urbis, denominada Comissão Gestora Local.

As Redes de Gestão são os condutores de um processo participativo onde devem-se organizar redes de comunicação e articulação interinstitucional para gestionar as diversas etapas no desenvolvimento das atividades de um programa. Estas redes são necessárias na hora de articular acordos com a comunidade, assim quanto no momento de construir participativamente as obras. Podem se organizar distintos tipos de redes, as que podem estar divididas em redes de autoridade e redes locais:

1. Redes de Autoridade. São os canais formais e informais que existem entre as distintas instâncias governamentais relacionadas direta ou indiretamente com o projeto. Estas redes apresentam a particularidade de gerar aportes e recursos para a futura obra ou para projetos complementares que consolidem o investimento realizado.
2. Redes Locais. Em cada comunidade é necessário reconhecer os diversos atores para tentar ligar em forma consensuada os distintos critérios com a finalidade de conseguir o objeto proposto.

Patrimônio Participativo

Definidos os conceitos de contrato social, participação cidadã e empoderamento, apontadas suas modalidades e dimensões, explicadas as ferramentas participativas onde possam ser aplicadas, é possível revisar a postura de cada um dos atores sociais envolvidos na gestão do patrimônio cultural. A terceira parte deste trabalho amostra como o Estado, a Sociedade Civil, as Organizações Não Governamentais, as Entidades Financeiras Internacionais e os Organismos Internacionais têm respondido perante estes conceitos.

PARTE III

Os atores sociais



Corpus Christi em Ouro Preto

Fonte. Patrimônio da humanidade no Brasil

INTRODUÇÃO

Para poder compreender os níveis de atuação dos distintos atores sociais, tenho utilizado a tabela a seguir onde se estabelecem claramente os níveis de cada organização: internacional, supra-estatal (que implica a cessão de direitos de um Estado em favor de uma organização que as abrange), estatal (o caso do IPHAN), regional ou autônoma (como são os casos da Cidade Autônoma de Buenos Aires e da região V de Valparaíso) e local (nível de atuação dos três casos de estudo). Também, são dados exemplos das distintas organizações que podem estar incluídos nos diferentes níveis.

Níveis	Organizações Governamentais	Organismos Governamentais	Organizações profissionais	Organizações Privadas
Internacional	ONU UNESCO OCPM	Centro do Patrimônio Mundial ICCROM	ICOMOS ICOM	ICOM Foundation Federação de Amigos de Museus
Supra-estatal	OEI União Europeia OEA OUA Mercosul			Igrejas
Estatal	Governo Central	Ministérios da Cultura, Direções Gerais Institutos Culturais, CMN (Chile) CNMLSH (Arg) IPHAN (Brasil)	Colégios profissionais Universidade	Amigos dos Museus Fundações Corporação Participa (Chile) Igrejas
Autônomo ou regional	Governo autônomo	Direção de Cultura Direção Geral do Patrimônio Cultural Dep. Planejamento e Urbanismo	Associações. profissionais: Sociedade Central de Arquitetos Colégios profissionais Universidade reg.	Amigos dos Musuos ONG Fundações Igreja
Local	Concelho Deliberante Câmara de Vereadores	Área da Cultura Área do Urbanismo e Meio Ambiente Área do Urbanismo		Associações Empresas

Fonte: Hernández e Tresserras

Nos próximos quatro capítulos é analisada a participação cidadã nas organizações mais representativas da gestão do patrimônio cultural. No primeiro capítulo se refere ao Estado e a sua função de tutela em referência ao patrimônio; o segundo examina a sociedade civil e as organizações sociais quantificadas no relatório da UNESCO, a terceira se refere a dois organismos chave como são a UNESCO e o seu órgão assessor na matéria de estudo, o ICOMOS; finalmente, se dá uma mirada sobre os organismos financeiros internacionais que financiam obras e programas de conservação como são o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Capítulo IX: O Estado

Para Harvey (1992: 252), a política cultural do Estado moderno tem na proteção, conservação, posta em valor e reanimação do patrimônio cultural e natural uma das suas principais funções. Por qué? Como assinala García Canclini, (*In* Ballart, 2001: 164) nos países europeus, latinoamericanos, e em muitos países africanos e asiáticos, os estados-nação eram os protagonistas principais da política cultural. Em relação com o patrimônio, o estado-nação era o organismo responsável da gestão do patrimônio, tanto material quanto imaterial, e que por sua vez constituía as marcas distintivas que serviam para caracterizar cada nação e diferenciá-la das outras. Nalguns países, esta coesão nacional se producia quase exclusivamente em torno à cultura de elites, de origem européia, que se transmitia à população mediante o sistema escolar.

Além disso, pode se encontrar em Ballart quem considera que se o patrimônio deve seguir cumprindo sua tríplice função, quanto bem público numa sociedade democrática moderna, de servir à memória coletiva, contribuir para a educação de todos em valores e afetos e proporcionar recursos para a sua indústria cultural, cabe-lhe então ao Estado sua custódia, preservação, estudo, investigação e conservação mediante gestões abertas e participativas, enquanto que a difusão ou divulgação dele pode dar-se fora da área estatal. (Ballart. 2001:125)

Evidentemente, para impulsar a aparição de novos atores, é necessário que os governos alentem e estimulem o interesse crescente da sociedade no desenvolvimento cultural, e contar ao mesmo tempo com condições favoráveis para o trabalho desses atores.

Para Ballart, o Estado responde plenamente à inquietudes culturais de indivíduos e comunidades locais, quando fomenta a participação dos novos atores sociais na formulação das políticas culturais, com a finalidade de garantir sua representatividade viabilidade, desenhar políticas culturais abertas à participação dos novos atores e promover encontros de âmbito nacional e internacional para o intercâmbio de experiências e a vinculação entre os novos atores e estes com as instituições públicas, estas últimas poderiam ser algumas formas em que o Estado teria para implementar um avanço na aparição dos novos atores culturais. (Ballart. 2001:164)

Os desafios democráticos para “atores sociais” (movimentos, associações de base, ONGs, etc) provavelmente há que situá-los numa dupla perspectiva: de democratização dos Estados, mas fundamentalmente de democratização da própria sociedade. Ao respeito, Garretón assinala três aspectos fundamentais para a consolidação democrática:

Patrimônio Participativo

1. A redefinição de um modelo de desenvolvimento que reparta os custos da crise, isto é, abordar o problema da justiça social e da equidade.
2. O estabelecimento de um novo modelo de relações entre o Estado e a sociedade civil, que faça a necessária distinção entre Estado, regime político e Sociedade Civil. Isto supõe, por um lado, o fortalecimento da capacidade de gestão do Estado como agente de desenvolvimento e democratização e, por outro, o fortalecimento da sociedade civil. Também inclui maior autonomia das organizações e movimentos sociais, criando espaços reais de poder e participação nos níveis locais, com o deslocamento efetivo de poderes estatais concentrados e a geração de instâncias de decisão que democratizem a gestão do Estado.
3. A constituição de um sistema forte de partidos que assegure a democracia política e a democratização global. (In Albuquerque. 2004:32)

Definida a incumbência do Estado em referência à tutela do patrimônio cultural e aos aspectos que fazem à consolidação da democracia, é possível repassar a oferta estatal de participação cidadã nos países de estudo.

Começando pela República Argentina, Albuquerque ressalta que nenhum destes aspectos têm se concretizado na Argentina dos anos 1980 e 1990, pelo que não é possível falar de consolidação democrática e, menos ainda, de construção duma esfera pública democrática. (Albuquerque. 2004: 67)

Não obstante, a Argentina tem utilizado embora não foram estabelecidos pela lei, mecanismos de Consulta Popular, Congressos e Comissões democráticas, até a consagração da nova Constituição Nacional em 1994, quando uma série de mecanismos institucionais são incorporados para melhorar a qualidade democrática quanto: o direito à resistência, quando são vulnerados os direitos e garantias estabelecidas na Constituição; o aumento da quantidade de Senadores por província, incluindo à minoria; a proteção do patrimônio cultural e natural, instrumentos da democracia participativa quanto, o Direito à Iniciativa Popular, o direito para convocar por parte do Presidente ou do Congresso a Consulta Popular vinculante⁵ ou não vinculante e o Juízo por Júris, a criação do Conselho da Magistratura para nomear juizes e do ministério público (os dois independentes do poder político)⁶

Mesmo assim, são consagrados direitos que fazem à vida cotidiana dos cidadãos como a participação das associações de consumidores e usuários nos Organismos de Controle, o direito a celebrar convênios coletivos de trabalho, poder recorrer à conciliação e arbitragem para a solução dos conflitos laborais, a participação nos lucros das empresas por parte dos

trabalhadores, a estabilidade do empregado público, a organização sindical livre e democrática, o seguro social obrigatório e a proteção integral da família. Posteriormente se dita uma Lei, denominada lei de percentagem feminino, onde a mulher deve ter, um mínimo de 30% na lista de cargos eletivos. Cabe destacar, que muitas destas iniciativas esperam ainda uma lei que as regule, enquanto outras têm modificado a vida dos argentinos em forma definitiva.

No Brasil, desde o ponto de vista do desenvolvimento da participação e de novas noções e práticas de cidadania podem-se indicar as experiências de: a) o orçamento participativo, b) os Conselhos de Gestão e c) o Estatuto da Cidade, práticas oficializadas com sanção da Constituição em 1988.

Os Conselhos de Gestão são uma das conquistas mais representativas quanto a participação social na gestão pública, e embora apareçam formalmente como uma oferta estatal, surgem da pressão e da mobilização das mais diversas forças sociais. Para Gohn (In Carvalho. 2000:38), se bem a proposta destes Conselhos de Gestão não é nova, pois existem experiências anteriores tanto em outros países quanto no Brasil antes da sua consagração constitucional, a instância de caráter deliberativo, consultivo ou de controle, é um passo adiante para setores tão delicados como a saúde, a assistência social, os direitos das crianças e dos adolescentes.

A Constituição apresenta como objetivo dos Conselhos, especialmente na área da segurança social, promover o “caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em particular dos trabalhadores, empresários e aposentados” (art. 194, VII, de la Constitución Nacional). E apesar das dificuldades que ainda impedem a implementação de canais efetivos de participação, os conselhos representam um passo para a consolidação de lugares nos quais a democracia representativa compartilha espaços com a democracia participativa.

Atualmente, no Brasil o número de conselheiros se aproxima ao número de vereadores, o que representa um avanço quanto à intervenção e seguimento das políticas públicas por parte da sociedade civil. Desta forma, além da atuação do cidadão quanto contribuinte, se dá também um processo de democratização do poder que vai desde os municípios menores até as grandes metrópoles, demonstrando a capacidade dos movimentos organizados de inserir-se na esfera pública. (Albuquerque. 2004:104)

Além do mais, para 2001 aprova-se o Estatuto da Cidade, após dez anos de luta dos movimentos articulados no Foro Nacional da Reforma Urbana. Esta lei federal fomenta a gestão participativa da política urbana, nas três esferas de governo: federal, estadual e municipal.

Patrimônio Participativo

Um sistema articulado de Conselhos também é responsável pela gestão participativa das políticas ambientais, que, em nível federal, está coordenada pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

Muitos Foros também representam hoje em dia importantes espaços informais de práticas participativas, reunindo diferentes tipos de sujeitos políticos (sindicatos, movimentos sociais, organizações populares, ONGs, entidades profissionais, universidades, etc.) Uma das estratégias de atuação desse tipo de organização tem sido a procura de interagir com parlamentários ou órgãos públicos, discutindo a implementação de suas reivindicações e a construção de um diálogo cada vez mais constante entre a sociedade civil e o Estado. Não obstante, sua atuação, os diferencia dos conselhos setoriais, conferindo-lhes uma maior autonomia de decisão e maior “inmunidade” contra a cooptação política estatal. Mas por sua vez, esta falta de institucionalidade é prejudicial quanto sua capacidade de requerer algum tipo de compromisso por parte dos governos. (In Albuquerque. 2004:106)

O Orçamento Participativo (PP) constitui um processo de consultas e debates sobre a definição de gastos públicos municipais, especialmente sobre os investimentos que deverão ser realizados a cada ano. O processo tem metodologias e formatos diferenciados, que estão implementados hoje em dia por diversos partidos e municípios de diferente tamanho.

Todas estas experiências participativas têm grande repercussão, quanto forma inovadora da gestão pública, por seu caráter modernizador e democratizador do poder local. Várias delas têm sido reconhecidas por organismos internacionais como a Conferência da ONU sobre o Hábitat, que premiou a experiência do OP da cidade de Porto Alegre.

Entrando no âmbito chileno, Jean-Jacques Duhart assegura que se bem no país têm se registrado certos avanços embrionários na última década, em particular no âmbito da gestão local, o balanço é ainda muito deficitário no nível e qualidade da participação efetiva dos cidadãos na formulação das políticas e na gestão pública. (Duhart, 2003:4)

Em sínteses, a sociedade chilena foi completamente fragmentada durante a ditadura, e a transição à democracia, para finais dos anos 1980, não fez senão dar continuidade ao modelo de desenvolvimento neoliberal e pactuar com os militares reformas parciais à Constituição de 1980, que os próprios militares fizeram aprovar no poder. Por isso, Duhart assegura que se bem a participação cidadã tem ido ganhando devagar algum espaço no discurso político, ela não consegue se converter ainda numa prioridade real da agenda pública. Ao respeito, Hugo Contreras (2005:3) concorda:

Devido ao período de contingência política vivido no Chile nas últimas décadas, a participação cidadã sobre a base de movimentos cooperativos chilenos provocou que estes

ficaram reduzidos a suas expressões mais essenciais. Com o regresso da democracia, pouco a pouco a participação cidadã retoma um lugar cada vez mais protagónico no marco de vida quotidiana chilena.⁷

A democracia chilena atual, organizada a partir de uma Constituição de raiz liberal autoritária, consagra um sistema de representação binominal, que impede o acesso das minorias ao Parlamento. Praticamente não existe nenhum mecanismo parecido ao da “consulta popular”, inclusive, a possibilidade de plebiscito só é possível com a aprovação de altas maiorias parlamentares. Albuquerque esclarece:

Como têm manifestado diversos autores, a democracia chilena atual se organiza sobre a base de um regime de democracia representativa que convive com “enclaves autoritários”. A cidadania fica deste modo reduzida a “cidadania eleitoral” e a sua maior ou menor inclusão nas políticas sociais compensatórias promovidas pelo Estado neoliberal. (Albuquerque. 2004.21)

Não obstante, reconhecendo a participação cidadã como um dos eixos orientadores do Estado para aprofundar a democracia, surgem durante o governo de Lagos cento e seis (106) compromissos ministeriais na perspectiva de incorporar a participação cidadã à gestão do seus órgãos. Posteriormente, dita-se um “instrutivo presidencial” destinado a orientar e ordenar as autoridades dos órgãos da administração do Estado para estabelecer formas de participação cidadã na sua gestão.

Nessa linha se constitui o Conselho Cidadão para o desenvolvimento da Sociedade Civil, que elabora um extenso relatório com propostas concretas para fundar uma nova relação de colaboração entre o Estado e a Sociedade Civil e, atualmente, dispõe de importantes recursos obtidos através de um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o objetivo de favorecer o fortalecimento da sociedade civil.

Por outra parte, no plano local, são introducidas também diversas reformas na Lei "Orgánica de Municipalidades" tendentes a aumentar os mecanismos de participação cidadã. Em primeiro lugar, têm se modificado as normativas para chamar a plebiscitos comunais. A nova lei estabelece que é possível pedir a realização de um plebiscito quando 10% dos cidadãos o solicite. Estes podem demandá-lo para se pronunciarem não só do Plano de Investimento Comunal, como se estabelecia na lei anterior, senão que além disso, poderão fazê-lo a respeito do Plano de Desenvolvimento Comunal, do Plano Regulador da Comuna. Do mesmo jeito, a nova lei incorpora a criação de audiências públicas, instâncias de interlocução de vizinhos com as autoridades municipais.

Patrimônio Participativo

Ainda que seja inegável que o Estado, através de ditas políticas, joga um papel ativo na reconfiguração da sociedade civil popular, as formas de participação promovidas não conseguem incidir nos processos da tomada de decisões substantivas para as comunidades locais e para o país, e também não acabam por vincular-se com os anseios de participação dos próprios setores populares.

Em geral, as experiências se reduzem até agora a esquemas de concertação mais institucionais, é com os atores mais organizados da sociedade, ou à utilização de procedimentos de consulta bastante tradicionais e de reduzida eficácia. No substantivo, subsistem tanto na classe política quanto na administração do Estado chileno, uma forte cultura que permanece refratária à abertura dos processos de decisão, sobretudo se ela implica compartilhar suas prerrogativas exclusivas. Esta visão é corroborada pelo Deputado da República do Chile, Nicolás Monckeberg, quem diz que na estratégia por melhorar o funcionamento dos mecanismos de representação política, subjaz a percepção dos parlamentários em catalogar estes mecanismos quanto ameaça de competência ou erosão da sua legitimidade popular. (In Duhart. 2003:8)

Em síntese, pode se dizer que a oferta estatal de participação cidadã nos países dos casos de estudo é situada em diversos estágios, dependendo fundamentalmente, do grau de evolução democrática que tenham atingido tanto o Estado quanto a Sociedade Civil. Teixeira expõe claramente:

A democratização deve ser então realizada em dois níveis. Por um lado, a democratização do Estado ampliando a esfera de decisões até os segmentos organizados da sociedade. Por outro lado, a própria sociedade precisa ser democratizada e assumir uma cultura de participação e também uma ética de responsabilidade pública. (In Carvalho. 2000:108). No próximo capítulo examina-se a Sociedade Civil, sua democratização e a assunção de uma cultura participativa.

Capítulo X: A Sociedade Civil

Numa brevíssima perspectiva histórica, pode se dizer que nossas tradições escravistas e coloniais têm grande influência no bloco regional às liberdades civis e políticas. Estas têm sido, em nossa região, uma forte influência nas relações instituídas entre cidadãos e governantes. Desta forma, como salienta Alves dos Santos, a ausência de participação política era contrastada pela existência de um comportamento participativo comunitário da população em outras esferas, principalmente em torno das grandes festas, da religião e da assistência mútua. (*In Teixeira, 2004 : 45*)

Afortunadamente, América Latina deixa de ser um continente de regimes militares, onde a participação é limitada à reivindicação dos Direitos Humanos, para transitar sistemas de direito e regimes pluralistas, mas que ainda enfrentam profundos desafios político-culturais e econômicos. Como esclarece Celiberti, o fim dos regimes ditatoriais deixa, porém, profundas feridas sociais e políticas que ainda não estão fechadas. Esta autora salienta que a exclusão social de milhões, a marginalização e o atraso econômico e social das populações de América Latina constituem o principal obstáculo para a consolidação democrática. (*In Teixeira. 2004:51*)

Ao respeito, é interessante observar a postura de Touraine quem salienta que o problema na América latina, havida conta da dependência e das formas que tem tomado o Estado, é que não têm se constituído atores sociais puros (nem movimientos sociais no sentido estrito), o que explica a fragilidade da democracia representativa. (Touraine, 1995:260)

Não obstante, uma das principais transformações das últimas décadas reside na eliminação dos limites da política que acarreta sua reestruturação. Assim, a lacuna entre as instituições e as demandas crescentes de uma sociedade auto-reflexiva e individualizada, apresenta o político além das estruturas e jerarquia formais, revisando os problemas ecológicos e ambientais, a divisão do público-privado, as relações de gênero, as formas de fazer política, a cultura de direito, a diversidade, as relações de poder, mas também os acordos comerciais, o papel das instituições financeiras e a dívida externa.

Celiberti destaca o papel ativo da cidadania e a existência de múltiplos atores sociais que contribuem para criar uma institucionalidade em permanente processo de mudança, simbolicamente rica (defensorias, orçamentos participativos, descentralização municipal e participação cidadã, leis de participação e controle social, etc).

O ponto central está dado em que esta institucionalidade coexiste com uma política prática empobrecida e auto-referenciada incapaz de conduzir o debate das restrições e

condicionantes que a economia capitalista e a inserção de América Latina na economia global. (In Teixeira. 2004:54)

Por isso, como diz Albuquerque (2004:13), não existe um conceito único de cidadania na hora de tomar posição na problemática entre cidadania e democracia. A autora salienta que não existe um conceito único porque há distintas visões e concepções da cidadania. Albuquerque conclui:

Esquemmatizando um pouco, poderia se afirmar que, na sua versão mais liberal, corresponde- lhe à sociedade civil exercer ações corretivas sobre o Estado a efeitos que este expanda as liberdades, enquanto numa versão socialdemocrata, corresponde- lhe à sociedade civil lutar por expandir os direitos não só políticos senão sociais perante ao Estado, com o propósito de morigerar as tendências à desigualdade que gera o mercado (na verdade, mais precisamente, o sistema capitalista mundializado ou globalizado). (Albuquerque, 2004:34)

Para Albuquerque, com o período de democratização na região se inicia a construção duma nova cultura focada nos direitos e na participação, em definitiva, a autora argumenta que se constrói um novo paradigma democrático, baseado no pluralismo, as relações horizontais, a autonomia dos atores sociais em relação aos partidos e ao Estado, a heterogeneidade, a universalidade dos direitos.

Entretanto, Albuquerque coincide com Celiberti em que esta transição para um paradigma democrático gera ainda uma enorme dificuldade na elaboração de novos projetos e estratégias, pois, as novas ideologias neoliberais seqüestram os significados de conceitos centrais para a elaboração de um projeto democrático e popular. Albuquerque (2004:19) esclarece que:

Estas novas práticas de cidadania, entretanto, desenvolvem-se em meio de lógicas nacionais predominantemente neoliberais, razão pela qual devem disputar espaços com outras noções de cidadania de caráter liberal, que enfatizam nos direitos individuais, a liberdade econômica, a democracia representativa e a política social como política compensatória ou apoiada na assistência e a caridade pública.

Assim, contra uma cidadania ampla e política, propõe-se uma cidadania limitada ao consumo; contra a participação com controle social sobre o Estado, propõe-se uma participação filantrópica e substitutiva das responsabilidades sociais do Estado, contra a radicalização da democracia, vemos democracias de baixa intensidade.

Ao respeito, Ballart ressalta a vital importância que a participação dos novos atores abranja equilibradamente os diversos campos de ação cultural – a preservação do patrimônio, a

difusão das manifestações culturais e a criação de condições adequadas para a expressão cultural contemporânea – e os diversos setores da população, evitando a concentração excessiva de esforços em determinadas esferas e o descuido de outras. (Ballart, op. cit.:165)

E em nossos países? Começando pela Argentina, pode se dizer que ela tem uma longa história acumulada por organizações com trajetórias políticas e sociais, e uma consciência cultural muito forte em torno aos direitos sociais e políticos. O movimento de ONGs e organizações sociais tiveram um forte crescimento a partir dos anos oitenta, e o debate em torno do seu papel continua ainda vigente.

Para Albuquerque (2004: 67), estes movimentos e organizações sociais se caracterizam por sua heterogeneidade, horizontalidade, porque não pretendem a toma do poder senão a afirmação de identidades – como primeiro passo de resistência –, a defesa de setores determinados, a construção de cidadania, constituindo avanços importantes no caminho de consolidação da democracia. A politização de todos os espaços converte estes movimentos e associações em lugares de democracia participativa, o que não significa outra coisa que a transformação, em cada um deles, das relações de poder em relações de autoridade compartilhada.

A partir de dezembro de 2001, com a desordem social e a falência do Estado, aparece no povo argentino um novo fenômeno social forjado na última década e que inclui a trabalhadores, desocupados, piqueteros, e a setores da classe média cujas poupanças foram expropriadas. Estes “nuevos movimientos” mais plurais e desvinculados dos partidos políticos se articulam, no período de reconstrução democrática pós-ditaduras, com outros atores sociais que não agem usualmente numa perspectiva de luta pelos direitos, como por exemplo as organizações culturais, organizações empresariais e profissionais, os círculos intelectuais, etc. gerando expectativas positivas que crescem ao ritmo da recuperação econômica.

No Brasil, a construção democrática ao longo do século XX, tem como uma das suas principais características a presença significativa da sociedade civil organizada que consegue forjar espaços públicos de negociação, reivindicação, participação e conquista de direitos. (In Albuquerque, 2004:87)

Ao respeito, a sociedade civil organizada brasileira vem forjando espaços privilegiados nos quais estão se gestando novas formas de se relacionar o Estado e a Sociedad Civil. Nesse cenário, como se já foi mencionado no capítulo anterior, destaca-se a criação dos Conselhos de Gestão de Políticas Setoriais, os processos de Orçamento Participativo, e as diversas iniciativas de foros de discussão, formulação e proposição de políticas públicas, quanto de controle dos orçamentos públicos por parte da sociedade civil.

Patrimônio Participativo

As ONGs brasileiras surgem a partir dos anos setenta, em forma paralela aos movimentos que buscam melhorar os serviços de saúde, educação, transporte coletivo, estabilização dos preços da cesta básica alimentar, entre outros. Na década seguinte as ONGs assumem o papel de mediadoras entre os movimentos sociais e o Estado, contribuindo tanto à organização da sociedade civil quanto ao processo de democratização das instituições políticas.

Nos anos 1990 se observa uma mudança na ação política dos atores sociais, dos setores populares e das ONGs, que passam da luta social direta, reivindicativa – típica das duas décadas anteriores –, para o campo da participação, cada vez mais, no âmbito institucional e pela procura da democratização e controle social do Estado. Nesse novo contexto, os movimentos e as organizações sociais se vêem perante o desafio de manter não somente sua autonomia e poder de pressão sobre o Estado, senão também desenvolver sua capacidade propositiva para implementar uma nova lógica e novos mecanismos de gestão pública, baseados no protagonismo da sociedade. (In Albuquerque, 2004:93)

O Chile, por sua parte, é um país rico em tradições organizativas e de participação social. Estas, que alcançam seu ponto culminante na década de 1960 e particularmente nos anos do governo da Unidade Popular, sofrem um duro embate após o golpe de estado em 1973.

Os movimentos sociais, neste contexto, são progressivamente excluídos dos processos de redemocratização que começava a viver o país, sendo substituídos pela emergente classe política, que privilegia acordos partidários de cúpulas e uma política baseada nos consensos, por sobre as demandas de participação e justiça de um setor majoritário da cidadania.

Pese a que a participação cidadã é uma necessidade para aprofundar no processo democrático, as cifras demonstram que esta diminuiu. Isto se reflete principalmente no progressivo aumento da abstenção ou do voto nulo nas eleições municipais, presidenciais ou parlamentares, assim como também nas organizações gremiais, sindicais, sociais e políticas.

Na atualidade, nas organizações sociais populares existe fragmentação e dispersão, desencantos e frustrações frente a um sistema político, econômico e social excluinte, que não tem conseguido aminorar as desigualdades nem as brechas sociais existentes, assim como a desconfiança e distância para o sistema de partidos políticos, incluídos os da esquerda extraparlamentar.

Por isso, a sociedade civil no Chile ainda apresenta importantes fraquezas para se constituir em um interlocutor forte frente ao Estado e aos atores econômicos, e assim gerar demandas “audíveis”. Contreras, amplia:

O período de ausência [democrática] provocou que as regras elementais de participação, tenham se esquecido. Em efeito, atualmente os cidadãos vislumbram na participação cidadã, sua única opção para fazer valer todos seus direitos. Portanto carregam nela a totalidade de suas expectativas e anseios, inclusive aqueles que não têm relação direta com os temas consultados. Desta forma, a realização de reuniões se reduz à definição de grupos opostos sobre um determinado assunto, mais que a constituição de uma assembléia onde se obterá um consenso cidadão.⁹

Em síntese, pode se dizer que os atores sociais que implantam as experiências de democracia participativa questionam a identidade que lhe for atribuída externamente por um Estado autoritário e discriminador e reivindicam, ao mesmo tempo, direitos de participação, direitos a bens públicos distribuídos localmente e direitos de reconhecimento da diferença e propõem como alternativa, uma gramática social e estatal mais inclusiva.

Por isso, como ressalta Sousa Santos, a percepção de inovar entendida como uma ampliação da participação dos diferentes atores sociais no processo da tomada de decisões, faz com que estes incluam temáticas até então ignoradas pelo sistema político, redefinem identidades e vínculos e aumentem a participação, especialmente no nível local. (Santos, 2002:59)

Devido a que o presente trabalho pode se estender para várias direções, considero necessário circunscrever o assunto da participação cidadã dos casos estudados. Para isso, tomo os dados publicados pelas Nações Unidas (Ver anexos 1, Tabelas 1 e 2), onde é possível quantificar e posteriormente comparar dita participação.

As Nações Unidas realizaram um estudo em toda a América Latina, denominado Latinobarômetro, onde se analisa a participação cidadã mediante a variável de modos de participação. Para isso, o estudo distingue quatro dimensões a serem estudadas: a eleitoral, a gestão política, a participação em manifestações coletivas e a participação social, sobre a qual se obtêm os dados utilizados neste relatório. Esta última dimensão, denominada coeficiente PSO, mede o grau em que as pessoas colaboram para resolverem, junto com outros concidadãos, problemas do seu entorno, a este coeficiente acrescenta-se o modo de participação cidadã (MPC) ou modo de intervenção em que os cidadãos realizam sua vida social e política. Desta forma se obtêm o índice de participação cidadã, cujo quadro completo é apresentado no anexo final.

Patrimônio Participativo

Pois é, se for analisada a participação cidadã na América Latina, por país e por atividades, podem ser estabelecidas interessantes conclusões que fornecem um marco geral ao objeto de estudo. No caso argentino a amostra recolhida indica uma colaboração de 50,3 % da população em atividades sociais seja com trabalho, dinheiro ou reuniões, enquanto que para o caso brasileiro estas cifras chegam até 67,6%. O caso chileno sofre uma merma que chega a 49,5 %; sendo a média latinoamericana 60,4% é possível sustentar que só o Brasil supera com folga a intenção de seus moradores de participar em atividades sociais. Esta tendência aparece também quando se desgrana a informação em participação com o contato com os funcionários e a participação em manifestações coletivas. Não obstante, estes dados se invertem quando se pergunta pelo voto e se este tem sido emitido sob alguma pressão, o Brasil fica abaixo da média latinoamericana (só acima da Bolívia e do México) o que indica uma forte incumbência do poder político na opinião dos cidadãos.

Ao analisar a participação cidadã por setores e tipos de organizações nos quais as pessoas participam existe uma excelente aproximação que define o perfil e as preferências da cidadania nos países estudados. O caso argentino se reparte quase igualmente entre os quatro itens mencionados, começando com a participação no desenvolvimento comunal, continuando com a defesa dos direitos aos mais despossuídos, as atividades educativas, artísticas e culturais, para finalizar com a participação em igrejas. Se bem no primeiro caso há maior participação, esta se encontra muito abaixo da média latinoamericana, sendo quase a metade dos dados do resto dos países. É notório o caso brasileiro, onde aparece com muita força a participação das pessoas em organizações religiosas, dobrando praticamente a média latinoamericana, deixando para um segundo lugar a participação no desenvolvimento comunal e a junta de vizinhos, para seguir com as atividades educativas, artísticas e culturais, finalizando com o apoio para a defesa dos direitos dos mais necessitados. O caso chileno mostra uma notória participação da cidadania no desenvolvimento comunal e a junta de vizinhos ao ficar quase na média latino-americana, uma semelhança entre a participação em organizações eclesiais e a defesa dos direitos dos mais desprotegidos deixando para o último lugar, abaixo da média dos países latinoamericanos a vocação de colaborar em eventos culturais, artísticos, musicais ou educativos.

Circunscrito estes dados na área de objeto de estudo, isto é, somando a participação cidadã no desenvolvimento comunal ou junta de vizinhos junto com a colaboração dos cidadãos em eventos artísticos, culturais ou educativos, obtêm-se os seguintes resultados: Na Argentina participa 46,6% e dentro da área de estudo o faz tão só o 19,9%; no Brasil participa 58,3% ficando 21,1% restringido ao objeto de estudo; finalmente Chile com uma participação de 48,7% dedica 21,2% de suas atividades da área de estudo. Em outras

palavras, o estudo reflete que se bem existem diferenças nos grandes números (populacionais, históricos, de participação em diferentes organizações, assim como na vida eleitoral) é possível encontrar um valor médio entre os três países dos casos de estudo que está por volta de 20% das pessoas que participam em torno da gestão do patrimônio cultural, mas fica longe de 30%, que é a média que dá a participação latinoamericana para este caso.

Capítulo XI: Os Organismos Internacionais

A UNESCO, criada em 1945, é um organismo especializado do sistema de Nações Unidas, cujos propósitos são: Contribuir à paz e à segurança colaborando estreitamente entre as nações mediante a educação, a ciência e a cultura com a finalidade de: Assegurar o respeito universal à justiça, à lei, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, que sem distinção de raza, sexo, idioma ou religião, a Carta das Nações Unidas reconhece a todos os povos do mundo.

Partindo do princípio proclamado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujo artigo 27 assinala que “toda pessoa tem direito a tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, a gozar das artes e a participar no progresso científico e dos benefícios que dele resultarem”

A UNESCO realiza um aporte significativo para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da legislação cultural internacional moderna. Em virtude da disposição no parágrafo 4 do artigo IV de sua Constituição, a Conferência Geral da UNESCO está facultada para levar adiante uma ação normativa nos campos de sua competência tendente à aprovação de instrumentos internacionais de diversa natureza jurídica na ordem do direito internacional. (Harvey; 1992: 235)

Os membros que compõem as Nações Unidas são os Estados que formam parte da UNESCO, com direito a um voto por país. A quantidade total de membros plenos é de 187 e 4 deles estão como membros associados. Para sua melhor implementação têm se dividido em cinco regiões: a) a África, b) os Estados Árabes c) a Ásia e Pacífico d) a América Latina e o Caribe e) a Europa e América do Norte; sendo seus idiomas oficiais o espanhol, o inglês, o francês, o árabe, o chinês e o russo.

Os órgãos que compõem a UNESCO são três: A Conferência Geral, integrada por todos os Estados membros, o Conselho Executivo composto por 58 Estados membros eleitos pela Conferência Geral e a Secretaria que possui um Diretor Geral está organizada por setores (Educação, Ciências Exatas e Naturais, Ciências Sociais e Humanas, Cultura, Comunicação informação e informática, Instituto de Estatística da UNESCO, Gestão e Administração, Escritórios, Institutos e Centros Autônomos. Dentro do setor da Cultura, cuja sede está em Paris, podemos encontrar um organograma que atende à questão do patrimônio cultural:

A UNESCO, em relação com o patrimônio, atua em torno a três eixos básicos: a prevenção, a gestão e a intervenção, elementos básicos para garantir a conservação e o uso social do patrimônio. (Ballart, 2001:89)

A divisão do patrimônio cultural, a divisão da criatividade, indústrias culturais e direito de autor, departamento de diálogo intercultural e pluralismo para uma cultura da Paz, unidade de políticas culturais para o desenvolvimento, unidade do relatório mundial sobre a cultura e o centro do patrimônio mundial da UNESCO.

Na América Latina e o Caribe encontram-se diferentes escritórios, tais como o escritório da Cultura para América Latina e o Caribe na Havana, o Centro regional de Ciência e Tecnologia para a América Latina e o Caribe em Montevidéu, o escritório regional de Educação para América Latina e o Caribe em Santiago de Chile e o escritório regional de Comunicação para América Latina e o Caribe em Panamá. Além disso, existem escritórios da UNESCO em Buenos Aires, Asunção, La Paz, Brasília, Montevidéu e Santiago de Chile.

Em 1998, a UNESCO apresentou um plano de ações no marco da Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o desenvolvimento, celebrada em Estocolmo onde, dentro do objetivo número três, explicita: “lograr uma participação direta dos cidadãos e das comunidades locais nos programas de conservação do patrimônio e estabelecer um listado das melhores práticas para as políticas de patrimônio” (dos Estados membros e associados)

Cada setor apresenta programas bimestrais, onde é possível destacar dentro dos denominados grandes programas bianuais para o período 2000/2001 o programa número 3 (três) que leva por título Desenvolvimento cultural: patrimônio e criatividade.

Dentro deste Programa, define-se como objetivo geral a salvaguarda e a revitalização do patrimônio material e imaterial colocando quatro eixos de ação. O primeiro eixo diz sobre a aplicação de instrumentos normativos e sobre a ação preventiva para proteger o patrimônio cultural; o segundo eixo coloca o tema do patrimônio cultural e o desenvolvimento; o terceiro fala sobre preservação e revitalização do patrimônio imaterial enquanto o último eixo propõe a restauração de patrimônios afetados pelos conflitos.

O segundo objetivo do Programa é a promoção da Convenção do Patrimônio Mundial que na atualidade possui 582 (445 culturais, 117 naturais, 20 mixtos) de 114 países sobre um total de 156 Estados membros.

Cabe destacar que a UNESCO incorpora, no ano 2004, a Rede de Cidades Criativas da Aliança Global para a Diversidade Cultural. Esta Rede focaliza o fomento de novas modalidades de associação entre o setor público, o privado e a sociedade, em prol de liberar o potencial criativo, social e econômico das indústrias culturais no mundo. Nesse programa, que trata de vincular cidades (escolhidas em distintos itens que atinjam à criação cultural) para que elas compartilhem experiências e intercambiem conhecimento são galardoadas as

ciudades de Buenos Aires – Argentina (desenho), Edimburgo – Escócia (literatura), Popayán –Colômbia (gastronomia), Santa Fe –Estados Unidos e Asuán – Egípto (arte popular).

Finalmente, a UNESCO possui instrumentos normativos internacionais aprovados pelos Estados signatários nos principais campos da cultura e especificamente em matéria de patrimônio cultural e de direitos culturais e do artista. Estes instrumentos podem se classificar em três áreas, conforme as obrigações que elas impõem:

- **Recomendação:** Trata-se de um texto da Organização dirigido para um ou vários Estados, convidando-os a adotarem um comportamento determinado ou a atuarem de certa maneira num âmbito cultural específico. A recomendação carece de todo poder vinculante para os Estados Membros.
- **Convenção:** Este termo, sinónimo de tratado, designa todo acordo concluído entre dois ou mais Estados. Supõe uma vontade comum das partes, para as que a convenção gera compromissos jurídicos obrigatórios.
- **Declaração:** A declaração é um compromisso puramente moral ou político, que compromete os Estados em virtude do princípio de boa fé.

Cabe destacar que estas convenções, cartas e recomendaciones tem sido analisadas em profundidade da ótica da participação cidadã, ao longo de todo o capítulo IV.

O International Council on Monuments and Sites (ICOMOS), conformado em Veneza em 1964, durante o Vigésimo oitavo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dedicados aos monumentos históricos de conservação e restauração de monumentos e sítios do patrimônio cultural, é a única organização internacional não governamental proposta pela UNESCO. Sua missão principal consiste em “promover a teoria, a metodologia e a tecnologia aplicada à conservação, a proteção e revalorização de monumentos e sítios, baseando-se nos princípios da Carta Internacional de Veneza”.

No seu portal oficial podem se ler seus objetivos principais, entre os que se destacam: (i) Reunir os especialistas da conservação do mundo todo e constituir um lugar permanente de diálogo profissional e de intercâmbio, (ii) Recolher, aprofundar e difundir a informação sobre os princípios, as técnicas e as políticas de conservação (iii) Colaborar no nível nacional e internacional na criação de centros de documentação especializada na conservação, (iv) Acolher a adopção e a aplicação de convenções internacionais sobre a conservação e a puesta en valor do patrimônio arquitetônico (v) Participar na elaboração de programas de formação para os especialistas em conservação em nível mundial, (vi) Colocar a sua rede de profissionais altamente qualificados e aos especialistas ao serviço da comunidade internacional.

Entre suas principais atividades se destacam: a) Acrescentar sua presença ao redor do mundo apoiando a criação e o crescimento dos comitês nacionais do ICOMOS; b) Estender a influência da carta de Veneza na criação dos textos doutrinários flexibilizando-os para os setores específicos do patrimônio arquitetônico; c) Definir as técnicas de gestão adaptadas para os bens culturais; d) Desenvolver os programas de formação num marco multilateral em colaboração com os comitês nacionais e os comitês científicos internacionais; e) Enriquecer o centro de documentação internacional UNESCO-ICOMOS em Paris e instalar uma diapoteca e uma videoteca consagrada ao patrimônio arquitetônico; f) Organizar e gerir (ou dirigir) as missões de expertos à demanda das administrações culturais e as entidades legais que julgam necessárias a intervenção de um consultor para uma pergunta de conservação particular; g) Jogar um papel vital como conselheiro da UNESCO sobre os bens culturais a serem incluídos na Lista do patrimônio mundial e sobre o seguimento dos bens já inscritos; h) Informar aos meios especializados para uma grande distribuição das Notícias do ICOMOS, os periódicos científicos, a série Monumentos e Sítios sobre o patrimônio de países em particular e seus atos e conferências e j) Despertar o interesse do público para a conservação através da utilização dos meios e a celebração do dia internacional de monumentos e sítios, datado para 18 de abril.

Administrativamente, este organismo conta com quase 6000 membros em mais de 107 países, entre os que encontram-se a Argentina, o Brasil e o Chile. Sua sede se encontra localizada na cidade de Paris e suas línguas de trabalho são o inglês e o francês. Os órgãos administrativos do ICOMOS são: A Assembléia Geral, o Comité executivo, o Comité consultivo, os Comitês nacionais, os Comitês internacionais e o Secretariado.

Cada um destes órgãos estabelece seus regulamentos internos, modalidades de funcionamento e escolhe seu pessoal segundo as prescrições de seus estatutos. Não obstante, para levar adiante a tarefa de conformar os comitês em cada país, o ICOMOS reagrupa as administrações, instituições e pessoas interessadas em quatro categorias: instituições, benfeitores, individuais e membros de honra.

Além disso, existe uma rede de Comitês Temáticos Especializados, órgãos técnicos consagrados ao estudo de problemas particulares que abordem os seguintes temas: arte rupestre, arquitetura vernacular, madeira, barro, formação, arqueologia, concreto, pedra, patrimônio subaquático, jardins históricos, fotogrametria, sismologia, turismo cultural, cidades históricas, vitrais e organização ou Comitê de legislação. A inscrição nestes Comitês Temáticos abrange a todos seus membros associados, por indicação dos Comitês Nacionais.

Patrimônio Participativo

Através de cada comitê nacional do ICOMOS, todos os membros podem participar de sua ação, desenvolvendo assim seus programas ou plano nacional, para o qual devem acreditar sua qualificação para a especialidade além de estarem em exercício da profissão.

O Comitê Argentino do ICOMOS foi criado em 1973 e adere à políticas, objetivos e atividades do ICOMOS internacional da conservação do patrimônio, adaptando-as às possibilidades, recursos, regiões e a identidade cultural do país, procurando um aporte duplo: o mais avançado da disciplina em nível mundial, e uma projeção ao âmbito internacional das características particulares do patrimônio argentino.

O Comitê Argentino colabora e realiza trabalhos em conjunto com organismos e instituições nacionais, regionais e internacionais, privadas ou governamentais, como a Comissão Nacional de Museus e Monumentos e de Lugares Históricos, o Arquivo e Comitês nacionais da área -Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai-, Comitês Nacionais da Ibero-américa e a Convenção do Patrimônio Mundial.

Dentro de suas políticas de comunicação e sensibilização fomenta campanhas publicitárias, animações culturais, programas de rádio e TV para a difusão, publicações, itinerários culturais e visitas a monumentos, e trabalha na educação formal através da escola secundária e com alguns municípios na organização de visitas guiadas e exposições.

O Comitê Brasileiro do ICOMOS, denominado ICOMOS/BRASIL, foi fundado em 17 de agosto de 1978 no Rio de Janeiro e registrado em 2 de maio de 1980 em Brasília, e como seus pares latinoamericanos adere às políticas, objetivos e atividades do ICOMOS internacional da conservação do patrimônio, adaptando elas às possibilidades, recursos, regiões e identidade cultural do país.

O ICOMOS/BRASIL está representado em vários Conselhos Culturais em todo o país, em nível nacional, estadual e municipal quanto no Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Conselho Nacional de Incentivo à Cultura e o Conselho da Cultura do Estado da Bahia, entre outros. Aqui o ICOMOS, tem como objetivos o estudo, análise e divulgação dos métodos, das técnicas da política de proteção, conservação, restauração e valorização dos monumentos, conjuntos e sítios naturais ou de valor cultural e o seu entorno.

Em definitiva, o ICOMOS constitui uma rede de expertos que fornece os benefícios surgidos dos intercâmbios interdisciplinários de seus membros, devido a que conta com profissionais como arquitetos, historiadores, arqueólogos, historiadores da arte, geógrafos, antropólogos, engenheiros, urbanistas e arquivistas, que contribuem com seus aportes para a geração de normas e técnicas de aplicação para todo tipo de bens culturais de valor patrimonial.

Não obstante, tanto no Estatuto geral do ICOMOS, quanto nos Comitês Nacionais da Argentina, do Brasil e do Chile não foi possível detectar objetivos específicos nem atividades programadas no referente à participação cidadã.

Como foi mencionado os documentos emanados pela UNESCO amostram que a evolução do pensamento em torno ao patrimônio cultural tem abarcado a informação, a difusão, a educação e a participação da sociedade. Não é claro então, se no ideário do ICOMOS o tema da participação cidadã está incluído em suas ações, ou se este objetivo é o próximo passo a ser dado pelo Organismo.

Capítulo XII: Os Organismos Financeiros Internacionais

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é basicamente um banco de desenvolvimento econômico e social. No que atinge aos países da América Latina, emite empréstimos em temas relacionados com a luta contra a pobreza e a promoção do conceito “inclusão social”. Não obstante, sendo um organismo financeiro internacional, o BID tem investido e investe, na conservação e puesta en valor do patrimônio cultural latinoamericano.

Na sua sede em Washington, encontra-se o Centro Cultural. Administrativamente, encontra-se dividido em oito sub-áreas: desenvolvimento cultural, cultura, conservação do patrimônio cultural, filosofia, espaços públicos, esporte e recreação, artes e letras, e turismo. Do mesmo modo, o tema da sociedade civil tem oito sub-temas: cidadania, sociedade civil, sociedade civil e desenvolvimento, participação comunitária, manejo de conflitos e busca de consenso, consulta e extensão, comunicação para o desenvolvimento, e reassentamento involuntário. (Ballart, 2001:160)

Esta primeira aproximação à estrutura hierárquica da Instituição fala de um fato que se repete ao longo de toda esta pesquisa, a ausência de integração entre as áreas de patrimônio cultural, participação comunitária e cidadania.

Para Sylvio Mutual (2003:10), o BID tem associado historicamente o patrimônio com o turismo, fato que tem início em 1974 com o projeto de Patrimônio e Turismo em Cusco (note-se que a Carta de Quito é dos anos anteriores). Não obstante, acrescenta que dos anos 1990 tem se mudado esta visão ao ser estabelecidos projetos que respondem a critérios econômicos-urbanos. Este fato se registra nas palavras de Mayra Buvinic, Chefe Divisão de Programas Sociais do Departamento de Desenvolvimento Sustentável do BID. “nas últimas décadas tem se constatado na América Latina e no Caribe um crescente interesse pela preservação do patrimônio urbano. Em resposta a esta demanda, o Banco vem desenvolvendo um programa de empréstimos e assistência técnica”. (In Rojas;2001:1)

Nestes anos já tinham sido publicadas as Cartas de Amsterdã, Burra e Nara. Para isso, o Banco tem introduzido significativas inovações na forma de como são financiados e executados os esforços de preservação, fato que se reflete na elaboração de documentos técnicos realizados pelo próprio Banco, que abordam distintas dimensões desta problemática.

Esta nova visão é confirmada por Rojas, quem afirma que existe uma revisão crítica de alguns projetos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, os quais podem ser considerados como experimentos em ação. Tem se deixado a visão do patrimônio como

recurso turístico, ao propor reformas nos métodos de ação e financiamento, de modo de envolver todos os atores sociais e destinar os bens preservados para usos com provada demanda social. (Rojas. 2001:2)

Desta forma, o Banco aprova dois tipos básicos de operações: de empréstimo e de cooperação técnica, que estão orientadas para a preservação e o fomento do patrimônio cultural. Algumas destas operações têm aportado o financiamento necessário para a preservação do patrimônio urbano em países como o Ecuador, Uruguai e Brasil, enquanto outras apoiaram atividades de conservação do patrimônio como parte de grandes investimentos em infra-estrutura como é o caso da Argentina e Bolívia. (Ballart, 2001:161)

Ao abordar projetos de conservação do patrimônio com um novo critério para a América Latina e o Caribe este Organismo põe ênfase no papel potencial do patrimônio no fomento do desenvolvimento socio-econômico ao tempo que promove a participação de todos os interessados no esforço de preservação dos bens patrimoniais.

Assim, nas operações do Banco são incluídas – aparte do financiamento do gasto público para a preservação de monumentos e investimentos afins à infra-estrutura para garantir seu bom uso – recursos destinados a promover alianças público-privadas e involucrar à comunidade local nos trabalhos de conservação. Estes critérios podem ser sintetizados em:

1. Involucrar no processo a todos os atores sociais garantindo um amplo apoio social para as ações de preservação,
2. Destinar para usos rentáveis ou com provada demanda social os bens patrimoniais, para aumentar a probabilidade que éstos sejam preservados a longo prazo,
3. Adopta um enfoque integral de preservação que inclua tanto os monumentos quanto seus entornos.

Destas premissas se desprende que o Banco parte da base de que o patrimônio tem uma valoração distinta para cada um dos atores sociais envolvidos, pelo que para ter uma adequada apreciação de seu valor é necessário considerar uma ampla margem de fatores e opiniões de todos os grupos engajados. Isto implica incorporar no processo de valoração não só os puntos de vista dos especialistas em conservação e da elite cultural, senão também os da comunidade, expressados tanto através dos órgãos representativos do governo quanto das organizações da sociedad civil e as dos investidores e empresários.

Concertação público-privada: Rojas salienta que o BID entende a concertação dos interesses dos atores identificados como o complemento necessário das opções de intervenção e financiamento do patrimônio cultural latinoamericano devido que esta

Patrimônio Participativo

estratégia integradora lhe permite resolver os problemas que impedem ao mercado imobiliário, ao setor público, às organizações da sociedade civil e a filantropia agindo isoladamente e preservar em forma sustentável o patrimônio urbano (Rojas.2001:9)

Assim o Banco indica que os mecanismos institucionais a serem utilizados devem ser capazes tanto de canalizar as ações dos distintos atores para as atividades cuja execução tenham maiores vantagens comparativas, quanto indicar os riscos inerentes à preservação patrimonial urbana aos atores que tenham maior capacidade e interesse por assumi-los em vista dos benefícios que estes lhe puderam reportar.

Embora este critério seja notavelmente economicista, sempre fica claro que a concertação de interesses tão diversos requer uma liderança por parte do Estado devido a que a grande maioria dos valores do patrimônio (quanto valores de existência, herança, estético, espiritual, social, histórico, simbólico) são de interesse da comunidade toda e só podem ser tutelados por organismos que a representem.

O mecanismo institucional que propõe o Banco em seus documentos é a empresa de capital mixto (público e privado), especialmente aquela criada para desenvolver investimentos na preservação de centros históricos. Neste tipo de organização, o capital é provisto por investidores privados e entidades do setor público e o controle da empresa é distribuído entre os representantes dos dois setores proporcionalmente a seus aportes.

O Banco denomina este mecanismo um matrimônio de conveniência ao catalogá-la segundo sua experiência como a melhor garantia de sucesso de esforços concertados de preservação do patrimônio envolvendo atores públicos e privados da América Latina e o Caribe.

Não obstante, o Banco abre as portas a outro tipo de estruturas institucionais que podem lograr os mesmos objetivos, como podem ser as corporações públicas especializadas na execução de programas de preservação patrimonial. Este tipo de instituições, nas que a propriedade é completamente pública e que, porém, estão facultadas para executar toda a variedade de investimentos no espaço público, infra-estrutura e preservação de monumentos e prédios patrimoniais, requerem de programas efetivos e sustentáveis de proteção do patrimônio urbano. Ponha-se como exemplo a ser destacado o Programa Monumenta, desenvolvido pelo IPHAN, no Brasil com o financiamento do BID.

Uma modalidade menos procurada pelo Banco, mas que permite conseguir parcialmente o alinhamento de interesses, é a que tem ensaiado os governos municipais que tem instalado escritórios de promoção da preservação e de coordenação dos investimentos privados.

Estes escritórios promovem a adoção de planos de preservação e os investimentos necessários nos organismos públicos responsáveis.

Ao mesmo tempo atuam como facilitadores do investimento privado pondo em contato proprietários de imóveis patrimoniais interessados em preservar e desenvolver suas propriedades, com investidores interessados em investir em preservação.

Pode se estabelecer, então, que existe uma correlação entre o pensamento plasmado nas Convenções, Cartas e Recomendações da UNESCO em matéria de patrimônio cultural e os critérios adotados pelo BID nesta matéria. Mesmo assim, é destacável que o BID encontra na Comissão mixta público-privada o mecanismo institucional mais adequado para uma plena participação cidadã e a satisfação de todos os atores envolvidos.

Um parágrafo aparte merece a investigação realizada por Héctor Poggiese da FLACSO - Argentina, sobre o processo consultivo que aplica, pela primeira vez na América Latina, o Banco Mundial. (Poggiese, 2000:16). Este autor ressalta, através da análise dos memorandos que emite o Organismo para as organizações focais, que depois de ter promovido a consulta e a participação cidadã como condição para a aprovação dos Programas nacionais que financia, tem passado para um processo de consulta de suas próprias propostas aos países, a respeito as ONGs: O projeto é apresentado para a imprensa como uma prova piloto para democratizar seus relatórios de estratégia (recomendações aos governos).

Para este autor o procedimento participativo do BM encobre uma nova forma de representação: sua pressão está legitimada por ter captado as demandas do setor social, as quais uma vez selecionadas, são uma proposta difícil de resistir pelos governos porque combinam o reconhecimento de alguma demanda social explícita com a existência de financiamento que o próprio BM está disposto a conceder para que essa demanda seja satisfeita.

Com tudo, Poggiese adverte que, chegado o momento de fazer participativas suas decisões, o BM incorre no mesmo que ele critica dos governos: põe a consulta seus documentos, se reserva o consenso, mantém em segredo os resultados. Na verdade põe a discussão assuntos na grande maioria dos quais lhe é indiferente a opinião dos consultados. (Poggiese. 2000:20)

Por isso, e a modo de síntese desta terceira parte, não é estranho encontrar em Sousa Santos (2002:72) a explicação que inclui, tanto o Banco Mundial quanto o Fondo Monetário Internacional como ferramentas com as quais o modelo da democracia liberal se impõe

Patrimônio Participativo

como modelo único e universal, ao condicionar estes a obtenção de empréstimos e ajuda financeira aos países sub-desenvolvidos, ao apoio desta política.

Concluída a primeira parte onde se coloca toda a literatura existente em torno ao patrimônio cultural e o Contrato Social entre Estado e Sociedade, ampliada a visão que encarna a democracia participativa na segunda parte e aplicando nesta parte todos os conceitos e visões aos distintos atores sociais necessários na gestão do patrimônio cultural, resta dar passo à realidade concreta de nossos países, analisando casos de estudo. O primeiro turno, desenvolvido na quarta parte, é para a Argentina, para logo seguir com o Brasil e o Chile, nas partes quinta e sexta, respectivamente.

Cada caso de estudo está desenvolvido em quatro capítulos que compreendem a seguinte temática. O primeiro capítulo é uma síntese histórica do processo democrático atual do país; o segundo capítulo diz da história da cidade (Buenos Aires e Valparaíso) ou do Organismo de aplicação do programa (IPHAN); o terceiro capítulo é um preâmbulo dos programas, com organismos de aplicação ou experiências prévias; finalmente no quarto capítulo se desenvolvem os programas selecionados.

PARTE IV

Programa Aquí Patrimonio, una tarea con los vecinos



Cidade Autônoma de Buenos Aires – Argentina

Cidade de Buenos Aires



Bairros da Cidade Autônoma de Buenos Aires Fonte: www.buenosaires.gov.ar

Capítulo XIII: O processo de democratização argentino

Após a derrota no conflito armado das Ilhas Malvinas (1982)¹ o Processo de Reorganização Militar que governa na Argentina, a partir do golpe de Estado perpetrado contra a então presidenta constitucional Isabel Martínez de Perón (1974) chega ao seu final. Outros são os tempos nos quais a televisão a cores (1977), a obtenção da Copa do Mundo de Futebol (1978) ou a época da *plata dulce*² faziam com que os argentinos fossem alheios à brutal realidade imperante. A chegada da democracia na Argentina coincide com o início do processo de democratização na região. Apesar disso, as conseqüências e as saídas de cada processo militar por parte dos países da América do Sul são muito diferentes. O caso argentino apresenta um Estado sumamente individualizado³, uma economia vazada e uma sociedade aterrada. Horacio Verbitsky, amplia:

Para finais da ditadura a dívida externa privada estatizou-se, de jeito que a sociedade toda carregara com seus custos. O regime de seguros de câmbio implicou subsídios estatais por mais de 8.000 milhões de dólares a finais de 1983. Desse modo foi financiada, mediante simples comunicaciones da autoridade monetária aos bancos, aquela fuga de capitais. Segundo o B. M., na década do 1980 a fuga foi equivalente à metade da poupança.

O fato mais notável é, sem dúvida, a construção do movimento pelos direitos humanos. No meio da mais terrível repressão, un grupo de mães de desaparecidos inicia o reclamo por seus filhos. Na novedosa combinação de dor testemunhal e posicionamento ético, atacam o centro mesmo do discurso repressivo e começam a comover a indiferência social.

Em 30 de outubro de 1983, o líder da Unión Cívica Radical, Raúl Alfonsín, vence nas eleições gerais impondo-se com 52% ao partido Justicialista, recriando o bipartidismo. Em 10 de dezembro, um governo social-democrata assume o poder e festeja no Cabildo.⁴ Alfonsín tem uma consigna clara, levar para juízo público à Junta Militar, um fato inédito e nunca repetido na América Latina. Para isso, cria a Comissão Nacional de Desaparecidos presidida pelo escritor Ernesto Sábato e composta por destacadas personalidades de diversos setores.

¹ A República Argentina reclama desde 1833 a devolução das ilhas Malvinas, Georgias, e Sandwich do Sur ao Reino Unido, apesar de conseguir numerosas resoluções positivas da ONU.

² A época da chamada plata dulce significou a abertura indiscriminada de produtos estrangeiros ao país, destruindo a indústria nacional. Existe um filme argentino que leva por título este nome no qual o protagonista (Julio de Grazia, quem se suicidara ao chegar Menem ao poder) viajava a Uruguiana para importar um produto que, paradójicamente, era fabricado no país. Os argentinos eram conhecidos pela frase "dê-me duas".

³ A soma da dívida externa argentina em 1983, era de U\$S 43.0000 milhões.

⁴ Este não é um fato menor, os anteriores e sucessivos presidentes de Alfonsín assumiram na Casa Rosada, sede do governo, saindo ao histórico *balcón* para ser vitoreados na Praça de Maio; frente a ela encontra-se o Cabildo, sede do primeiro governo pátrio argentino.

Patrimônio Participativo

O resultado é a entrega de documentos e testemunhos que dão conta da violação aos direitos humanos durante a ditadura⁵, para logo serem publicados no livro *Nunca Más*, base da acusação dos fiscais.⁶

Esta grande vitória institucional de Alfonsín, o catapultou nas eleições parlamentares (1985). Não obstante, o Governo radical não consegue (como tem acontecido em todos seus governos) a maioria no Senado da Nação. A derrota nesse recinto por uma nova lei sindical mais democrática, marca o início da renovação do Justicialismo nas mãos de António Cafiero⁷. Em outros campos, o governo radical tampouco teve nada fácil, com a sanção da Lei de Divórcio (1985) e a Pátria Potestade Compartilhada (1986), a Igreja Católica Argentina se distancia do governo, criticando-o duramente.

O panorama internacional também não é alentador, nos Estados Unidos a política de Ronald Reagan aplica altos índices na taxa de juros da dívida externa argentina. Alfonsín aposta ao que será o Mercosul, isto é, à integração latinoamericana.⁸ Paga seu primeiro vencimento ao FMI com fundo comum entre países sul-americanos, fato não repetido.

Se bem não estava consagrado na Constituição Nacional, Alfonsín aplica um Plesbiscito (1985) para resolver um diferendo territorial com o Chile com uma vitória aplastante por mais do 90%. Seu ministro de Relações Exteriores, Dante Caputo, é nomeado Secretário Geral da ONU (1987), marcando o retorno da Argentina ao contexto mundial dos países, adotando a postura do grupo dos não-alinhados.

O Congresso Educativo Argentino (1985), é outra das ações onde a participação dos cidadãos tem uma notória resposta pois são abertas as portas dos colégios para que os cidadãos elaborem propostas para a educação. Alfonsín, por Lei Nº 23.114, convoca ao Congresso Pedagógico onde são incluídos todos os atores sociais.

... garantir a participação ampla, crítica, criadora e respeitosa das opiniões dos outros por parte do conjunto do povo, do jeito que sejam refletidas fielmente as concepções nas que haja concordância, assim como os diferentes pontos de vista e que, a partir dos problemas locais e regionais da educação permita : a) consolidar a democracia b) fortalecer a identidade nacional e c) superar as necessidades educativas do presente.

Embora a área não seja a do patrimônio cultural, as pautas que estabelece o Congresso Pedagógico estão marcadas numa concepção da democracia participativa, desconhecida até então. A iniciativa desborda enormemente as expectativas oficiais, apesar que não foi repetida nos posteriores governos.

⁵ Pense-se que este número de desaparecidos representa mais de 1% do total da população argentina nessa época.

⁶ Notável é o filme argentino ganhador do premio Oscar "A História oficial" que conta estes fatos

⁷ Cafiero ganha as eleições internas do seu partido, deslocando à velha cúpula justicialista

O lançamento do Plan Austral (1985) não significa só a adoção de uma nova moeda (o austral) senão que contempla a incorporação de capitais privados às companhias estatais argentinas (com um máximo de 49%) sempre que não fossem seus concorrentes diretos. O sindicalismo, associado historicamente ao peronismo, toma como bandeira a defesa do patrimônio público e desata uma onda de greves nacionais⁹ encabeçadas por Saúl Ubaldini.

Pouco duraria a alegria pela conquista do Mundial de futebol de México (1986), pois na Semana Santa de 1987 o descontento castrense se faz sentir com a tomada do regimento Campo de Maio por parte do militar Aldo Rico, inaugurando o primeiro levantamento militar desde a restauração democrática. Alfonsín, pensando que a democracia está em perigo cria a Comissão de Emergência para a Democracia e chega a um acordo, sancionando as leis de Ponto Final e Obediência Devida, pelas quais muitos militares não são julgados pela sua participação durante a ditadura militar.¹⁰

Para finais de 1988 o governo nacional implementa o Orçamento Participativo na cidade de Buenos Aires¹¹ em linha com a cidade brasileira de Porto Alegre. O Prefeito radical Facundo Suárez Lastra inaugura este período, que pouco duraria na capital argentina a raíz do mudança de governo em 1989.

Após perder as eleições legislativas de 1987 e com um peronismo renovado que desata uma batalha frontal contra o governo, com greves cada vez mais intensas e politizadas, traduzidas na falta de quórum nas Cámaras Legislativas, o malestar castrense, a Igreja distanciada e seu partido dividido, Alfonsín sofre o tiro final que acaba com seu governo, um *golpe de Estado econômico*. Assim, sem o apoio dos empresários, a hiperinflação na Argentina arrasa com os salários, dá passo a saqueios populares e muda ministros de Economía em tempo record. Como o descreve Morales Solá:

[Alfonsín] tinha chocado com as corporações e éstas lhe responderam desbaratando a economia e colocando-o numa abrumadora suspeita pública. (...): nem a Igreja nem os sindicatos nem os empresários nem os militares lhe perdoaram a Alfonsín suas intromissões nem a susurrante ação oficial que pretendeu lhes podar o poder de decisão. (MORALES SOLA. Asalto a la ilusión. Editorial planeta. 1990. Buenos Aires)

Vencido o candidato oficial no dia 14 de maio de 1989 nas eleições presidenciais pelo justicialista Carlos Menem e com uma entrega do mandato prevista para dezembro desse ano, Alfonsín deve resolver a encruzilhada de concluir seu mandato formalmente ou dar passo para um novo governo eleito democraticamente de outra cor política, fato que não

⁸ Lembrada é a saída ao Balcón na cidade de Carmen de Patagones (onde teria sido o Distrito Federal argentino) dos Presidentes Alfonsín e Sarney, dando início ao processo político de integração, no ano 1987.

⁹ No total foram 14 greves nacionais, sem contar as numerosas greves setoriais

¹⁰ Famosa foi a frase de Alfonsín no balcón da Casa de governo "Felizes Pascuas, a casa está em ordem" com a qual dava-se por finalizado o conflito, mas que no final significou o começo de outros piores.

acontecia há mais de oitenta anos. Menem assume em julho de 1989, com Duhalde como vice-presidente-presidente.

Uma das primeiras medidas adotadas por Carlos Menem é a liberdade, mercê ao indulto, dos chefes militares e líderes montoneros¹² condenados durante o governo anterior, assim o governo se assegura a paz institucional. A outra medida é a adoção de um programa neoliberal, (em contraposição a sua campanha e à ideologia do seu partido) colocando no Ministério da Fazenda ao empresário Roig, substituído por Rapanelli, os dois representantes da multinacional *Bunge y Born*. O aposentado militar Álvaro Alzogaray, dá sustento ideológico ao plano.¹³

Após de dois anos de desacertos econômicos, de troca-troca no gabinete e de incautar compulsivamente as poupanças dos contribuintes em 1990, chega ao Ministério da Fazenda Domingo Felipe Cavallo, quem aplica o modelo de conversibilidade fixando o valor da moeda argentina ao dólar, pondo fim à escalada inflacionária e criando uma nova moeda: O peso.¹⁴

Para sustentar o plano cambial torna-se necessária a privatização de todas as empresas de serviços públicos, os canais de televisão e as empresas energéticas. Esta direção é aprovada pelos Estados Unidos, tanto nas Presidências de George Bush e Bill Clinton, com quem se estabelece o que o Ministro de Relações Exteriores denominasse “relações carnis”, isto é, um alinhamento automático com a política exterior estadunidense.

Além do mais, a origem síria-árabe do Presidente Menem¹⁵, somados à ação militar da Argentina na primeira guerra do Irak (1990), desencadeiam o horror com a explosão da embaixada de Israel, o dia 17 de março de 1992 e o ataque terrorista à Mutual Israelita (AMIA) em 1994, os dois sem culpáveis até hoje.

Com tudo, o Plano de Conversibilidade a pleno, Menem consegue duas vitórias eleitorais em 1991 e 1993, o que lhe brinda a maioria no Congresso do qual obtem uma lei que lhe outorga uma “maioria automática” na Corte Suprema de Justiça ao elevar de cinco para nove a quantidade dos seus membros¹⁶. Obviamente, o Orçamento Participativo da cidade de Buenos Aires, assim como as Comissões para resolverem as questões democráticas,

¹¹ A cidade de Buenos Aires é a capital do Estado e seu prefeito era nomeado pelo Presidente da República.

¹² Montoneros é uma agrupação da esquerda do peronismo, armada e que passara para a clandestinidade em 1974, que lutou contra os militares na ditadura

¹³ Economista e ex militar famoso por ter destituído o presidente democrático Arturo Illia e pela sua frase “tem que passar o inverno” com a qual ilustrava os recortes sociais que impunha sua doutrina ortodoxa.

¹⁴ O argentino sempre têm sentido pavor pela cotação do dólar. Um ministro de economia militar falava “quem aposta ao dólar perde”, o que dava início para uma corrida cambial a favor do dólar.

¹⁵ Ver o livro “A Carpa de Alí Baba. O grupo dos oito contra a corrupção” Hugo Barcia e Norberto Ivancich. (1991)

¹⁶ Segundo Vertbisky: “Em 5 de abril a Câmara de Deputados sancionou a ampliação. Em 17, Menem promulgou a lei, em 18, enviou os editais dos novos juizes, que o Senado aprovou em 19, numa sessão de apenas sete minutos (...) os novos ministros (da Corte) assumiram o dia 26 de abril. Em “Roubo para a Coroa” de Horacio Vertbisky. Editorial Planeta 1991. Página 88.

entram para o olvido ao tempo que se fala de Escola-Shopping¹⁷, as reciclagens de Porto Madero e a chegada ao país de artistas internacionais que vestem de glamour ao presidente.

Com os três Poderes inclinados a seu favor, Menem emprende a idéia de reformar a Constituição Nacional para lograr sua reeleição, fato que é imitado tanto nos Estados argentinos quanto nos distintos países da América do Sul. Para isso, acorda com o líder da oposição, o ex Presidente Alfonsín, a reforma da Carta Magna, o que é denominado Pacto de Olivos (1994)¹⁸O Cacique radical consegue incluir na Constituição Nacional, sancionada na província de Santa Fe, numerosos elementos da democracia participativa e a autonomia da cidade de Buenos Aires em troca da ansiada reeleição.

A sanção da nova Constituição Argentina (1994) traz modificações substantivas em torno à qualidade democrática pois consagra o voto direto para a eleição de presidente e vice-presidente, reduzindo seus mandatos de seis para quatro anos, além de poder ser reeleito por um período, dando por terminado o Colégio Eleitoral (art. 90); são incorporados direitos como o da resistência, quando são vulnerados os direitos e garantias estabelecidas na Constituição (art. 36), aumentam para três a quantidade de Senadores Nacionais por cada Estado, respeitando o conceito de maioria e minoria ao tempo que é encurtado seu mandato de nove para seis anos, permitindo uma renovação mais rápida da Câmara (art. 54); Cria-se a figura do Chefe de Gabinete¹⁹ para diminuir a onnipresença presidencial, à usança do modelo europeu, ao tempo que é consagrada a proteção do patrimônio cultural e natural (art. 41).

Não obstante, a nova Constituição Argentina é taxativa no referente ao tipo de democracia adotada, ao eleger a democracia representativa ou delegativa. No seu artigo 22, diz claramente que *O povo não delibera nem governa, senão por meio de seus representantes e autoridades criadas por esta Constituição*. Porém, são incorporados numerosos elementos da democracia participativa tais como, o Direito à Iniciativa Popular (art. 39), o direito a convocar por parte do Presidente ou do Congresso a Consulta Popular vinculante ou não vinculatória (art. 40) e o Juízo por Juri (art. 24).

Em referência às Constituições dos três países dos casos de estudo, é interessante ressaltar que se bem a nova Constituição Argentina é de 1994 e a Brasileira de 1988, a primera opta decididamente pela democracia representativa, apesar que a segunda já tinha seis anos em vigência. Pelo contrário, a Constituição Chilena, sancionada por Pinochet em

¹⁷ Até o dia de hoje existe uma causa judicial pendente por este tema

¹⁸ A residência de Olivos é o lugar de descanso do Presidente da República e onde foi celebrado o acordo. Eduardo Duhalde reforma a constituição bonaerense e é reeleito governador do Estado de Buenos Aires.

¹⁹ Chefe de Gabinete ou Primeiro Ministro em outros países

1980 e de neto corte autoritário foi reformada ulteriormente quase por completo mas com os mesmos parâmetros da Argentina.

Não obstante, a Constituição Argentina consagra direitos que fazem à vida quotidiana dos cidadãos como a participação das associações de consumidores e usuários nos Organismos de Controle (art. 42), o direito a concertar convênios coletivos de trabalho, o recorrer para a conciliação e a arbitragem para solucionar conflitos laborais, a participação nas ganancias das empresas por parte dos trabalhadores, a estabilidade do funcionário público, a organização sindical libre e democrática, o seguro social obrigatório e a proteção integral da família (art. 14 bis).

Com a reeleição de Menem como presidente e Carlos Ruckauf como vice-presidente em 1995, inaugura-se um período de turbulências internas e externas que socavam a base popular conseguida nas eleições: O efeito tequila no México²⁰, a queda bursátil dos denominados tigres asiáticos, a necessidade de sustentar o plano de converisibilidade aumentando a dívida pública a níveis exorbitantes, a desvalorização brasileira, as numerosas denúncias de corrupção, narcotráfico e contrabando de armas²¹, detonaram com o assassinato do repórter gráfico José Luis Cabezas, responsabilizando ao empresário Alfredo Yabrán, associado ao governo em numerosos mega-negócios.

Assim se produz a saída de Cavallo do Ministério da Fazenda em 1997, ao tempo que Fernando De la Rúa é consagrado Chefe de Governo da Cidade Autônoma de Buenos Aires²² e Aníbal Ibarra vice-presidente. O selo do governo que adota De la Rúa marca o retorno ao Orçamento Participativo, *aggiornado* com a experiência de Porto Alegre, a criação dos Centros de Gestão e Participação e a aposta de converter a Buenos Aires num referente cultural de nível mundial, tudo isso como plataforma de lançamento para a disputa presidencial em 1999.

Com um partido radical fraturado pelo Pacto de Olivos e a saída cedo do poder em 1989, Alfonsín aparece outra vez em cena ao lograr um acordo com o novo partido político que tinha quebrado o bipartidismo argentino ao obter o segundo lugar nas eleições gerais de 1995, o Frente Pais Solidário encabeçado pelo ex menemista Alvarez, o ex Ministro Bordón e a independente Fernández Mejjide. A Alianza conformada, propõe uma eleição interna onde o vencedor seja o candidato para presidente e o derrotado para vice-presidente. Fernando De la Rúa, assume a candidatura para a Presidência, mentras que Fernández

²⁰ Nesse tempo foi moda associar as desvalorizações às coisas típicas do país. Ex: Efecto Tequila - México

²¹ Existe uma causa judicial pela que Carlos Menen irá à cadeia em 2002

²² Fernando de la Rúa foi Senador Nacional em 1973 ao vencer o peronismo e tinha sofrido a derrota no Colégio Eleitoral pela Senadoria Nacional em 1995, embora tivesse a primeira maioria.

Meijide aceita ser a candidata para a governação do Estado de Buenos Aires, deixando seu lugar na vice-presidentepresidencia para Alvarez.

Em 10 de dezembro de 1999. Fernando de la Rúa é consagrado como novo Presidente, gerando uma grande expectativa na sociedade. A aposta do novo governo é desativar as fechaduras que Cavallo tinha colocado na economia sem afetar a conversibilidade, ao tempo que dá início a uma época de respeito às instituições democráticas. Menem é processado e colocado a disposição da justiça que lhe dicta prisão domiciliar, ao igual que numerosos funcionários de seu governo. Aguinis amplía:

O termo *menemismo*, embora pese a seus fiéis, está cheio de conotações negativas. Em primeiro lugar é vinculado com a corrupção. Uma corrupção protegida da cima do Poder Executivo, com pressões sobre o Poder Judiciário e o Congresso. Mas, além disso, é vinculado com o vício do amiguismo, o desdém pelos princípios republicanos, a permanente manipulação da justiça e um rompimento dos controles estatais. Como pessoa, Menem será lembrado como o presidente que não teve escrúpulos em efetuar remodelações suntuárias na casa de governo e a residência de Olivos, construir-se uma mansão e uma aeropista desmesuradas em Anillaco, fazer declarações jactanciosas sobre uma irreal pertença ao primeiro mundo, proteger funcionários corruptos, usar a mentira como hábito, assumir o papel de vítima perante qualquer acusação séria, autoelogiar-se sem pudor, efetuar um manejo discrecional dos assuntos públicos e desviver-se por ficar no poder²³.

Não obstante, De la Rúa não tem maioria parlamentar e sua atitude qualificada como autista exaspera os ânimos da sociedade costumada a uma visão presidencialista. José Luis Machinea é nomeado Ministro da Fazenda e fala-se de uma “blindagem” do FMI para cobrir a sangria de divisas que fugiam para o exterior por um montante de U\$S 40.000 milhões.

O escasso poder real que possui o governo começa a se quebrantar com a saída do seu vice-presidente com motivo de um suposto soborno por parte do Ministro de Trabalho Jorge Flamarique, nomeado pelo próprio vice-presidente, para a aprovação duma lei de flexibilidade laboral.²⁴ Por sua vez, dado que a blindagem financeira não funciona e as assimetrias com o Brasil não encontram solução com um Cardoso disposto a deixar uma boa imagem no final de seu mandato abandonando a seu destino seu principal aliado, De la Rúa nomeia Ricardo López Murphy²⁵ como Ministro da Fazenda para dar um gesto aos mercados nacionais e internacionais. A população não demora em repudiar a sua nomeação ao enterar-se dos cortes orçamentários que éste propõe.

²³ AGUINIS, MARCOS. Em “O atroz encanto de ser argentinos”. Editorial Planeta. Buenos Aires. 2003. Página 220

²⁴ A frase foi “o arrumo com um (cartão de débito) banelco” para pagar aos senadores que votassem a favor da lei. O fato foi denunciado pelos próprios legisladores que logo o negaram.

²⁵ Em plena campanha eleitoral presidencial, López Murphy disse que deveriam-se baixar os salários senão se queria desvalorizar a moeda, fato que foi aplaudido pelos mercados e repudiado pela cidadania (apesar que isso foi o que aconteceu brutalmente com a desvalorização). Atualmente, ele formou um novo partido de centro-direita.

Encurralado, com seu partido que lhe reclama uma viragem para a esquerda e os mercados uma entrega para a direita, De la Rúa convoca ao pai da criatura²⁶ lhe outorgando-lhe “superpoderes” com uma lei especial no Congresso. Enquanto os mercados reagem favoravelmente e a população pressiona sobre o dólar, os Bancos estrangeiros fazem publicidades onde garantem os depósitos nessa moeda. Cavallo confisca os depósitos bancários²⁷, logo de encher de bonos da dívida externa aos bancos para obter o dinheiro vivo com o qual solventar os gastos numa conversibilidade que naufraga.

Nasce o “cacerolazo”²⁸ como a saturação da classe média (aquela que define as eleições) que sai as ruas para reclamar aquilo que tinham lhe quitado durante anos, marcando o ponto final do governo de De la Rúa, quem não consegue negociar um governo de coalizão com um peronismo disposto a tomar o poder. Os mecanismos institucionais previstos na Constituição para o caso de acefalia funcionam adequadamente pois a sociedade reclama mudanças de personagens, não do sistema, demonstrando madurez democrática. Assim, a República Argentina, em Assembléia Constituinte investe quatro presidentes em quinze dias.²⁹

Após a declaração da cessação unilateral de pagos ou *default*, aplaudida de pé no Congresso Argentino ao grito de “Ar-gen-ti-na, Ar-gen-ti-na”, por parte de Rodríguez Saa em seus sete dias de presidente, Eduardo Duhalde chega ao poder, como o representante do anti-menemismo e com uma equipe presta para assumir a Presidência. Duhalde consegue acalmar os ânimos³⁰ ao estabelecer uma desvalorização, inventar um seguro de desemprego com o Programa Chefes e Chefas de Lar, pactuar com os empresários e dialogar com Alfonsín para encontrar em Roberto Lavagna³¹ uma prenda de união no plano econômico. Apagado o fogo, controlada a inflação mediante uma pesificação assimétrica, (os bancos são ressarcidos com dinheiro, os contribuintes recebem bônus a longo prazo em troca de seus dólares e as pessoas recebem seus salários em quase-moedas) a Argentina começa a se recuperar mercê as suas agora vantagens comparativas.

Duhalde procura un sucessor e deseja que o ex corredor de fórmula um, Carlos Reutemann, seja o candidato do Justicialismo contra Menem. A rejeição contínua por parte de éste faz que a unção caísse no governador santacruzenho Néstor Kirchner, personagem desconhecido até então pela maioria da sociedade.

²⁶ O medo era enorme, Cavallo já tinha estatizado a dívida privada em 1982, durante o governo militar

²⁷ Estes mecanismos legais foram denominados “corralito” e “corralón” devido a que as pessoas não disponham do seu dinheiro ou dispor dele só em quantias bem menores à totalidade.

²⁸ Os vizinhos saíam às ruas batendo panelas. Fato repetido em Caracas, Venezuela.

²⁹ Ramón Puerta o vice-presidente dura apenas 48 hs, Eduardo Caamaño como Presidente da Cámara Baixa por umas horas, Alberto Rodríguez Saa por uma semana e Eduardo Duhalde até o 2003.

³⁰ Quem depositou dólares receberá dólares e quem depositou pesos receberá pesos, promessa ao assumir o cargo

³¹ Roberto Lavagna foi secretário de Estado durante a época de Alfonsín quem o recomenda a Duhalde. Posteriormente representa à Argentina em Organismos financeiros, os quais conhecia profundamente. Hoje é candidato a Presidente.

O partido Justicialista joga sua carta eleitoral ao reclamar ante a justiça a inclusão de três candidatos que aspiram a serem presidentes. Assim, o peronismo apresenta simultaneamente a Menem, Kirchner e Rodríguez Saa, homens de pensamentos totalmente contrapostos. A renúncia de Menem³² a apresentar-se no *ballotage*, provoca a assunção de Kirchner, quem assume o 25 de mayo de 2003, conseguindo o apoio da sociedade com o juízo político a vários membros da Corte Suprema de Justiça; o retorno aos juízos aos militares que participaram no Processo militar, a separação de seu mentor Duhalde, a renegociação da dívida argentina e dos contratos com as empresas concessionárias. Após a vitória eleitoral em outubro de 2005, o governo introduz mudanças ministeriais que reforçam o sistema presidencialista tendendo mais ao *unicato*, mais próprio da democracia delegativa, que a um regime democrático participativo. Stubrin salienta,

gravitam sobre o Governo a tradição e o modo de produção peronista, que conquista o poder, o unifica em mãos do chefe, uma vez consagrado Presidente, e o exerce segundo a técnica do regime plebiscitário. Essa matriz permite que uma corrente acadêmica clasifique à Argentina entre os atuais populismos latino-americanos. O adjetivo patrimonialista, que refere à disposição dos assuntos e a propriedade pública como bens particulares dos governantes, também tem sido aplicado como lógica extensão do conhecido desempenho do Presidente e seu grupo. (Nota publicada no jornal Clarín, o dia 23 de janeiro de 2006)

Assim, com o pensamento dos anos setenta na pele, o presidente Kirchner da uma virada completa com a política herdada, repudiando o Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA), fortalecendo laços com o governo de Hugo Chaves, renegociando os prazos que o FMI lhe impõe. Porém, este aparente giro à esquerda contrasta com os quantiosos pagos feitos a este Organismo³³, o silêncio nos casos de corrupção do seu próprio governo, a negativa de dialogar com os partidos da oposição. Em síntese, como diz Umberto Eco, possui as características do “populismo mediático”

Restam ainda, após 11 anos da nova Constituição Nacional, a sanção das leis que regulamentem os instrumentos da democracia participativa e aquelas que restrinjam os poderes presidenciais como os Decretos de Necessidade e Urgência³⁴ de quem o atual Presidente ostenta o lamentável record de ser a pessoa que mais os tem utilizado.

³² Paradoxalmente, a derrota de Menem ficou selada quando no ano 1994 foi incluído na Constituição Nacional o mecanismo de *ballotage* eleitoral (ou segunda volta) que o deixaria fora da presidência em 2003.

³³ O dia 3 de março de 2006 a Argentina cancelou a totalidade da sua dívida com o FMI, abonando durante o período Kirchner uns US\$ 24.000 milhões de dólares.

³⁴ Os Decretos de Necessidade e Urgência são denominados no Brasil de Medida Provisória

Capítulo XIV: Buenos Aires, a rainha do Prata³⁵

Quando André Malraux conheceu Buenos Aires ficou surpreso pelo fasto, a força, a elegância, a intensidade de Buenos Aires, e disse: Esta é uma capital de império, mas cadê o império?
Publicado na Revista Dominical do jornal La Nación, 5 de março de 2006. Página 28

Fundada em 1535 por Pedro de Mendoza e posteriormente, em 1580, por Juan de Garay, Buenos Aires nasce como uma fortificação no extremo da Coroa Espanhola com o objetivo de conter o avanço dos portugueses que já tinham se instalado na vizinha margem do que posteriormente seria a atual cidade de Colônia do Sacramento (Uruguai). Esquecida e longe dos centros de poder, tanto locais quanto coloniais, a cidade passa nos seus inícios tempos de subsistência até começar um processo imparável de riqueza e poder, mercê a seu porto e ao contrabando de mercadorias e bens. Como diz Schávelzon,

na sua origem a aldeia foi apenas viável, situação esta que persistiu durante quase dois séculos. Foi necessário fundá-la duas vezes no mesmo lugar (...) seu primeiro meio século transcorreu numa situação de pobreza e dificuldades quase insuperáveis, e sua existência mesma, até o século XVIII, esteve mais de uma vez em risco. Isto foi tão assim que qualquer eventual decisão política que tivesse derivado numa mudança das rotinas portuárias ou no retiro das guarnições militares financiadas pela Coroa (espanhola), a teria barrido do mapa sem mais trâmite.³⁶



O contrabando com os portugueses, - Buenos Aires é uma das poucas cidades portuárias sem muralhas- a evasão de taxas ao mercado do ouro e a prata que devia passar por Lima e, porém, saiam por Buenos Aires.

Fonte: DGPat. Calendário 2005

Tudo isso, somado ao crescente comércio da erva mate por parte dos Jesuítas fazem com que a cidade eclipsasse todas suas vizinhas, como Potosí, Córdoba, Santa Fe, Asunción e Lima para se tornar, no final do século XIX, uma das cidades mais ricas da região.

Com a maciça imigração europeia a princípios do século XX, a cidade se torna a mais europeia de Latinoamérica, assim a pluriétnica inicial de africanos, indígenas, europeus brancos e *criollos* é substituída por uma multiplicidade de origens europeias, o que dá como resultado uma sociedade múltipla e heterogênea, mas branca e católica.



A imagem amostra a ponte transbordador da Boca, ícone industrial da Buenos Aires de princípio do século XX e que hoje é um dos poucos elementos de seu tipo no mundo.

Fonte: DGPat. Calendário 2005.

³⁵ Assim a batizou a cultura popular, imortalizada no tango de Carlos Gardel

³⁶ Em "Arqueología de Buenos Aires". Daniel Schávelzon. Editorial Emecé. Buenos Aires (1999) Página 19

Para 1880, após numerosas guerras internas, Buenos Aires passa a ser a Capital do Estado Argentino, o que marca a criação da cidade de La Plata como capital do Estado de Buenos Aires. Com isso, se dá começo ao fenômeno latinoamericano (excetuando o Brasil e a Colômbia) denominado macrocefalismo, isto é, uma grande cabeça como a sua capital, e um corpo raquítico composto pelo resto das províncias, processo que é agudizado nas décadas de 1940-50, ao produzir-se uma migração maciça de pessoas do interior para a capital na procura duma vida melhor³⁷.

Na atualidade, a cidade está claramente delimitada pelo *Río de la Plata* -para o este- e a Avenida Geral Paz que a circunda e encontra-se rodeada por uma aglomeração de seis milhões de pessoas, denominada Conurbano Bonaerense, o que concentra numa pequena porção do território nacional, quase 40% da totalidade dos moradores da República Argentina.

A cidade é hoje, às portas do século XXI, um assentamento de mais de oito milhões de moradores, Distrito Federal e uma das maiores metrópole de América, com uma população predominantemente branca, altamente instruída, uma classe média importante, um número reduzido de aborígenes e escassos moradores de origem africana.



Fonte: Arquitetura na Argentina do S.XX. Liernur (2001)

Buenos Aires, marcada por uma quantidade de estilos, formas, hábitos e costumes, com um alto índice de imigrantes que realizaram diversos aportes culturais, possui, além disso, um rico patrimônio imaterial ou intangível, presente na sua literatura, seus tangos, suas murgas, no candombe, nas comidas típicas, nos refrães, nas festas, no jeito de ser dos portenhos. Em síntese, uma cidade cosmopolita e multifacética de forte caráter e identidade.³⁸

Em 1994, com a sanção da nova Constituição Nacional, Buenos Aires passa a ser uma cidade autônoma e seu primeiro Chefe de Governo é Fernando De la Rúa. Uma das primeiras ações de governo é ditar a Constituição da Cidade (1996), onde são implementados mecanismos de democracia semi-direta em diferentes modalidades e áreas, tais como o Orçamento Participativo (PP), a Lei de iniciativa Popular, as Audiências Públicas, a criação de Centros de Gestão e Participação Cidadã (CGP), entre outras.

³⁷ Talvez o melhor exemplo de macrocefalismo seja o Uruguai tanto política quanto geograficamente pois, de seus três milhões de moradores, a metade mora na sua capital que tem um sistema unitário (não Federal)

³⁸ Retirado do sítio de internet www.buenosaires.gov.ar/descentralización

Patrimônio Participativo

Por exemplo, um instrumento para que a cidadania participe da normativa a sancionar, a constituição da cidade prevê a implementação de uma audiência pública, onde os cidadãos possam expressar sua opinião em referência a uma lei votada pelos deputados antes de ser promulgada pelo Poder Executivo. Apesar de não serem vinculantes, as audiências têm notória repercussão sobre a opinião pública e ésta sobre os legisladores.

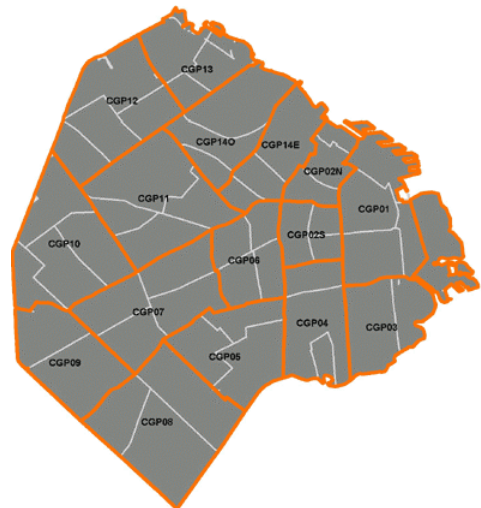
De cara ao bicentenário da República Argentina, no ano 2010, a cidade Autônoma de Buenos Aires tem definido um Plano Estratégico. Os eixos propostos são: (i) Uma cidade autônoma, descentralizada, democrática, participativa, equilibrada e solidária; (ii) um Estado ativo e eficiente, com saúde, educação, justiça e segurança para todos e uma Buenos Aires, hábitat de excelência, para o desenvolvimento humano, a cultura, a proteção patrimonial, a recriação e o turismo. Entre estes linhamentos gerais encontram-se alguns ligados à matéria de estudo:

Fomentar a participação e o controle cidadão na gestão pública, mediante a descentralização política e administrativa; melhorar a representatividade e a governabilidade, e garantir a pluralidade política e sustentar o direito à cultura para todas as pessoas e promover os valores culturais que nos identificam, através do pluralismo, a participação e o apego à lei.³⁹

Para cumprimentar estes alinhamentos destacam-se ações importantes como a reforma à Lei de Iniciativa Popular (Lei N° 40), o fortalecimento do Orçamento Participativo, a reforma do sistema eleitoral, as reformas ao funcionamento dos partidos políticos e as modificações no funcionamento das Audiências Públicas.

Algumas ações já estão em vigência: Dando passo para a autonomia e descentralização administrativa, em 7 de outubro de 2005 é publicada a Lei n° 1.777, que divide em quinze (15) Comunas⁴⁰ a cidade com seus respectivos Centros de Gestão e Participação Cidadã. Entre as finalidades que dita a Lei de Comunas se destaca a de preservar, recuperar, proteger e difundir o patrimônio e a identidade cultural dos distintos bairros, assim como a de consolidar a cultura democrática participativa⁴¹.

Fonte: GCABA



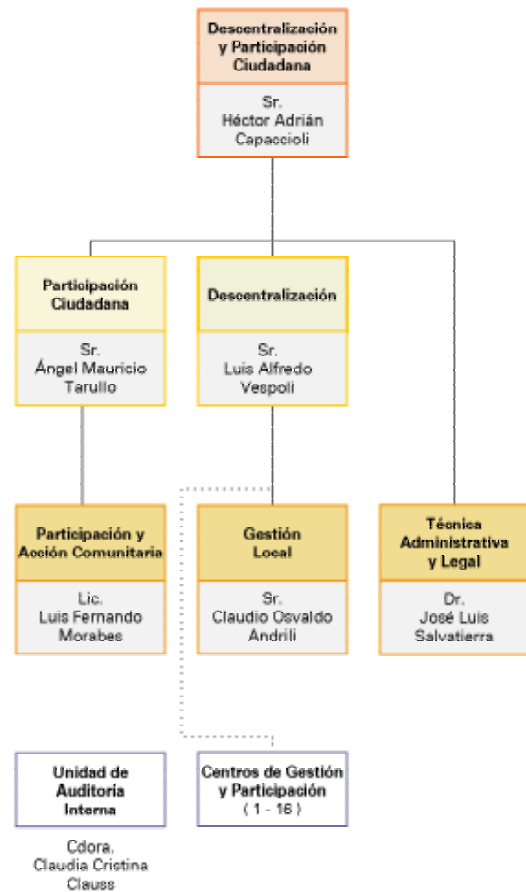
³⁹ Retirado do sitio de internet www.buenosaires.gov.ar/planestrategico

⁴⁰ Define-se Comuna com uma unidade de gestão política e administrativa descentralizada com competência territorial, patrimônio e reconhecimento jurídico próprio.

⁴¹ As comunas estão compostas pelos seguintes bairros: Comuna 1: Retiro, San Nicolás, Puerto Madero, San Telmo, Montserrat y Constitución; Comuna 2: Recoleta; Comuna 3: San Cristóbal y Balvanera. Comuna 4: Boca, Barracas, Parque Patricios y Nueva Pompeya. Comuna 5: Almagro y Boedo. Comuna 6: Caballito. Comuna 7: Flores y Parque Chacabuco. Comuna 8: Villa Soldati, Villa Riachuelo y Villa Lugano. Comuna 9: Parque Avellaneda, Liniers y Mataderos. Comuna 10: Villa Real, Monte Castro, Versalles, Floresta, Vélez Sarsfield y Villa Luro. Comuna 11: Villa Gral. Mitre, Villa Devoto, Villa del Parque y Villa Santa Rita. Comuna 12: Coghlan, Saavedra, Villa Urquiza y Villa Pueyrredón. Comuna 13: Belgrano, Núñez y Colegiales. Comuna 14: Palermo y Comuna 15: Chacarita, Villa Crespo, Paternal, Villa Ortúzar y Agronomía.

No âmbito cultural, o Plano Estratégico pretende estabelecer políticas para a sanção duma Lei de Mecenato, Políticas ativas para a valoração, preservação e difusão do património cultural, a participação das organizações da Sociedad Civil na formulação e implementação de políticas culturais, criar âmbitos específicos para as diferentes manifestações da Cultura Popular e o fortalecimento das organizações de bairro para o desenvolvimento de políticas culturais por parte da Sociedad Civil.

No organograma do Poder Executivo, a cargo do Dr. Telerman, destacam-se três áreas significativas para o presente estudo como são (i) a Secretaria de Descentralização e Participação Cidadã que tem a seu cargo, entre outros, levar adiante o Orçamento Participativo, contemplado no Art. 52 da Constituição da Cidade e os Art. 9 y 29 da Lei N° 70 de Sistemas de Gestão, Administração Financeira e Controle do Setor Público, (ii) a Secretaria de Cultura em cujos papéis e objetivos em torno ao património cultural está o desenho e a implementação de políticas, normas, projetos e obras que tenham por objeto o desenvolvimento e preservação do património da cidade, sua infra-estrutura cultural e a formação de artes e ofícios (iii) a Secretaria de Infra-estrutura e Planeamento, com seu Conselho Assessor de Assuntos Patrimoniais (CAAP) que tem como objetivo principal a interpretação e operatividade de que o Código de Construção da cidade dispõe.



Fonte: GCABA

Entre os mecanismos participativos mais significativos da Secretaria de Descentralização e Participação Cidadã encontra-se a experiência do Orçamento Participativo (OP) que é um canal direto onde os vizinhos definem as prioridades orçamentárias e as obras de seus bairros a serem realizadas no ano próximo. Este mecanismo de participação e decisão tem sido incorporado ao orçamento geral da Cidade em 2002. No OP podem participar todos os vizinhos, as organizações de bairro e as associações civis através da inscrição em foros de vizinhança e assembléias, que são realizados em todos os Centros de Gestão e Participação da Cidade (CGP).

Patrimônio Participativo

O ciclo do OP começa com uma Assembléia de Apertura, os vizinhos podem se incorporar ao processo e trabalhar nas Comissões Temáticas. Cada uma delas conta com um representante, eleito pelos vizinhos. Logo, se dá início a uma mesa de negociações (três em total) entre os vizinhos e os representantes do Governo da Cidade. Posteriormente, se elegem os Conselheiros de representação da vizinhança por área local que integra o Conselho de OP que realizam o seguimento e controle da execução das prioridades selecionadas. Como experiência piloto, em 7 de junho de 2002 executa-se o Plano de Prioridades dos vizinhos, que consiste num breve e intenso exercício de participação para que eles se apropriem do instrumento. Desta experiência participam 4500 vizinhos em 16 Foros, um por cada Centro de Gestão e Participação. Finalmente, no dia 14 de setembro de 2004, o Chefe de Governo Aníbal Ibarra pôs em funções ao Conselho Provisório do Orçamento Participativo (CPP). Trata-se de um órgão de co-gestão entre o Poder Executivo e a Sociedade Civil, no qual participam os 43 vizinhos conselheiros que são votados em cada um dos Foros da Vizinhança, 10 conselheiros do Governo e 4 representantes de organizações não governamentais, sociais, redes sócio-governamentais⁴².

Em cada Comuna encontram-se os CGP, base da descentralização administrativa do Governo da Cidade de Buenos Aires. Do ponto de vista cidadão, os CGP constituem um canal para a participação do bairro, através de diferentes instâncias que promovem o protagonismo coletivo e a busca consensual de soluções. Deste modo, a participação em espaços descentralizados se constitui numa ferramenta para o controle efetivo da gestão de governo. Para cada um dos Centros de Gestão e Participação, a informação se organiza sobre os seguintes rubros: Relatórios, Serviços de Educação, Promoção Social, Saúde e Trabalho, Trâmites, Reclamações e Participação.

Restringindo as atividades ao rubro de participação cidadã é possível encontrar nos CGP, a provisão de informação sobre todos os distintos serviços e atividades que brinda o Governo da Cidade, instituições e organismos da zona, também podem efectuar-se reclamações sobre problemas vinculados com os espaços públicos. Aquí se utiliza a modalidade de consulta, que vai desde o jurídico, passando pelo educativo até o médico. As modalidades de empoderamento, sobre o aspecto do saber fazer, oferece assessoramento e assistência a recolhedores informais de resíduos, além de instrumentar um programa denominado “De vizinho a Vizinho” onde se realizam oficinas de folklore, ensino de idioma inglês, francês, ginástica, narrativa, tango e teatro entre outros. Interessante é o Programa de Mediação comunitária para resolver conflitos entre vizinhos mediante a comunicação com a intervenção dum terceiro de caráter neutral.

⁴² Faz algum tempo organizações sociais e sindicais fazem um trabalho de difusão sobre o OP. Tal é o caso do Instituto de Estudos sobre Estado e Participação da Associação de Trabalhadores do Estado, Poder Cidadão; Redes de Planificação

Buenos Aires, declarada pela UNESCO Cidade do Desenho e candidata junto com o Rio de Janeiro a ser declarada Paisagem Cultural, é na atualidade foco e usina cultural global⁴³, fruto do sincretismo de coletividades e religiões, cujo patrimônio cultural começa a se institucionalizar na década de 1990 quando, próximo a cumprir-se os 500 anos do descobrimento da América, dão-se as primeiras obras, normas legais e estudos dos distritos históricos. Evidentemente, a partir do processo imigratório, tem encontrado na cultura uma forma de expressar-se, necessidade de coerência, procura de certidão.

Por isso, “fica em Buenos Aires essa inconfundível evidência duma cidade que cresceu em relação com a cultura e a paixão criadora. O charme, a sugestão, o poder de atração de uma cidade poderia ser qualificado dentro do inefável feminino. Às vezes até o que é feio e desagradável gosta”. Como a descreve Abel Posse, na Revista La Nación,



“O Túnel” de Xul Solar. Fonte: Calendário da Revista Summa. 1999

Buenos Aires lhe aportou à Argentina nada menos que a diferença. Aportou angústia, curiosidade, esnobismo, noite. Tirou da Argentina o cochilo colonial e ibérico. Sem Buenos Aires, a Argentina careceria de profundidade e lenda (porque os países são um ato de convencimento, de paixão, da parte de seus criadores. São lendas que se esticam no tempo e nos determinam: nos dão um estilo, uma tradição, talvez um destino).

Não resulta estranho que Buenos Aires escolha, como motor de desenvolvimento, a cultura. Ao respeito, com a sanção da lei nacional 45.517⁴⁴, em 1992, se dá origem à primeira Área de Proteção Histórica, denominada APH1, ao tempo que se incorpora a seção 10 ao Código de Planejamento Urbano, que senta as bases da preservação na cidade de Buenos Aires. Nela, a preservação é definida como motor e não como freezer do desenvolvimento.⁴⁵ Desta forma, para 1996, já existem 33 APHs e a recuperação de Porto Madero, a Avenida de Maio e as zonas de San Telmo e Montserrat. Toda esta temática, começa a brindar seus frutos com a criação, tras a obtenção da autonomia da cidade, da Direção Geral de Patrimônio e Supervisão Patrimônio Urbano da Direção Geral de Planejamento Interpretativo (DGPInt), organismos analisados no próximo capítulo.

Participativa e Gestão Associada (Bs As Viva-Red Gestión Asociada del Oeste, Flacso); Centro de Implementação de Políticas Públicas para a Equidade e o Crescimento (Cippec). Todas estas Instituições fazem parte do Conselho Provisório do OP.

⁴³ A justificativa da Unesco assinala a intensa atividade que desenvolve a disciplina, incorporando-a assim à Rede de Cidades Criativas da Aliança Global para a Diversidade Cultural.

⁴⁴ Atualmente lei nº 449/2000 do Governo Autônomo da Cidade de Buenos Aires

Capítulo XV: Cultura e planejamento urbano

Como foi mencionado, no referente à proteção do patrimônio cultural, a Cidade de Buenos Aires conta na estrutura do Poder Executivo, com duas Secretarias que têm dentre suas incumbências a proteção dos valores patrimoniais que fazem à expressão cultural dos cidadãos.

Por um lado, a Secretaria de Infra-estrutura e Planejamento, através de sua Sub-secretaria de Planejamento, canaliza a partir da Direção de Planejamento Interpretativo (DGPint) a análise e regulamentação da planificação urbana, enfocando o tema do Patrimônio e a aplicação da normativa vigente em torno deste, através da Supervisão Patrimônio Urbano (SPU) que aborda a custódia, gestão e planificação das distintas Áreas de Proteção Histórica (APH), tanto no Casco Histórico propriamente dito, quanto em outros distritos também protegidos por seus valores patrimoniais que dão identidade e perfil à cidade sendo o testemunho vivo da sua evolução e crescimento; assim como os edifícios catalogados, estejam incluídos ou não dentro dum polígono APH.

A normativa para os bens catalogados estabelece três níveis de proteção para os valores patrimoniais a preservar, denominados: Integral, Estrutural e Cautelar numa escala decrescente de hierarquia onde o Integral protege a totalidade da peça, tanto no seu aspecto urbanístico-ambiental, arquitetônico-simbólico, e histórico-testemunhal, o que esta proteção o resguarda de qualquer alteração que seja proposta; ditos níveis condicionam os graus de intervenção admissíveis segundo os valores patrimoniais mencionados que lhe dão autenticidade e caráter ao bem, e que portanto são os que não devem se perder ante a nova intervenção. Estas ações e critérios estão pautados no articulado do Código de Planificação Urbana (CPU) especificando em que consiste cada grau de intervenção admitidos para cada nível de proteção.

Os instrumentos de gestão que incluem a participação cidadã estão contemplados com a implementação do Convênio Urbanístico, onde o Chefe de Governo e o proprietário do bem a ser protegido, através da catalogação fixam os direitos e obrigações de cada uma das partes com a assinatura deste documento, condição indispensável para o início dos trâmites de proteção legal. A tal fim, o proprietário é informado e assessorado sobre os alcances do Convênio através de funcionários da SPU que, uma vez acordados os termos do futuro documento e requerida a opinião do Conselho Assessor de Assuntos Patrimoniais (CAAP) para consensuar o nível de proteção, preparam a fundamentação técnica para avaliar dita proposta.

⁴⁵ Na Transformação da cidade.1996-2000. Secretaria de Planejamento Urbano. Pág. 95

Assinado o Convênio Urbanístico envia-se à Legislatura Portenha que tem o direito de aceitar ou rejeitá-lo. A participação está dada no processo de negociação entre cidadão e Estado, os quais chegam a um acordo que é aprovado na Legislatura. Além disso, a comunidade pode participar como ator social solicitando a proteção de um bem através da Ley de Catalogação. Neste caso se dá início ao estudo prévio da proposta que também é discutida no seio da CAAP para que, uma vez concertado o nível de proteção, se proceda a gerar toda a documentação necessária para elevar o Projeto de Lei para a Legislatura, tarefa que lhe compete à SPU. Uma vez sancionada a Lei de Aprovação Inicial, abre-se para a Audiência Pública, onde o cidadão pode expressar sua opinião sendo esta instância não vinculante, mas que, com as fundamentações explicitadas, dar o curso para a Aprovação final ou não da Lei e a sua inclusão firme no catálogo de bens protegidos pela Cidade.

Outra instância participativa que utiliza a SPU é a possibilidade de flexibilizar as normas do CPU em favor da defesa dos valores patrimoniais que possa ter um bem, assim como a obtenção de exceções impositivas. Para isso, entabula uma série de reuniões com o proprietário e o profissional interveniente na obra, nas quais são discutidos os valores a serem preservados. Acordado este ponto acordam-se mecanismos que facilitam a intervenção pautada e que, ao mesmo tempo, não signifiquem uma diminuição da projeção que lhe outorga o CPU para seu lote. Ao respeito, a Supervisora desse organismo, explica que tanto o proprietário quanto o profissional intervinte podem dirigir-se para o escritório de interpretação onde se entabula um processo de negociação no qual se estabelecem os valores a preservar e os critérios de intervenção antes de assinar um expediente de obra. Talvez a ausência de uma ata que testemunhe o acordo obtido pelas partes antes que este chegue à Legislatura para sua ratificação seja o ponto mais fraco deste mecanismo participativo.

Deste modo, a Capacidade Construtiva Transferível (CCT) torna-se uma ferramenta eficaz para compensar os metros quadrados que não podem ser construídos numa área histórica.

⁴⁶Além do mais, nos casos que se realizarem melhoras e manutenção dos edifícios catalogados, o proprietário tem o direito à Desgravação total dos Direitos de Demarcação e Construção, enquanto nos casos de reabilitações integrais do edifício, o titular do domínio pode solicitar a exceção da nova avaliação por cinco anos⁴⁷. Ao mesmo tempo, o Poder Executivo tem a faculdade de implementar linhas de créditos e subvenções para os bens

⁴⁶ CCT é a superfície que resulta da diferença entre a capacidade construtiva ou edificabilidade permitida no distrito de base da parcela na qual se encontra o imóvel a catalogar ou proteger e a superfície construída existente na parcela ao momento da catalogação. O remanescente da CCT é diretamente proporcional ao nível de catalogação do bem na seguinte forma, Proteção Integral: 100%, Proteção Estructural: 80%, Proteção Cautelar 60%. Retirado do CPU de Buenos Aires, Seção 10, ponto 10.1.6

⁴⁷ Retirado do CPU de Buenos Aires, Seção 10, ponto 10.2.4.1 e 10.2.5 Pág. 6

protegidos com a finalidade de promover e alentar a sustentação do patrimônio edificado e urbano.

Analisados alguns casos em particular, pode se sustentar que esta modalidade de gestão, baseada na negociação e o acordo de consenso, é útil e efetiva. Não obstante, sua implementação tem alguns aspectos que não são usuais na Argentina. Em princípio, a vontade de negociar⁴⁸ associada ao conhecimento e difusão que tenha este instrumento. Por isso, a pouca difusão tanto de resultados concretos quanto no uso desta possibilidade, somados ao imaginário coletivo que toda negociação com a burocracia administrativa representa um tempo infinito do qual os cidadãos não dispõem (lembrar Font), conspiram contra a implementação diária e maciça desta ferramenta.

A outra Secretaria envolvida na defesa do patrimônio cultural é a Secretaria da Cultura que alberga à Subsecretaria de Patrimônio Cultural, cujos objetivos são: (i) Desenhar as políticas necessárias para a preservação das áreas de Proteção Histórica, (ii) Planificar políticas e estratégias inerentes aos valores arqueológicos assim como a conservação do Casco Histórico da Cidade (iii) Planificar políticas e ações para a integração e capacitação em técnicas de reabilitação e conservação do Patrimônio Cultural (iv) Desenhar as políticas e conduzir as ações do Governo da Cidade com a finalidade de promover, resgatar, preservar e atualizar o Patrimônio Cultural (v) Coordenar, dirigir, organizar e executar o Programa para a Conservação do Patrimônio Cultural (PROCOPAC). Desta forma, contempla-se o aspecto cultural, de difusão e promoção de ditos valores, não só os tangíveis senão também os intangíveis que acrescentam o acervo coletivo, e que são contemplados, nestes casos, no papel da Secretaria da Cultura através da Subsecretaria de Patrimônio Cultural, para levar a cabo, a partir da Direção Geral de Patrimônio (DGPat), as ações tendentes a promover a consciência e valoração que todo cidadão pode e deve exercer na defesa do seu patrimônio cultural, ainda mais em torno ao edificado, gerando programas de gestão técnica e difusão.

Em efeito, a Direção Geral de Patrimônio (DGPat) tem como objetivo central “identificar, valorar, registrar, conservar, acrescentar, proteger e difundir o Patrimônio Cultural de Buenos Aires considerando ao Bem Cultural como recurso não só histórico senão também social, econômico e turístico”⁴⁹. A DGPat tem como ações primárias: (i) Implementar políticas de incentivos com a finalidade de garantir a proteção do patrimônio arquitetônico, urbanístico e arqueológico, assim como das distintas manifestações que integram o patrimônio cultural (ii) Promover ações para acrescentar o patrimônio cultural mediante a concertação do interesse público e privado (iii) Desenvolver uma consciência sobre a

⁴⁸ A Argentina tem como referente o homem castelhano da Espanha (parco e pouco negociador) enquanto que o Brasil tem como referência o português (comerciante e marinho, sempre disposto a negociar)

⁴⁹ Retirado do sítio de internet www.dgPatrimonio.buenosaires.gov.ar

importância de preservar e pôr em valor os bens culturais (iv) Brindar assessoramento técnico gratuito a pessoas e instituições (v) Conformar um registro e inventário de bens patrimoniais de Buenos Aires por meio de uma base de dados e um portal na Internet que administrem a informação obrante na DGPat. (vi) Confeccionar e editar material didático e turístico com a finalidade de difundir o patrimônio tangível e intangível de Buenos Aires.

A DGPat tem como ferramentas participativas a celebração de convênios, entre o organismo e os proprietários dos bens a restaurar, denominado Ata de Compromisso, na qual as partes estabelecem direitos e obrigações. Não obstante, deve-se ressaltar que a seleção final dos bens a intervir estará a cargo da DGPat, baseada em estudos prévios de possíveis casos candidatos e da opinião da comunidade, a diferença do SPU.

Por sua vez, dentro da Subsecretaria de Patrimônio Cultural, existe a Direção Geral do Casco Histórico (DGCH) que intervém especificamente na área do Centro Histórico ou Casco Fundacional da Cidade, dedicando seu trabalho à promoção e revitalização cultural dessa zona. Este organismo implementa mecanismos de concertação com os distintos atores sociais para a elaboração e legitimação da tomada de decisões tais como: congressos abertos, audiências públicas, pesquisas, jornadas de trabalho, reuniões informativas, convocatórias delimitadas, acordos, charlas com os vizinhos, visando o consenso geral, com sucesso diverso.⁵⁰ Finalmente, a DGCH tem a seu cargo a Oficina - Escola onde se capacita mão de obra para ofícios de técnicas construtivas tradicionais inerentes à preservação.



A Comissão para a Preservação do Patrimônio Histórico Cultural está focalizada na difusão de Patrimônio Imaterial e Arqueológico como gestores da fundação da cidade e elemento de identidade para a cultura, uma ponte com a história contemporânea através da aliança que deve existir entre a educação das novas gerações e a promoção e conscientização para a preservação dos valores culturais

Por isso trabalha em vários programas dedicados a estes dois aspectos do patrimônio histórico cultural gerando vínculos com a comunidade educativa em todos seus níveis e modalidades. Não obstante, o órgão de aplicação e interpretação da normativa vigente em torno ao Patrimônio edificado se concentra na Supervisão Patrimônio Urbano (SPU) vinculado à Direção Geral de Planejamento Interpretativo (DGPint). Finalmente, o *Concejo Deliberante* tem promulgado pela Ordenanza nº 52.257, do dia 11 de dezembro de 1997, a

⁵⁰ O Plano de manejo do casco histórico da cidade de Buenos Aires. Secretaria da Cultura. Página 58. 2005

Patrimônio Participativo

criação dum Conselho Assessor de Assuntos Patrimoniais (CAAP) para a Cidade Autônoma de Buenos Aires, presidido pelo Diretor de Planejamento Interpretativo da Secretaria de Planejamento. Este Organismo está integrado por representantes de diferentes atores sociais, atuantes no patrimônio cultural, com direito a voto. Entre os organismos governamentais se encontram: A Comissão de Planejamento Urbano da Legislatura da CABA; A Secretaria da Cultura da CABA; A Comissão para a preservação do Patrimônio Histórico Cultural da CABA e a Comissão Nacional de Museus, Monumentos e Lugares Históricos. Os Organismos não Governamentais (ONGs) convocados a participarem são: A Faculdade de Arquitetura, Desenho e Urbanismo da Universidade de Buenos Aires; A Sociedade Central de Arquitetos; O Comitê Argentino do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, o Centro Internacional para a Conservação do Patrimônio; O Instituto Argentino de Investigação de História da Arquitetura e Urbanismo e o Conselho Profissional de Arquitetura e Urbanismo.

Entre as funções da CAAP, destacam-se: (i) Acordar com todos os setores envolvidos os alinhamentos da ação do Governo (ii) Avaliar as solicitudes individuais de incorporação de edifícios não catalogados (iii) Intervir nas modificações ao Catálogo (iv) Atuar como júri nos Distritos APH (v) Oferecer apoio ao órgão de Aplicação tais como: (a) Promover e assistir a associações intermédias e fundações dedicadas à tarefa de Proteção do Patrimônio (d) Gestionar acordos ou convênios com entidades financeiras para o apoio das tarefas de proteção do patrimônio (e) Promover a associação de particulares para o desenvolvimento de projetos conjuntos de reabilitação de áreas, sítios, percursos ou edifícios, coordenando investimentos públicos e privados (f) Solicitar opinião e assessoramento a universidades, instituições, especialistas, profissionais, vizinhos ou setores interessados.

Em entrevista a arquiteta Susana Mesquida, encarregada da área de Supervisão Patrimônio Urbano (SPU), esclarece o alcance deste Conselho:

Os membros da CAAP são aproximadamente 10 no total, e seus relatórios são de tipo consultivo, não vinculante. Basicamente, se reúne cada quinzena e em particular, sendo seus membros especialistas em patrimônio, abordam os temas de maior complexidade, de difícil resolução ou aqueles que possam ser exemplos a seguir como modelo de execução.

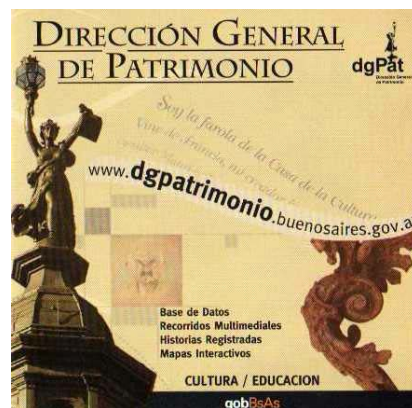
Como foi visto, são numerosos os organismos que atuam na gestão do Patrimônio Cultural da cidade, e se bem todos eles têm implementado modalidades participativas no seu acionar baseados no consenso-negociação, demonstram uma falta de ação conjunta ou coordenada, o que possibilitaria um efeito mais simples e profundo que deixe por perto ao cidadão, em vez de emaranhá-lo burocraticamente. apresentados estes organismos, se analisa no próximo capítulo o Programa “Aqui Patrimônio”, implementado pela DGPat.

Capítulo XVI: Aqui Patrimônio, uma tarefa com os vizinhos

A Subsecretária de Patrimônio Cultural e Diretora do Programa Aqui Patrimônio do Governo Autônomo da Cidade de Buenos Aires, arquiteta María de las Nieves Arias Incollá, define o objetivo geral do Programa na recuperação e revalorização de prédios e sítios de caráter patrimonial que sejam utilizados com fins sociais ou comunitários e que representem um valor significativo para o bairro onde estão localizados.

Ao descrever os objetivos específicos, a arquiteta marca cinco linhas de ação: (i) Sensibilizar o cidadão da importância de conservar o patrimônio e otimizar a paisagem urbana dos bairros; (ii) Trabalhar conjuntamente com a comunidade (vizinhos, Associações de vizinhança, Juntas de Estudos Históricos, CGPs, entre outros) para a seleção dos trabalhos a serem realizados em função de seus próprios interesses; (iii) Promover entre os vizinhos uma cultura da manutenção; (iv) Conseguir que o projeto adquira grande visibilidade social e (v) Melhorar a qualidade de vida e gerar um efeito multiplicador. A área de intervenção é toda a cidade de Buenos Aires, que conta atualmente com 47 bairros inscritos em 15 Comunas. Os bairros que conformam o Casco Histórico da cidade são os que menos atenção têm recebido devido a que se encontram dentro da Direção Geral do Casco Histórico, que conta com fondos para a execução de obras desta índole.

Para a seleção de cada exemplo elabora-se um listado de assessoramentos e intervenções já efetuadas pela Direção Geral de Patrimônio em diversos bairros, além disso, utilizam-se mapas do bairro, os quais aportam uma boa quantidade de exemplos. Também se efetua um listado de obras apresentadas pelos Centros de Gestão e Participação (CGP) e as Juntas de Estudos Históricos. Por último utilizam-se os inventários existentes na DGPat em torno ao equipamento urbano, em particular as esculturas provenientes da fundição francesa Val d'Osne.



Fonte: DGPat

Os critérios utilizados para a seleção dos exemplos são vários, entre os mais destacáveis dentro da área de estudo é possível encontrar a valoração da dimensão social do patrimônio e sua capacidade de resposta a requerimentos básicos das comunidades; que os objetivos de recuperação do Programa sejam coincidentes com os dos moradores; que exista clareza na ordem jurídica, tanto na ocupação quanto na posse do bem a intervir; a opção por se adentrar no bairro e sair do centro, selecionando pluralmente.

Patrimônio Participativo

Em referência à população, se dá predomínio aos casos onde se verifica uma maior participação comunitária, dando prioridade à pequenas e medias intervenções mas de grande impacto social. A duração total do programa é de quatro anos, a partir do ano 2004 até o 2008. Nele estão previstas onze etapas ao longo da aplicação do programa, cada uma delas com diferentes objetivos, duração e atores sociais, que a continuação se detalham:

A primeira etapa compreende a búsqueda de exemplos para intervenção, um por cada bairro da Cidade de Buenos Aires, um dos objetivos é identificar aqueles exemplos de valor patrimonial emblemáticos para o bairro que apresentem diferentes desajustes e Pactologias para pô-los em valor, melhorando o patrimônio arquitectónico simples não monumental de cada bairro, o outro objetivo é colaborar com aquelas intervenções para as quais a comunidade não tem recursos. O tempo estimado é de dois meses e os atores sociais envolvidos são os vizinhos que solicitaram assessoramento técnico gratuito, as Juntas de Estudos Históricas, as Juntas da Vizinhança e os CGP. Carla Brocato, arquiteta que trabalhara no Programa, amplia em entrevista:

após de selecionado o bem a intervir fala-se com seu proprietário a quem lhe são explicados os objetivos do programa e se este concordar deve apresentar uma nota solicitando à Diretora que seu bem seja considerado para ingresar ao Programa. Para a implementação desta etapa se conforman grupos de trabalho para cada obra. Cada grupo estava conformado por um coordenador, uma especialista em patrimônio, uma arquiteta que realiza a investigação histórica dos exemplos selecionados e uma arquiteta especialista no manejo de programa de cad que realiza a documentação gráfica. Elaboraram-se expedientes de cada exemplo

125



Imagens que correspondem à intervenção da Biblioteca Sociedad Luz do bairro de Barracas. As duas últimas imagens amostram o resultado da revalorização do imóvel. Foto 1: Carla Brocato

A segunda etapa compreende a investigação histórica e documental, para a elaboração de fundamentos e identificação dos valores patrimoniais de cada um dos exemplos escolhidos, com uma duração de dois meses e os mesmos atores sociais aos que se somam as associações de vizinhança.

A terceira etapa consiste no levantamento dos desajustes, a detecção dos setores a intervir, realizado pelas Organizações de vizinhança, Bibliotecas, Igrejas, Escolas, Fundações e Associações de Vizinhos, proprietários dos bens, com uma duração de dois meses. A quarta etapa corresponde ao diagnóstico, com a qual é elaborada uma metodologia de intervenção do bem selecionado; consta de dois meses e é realizada pelos especialistas contratados.

Os mesmos especialistas passam para a seguinte etapa de preparação de editais de especificações técnicas básicas, com o qual se determinam os cálculos e orçamentos de cada obra, com um prazo estipulado de dois meses.

Posteriormente se procuram sócios para a intervenção, isto é, a DGPat põe os recursos humanos que fazem o projeto, detecta os casos, confecciona as especificações técnicas, leva adiante o contralor patrimonial e procura se associar com outros organismos que aportem recursos econômicos.

Nesta etapa não estão previstos prazos. Ubicados os “parceiros” se estabelecem os acordos marco e os acordos específicos com as distintas áreas, para estabelecer os modos de participação de cada um dos organismos. Assim se chega ao processo da licitação, onde se reelabora a documentação básica, segundo a metodologia de cada organismo- parceiro.

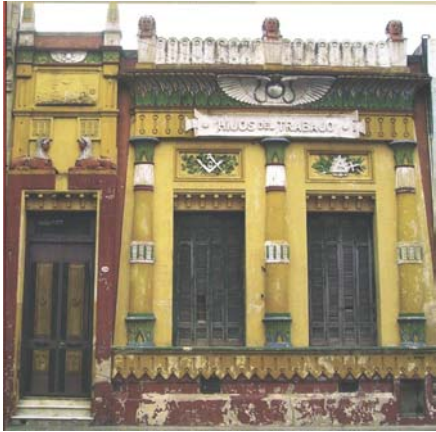
Com a intervenção, chega o momento técnico onde se dão as ações concretas sobre os edifícios de valor patrimonial local, a direção e o seguimento das obras, com a Inspeção de Obra respectiva. Aqui podem participar as Organizações de Vizinhança, Bibliotecas, Igrejas, Escolas, Fundações, Vizinhos e os proprietários dos bens. Concluídos os exemplos intervenidos são incorporados nos percursos patrimoniais contemplados no Programa “Los barrios porteños abren sus puertas” para todo público. Por último se completa o Programa com a difusão das obras através da Publicação do livro “Aquí Patrimonio, una tarea con los vecinos”. Intervenciones 2004-2005.



Indicador que reproduce a fotomontagem de um percurso pelo centro histórico.

Fonte Casco Histórico

Patrimônio Participativo



As imagens mostram o antes e o depois da restauração da fachada da Loja "Hijos del trabajo" localizada no bairro de Barracas.
Foto 1: Carla Brocatto

O financiamento para os quatro consultores especialistas em conservação do patrimônio, durante os anos 2004 e 2005, foram provistos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento através do Programa de Apoio Institucional, Reforma Fiscal e Plano de Investimentos da Cidade de Buenos Aires, Subprograma de Modernização, Componente de Modernização dos processos estratégicos para o Projeto de Fortalecimento da Direção Geral de Patrimônio.

Em referência aos fundos e o financiamento para as obras foram encaradas através de Acordos Específicos celebrados entre a Subsecretaria de Patrimônio Cultural com a Subsecretaria de Obras e Manutenção do GCBA e com a Corporação Buenos Aires Sur respectivamente, durante o ano 2004 e 2005; para a continuação do programa estão previstos acordos com a Direção Geral de Infra-estrutura da Secretaria de Cultura para as próximas obras.

Os montantes de cada obra se compõem do custo da obra mais os benefícios da empresa que ganhar a licitação. Estes são muito variados, oscilando dos \$ 10.000⁵¹ (um banheiro para portadores de deficiência física no Museu Criollo em Mataderos) até \$250.000 (restauração da Lógia Masónica)



Folhetos de difusão do Programa "Los Barrios porteños abren sus puertas- 2005" antecedentes do Programa Aquí Patrimônio, onde após um acordo, os vizinhos poderiam aceder a lugares privados com alto valor patrimonial da cidade através de visitas programadas.

Fonte: DGPat

⁵¹ O valor da moeda a março de 2006 é: Um peso (argentino), igual a três dólares estadunidenses.

Os atores sociais envolvidos no Programa são numerosos, mas são bem identificáveis. Como destaca a Diretora do Programa, a participação dos atores sociais foi selecionada pela sua Direção, a qual ampliou-se a vizinhos e instituições. Desta forma, com o objeto de obter uma primeira lista de exemplos representativos de cada bairro se realiza uma reunião (no mes de janeiro de 2005) na que são convocados: As Juntas de Estudios Históricos, os CGP (descritos no capítulo anterior) e as Associações de vizinhança e moradores.

A *Junta Central de Estudios Históricos* da Cidade de Buenos Aires (JEH) é uma associação civil sem fins de lucro dedicada ao resgate, preservação e difusão do acervo histórico da cidade portenha e de seus bairros. Fundada no dia 30 de octubre de 1968 a instâncias do Primeiro Congresso de História dos Bairros Portenhos, conta com biblioteca e hemeroteca que estão abertas para o público.

As *Juntas de Estudios Históricos Barriales* estudam a história pequena, local desse bairro, entre outras coisas quem eram os primeiros vizinhos, os antigos nomes das ruas, álbuns de fotos dos locais clássicos do bairro em distintas épocas, das casas de personagens destacadas, dos botecos⁵², os cinemas, as sociedades de fomento, os clubes sociais, as lojas que vão marcando a evolução histórica do bairro ao longo do tempo. Em muitos casos são de extrema utilidade pois os locais têm mudado a numeração cadastral e estas Juntas conservam os dados antigos.

As *Bibliotecas Barriales* que também conformam grupos muito interessantes para obter informação e aumentar a participação, a tal ponto que houve várias bibliotecas que foram o exemplo selecionado do bairro. Em geral, em toda a Argentina, mercê à inmigração, existem clubes ou sociedades de italianos, espanhóis, bascos, etc. que em muitos casos conservam os libros de sócio ou pelo menos os nomes das autoridades desse clube em distintas épocas. Este tipo de associações sempre estão dispostas a participar.

Cabe destacar que um dos “sócios” que tem o Programa é a *Corporación Sur*, que aportou o financiamento para a realização das obras que se localizam na área Sul da cidade, pois esta zona tem ficado no ostracismo durante décadas e hoje pretende-se resgatá-la com numerosos Programas de distintas Secretarias e obras.

Por último, está o vizinho que através da propaganda, a informação o acercar-se do CGP de seu bairro pode se inscrever e participar das reuniões que allí se efectuam, tal como aconteciera em vários dos exemplos selecionados. Ao respecto, a arquiteta Brocatto, amplia:

⁵² Existe outro Programa implementado pela DGPat denominado Cafés Notaveis que aborda esta temática.

Patrimônio Participativo

Uma coisa que nos chamou a atenção desde o início foi conhecer pessoas que de maneira anônima e desinteressada ajuda a outras com menos recursos. Um exemplo foi o escolhido para o bairro de Villa Soldati; o exemplo selecionado foi um comedor popular chamado "Comedor Trapito", ligaram para nós porque queriam fazer um mural no muro medianeiro (...) o comedor se encontrava numa casa [tipo] "chorizo" e alimentava umas 200 pessoas por dia.

Em referência à função, os exemplos selecionados respondem a critérios de pluralidade, diversidade e escala local. Por exemplo, a temática gira em torno a moradias coletivas, mercados, equipamento urbano, serviços e transporte, culto (de diversos credos), clubes e associações sociais, culturais, esportivas, comunitárias, cinemas e teatros. Quer dizer, onde as pessoas reúnem-se, que represente um marco local e que se encontre degradado. Desta forma foram selecionados os seguintes exemplos:



Durante a execução do Programa já foram terminadas várias intervenções, na zona Sul de la Boca e Barracas, por exemplo: A Plazoleta dos Suspiros na Boca, A Loja Maçônica e a Biblioteca Popular Sociedade Luz, em Barracas. Cabe aclarar que o barrio de Barracas tem dois exemplos devido que a Corporação do Sur fez o aporte para todas as obras selecionadas nessa zona e teve obras que realiza a Dirección de Obras e Manutenções.

Instituto Bernasconi.

Fonte: Carla Brocatto

Con os casos já terminados foi publicado um livro, se editaram discos compactos com informação detalhada das obras, se imprimiram folhetos, se entregaram postais e trípticos, ao tempo que se incluíram as obras no portal de internet da Dirección e no Programa de recorridos patrimoniais, para o qual dentro do compromisso assumido pelos proprietários consta o aceso ao imóvel restaurado em certos dias e horários acordados com antelação.

Como salienta a Diretora, o programa adota várias modalidades em torno à participação cidadã pois é consultiva ao estabelecer uma mesa de diálogo onde são escolhidos os exemplos, uma modalidade gestonária para a búsqueda de sócios. Para isso, são utilizadas diferentes ferramentas participativas como as Mesas de Trabalho, As Reuniões com os vizinhos, as páginas web e os meios de imprensa, procurando sempre a visibilidade social e a cultura da manutenção.

PARTE V

URBIS

*Programa de Reabilitação Urbana
de Sítios Históricos*



Cidades onde se desenvolve o Programa Urbis



Capítulo XVII: A Nova República

É possível iniciar este breve resumo da Nova República em novembro de 1979, quando o Congresso Brasileiro aprova um projeto de anistia amplo. Como consequência disso, os presos políticos são liberados, tornando possível o regresso dos exiliados. No campo econômico-financeiro, com um aumento progressivo e alarmante da dívida, o governo militar aplica uma política monetarista cujos efeitos são sentidos agudamente no governo de Figueiredo.

Neste contexto de transição e fortalecimento da Sociedade Civil, surgem articulações nacionais de movimentos sociais. Uma das primeiras articulações aparece em janeiro de 1982, em Petrópolis, Rio de Janeiro, que dá origem ao Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH). Todas essas mobilizações fortalecem o pedido a convocatória duma Assembléia Nacional Constituinte.

Entre 1983 e 1984 esse conjunto de forças, articulações e alianças volta a se manifestar na Campanha pelas Eleições Diretas Já, cujo ponto culminante é o 25 de janeiro de 1984, onde 300 mil pessoas se reúnem num ato público pedindo eleições presidenciais diretas. Embora frustrada em termos imediatos pelo triunfo numa votação do Congresso, duma eleição presidencial indireta, esta campanha representa um dos principais momentos de afirmação democrática na história do Brasil.

No entanto, o governador do estado de Minas Gerais Tancredo Neves, transforma-se no grande articulador do frente de oposição ao regime quem, fracassada a campanha popular em prol de eleições diretas em 1984, consegue triunfar no Colégio Eleitoral mercê à divisão do partido oficialista. Assim, Neves é nomeado presidente da República e José Sarney seu vice-presidente. Neve anuncia então, um plano para instaurar uma nova ordem social, à que denomina a *Nova República*.

Para Schürmann, porém, esta nova fase não difere muito da anterior, pois permanecem os quadros políticos identificados com o regime militar, deixando intato o aparelho político – institucional do regime autoritário. Além disso,

... o novo governo instalou-se mais sobre os alicerces institucionais do regime militar do que sobre os seus escombros, ao permitir que se mantivesse no poder e na condução do processo democrático a maior parte das elites políticas comprometidas com o regime anterior. (...) A Nova República caracterizou-se, portanto, por uma continuidade com o modelo implantado pela ditadura militar. Schurmann (1998: 73)

Nas vésperas de assumir seu cargo, Neves deve ser hospitalizado de urgência, portanto José Sarney toma posse do cargo no seu lugar, como presidente interino, e assume definitivamente o poder ao morrer Neves, o dia 21 de abril de 1985⁵³. Sarney legaliza os partidos comunistas e outras organizações de esquerda, proscritas por mais de 20 anos. A democratização é afirmada com a aprovação das eleições diretas para presidente da República e prefeitos das capitais, a convocatória da Assembléia Nacional Constituinte para janeiro de 1987 e o reconhecimento do direito a voto dos analfabetos.

Entre suas ações econômicas, Sarney decreta a moratória da dívida externa em 1986 e lança o Plano Cruzado⁵⁴, com o que pretende combater a inflação. Os resultados do plano são positivos no curto prazo, provocando um auge do consumo e do crescimento econômico. Esta prosperidade momentânea coincide com as eleições parlamentares de novembro de 1986, nas quais seu partido (PMDB) obtém uma vitória abrumadora. O Congresso eleito tem o cometido de redigir uma nova Constituição que inaugura um novo regime democrático. Schürmann amplia o significado deste plano e sua repercussão sobre a sociedade civil.⁵⁵

Os efeitos desse plano expressaram-se como um entorpecimento da sociedade civil, que foi convidada pelo presidente da República a fiscalizar o congelamento [de preços] em lojas e supermercados. No final de ano era evidente o fracasso do Plano Cruzado, mas o governo adiou artificialmente sua extinção para garantir sua vitória nas eleições de novembro de 1986 (...) Antes mesmo que os votos dessas eleições tivessem sido totalmente computados, o governo decretou o descongelamento e o fim do plano (Schurmann, op. cit.: 77)

O Plano Cruzado não pode se sustentar sem um combate frontal contra a especulação e sem por limite às pressões do setor financeiro. Dois dias depois das eleições de 1989 chega ao final o congelamento de preços e a inflação volta a se disparar com o qual a meta da tão anunciada reforma agrária vão se reduzindo pouco a pouco.⁵⁶

O processo de elaboração da nova Constituição se dá num contexto de mobilização e luta pela formação de espaços de negociação e participação, já que os movimentos que vinham se originando ao longo de duas décadas anteriores, tinham conformado uma rede de iniciativas de participação, que se articulam para participar ativamente do processo constituinte, conseguindo introduzir na nova Constituição uma série de direitos civis individuais, coletivos e sociais que garantam a existência dum Estado democrático e consagrem novos instrumentos de participação popular.

⁵³ A data 21 de abril é muito significativa tanto na história do Brasil quanto em Minas Gerais. Além, em Brasília tem se brindado o devido tributo para Neves com a construção de um mausoléu.

⁵⁴ Na Argentina já existia o Plano Austral de características semelhantes.

⁵⁵ Na Argentina também se congelaram os preços e as donas-de-casa formaram a Liga de donas-de-casa que indicavam onde era mais barato comprar. A liga funciona até hoje.

⁵⁶ Em dezembro de 1988, fazendeiros da região do Acre assassinaram Chico Mendes

Entre as mudanças mais relevantes para a sociedade civil figuram a introdução de novos direitos socioeconômicos (especialmente na área trabalhista), e a ampliação dos direitos relativos à cidadania política, com a instituição do plebiscito, do referendo, as tribunas populares e a iniciativa popular de lei. As novas disposições garantem a efetiva atuação dos cidadãos e estabelecem os princípios de descentralização administrativa e de participação popular, institucionalizada em novos espaços, como os conselhos de gestão de políticas sociais.

A Assembléia Constituinte, e o seu entorno, envolvem um expressivo número de políticos, entidades de classe, grupos de pressão das mais variadas espécies, órgãos representativos de profissionais liberais, etc, que dão um tom completamente diferente à gênese da Constituição de 1988, em comparação com as outras Constituições do passado. Os principais traços da atual Carta Constitucional brasileira são:

art. 1º Todo poder emana do povo, quem o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. Registre-se a relevante inovação deste clássico preceito Constitucional, com a inclusão da expressão "o diretamente nos termos desta Constituição", que no art. 14 assim define os meios para a manifestação direta da vontade popular: "A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da Lei, mediante: Plebiscito, Referendo ou Iniciativa popular".

Trata-se duma diretriz estratégica de grande alcance para o futuro, onde se considera que as formas de democracia direta tendem a ampliar seu rádio de ação nos regimes políticos pluralistas do século XXI. Além do mais, sentam-se as bases para estreitar os laços com os países latino-americanos.⁵⁷ "A República Federativa do Brasil procurará a integração econômica, política, social e cultural dos povos de América Latina promovendo a formação de uma comunidade latino-americana de nações". Além disso, a Nova Constituição traz numerosas definições sobre empresas estatais, privatizações, reforma da administração pública e reforma política para a adoção de um sistema eleitoral misto e da fidelidade partidária.

Em novembro e dezembro de 1989 se realizam as primeiras eleições diretas para a presidência da República em 29 anos, o que possibilita que cerca de 80 milhões de eleitores concorram para as urnas. Na primeira eleição os mais votados são Fernando Collor de Mello, candidato das forças conservadoras, e Luiz Inácio Lula da Silva, líder do Partido dos Trabalhadores. O primeiro resulta eleito em segunda volta (ballotage) com 42,75% dos votos.

⁵⁷ Lembre-se que as Forças Militares, tanto do Brasil quanto da Argentina, eram consideradas reciprocamente o maior risco militar possível.

O governo de Collor de Mello adota rapidamente o modelo neo-liberal de abertura da latino-americanos, com a conseqüente privatização de empresas estatais e a redução das barreiras tarifárias para o ingresso de produtos estrangeiros. Não obstante, fracassa no controle da inflação, na baixa do desemprego e a recessão. Junto ao complexo panorama econômico, o governo deve enfrentar uma crítica situação social, um notório aumento da violência e uma⁵⁸ acelerada destruição da selva tropical⁵⁹. Caccia Bava considera que,

Esta política neoliberal, praticada desde o início dos anos 1990, fragilizou a capacidade de intervenção do Estado pela via das privatizações, da terceirização. Eu não diria que isto aconteceu só no nível federal. Ocorreu também em níveis estaduais e municipais. (...) Estas mudanças aconteceram também pela reduzida capacidade de controle do Estado sobre as empresas contratadas e pela falta de compromisso com a qualidade dessas políticas. (*In* Teixeira 2004: 33)

Os anos 1990 trazem uma mudança na ação política dos atores sociais dos setores populares e das ONGS, que passa da luta social direta, reivindicativa – típica das duas décadas anteriores –, ao campo da participação, cada vez maior, no âmbito institucional e pela procura da democratização e controle social do Estado. Nesse novo contexto, os movimentos e organizações sociais vêm-se ante o desafio de manter não só a sua autonomia e o poder de pressão sobre o Estado, senão também de desenvolver sua capacidade propositiva para implementar uma nova lógica e novos mecanismos de gestão pública, baseados no protagonismo da sociedade.

Em maio de 1992 se forma uma Comissão Investigadora Parlamentar (CPI) com o objeto de estudar a corrupção dentro do governo, através do tráfico de influências, em troca de depósitos em contas pessoais do presidente. As manifestações populares contra a corrupção e a aparição de provas que implicam a novas figuras nas manobras, levam a todos os partidos a votarem em favor do juízo político do presidente. Os jovens chamados “caras pintadas⁶⁰” levaram milhares de pessoas às ruas. Em 2 de outubro Collor afasta-se do poder, e em 29 de dezembro renuncia ao mandato presidencial. Paralelamente, constitui-se o “Movimento pela Ética na Política” que lidera as ações de organizações de todo o país que convergem em torno a princípios éticos estabelecidos no seu manifesto.

Em setembro desse ano, quando o Congresso aprova dar licença ao presidente para permitir seu processamento, assume interinamente a presidência o vice-presidente, Itamar Franco. Para dezembro, o Senado encontra culpável Collor por “delito de responsabilidade”

⁵⁸ A Comissão Parlamentar criada para investigar estes fatos calculou em mais de 5.000 os menores mortos dessa forma no país em três anos.

⁵⁹ Em setembro de 1991, milhares de pessoas pertencentes ao Movimento Sem Terra do Brasil (MST), organizam uma passeata no estado do Rio Grande do Sul. A protesta exige, além de assentamentos para trabalhar, o emprego de 4.700 milhões de cruzeiros destinados para a reforma agrária aprovada esse ano.

⁶⁰ É paradoxal que enquanto na Argentina os “cara pintadas” são militares que tentavam desestabilizar Alfonsín com as armas (1987), no Brasil fossem estudantes que procuravam o impeachment ou juízo político do Collor.

cassando seu mandato e suspende seus direitos políticos até o ano 2000, assumindo Franco definitivamente o cargo.

Entre as ações cidadãs destacáveis aparece a Ação Cidadã Contra a Fome e pela Vida, iniciada em abril de 1993 sob o impulso do sociólogo Herbert de Souza (o Betinho), quem organiza em todo o país dezenas de milhares de comitês autônomos que recolhem e distribuem alimentos ao tempo que procuram fontes de trabalho. Este movimento envolve a dois milhões de pessoas, na sua maioria donas-de-casa e membros de entidades religiosas e sindicais.

A finais de 1993 o Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, apresenta o Plano Real de estabilização da economia, que acaba com os ajustes monetários automáticos e implanta uma nova unidade monetária, chamada de Real, em julho de 1994. O sucesso antiinflacionário do plano torna Cardoso o candidato mais popular das eleições presidenciais de 3 de outubro, derrotando em primeira volta Luiz Inácio Lula da Silva, que aparecia nas pesquisas como o grande favorito.

Cardoso inicia outro processo de privatização de empresas estatais, incluindo parte das atividades da Petrobrás⁶¹ e das telecomunicações, mas a recessão econômica começa a acompanhar a estabilização, registrando um aumento do desemprego, da conflituosidade sindical urbana, da delinquência e de invasões de terras por camponeses pobres.

Em setembro de 1995, o presidente anuncia um Plano Plurianual de governo com investimentos de 153.390 milhões de dólares, concentrados especialmente na infraestrutura econômica. Segundo estatísticas divulgadas em agosto desse ano, 10% da população brasileira concentra 48% dos ingressos, quatro vezes mais do que recebe a metade mais pobre do país. Segundo o Banco Mundial, em 1997 0,83% dos proprietários controlava 43% das terras cultiváveis, colocando o Brasil entre os países mais não eqüitativos do mundo.

Em junho desse ano, o parlamento aprova uma reforma constitucional permitindo a reeleição presidencial, fato que permite a Cardoso⁶² ser reeleito com 53,1% dos votos na primeira vez, 20 pontos percentuais por sobre o candidato do PT, Luiz Inácio da Silva, nos comícios presidenciais de outubro de 1995.

A começos de 1999 o ex-presidente Itamar Franco, então governador de Minas Gerais, declara uma moratória unilateral da dívida com o governo federal. Na segunda semana de

⁶¹ Empresa petroleira estatal do Brasil

⁶² O homem que derrotou a inflação, derrotará o desemprego, era sua frase de campanha.

janeiro o governo deixa em liberdade a cotação do dólar⁶³ que determina uma desvalorização de 10% do Real que, com a renúncia do presidente del Banco Central, chega até 50% a meados de fevereiro. A crise do Real atinge o consumo, à indústria que trabalha com insumos importados e as relações do país com seus sócios do Mercosul, embora beneficie a capacidade exportadora do país. Assim, o Brasil após um breve *shock*, começa a se recuperar.

Com a meta de diminuir a brecha agrária que existe no país, o governo suspende os títulos de propriedade de uns 1.900 latifundiários, devido a que estes não conseguem justificar a procedência de seus papéis, nem sua legalidade. Aproximadamente uns 62 milhões de hectares em terras são fiscalizadas⁶⁴

Em maio de 2001, Cardoso clausura duas agências governamentais para o desenvolvimento, que são o alvo de acusações de corrupção por mais de 1.000 milhões de dólares. A polícia federal descobre que muitos dos projetos que impulsionam estas agências, para desenvolver a Amazônia e as zonas mais empobrecidas do nordeste, não são más do que fachadas para roubar dinheiro. Assim, o presidente do Senado Federal, Jader Barbalho, renuncia a seu cargo.

Nesse mesmo ano é aprovado o Estatuto da Cidade, após dez anos de luta dos movimentos articulados no Foro Nacional da Reforma Urbana. Esta lei federal estimula a gestão participativa da política urbana, nas três esferas de governo: federal, estadual e municipal. Sampaio e Araújo amostram como este Estatuto e outras iniciativas são conquistas da Sociedade Civil organizada:

Assim como estas muitas outras políticas sociais foram objeto de modificações que as transformaram em mais democráticas, sujeitas à participação e ao controle dos movimentos sociais e órgãos profissionais, tais como as ações relativas aos direitos da mulher e aos direitos humanos, a questão do trabalho, a geração de emprego e renda, a educação, o Programa Comunidade Solidária, entre outros.

Ante o eventual triunfo da esquerda nas eleições de outubro, lideradas pelo PT com Lula à cabeça, e a instabilidade financeira da região, o dólar começa subir pressionado pelos setores financeiros do mercado. Para manter a estabilidade da praça financeira, o governo de Cardoso gere com o Fundo Monetário Internacional um empréstimo de 30.000 milhões, concedido em agosto de 2002⁶⁵.

⁶³ Medida desmentida até o dia anterior e não consensuada com os países do Mercosul

⁶⁴ A acumulação de terras com documentos falsos é uma prática estendida no Brasil, que conta com séculos de Antigüidade. De fato, estima-se que a terceira parte dos latifundiários têm construído seus latifúndios com base em documentação falsa. Na atualidade, 90% das terras cultiváveis está em mãos de 20% da população, enquanto 40% da população pobre possui apenas 1% da terra apta para trabalho.

⁶⁵ Na Argentina este mesmo empréstimo foi chamado de "blindagem"

Em outubro do mesmo ano e na sua quarta tentativa por arribar à presidência, Lula da Silva consegue triunfar sobre José Serra, candidato do oficialismo, e levar à esquerda brasileira ao governo. Para obter esta vitória, conseguida por abrumadora maioria na segunda volta eleitoral, o Partido dos Trabalhadores necessita se aliar com setores conservadores do centro e da direita, numa tentativa por diminuir o medo dos mercados, comprometendo-se, além disso, a cumprir os cronogramas de pagamentos acordados com os organismos multilaterais de crédito⁶⁶.

Apesar dos numerosos condicionamentos econômicos e políticos que enfrenta, Lula chega ao governo apoiado por uma massa de 52 milhões de votos e com a promessa de aprofundar a independência econômica do Brasil, apoiar as estratégias comuns do Mercosul e aplicar uma gradual política de redistribuição econômica que suavize as enormes desigualdades imperantes desde faz várias décadas no Brasil.⁶⁷ Contudo, adota uma política econômica ortodoxa liderada pelo Ministro da Fazenda, Antonio Palocci e o Ministro da Casa Civil⁶⁸, José Dirceu.

Em 2003, o FMI e o presidente Lula acordam um novo empréstimo ao país para o ano entrante, como prevenção, segundo o governo, de futuras turbulências econômicas. O organismo concede, além do mais, estender a data limite dos pagamentos da dívida brasileira de 2005 e 2006, dívida que o governo brasileiro paga antecipadamente em 2005. Este marco na história econômica brasileira só pode ser comparado com a época de Juscelino Kubitschek (1960)⁶⁹. Em referência à Sociedade Civil, o governo Lula cria numerosas expectativas, que são satisfeitas com a abertura de novos canais de participação cidadã. Ao respeito, Chave Teixeira (2004:8) indica que:

...a abertura de novos canais de participação, como as consultas à sociedade civil nos Estados sobre o Plano Plurianual Federal (PPA), a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentária e Nutricional ou as Conferências das Cidades nos planos municipal, estadual e nacional. O Fórum Nacional de Participação Popular, o Projeto de Monitoramento Ativo da Participação da Sociedade (MAPAS), a Inter-Redes, articulação de redes e fóruns brasileiros no seu planejamento de 2003 criou vários Grupos de Trabalho, sendo um deles o GT de Participação.

Em 2003, o Senado brasileiro discute a elaboração de uma lei sobre o porte de armas por parte de civis. A lei sancionada gera tanta polêmica que é fixada para o ano 2005 a

⁶⁶ Um dos primeiros sinais pela direita foi a eleição do vice-presidente na chapa, J. Alencar, reconhecido industrial Paulista.

⁶⁷ No Brasil, o ingresso por pessoa em média dos brancos é 2,5 vezes superior ao dos negros, entanto 69% dos pobres brasileiros são negros. Os descendentes de africanos constituem 45,3% da população total do país, o que faz desproporcionada sua participação na pobreza. No ano 2001, o desemprego era de 11% entre os negros, e de 7,5% entre os brancos. Apenas 2% dos descendentes de negros chegam à universidade

⁶⁸ Ministério da Casa Civil corresponde ao Ministério do Interior em outros países

⁶⁹ Este fato também é repetido na Argentina pelo Presidente Kirchner, imitando Perón (1945)

realização de um referendo para esclarecer a questão⁷⁰. A sociedade diz abrumadoramente não à restrição, pensando mais na sua liberdade e seus direitos que no cerceamento deles.

Para esta época, o governo é fortemente criticado pela oposição e pelos aliados políticos (incluindo setores do próprio Partido dos Trabalhadores), pelo norte conservador no aspecto econômico e pela falta de resultados nas políticas sociais⁷¹. Soma-se a isso o escândalo de corrupção que envolve o Chefe do gabinete, José Dirceu, por supostos pedidos de dinheiro para financiar as campanhas do PT em 2002. Além do mais, o país sofre uma contração do crescimento da sua economia de 0,2% em 2003 e Dirceu se vê obrigado a apresentar demissão. Apesar de todos estes fatos que diminuem a popularidade do Presidente, fala-se da sua reeleição, prevista para 2006.

Ao longo da sua história republicana, o Brasil tem vivido curtos períodos democráticos, por exemplo, entre 1945 e 1964, e depois de 1988. Apesar disso, e inclusive com governos autoritários, a Sociedade Civil organizada tem conseguido, embora de forma embrionária, influenciar a prática política e os poderes formalmente constituídos, adquirindo o direito de manifestação da diversidade de interesses e de expressão da pluralidade de opiniões, pondo inclusive em prática alguns dos institutos da soberania popular, como a iniciativa popular de Lei. Ao respeito, Sampaio e Araújo (In Teixeira, 2004: 82) ampliam:

A Sociedade Civil organizada vem forjando espaços privilegiados nos quais se estão gestando novas formas de relacionar-se entre o Estado e a Sociedade Civil. Nesse cenário, destaca-se a criação dos Conselhos de Gestão de Políticas Setoriais, os processos do Orçamento Participativo, e as diversas iniciativas de foros de discussão, formulação e proposição de políticas públicas, como também de controle dos orçamentos públicos por parte da Sociedade Civil.

Por isso, a construção democrática no Brasil, ao longo do século XX, tem como uma das suas principais características a presença significativa da Sociedade Civil organizada que consegue forjar espaços públicos de negociação, reivindicação, participação e conquista de direitos. Sampaio e Araujo destacam os desafios de cara ao futuro:

O atual período histórico da luta social no Brasil tem como desafio a articulação das estratégias de luta contra a pobreza e a desigualdade, e a construção de parâmetros públicos e democráticos de regulação da vida social, tanto no âmbito do Estado quanto na Sociedade Civil. O caminho para a consolidação da cultura da participação cidadã ainda se está construindo, e só mediante o empoderamento de cidadãos e cidadãs, o acesso à informação e a autonomia frente aos poderes constituídos, será possível a democratização do poder local e a ampliação da democracia no país. (Sampaio de Almeida y Araujo op. cit.: 112)

⁷⁰ Cerca de 40 mil pessoas são baleadas cada ano no país, o Brasil tem o índice mais alto de mortes do mundo.

⁷¹ O primeiro ato de governo tinha sido o lançamento do Programa Fome Zero.

Capítulo XVIII: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

A reorganização do Estado acontecida depois dos movimentos revolucionários dos anos 1930 e, sobretudo, a promulgação da Constituição Brasileira, em 1934, que atribuía entre as obrigações do Estado “proteger os objetos de interesse público e o patrimônio artístico do país” favorecem a nova apresentação dos projetos de leis padronizando a defesa do patrimônio cultural.

Desta forma, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), vinculado ao Ministério da Cultura, é criado no dia 13 de janeiro de 1937 pela Lei nº 378, no governo de Getúlio Vargas. Posteriormente, no dia 30 de novembro de 1937, promulga-se o Decreto-Lei nº 25, que regulamenta a "proteção do patrimônio histórico e artístico nacional". Este decreto define os procedimentos que são adotados para a ocasião dos estudos de tombamento e estabelece seus efeitos. Assim, os bens culturais e naturais, considerados de interesse para a preservação, no juízo do Conselho Consultivo, são inscritos conforme sua natureza, em um dos quatro livros do Tombo: “Livro do Tombo arqueológico, etnológico e paisagístico”, Livro do Tombo Histórico”, “Livro do Tombo das Belas Artes” e o “Livro das Artes Aplicadas” que ainda continuam vigentes.

A Tese de mestrado efetuada por Sandra Bernardes, permite identificar alguns períodos bem diferenciados que têm refletido o pensamento da época tanto no nível nacional associado à gestão presidencial, assim como no nível internacional, associado ao pensamento dos Organismos Internacionais especialistas na matéria.

Durante 30 anos, o IPHAN permanece sob a direção de Rodrigo Mello Franco de Andrade, período conhecido como “a fase heróica”, momentos em que são definidas as orientações e os critérios que presidiram a atuação do órgão, assim como a consolidação da sua política de atuação. As dificuldades são numerosas, obrigando aos responsáveis a limitarem a ação institucional à iniciativas que consagrassem no plano jurídico, as restrições ao direito à propriedade, derivadas de um tombamento, quanto a promoção da investigação e o conhecimento sistematizado, sobre o que deve constituir o patrimônio nacional e o resgate dos bens que se encontram ameaçados pelo abandono e o descuido. Cabe destacar que em 1941 foi promulgado o decreto-lei nº 3.866, onde se dispõe quando deve ser cancelado um bem inscrito nos Livros do Tombo. Bernardes (2004:32) esclarece:

Durante o primeiro período da sua criação, entre 1936 e 1967, o IPHAN esteve presidido por Rodrigo Franco, Mauro Andrade, Lúcio Costa e Carlos Drummond de Andrade. Estas gestões estiveram regidas por conceitos e valores associados à nacionalidade, a excepcionalidade, a estética e a estilística. As ações empreendidas por estes presidentes foi a valorização dos bens ligados à história da arquitetura, o que incidiu na declaração de preservação dos bens respectivos

Patrimônio Participativo

da arte e da arquitetura coloniais, concomitantes com a cultura da elite. Cite-se como exemplo o tombamento da colonial, branca e bela Ouro Preto.

A meados da década de 1960 e a década de 1970, o Brasil atravessa ares de desenvolvimento intenso, modificando definitivamente o meio ambiente urbano, o que estimula o debate sobre a preservação do patrimônio cultural. Durante este período procura-se rever os conceitos que regem e definem os novos instrumentos de proteção e valorização, recorrendo, inclusive, à experiência acumulada no plano internacional. Ao respeito, é promulgada a Lei nº 3.924 (1961) que regulamenta a proteção dos bens de natureza arqueológica, estabelecendo os procedimentos a serem adotados para a realização de investigações, prospecções e salvamentos. Para 1965, aprova-se a Lei nº 4.845 que proíbe a exportação das obras de arte e ofícios produzidos no Brasil, até o final do período monárquico.

Até então, as atenções do órgão têm se concentrado quase exclusivamente nos edifícios isolados, selecionados entre tantos outros por acreditar que são portadores dos valores mais genuínos da cultura nacional: os monumentos históricos e artísticos, os símbolos da nacionalidade ou como afirma Rodrigo Mello Franco de Andrade: “a carteira de identidade do povo brasileiro”. Como define Bernardes:

Este segundo período, que se inicia em 1967 e finaliza no ano 1979, está marcado pelas presidências de Renato Soeiro e Augusto Silva Teles que continuaram a linha fundadora de seus predecessores defendendo tanto os conceitos e valores estabelecidos quanto as práticas efetuadas. Porém, deram começo para um período de descentralização ao tempo que iniciaram o poder de polícia necessário para o cuidado dos bens declarados. (Bernardes, 2004:33)

Com a Carta de Veneza (1964) em vigor, questiona-se a exclusividade dos cuidados para monumentos excepcionais, em fase das contínuas agressões ao meio urbano que desfiguram e destroem os ambientes tradicionais, o caráter e a fisionomia adquiridos com o tempo pelas cidades. Progressivamente, as preocupações esticavam os horizontes: do monumento e da sua forma chega-se à cidade.

O Brasil, país signatário desta Carta e de outras que aparecem durante este período que tratam da preservação de bens culturais, promove através do IPHAN, a proteção dos núcleos urbanos ameaçados, inscrevendo no seus Livros do Tombo: Petrópolis (1964), Diamantina (1966), Cabo Frio (1967), São Cristóvão (1967), Olinda (1968), Porto Seguro (1968), Cachoeira (1971), Alcântara (1974), São Luís (1974), Goiás (1978), Rio das Contas (1980), Itaparica (1980), e o centro histórico de Salvador (1984). As cidades de Ouro Preto, Mariana, Serro, Tiradentes e São João del Rei já se encontravam preservadas desde 1938 e as cidades de Parati e Vassouras são inscritas em 1958.

Com a ampliação do acervo cultural a ser protegido, multiplicam-se os problemas devido à evidente dificuldade de dispor dos recursos financeiros necessários para atender as exigências básicas determinadas para sua preservação. Verifica-se, além disso, a imperiosa necessidade de atribuir destino social ao conjunto dos bens protegidos que permanecem em grande parte abandonados ou mal utilizados.

Na década de 1970 acrescenta-se à política de preservação a idéia do turismo, que procura inserir o patrimônio no desenvolvimento econômico com a criação do Programa Integrado de Reconstrução de cidades Históricas – PCH, no âmbito da Secretaria de Planejamento da Presidência da República SEPLAN-PR, com a participação da Empresa Brasileira de Turismo EMBRATUR atingindo, na sua primeira etapa, os estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. O Programa das Cidades Históricas (PCH) é estendido em 1976 aos estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, para finalmente se estenderem ao país todo para 1977. A inserção da valorização do patrimônio nas políticas urbanas é uma das recomendações do Encontro de Quito (1967).

Em 1970, como resultado do 1º Encontro de Governadores, surge o “Compromisso de Brasília”, ratificado em Salvador em 1972, que recomenda a criação dos órgãos estaduais e municipais de preservação. O governo federal oferece a possibilidade de utilizar 5% das suas parcelas-partes do Fundo de Participação, na proteção do patrimônio cultural, através de um convênio com o IPHAN. Dias de Andrade, amplia:

O IPHAN, devindo agora em Direção de Patrimônio Histórico (DPH), dispõe de recursos financeiros significativos para a recuperação dos conjuntos urbanísticos e de edifícios de interesse cultural, favorece também a criação dos órgãos estaduais de preservação e que vêm a ser parceiros indispensáveis para a execução dos programas planejados. (Dias de Andrade, 2001:3)

Na primeira fase acontecem seminários em algumas cidades tombadas, onde a população é consultada sobre a gestão do patrimônio. Esta experiência é pontual e ocorre nas cidades de Ouro Preto (MG), Diamantina (MG), São Luiz (MA) e Cachoeira (BA). Bernardes põe em dúvida que estes mecanismos sejam gerais e marquem uma tendência:

Apesar da intenção de trabalhar sobre a ótica do planejamento urbano, os resultados continuam reafirmando os procedimentos antigos pondo o enfoque nos conjuntos arquitetônicos quanto monumentos históricos. A prática do SPHAN influencia o trabalho dos órgãos estaduais de proteção do patrimônio e em São Paulo surgem as primeiras críticas para a ortodoxia da política federal de patrimônio.

Um terceiro período é iniciado em 1979 com a Presidência de Severo Gomes, para ser completado por Aloiso Magalhães, Augusto Telles e que finaliza em 1982, com Enrique Oswald. Estas gestões estão marcadas pelo conceito antropológico da cultura e do

Patrimônio Participativo

patrimônio ambiental urbano. Não obstante, as ações e práticas esgrimidas continuam sendo as mesmas. Pode destacar-se neste sentido, o estímulo para a criação de Institutos estaduais e municipais de Preservação do patrimônio cultural. Notável é o plano piloto municipal de preservação realizado na cidade de Olinda, cuja experiência traz numerosos aportes para a preservação do patrimônio cultural. Embora seja continuada a linha fundadora, são introduzidos bens das etnias afro-brasileiras vinculadas à cultura popular. Dias de Andrade comenta:

Em 1979, abre-se uma nova fase na trajetória do Organismo. Magalhães traz consigo a experiência do “Centro Nacional de Referência Cultural” (CNRC), cujo convênio dura desde 1975 até 1980, com o objetivo de estabelecer um sistema referencial básico que favorecesse a descrição e a análise da cultura brasileira. (Dias de Andrade, 2001: 4)

Assim, a fusão destas três entidades (IPHAN, DPH e CNRC) constitui em 1980 a Fundação Nacional Pró-Memória que tem duas linhas de ação, sendo que a primeira procura afirmar o consenso sobre o conceito de “bem cultural” (substituindo a noção de patrimônio histórico e artístico) vinculado a conceitos de desenvolvimento e diversidade cultural e a segunda ação procura estabelecer diretrizes para a operatividade de uma política cultural do novo órgão. Ao respeito Luis Dias de Andrade esclarece:

A compreensão do bem cultural deveria ser apreendida no seu sentido mais amplo e abrangente, integrando um sistema interdependente e ordenado de atividades humanas na sua dinâmica. Assim estariam contemplados não só os bens móveis e imóveis cujos valores históricos e artísticos são já conhecidos, os denominados “bens culturais consagrados”, senão também “uma gama importantíssima de comportamentos de afazeres, de formas de percepção inseridas na dinâmica do cotidiano”, os bens culturais não consagrados.

A Carta de Amsterdã e a redemocratização do regime de governo abrem passo no Brasil aos princípios de descentralização, de interdisciplinaridade, do reconhecimento da pluralidade cultural, da interação das diferentes culturas, da valorização dos bens culturais não consagrados, da proteção do produto cultural do brasileiro e do compromisso da devolução do conhecimento acumulado e produzido são as principais componentes duma ação política dos órgãos públicos de preservação em referência aos bens culturais. Este fato é ratificado por Bernardes (2004:34):

As novas propostas de Aloisio e de seus colaboradores são bem aceitas, pois a política adotada pela SPHAN não dá conta das mudanças ocorridas na sociedade e o país vive o momento do processo de abertura política e transição para a democracia, com a Nova República. Além disso, os movimentos sociais começavam a reivindicar o direito das minorias étnicas e de uma maior participação nas políticas públicas.

O período que vai de 1983 a 1994, marcado pelo retorno da democracia e a Constituição de 1988, amplia o conceito de patrimônio e compartilha as responsabilidades entre vários atores. Às ações já efetuadas pelas gestões anteriores agrega-se a aparição da indústria cultural e o mercado. Além disso, estabelecem-se os primeiros contatos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a preservação das cidades históricas, com a obtenção de capitais privados.

... a política adotada no âmbito do Ministério da Cultura (MEC), a partir de 1986, procura criar mecanismos para apoiar projetos culturais baseados na Lei que institui os incentivos fiscais e o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), como principal fonte de recursos financeiros. (Bernardes.2004: 42)

Para isso, dispõe-se a criação do Ministério da Cultura e a sanção da lei nº 7.347 (1985), denominada “Lei de Ação Civil Pública” ou “Lei de direito difusos” que organiza as ações civis públicas de responsabilidade para os danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Também se sanciona a lei nº 7.505 (1986) denominada “Lei Sarney”, posteriormente alterada pela Lei 8.313 (1991), conhecida como “Lei Rouanet”, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), criando os incentivos para a execução de projetos culturais, sob a forma da aplicação dos recursos do Fundo Nacional da Cultura (FNC) Mecenato e Patrocínio. Mesmo assim, abre-se um período de dificuldades:

Com a morte de Aloiso Magalhães, a Fundação Nacional Pró-Memória entra progressivamente em dificuldades, ao acolher em seus quadros diversas instituições culturais, transformando-se rapidamente em um organismo não preparado para enfrentar tantas e novas obrigações e responsabilidades. (Dias de Andrade, 2001. 6)

O período 1990-1994 está marcado pelo traço liberal da economia na América Latina, com as presidências de Italo Campofiorito e Jaime Zettvel onde é efetuada uma profunda reestruturação administrativa e institucional, baseada na concepção constitucional de patrimônio cultural. Esta reforma traz escassez de recursos, junto com a diminuição do quadro de funcionários, a continuação da indústria cultural e o mercado junto com os empréstimos do BID.

Não obstante, extinguem-se o SPHAN e a Fundação Nacional Pró-Memória, que dão passo ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). A estrutura desta nova instituição decorre dos preceitos constitucionais sancionados em 1988⁷², que incorporam os avanços conceituais que a Fundação Pró-Memória estava pondo em prática. Assim o patrimônio cultural se define como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência para a identidade, à ação, à memória dos

⁷² Baseado no Art. 216 da Constituição Federal Brasileira

Patrimônio Participativo

diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e outros espaços destinados para manifestações artístico-culturais e os conjuntos urbanos e os sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

Finalmente, a crise desencadeada no governo de Collor de Mello, reflete-se em todos os órgãos do governo, incluindo ao Ministério da Cultura e o IBPC. Não obstante, é sancionada uma lei de apoio à cultura, que estimula os investimentos privados em projetos culturais e de preservação. Bernardes, esclarece que continua ainda a linha estabelecida pelos predecessores:

Apesar do organismo possuir uma estrutura que poderia permitir um trabalho mais abrangente, a contradição permanece, pois o novo discurso não se concretiza, porque as práticas continuam baseadas nos mesmos conceitos antigos e ultrapassados. (...) As ações concretas que procuram atender objetivos mais amplos são pontuais e não resultam em mudanças, apesar dos esforços de técnicos de organismo que defendem a ampliação do trabalho de preservação do patrimônio cultural. (Bernardes, 2004: 40)

Durante o período 1995-2002, associado a um pensamento que faz à gestão de um presidente da República, (Fernando Henrique Cardoso) enquadram-se as gestões de Glauco Campillo e Francisco Weffort que retornam ao antigo nome do IPHAN. A gestão de Weffort caracteriza-se pelo privilégio dispensado aos projetos voltados para a produção cinematográfica e aos grandes eventos das artes plásticas. Além disso, os conceitos e valores na política de preservação sustentável do patrimônio retomam a adoção da ótica econômica quanto patrimônio histórico. Para Bernardes (op.cit.:42), este período dá prioridade à atenção de demandas pontuais, reduzindo o Estado para a mínima expressão, deixando que o capital privado indique o caminho a seguir.

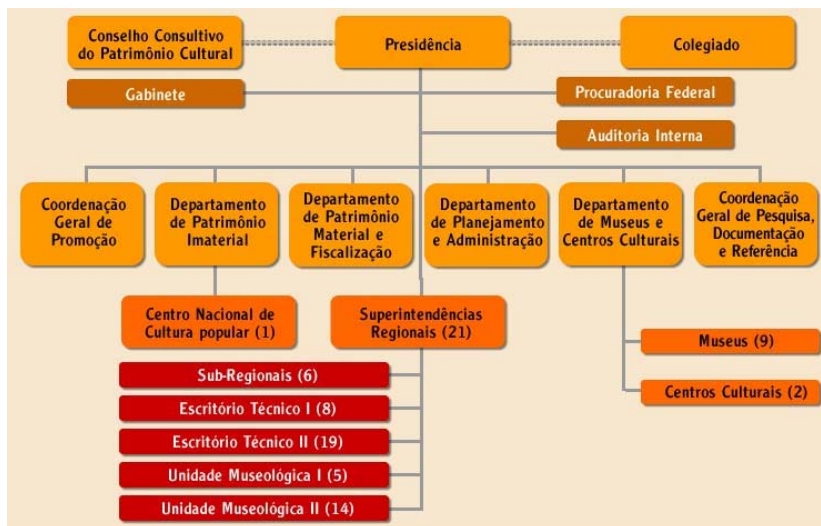
Como essas (fundações privadas, setor bancário, empresas de telecomunicações) são as patrocinantes das atividades, isto significa que elas são, também, as que elegem quais projetos devem ser financiados, e portanto, executados. Quer dizer, a ação política do Estado deu espaço para a definição daqueles projetos que fossem capazes de elaborar projetos, que tivessem a influência para conseguir a captação de recursos ou que tivessem os recursos para investir.

Entre as ações iniciadas nesta gestão destaca-se o tratamento estabelecido para o patrimônio imaterial com a instituição do registro de bens culturais de natureza imaterial e a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial através do Decreto Federal nº 3.551/00. Esta política clientelista capta, entre os empréstimos outorgados pelo BID (1999), o que propicia a implementação do Programa Monumenta, por um total de 200 milhões de dólares com o objetivo de estabelecer mecanismos sustentáveis de preservação do patrimônio.

Este Programa possui uma unidade Central Gestora (UCG), vinculada ao Ministério e tem um grupo de trabalho que depende, por sua vez, diretamente da Presidência do IPHAN. A UCG administra os recursos a serem aplicados, enquanto o grupo de trabalho coordena a participação do IPHAN, articulando com a UCG os segmentos do IPHAN envolvidos no Programa. As críticas que têm recebido o Programa Monumenta são citadas por Bernardes, e estão baseadas na apreciação que faz L. Motta dele:

Os prazos impostos são exíguos, pois priorizam a execução das obras que buscam visibilidade e apelo comercial, em detrimento da realização de estudos prévios e de inventário. (...) Ao contrário do poder público cumprir seu dever de garantir ao cidadão o acesso à cultura, investindo no patrimônio como fonte de conhecimento, este colabora na construção de valores que interessam ao capital especulativo. (In Bernardes 2004.: 42)

Por isso, não resulta estranho que a sustentabilidade do patrimônio proposta pelo Programa Monumenta esteja fundada numa visão limitada aos aspectos meramente econômicos, criando um cenário urbano atraente e parcial, mercantilizando o patrimônio, quanto objeto exótico a ser consumido pelo turismo global.



Organograma do IPHAN na atualidade. Fonte: Retirado do sítio de internet:

www.iphan.gov.br

Na atualidade, o IPHAN tem como objetivos a fiscalização, proteção, identificação, restauração, preservação e revitalização dos monumentos, sítios e bens móveis do Brasil, regido pelo Decreto nº 335 do 11 de novembro de 1991 e sua modificatória, o Decreto nº 5040, onde se aprova a atual estrutura administrativa e as funções gratificadas pelo Instituto.

Desta forma, o IPHAN é um ente autárquico, tanto orçamentária quanto financeiramente, cuja estrutura administrativa se desenvolve por intermédio de: Uma administração central, (Presidência, Conselho Consultivo e Departamentos) 21 superintendências regionais, 6 sub-regionais, 9 museus, 3 unidades especiais (Passo Imperial, Sítio Burle Marx no Rio de Janeiro e o Centro Nacional da Cultura Popular), 17 museus regionais, 27 escritórios técnicos e o Palácio Gustavo Capanema.

Em particular, o Conselho Consultivo do IPHAN, cuja missão é apreciar e decidir as questões relativas aos tombamentos e sua respectiva regulamentação está constituído por representantes de instituições públicas e por representantes de organizações da sociedade civil, designados pelo Presidente, dispondo cada um de seus membros dum mandato de quatro anos, com direito à reeleição.⁷³

A recente assunção de Luiz Inácio Lula Da Silva torna difícil a possibilidade de realizar uma análise das políticas culturais adotadas, embora pode se dizer que a designação do cantor Gilberto Gil, militante do PT, e de António Augusto Arantes Neto na direção do IPHAN introduzem mudanças substanciais na gestão do patrimônio cultural brasileiro.

Não obstante, se partíssemos da idéia que desenvolve Bernardes em relação a que a prática institucional do IPHAN está baseada numa ideologia tecnocrática, onde as regras técnicas são impostas pelos detentores do saber em detrimento da politização dos indivíduos, certamente conclui-se que a política do organismo, historicamente, tem servido para a legitimação no poder de grupos ligados ao seus criadores, que defendem os valores dos bens culturais a partir de critérios estéticos e estilísticos, que representam os interesses da elite cultural. Isto traria como consequência a exclusão da participação do cidadão por considerá-lo incapaz e incompetente e a perpetuidade destes grupos que tomam suas decisões baseadas num discurso técnico e centralizador. (Bernardes. 2004:45)

Com tudo, na hora de analisar a atuação do IPHAN devem ser considerados três aspectos importantes. O primeiro é que este organismo é um órgão executor de políticas culturais e, portanto sempre será a cara visível deste pensamento de cada governo. Pode se dizer então que, se a história brasileira é composta por uma classe elitista que domina as ações do país todo, o IPHAN reflete (e executa) a ideologia imperante de cada época. Isto implica que, se quiser democratizar uma instituição, deve-se democratizar também o sistema onde ele se insere. Em segundo lugar, deve ser considerado que o IPHAN tem seguido as recomendações e as cartas internacionais emanadas da UNESCO, Organismo que, até a Declaração dos Direitos sobre Diversidade Cultural em outubro de 2005, também tem mantido uma linha de preservar aqueles valores que representam um pensamento único. Em terceiro e último lugar, o IPHAN dentro do contexto latino-americano é o órgão que melhor posicionado se encontra se comparado com seus pares. Longe está a Argentina com sua Comissão Nacional de Monumentos, Lugares e Sítios Históricos de ser um ente autárquico e autônomo com capacidade e infra-estrutura suficiente para atender às urgentes necessidades de seu patrimônio cultural.

⁷³ O Conselho Consultivo está presidido pelo Presidente do IPHAN e está composto por membros distribuídos: um representante do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB); um do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos (ICOMOS); um do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA); um do Museu Nacional indicado por seus dirigentes e dezoito

Em outras palavras, se bem deveria ser mais democrático em seus procedimentos, o IPHAN tem feito muito, comparativamente, pelo patrimônio cultural brasileiro. Neste sentido parecem apropriadas as palavras do Prof. Nestor Goulart dos Reis Filho, membro do Conselho do IPHAN.

Tudo nesse campo [a política de preservação] girou em torno do IPHAN até 1970/80. Claro que continua sendo central, mas hoje existem outros órgãos. Os técnicos selecionaram o que era mais importante para o país e se concentraram na defesa desses elementos. Claro que têm críticas por não terem incluídos outros elementos. Sem o IPHAN as principais obras ter-se-iam perdido.⁷⁴

Mesmo assim, o novo governo parece presto a discutir novas formas de gestão em torno ao patrimônio cultural dos brasileiros. Em entrevista, o arquiteto Marcelo Brito, responsável da formulação e implementação do Programa Urbis no âmbito federal, indica uma mudança substancial na política do Organismo onde destaca a postura de repartir os benefícios e as cargas, socializando tanto o sucesso quanto o fracasso:

evidencia-se um suposto sobre o qual a distribuição de benefícios e cargas passa de uns para todos e o sucesso ou fracasso passa a ser de todos e não mais de alguns poucos (...) a premissa básica é de consolidar uma cultura urbanística do patrimônio, em contraposição a uma cultura arquitetônica do Patrimônio bastante sólida existente no país, mas que já não é suficiente para tratar a complexa labor que reside em preservar um sítio histórico urbano, com a elaboração de Planos de Preservação.

Brito propõe no Programa Urbis um mecanismo democratizador baseado na experiência de Olinda e a dos Conselhos Gestores aos que denomina Comissão Gestora Local. Desta forma se produz um intercâmbio que implica uma necessária democratização tanto dos técnicos do organismo quanto dos participantes envolvidos⁷⁵:

... o conceito de gestão compartilhada exige novas posturas dos administradores públicos e da própria sociedade num processo que implica maior participação e intercâmbio, melhor distribuição de responsabilidades e benefícios. A ação proporcionada pelo Programa [Urbis] tem alimentado um processo de participação que o IPHAN em muitas localidades onde age, em especial nos sítios históricos urbanos onde possui uma Oficina Técnica instalada, não tem mais como evitar ou retroceder se quiser.

É evidente que a democratização do poder no Brasil, a partir da sanção da Constituição Cidadã de 1988, conquista evidente dos movimentos sociais, começa devagar a tocar (e mudar) os interesses e ideologias que primaram na execução das políticas de seus organismos. O desafio então passa por saber se esta nova visão é a de um governo ou se é um processo que já não se deterá.

representantes da sociedade civil com notório conhecimento nos campos de atuação do IPHAN. Estes últimos são indicados pelo Presidente do IPHAN e todos são nomeados pelo Ministro da Cultura por um mandato de quatro anos.

⁷⁴ Entrevista a Nestor Goulart publicada na revista eletrônica do IPHAN. Primeira edição.

Capítulo XIX: Experiências prévias

As primeiras experiências de gestões participativas no Brasil são realizadas na década do 1970 nas Prefeituras Municipais das cidades de Laje (SC), Boa Esperança (ES) e Piracicaba (SP). Não obstante, estas experiências são pontuais e somam à concepção de um planejamento participativo, que naquela época, não era tão desenvolvido e não formava parte do repertório da formação profissional do grupo técnico. (Bernardes, 2004: 58)

Dentro do Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos, que propõe como premissa básica para sua efetivação, uma abordagem o mais próxima possível da comunidade, surge um projeto que se corresponde a uma ação do tipo experimental. Isto implica que tudo tem que ser iniciado desde zero.

A efetivação deste Programa depende, num primeiro momento, da criação duma estrutura de articulação entre os diferentes níveis e setores envolvidos, respaldada pelo estudo interdisciplinar das questões básicas, que se viabilizam a partir do interesse e com o apoio e a participação das comunidades. Estas não têm sido a prática usual dos diferentes órgãos envolvidos. (Bosi, 1986: 135)

A falta de programas de preservação em torno ao Patrimônio Habitacional está justificada pelas dificuldades de ordem financeira, técnica e legal: inexistência de recursos financeiros, insuficiência de quadros técnicos e administrativos, impossibilidade de aplicação dos recursos públicos orçamentários e falta de assistência de respaldo legal e jurídico. Esse período se estendeu por quatro anos aproximadamente. Os investimentos foram feitos pela Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda (CPSHO) e da Prefeitura Municipal e pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). Além disso, se parte de uma nova visão, a do conceito de patrimônio ambiental urbano, Bosi explicita:

O conceito de Patrimônio Ambiental Urbano parte da ruptura com a visão monumentalista da preservação e propõe um procedimento que incorpora ao monumento isolado não só os valores de singularidade e monumentalidade, senão também os valores sociais, culturais, formais, técnicos e afetivos dos espaços urbanos assim como seu entorno paisagístico. (Bosi. 1986:136)

Ao mesmo tempo, em meados de 1981, o SPHAN/Pró-Memória passa a desenvolver, articulada e concretamente, estudos que viabilizam a aplicação de recursos financeiros do BNH, adequando o Sistema Financeiro da Habitação para a recuperação e revitalização de núcleos históricos. Chega-se à conclusão que é realmente necessária a criação de um programa especial para a recuperação e a revitalização do patrimônio histórico, como perspectiva de ir se transformando numa pasta de clientes que conjugue várias linhas de financiamento para diferentes fins e diferentes rendas ou ingressos.

⁷⁵ Para ampliar o contexto, pode ver-se o documento "Pressupostos da reabilitação urbana de sítios históricos no contexto brasileiro", que pode ser descarregado do sítio de internet www.iphan.gov.br

Assim, na parte de SPHAN/Pró-Memória devem ser operadas também mudanças em nível funcional e operacional. a partir da proposta originada no estudo de "Compatibilização entre a demanda SPHAN/Pró-Memória e a Disponibilidade de Recursos Financeiros do Banco Nacional de Habitação optou-se pela estruturação de um Programa Especial para a recuperação e revitalização de Núcleos Históricos que, conjugando todas as linhas de Financiamento do Sistema Financeiro de Habitação, fora dotado de flexibilidade e adaptado às peculiaridades dos projetos a serem desenvolvidos, constituindo as seguintes ações básicas: (i) Investigação, (ii) Desenvolvimento comunitário, (iii) Legalização e aquisição de imóveis e (iv) Integração de Ações setoriais nos núcleos históricos. Na verdade, ao SPHAN/Pró-Memória lhe faltavam informações quantitativas para negociar com o BHN. (Bosi, 1986:137)

Contando inicialmente com a participação da administração federal SPHAN/Pró-Memória, as equipes técnicas, estão especialmente treinadas para afrontar o volume e a complexidade das atividades que deveriam promover. Não se pretende somente a simples restauração dos bens, senão que se busca, a partir da preservação e revitalização dos conjuntos históricos e a manutenção da comunidade neles residentes, intensificando seu uso pela comunidade em geral, numa conjugação de esforços de todos os agentes dos diversos setores de administração pública, com o objetivo único de preservar a memória local e nacional. No contexto da política de preservação do patrimônio cultural brasileiro se inclui a dimensão social, econômica e política, ao ser valorizado o homem.

No mes de novembro de 1984, o Projeto Piloto de Olinda tem sua fase preliminar aprovada. Infelizmente, nas cidades de São Luis e Salvador, apesar do assessoramento técnico prestado em condições semelhantes a Olinda, as equipes locais de Administração Estadual não conseguem se estruturar para a condução dos trabalhos. Nestes casos, a participação das prefeituras era imprescindível. Bernardes amplia:

Entre estas (São Luís, Salvador e Olinda), num primeiro momento, a cidade de Olinda é escolhida, pois apresenta as melhores condições: apoio político da Prefeitura, corpo técnico e grande potencial de participação da comunidade organizada (...) Em 1983 se iniciam os trabalhos na Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda. (Bernardes, 2004 39)

A Prefeitura de Olinda tem como objetivo para o desempenho do seu trabalho retomar o desenvolvimento socioeconômico através de um processo participativo de instituições e da comunidade. Nesta mesma linha política, é criado, em 1979, um Sistema Municipal de preservação, constituído por um Conselho Municipal de Preservação (órgão consultivo e deliberativo), uma Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda (Órgão executivo) e as Declaratórias municipais. A existência desta política de preservação torna possível a realização do primeiro projeto piloto para a colheita dos subsídios necessários para a criação do Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos no âmbito do BNH e do SPHAN/Pró-Memória.

Patrimônio Participativo

Neste processo, a comunidade é o agente promotor do seu próprio desenvolvimento. O ponto de partida dos trabalhos é a realização de um Painel de Debates a meados de março de 1985 (ano em que é institucionalizado o Programa) que decide o início imediato de trabalho de aproximação com a comunidade através de reuniões e contatos pessoais.

Já está funcionando uma estratégia de trabalho que se inicia nas reuniões com os moradores e se concretiza através de um Sistema de Atenção ao Morador para serviços de reparos do Casario, que consiste na oferta de orientação técnica, respaldo jurídico e proposta de financiamento para a recuperação dos imóveis. (Bosi, 1986:139)

Este programa de atenção inclui três modalidades de atuação: provisão de materiais, provisão de materiais e mão de obra e elaboração de projeto, provisão de materiais e mão de obra. Para a execução de reparos e recuperação dos edifícios se obtém um esquema de atenção agrupado nas seguintes características: estabilização, restauração, melhoria, revalorização, conservação e construção. Para isso se define uma tabela de subsídios que varia de 5 a 50 % do valor dos serviços a serem realizados, onde se consideram o contrato, a carência, os prazos e a garantia.

O projeto piloto, apesar de que a comunidade expresse um descrédito em relação às instituições governamentais, principalmente ao Sistema Financeiro de Habitação, tem boa repercussão na comunidade olindense. A participação dos moradores no trabalho estabelece um canal de comunicação e compromisso irreversível em que as ações devem ter continuidade assegurada para que a credibilidade do Projeto seja mantida; se reafirma cada vez mais a importância de estudos e propostas realizadas em nível municipal, promovendo a atuação dos municípios.

Contudo, o Programa não se sustenta em seus parâmetros iniciais. Para Bernardes as causas destas mudanças, que no fim das contas é uma paralisação do Programa, se produzem, pois a mudança de paradigmas com as quais se aborda o caso de Olinda representa uma ameaça ao poder central.

Dos contatos (entre o SPHAN, suas diretorias regionais, a prefeitura e as agências do BHN) resultam a identificação de problemas de ordem política, técnica, financeira e administrativa que não são resolvidas, o que contribui a que os trabalhos não continuassem. As necessidades locais não são atendidas e o necessário processo de descentralização e de trabalho integrado é considerado como “ameaça ao controle e a ordem das instituições”. (Bernardes, 2004: 39)

Esta ameaça cobra corpo na falta de definições do IPHAN e a falta de princípios democráticos na hora de tomar decisões por parte do governo federal, assinando a concepção elitista que sempre lhe for criticada, tanto ao organismo quanto à concepção do Estado brasileiro. Bernardes deixa claro que:

Apesar de abrir espaços para a participação das comunidades em nível local, as decisões em nível federal não estão baseadas em princípios democráticos. O programa não se consolida devido à falta de definição duma política de atuação por parte do IPHAN e da falta de respaldo político e financeiro do governo federal. Além do mais, no BHN e no IPHAN não se realiza uma avaliação das atuações realizadas em Olinda que pudesse propiciar a continuidade de ações futuras. (Bernardes, 2004: 40)

Entre as conclusões às que arriba Bosi no seu estudo sobre o caso de Olinda, é possível citar a participação cidadã como princípio metodológico na prática das instituições vinculadas à preservação, o tratamento da excepcionalidade arquitetônica ao lado das expressões de cultura popular, o valor de uso do patrimônio em contraposição com o valor de elite, a prioridade dada ao morador frente à população em geral e o turista, a revisão dos instrumentos legais disponíveis para a preservação histórica, arquitetônica e ambiental, integrando-as à legislação urbana e aos instrumentos de orientação e controle do desenvolvimento urbano.

Para Bosi, estas conclusões devem somar-se à necessidade de criar um espaço político maior para que a população possa intensificar sua adesão ao processo de fiscalização e controle de seu próprio patrimônio. Neste contexto, salienta a autora, o apoio à formação e a capacitação dos recursos humanos assume uma importância fundamental para a implementação e operatividade do programa em nível nacional.

Bosi conclui que a ampliação de atuação das entidades ligadas à preservação cultural deve ser a inclusão de conceitos de preservação na prática corrente de planejamento urbano, introduzindo parâmetros para a construção de novas áreas, de tal forma que sejam consideradas e respeitadas as características sociais, econômicas, culturais e ambientais existentes nas localidades. Além, agrega que, tanto a manutenção quanto a prossecução deste processo exigem mudanças estruturais a fim de que sejam criadas correções internas para a prestação de apoio técnico, financeiro e administrativo.

O tratamento simultâneo dos conceitos de desenvolvimento urbano e de preservação do patrimônio cultural a partir de um processo conjunto de discussão entre técnicos e moradores, resultará uma proposta de intervenção que será objeto de estudo no capítulo XIX, o Programa Urbis.

Outra das experiências prévias ao Programa que será objeto de estudo está composto pelo denominado Grupo de Trabajo de Brasília (GT - Brasília) que se inicia no final da década de 1970 como um processo de discussão entre um grupo de técnicos da Fundação Nacional Pró-Memória e alguns professores da Universidade de Brasília.

Patrimônio Participativo

A pressão imobiliária, a ausência de representatividade de vários segmentos locais, a estrutura centralizada da instância deliberativa e a ausência de um sistema de planejamento físico-espacial que ameçam a identidade de Brasília são alguns dos motivos destas reuniões.

A intenção do grupo se soma a do então presidente da Fundação Pró-Memória, Aloisio Magalhães, o que resulta num convênio entre o Ministério da Educação e Cultura, a Universidade de Brasília e o governo do Distrito Federal para a criação de um grupo interinstitucional, denominado Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Brasília. – GT Brasília. O grupo é criado oficialmente em 1981.

O princípio metodológico que o grupo propõe se fundamenta num trabalho com a participação dos órgãos envolvidos nas diferentes instâncias, tanto locais quanto federais e da população que é residente e usuária da cidade. A Universidade de Brasília participa nas discussões teórico-metodológicas e, em referência às prospecções de campo, estes são realizados por intermédio de seus alunos.

O Governo do Distrito Federal participam a Secretaria de Educação e Cultura, o Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do DF e o Arquivo Público, as Secretarias do Meio Ambiente, de Agricultura, de Viação e Obras, a Codeplan, a Caesb e a Terracap.

Por parte do governo federal, além do Pró-Memória, participam órgãos relacionados com temas específicos como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). A premissa de participação do poder local é fundamental, pois este conduz o processo de gestão do patrimônio em conjunto com a gestão urbana. Por parte da Sociedade Civil, participam Organizações não governamentais e Associações de Vizinhos. Os técnicos da regional do IPHAN têm uma participação esporádica.

A dificuldade devido às peculiaridades do objeto de trabalho – a preservação da memória de Brasília – com a qual não tinha parâmetros, leva o grupo a iniciar uma investigação segundo as pesquisas das fazendas antigas existentes no DF. a partir das discussões com o GT Brasília, a legislação é adaptada.

Os trabalhos dos acampamentos de Obras, que também eram chamados de Pioneiros, foram os trabalhos que contaram com a maior participação, pois estavam envolvidos os professores e alunos da UnB, os técnicos e praticantes da Pró-Memória e do DePHA e as associações de Vizinhos. Nalguns exemplares, como o Catetinho e a escola Júlia Kubitschek.

A sensibilização dos órgãos públicos e da sociedade deve ser creditada aos moradores que posteriormente contam com o apoio do GT Brasília. Os diferentes tratamentos dispensados aos dois objetos –o plano piloto e o Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO) demonstram a opção, por parte do órgão federal, pelos valores da classe dominante na eleição dos bens a serem protegidos. Os detentores do capital cultural e social ditam as regras e os critérios de seleção dos bens culturais. Enquanto Brasília é protegida em várias instâncias e ainda é consagrada como patrimônio mundial, o HJKO se encontra relegado ao esquecimento por parte do poder público. Para Bernardes (2004: 55),

Aqui podemos identificar uma abordagem da preservação do patrimônio urbano que poderia ser comparado com a participação coletiva apregoada por Habermas na teoria de ação comunicativa, onde o objeto é a construção dos consensos por meio do esclarecimento. Para isso, seria necessário o exercício do diálogo entre os participantes, além de despertar o interesse da população em interagir especificamente sobre os temas do espaço urbano no cotidiano. Assim, a eleições éticas seriam decisões conjuntas que teriam maior possibilidade de ser aceitas e executadas.

Quando lhes foi perguntado aos moradores e usuários do Plano Piloto sobre a forma de participação nas decisões da cidade, os entrevistados enfatizaram a necessidade de participação mais direta e efetiva da população neste processo, seja através de entidades civis, por consulta à opinião pública ou pelo aparato do governo local para o diálogo com a população. No entanto, a participação dos moradores e usuários da cidade acontece de maneira restritiva, somente por meio da pesquisa de opinião.

No relatório síntese de 1985, apesar de ressaltar a importância da participação da população na definição das diretrizes de preservação não tem indicações de como dar continuidade aos trabalhos neste sentido. Nesta época, as práticas de participação popular na gestão e no planejamento urbano são pontuais e pouco conhecidas, o que demonstra uma opção pela participação sob a forma consultiva. A investigação de opinião tenta captar dos indivíduos o que é sugerido e não permite uma reflexão que resulta do debate público, onde as questões podem ser problematizadas. Esta abordagem induz à ilusão da participação, na medida em que a expressão de opiniões, por parte dos entrevistados, não os torna atores políticos ativos.

Em definitiva, quando a população toma a iniciativa de reivindicar a participação no processo, ela passa a ser sujeito da história e constrói um cenário onde as decisões passam a ser tomadas em conjunto. Pelo contrário, quando a participação acontece a partir da defesa de interesses legítimos, ela proporciona o questionamento da legitimidade das regras impostas e consegue reverter as decisões no sentido de alcançar os resultados desejados.

Como tem se visto no referencial teórico, a liderança neste processo fortalece a auto-estima, compartilha responsabilidades e decorre na preservação da identidade do grupo e na participação consciente da vida política.

Em 1985 o GT Brasília já possuía material de investigação suficiente para iniciar o trabalho de articulação com a sociedade, o que no caso do Plano Piloto não aconteceu. Ressalta-se que o trabalho articulado com a população de moradores aconteceu apenas na Vila Planalto entre os anos 1984 e 1987.

Apesar que o trabalho do GT Brasília constitui uma investigação que busca uma nova metodologia para um objeto, até o momento não explorado, que aponta para um conceito de preservação dinâmica, no sentido de resgatar as características essenciais e solucionar problemas urbanos que decorrem da implantação da cidade e de seu desenvolvimento, os resultados não são atingidos.

A exposição do Arquiteto Silvio Calvacanti demonstra que o trabalho do GT foi importante no processo de candidatura de Brasília ao título de patrimônio da humanidade, pois o que prevalece são as teorias do urbanista Lúcio Costa, as quais procuravam consagrar o objeto Brasília como representante da arquitetura e urbanismo modernistas em detrimento da memória de Brasília quanto ocupação do centro-oeste e a construção coletiva dos brasileiros. Ao respeito, Bernardes (2004:76) salienta que

Aquí podemos retomar los conceptos de Habermas quando este define que o mundo da vida deve se sobrepôr ao mundo sistêmico. E para que o mundo da vida seja considerado, faz-se necessária uma nova postura onde os saberes são compartilhados e a troca seja de mão dupla: técnicos aprendem com moradores e estes aprendem com os técnicos, de uma maneira aberta e flexível, buscando um equilíbrio de forças e dos interesses que atuam na cidade.

No documento final do “Seminário Brasília: passado, presente e futuro” realizado em novembro de 2001 se destaca a recuperação dos estudos e das recomendações do Grupo de Trabalho para a preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília – 1981/1987 – como base para a efetivação das ações para a preservação da cidade preservada legalmente. Além do mais, entre os dez eixos de discussão que recomenda, aparecem dois que pesam neste relatório:

(i) A criação de um órgão colegiado de preservação, onde se propõe a estruturação de uma entidade colegiada com ampla representatividade, com a finalidade que sua atuação seja legítima e respeitada; (ii) A relação entre o Patrimônio Cultural e a cidadania, presente em todas as exposições, para vincular as idéias de patrimônio às de negociação social e ao diálogo coletivo. Assim o documento conclui.

A preservação deve se constituir num processo participativo onde deverão estar presentes os segmentos que gerencia institucionalmente o patrimônio e os que vivenciam e dão sentido a sua existência. (...) Além disso, o pleno acesso às informações e a possibilidade da incorporação do conhecimento específico é a condição imprescindível para o sucesso e a legitimidade de um trabalho participativo, onde a população assume a cumplicidade com o poder público, tornando-se o principal guardião do patrimônio. (Seminário Brasília: Passado, presente e futuro. Retirado do sítio de internet [www. iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br))

Vista a história do Brasil desde a Nova República, o surgir dos atores sociais brasileiros que obtiveram e hoje exercem seus direitos sancionados na Constituição de 1988, a evolução do pensamento através das presidências do Organismo que custodia o patrimônio cultural brasileiro e a revisão de algumas experiências pontuais, ainda que significativas, de programas que incluíram a participação cidadã como um elemento indispensável para seu desenvolvimento, implanta-se no Brasil o Programa Urbis, com lineamentos que promete abranger e refletir o novo pensamento da coisa pública.

Capítulo XX: O Programa Urbis

Tal como é definido no portal do IPHAN, o Programa de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos (URBIS) é uma estratégia de atuação voltada à solução de problemas que afetam ao patrimônio nas cidades, constituindo um instrumento para o desenvolvimento de uma cultura urbanística do patrimônio. É, portanto, um programa estratégico para a cidade, onde o patrimônio cultural é um elemento propulsor para seu desenvolvimento local.⁷⁶

O Programa orienta-se à preservação de áreas urbanas de valor histórico-cultural no Brasil que estejam em vias de ou se encontrem deterioradas, descaracterizadas, desvitalizadas e disfuncionais em relação ao resto da cidade onde são localizadas. Para isso, o IPHAN tem estabelecido uma lista de oitenta cidades passíveis de serem incluídas no programa. (Anexo 4, quadro 2)

Entre seus lineamentos gerais é possível destacar que o Programa propicia a melhora dos índices urbanos que medem a qualidade de vida dos moradores dessas áreas em função de sua recuperação física, ao tempo que promove a revitalização socioeconômica e cultural delas através das intervenções e ações a serem realizadas. Além disso, busca promover a integração das políticas públicas no setor voltadas ao interesse do Programa, assim como a captação e colocação de recursos.

Em entrevista concedida por seu coordenador, o arquiteto Marcelo Brito, salienta os quatro eixos sobre os que é baseado o Programa Urbis:

- Contribuir para a preservação do patrimônio cultural brasileiro, considerando-o como recurso para o desenvolvimento das cidades;
- Recuperar as condições de habitabilidade dos sítios históricos urbanos, assim como estimular sua revitalização socioeconômica e cultural;
- Proporcionar condições favoráveis para a melhora da qualidade de vida dos sítios históricos localizados em áreas urbanas;
- Valorizar o patrimônio cultural quanto fator de cidadania e recurso efetivo para o desenvolvimento sustentável das comunidades detentoras desse patrimônio.

Em função destes quatro eixos se desenvolvem os objetivos gerais que persegue o Programa, que são: (i) incentivo e apoio para a formulação de planos de preservação de sítio histórico, incentivando uma nova prática preservacionista nessas áreas e consolidando uma cultura urbanística do patrimônio, (ii) concessão de financiamentos ao setor público,

⁷⁶ Retirado do sítio de internet www.iphan.gov.br

privado e cooperativo, voltados para a reabilitação urbana, propiciando meios para os detentores do patrimônio cultural empreendam iniciativas que objetivem sua preservação, (iii) assistência técnica ao poder local no desenvolvimento de projetos e na captação de recursos financeiros, promovendo o fortalecimento institucional dos gestores responsáveis pela preservação dos sítios históricos preservados, (iv) apoio para projetos associados de educação patrimonial, sanitária e ambiental, estimulando a reflexão e a consciência para a importância e necessidade da preservação do patrimônio cultural (v) fomento à participação da população local no processo, inserindo e co-responsabilizando-a na ação preservacionista de seus sítios históricos.

Assim, dentro dos objetivos específicos aos que aponta o Programa pode-se descrever: a) A recuperação física da área de intervenção, onde se inclui a recuperação do patrimônio edificado de infra-estrutura e de espaços públicos, b) Revitalização das funções urbanas do área, onde se inclui o fomento à geração de negócios, ao apoio à dinamização das atividades sócio-culturais e à formação de mão de obra especializada, c) Suporte à gestão de reabilitação urbana, onde se inclui o fomento gerencial, o apoio à implantação de sistema de informação, logística e marketing institucional.

Entre os critérios escolhidos para a seleção dos sítios históricos a intervir encontram-se a representatividade regional que possa ter o sítio; a proteção legal em nível nacional da área a intervir; a degradação que apresente o sítio histórico, a descaracterização ou processo de degradação que tenha o sítio; o tamanho da cidade, procurando neste ponto a maior diversidade; a mobilização local em prol da preservação do sítio histórico em questão; as referências históricas e culturais que fazem à memória da região onde estiverem inseridas; a existência significativa de imóveis de uso habitacional; a ampliação das ações de preservação urbana do Ministério da Cultura em áreas que ainda não tenha atendido; a documentação existente da região efetuada no levantamento do Projeto Resgate, vinculado ao Ministério da Cultura e, finalmente, o potencial turístico que possa ter o lugar.

Fruto destes critérios e como experiência piloto, foi selecionado um primeiro grupo de cidades, como são: Sobral (Ceará), Mariana (Minas Gerais); Laguna (Santa Catarina); Pirenópolis (Goiás). Existe um segundo grupo que está integrado pelas cidades de: Manaus (Amazonas), Parati (Rio de Janeiro) Cuiabá (Mato Grosso). Por último, o terceiro grupo está composto por: Goiana (Pernambuco), São Cristóvão (Sergipe), Petrópolis (Rio Janeiro), Rio de Contas (Bahia); Lapa (Pará) e Pilar de Goiás (Goiás).

Patrimônio Participativo



Imagens de Sobral e Parati. Fonte Cidades Históricas do Brasil

Um aspecto que ressalta o Coordenador na entrevista, é sua duração. Devido que, desde a criação do Programa no ano 2001, não teve uma previsão de sua duração. Além do mais, se pretendia que fosse uma ação de caráter permanente dentro do IPHAN. Este propósito, que foi ratificado na atual gestão do Ministro da Cultura, Gilberto Gil e pelo Presidente do IPHAN, Augusto Arantes Neto, trouxe o instrumento normativo de política pública, nas palavras de Marcelo Brito.

De Programa, como um instrumento estratégico de política pública, no atual Governo passou a se constituir num instrumento normativo de política pública, já não sob a forma de programa, mas na forma de diretriz de política no campo programático da ação de Governo, quando foram destacados recursos no IPHAN da ordem de 2,5 milhões de reais para sua execução em 2004, com o objetivo de fomentar a gestão compartilhada do patrimônio cultural urbano com a elaboração de Planos de Preservação.

159

A gestão do Programa URBIS está sob a responsabilidade da Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do Ministério da Cultura e sua execução está afetada ao Departamento de Proteção (DEPROT) do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Além, conta com o apoio técnico do Grupo de Trabalho constituído mediante Acordo de Cooperação Técnica assinado entre o Ministério da Cultura, o IPHAN e a Caixa Econômica Federal (CAIXA), no âmbito do Programa URBIS e no Programa de Revitalização de Sítios Históricos, da CAIXA. Na conformação de grupos de trabalho se incluem atores sociais locais como a Prefeitura, ONGS, Universidades e o Governo do Estado. No entanto, conta com recursos financeiros do Ministério da Cultura, por meio da Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas, de acordo com suas disponibilidades orçamentárias, e com a associação mencionada CAIXA.

Mesmo assim, espera-se contar com a participação do capital privado, em função da mobilização local produzida pelo Programa, especialmente em aquelas ações que possam ser enquadradas na Lei de Incentivo à Cultura, na modalidade de mecenato cultural. (anexo 5, quadro 2). Ao respeito, o arquiteto Brito esclarece:

A idéia do Urbis era a de gerar um instrumento de orientação para a inversão pública e privada num determinado tecido urbano, neste caso, o sítio histórico urbano protegido. Compreendia-se que desde a Cultura não se podia sustentar todas as iniciativas necessárias para a reabilitação da área. Assim que se tratava duma ação de concertação, onde a gestão compartilhada entre o Estado – nos seus diferentes níveis – e a Sociedade e a co-responsabilidade se estabelecia quanto premissa básica para o sucesso das atividades.

Desta forma, o Programa propõe a construção duma gestão compartilhada do patrimônio cultural, associada à gestão urbana da cidade, entre os diversos setores envolvidos na questão, a partir de suas esferas de poder político-administrativo e entre o Estado e a Sociedade.



Imagens de Pirenópolis e Laguna. Fonte: Cidades Históricas do Brasil

As etapas previstas no Programa prevêem distintas fases. Para começar é selecionado um sítio ou lugar histórico a intervir, segundo os critérios acima mencionados; logo e por expresse pedido por parte da Prefeitura envolvida nas áreas escolhida são realizados Seminários técnicos, onde participam todos os cidadãos, associações afins e organismos estatais municipais e estaduais, para explicar o alcance do Programa. Satisfeitas as dúvidas e com a adesão das Instituições presentes se realiza um ato protocolar denominado “Termo Geral de Referência”. Com a assinatura desta Ata, procede-se para a conformação duma Comissão Gestora local.

Esta Comissão está composta por dois grupos: o primeiro, denominado grupo dirigente, está integrado pelo Governo Municipal, que ocupa a Presidência, representantes do Governo Estadual, membros do IPHAN e outras pessoas jurídicas (por exemplo, o Banco Caixa Econômica Federal (CAIXA), a Sociedade Civil organizada e outras entidades afins). O segundo grupo, denominado grupo técnico, está composto estritamente pelos técnicos que provêm do governo municipal, quem exerce sua coordenação, do governo estadual, do IPHAN e da CAIXA. Cabe destacar que os dois grupos contam com o apoio logístico de um Secretariado, designado pelo Município.

Patrimônio Participativo

Tanto ao grupo dirigente quanto ao grupo técnico subordinado, cabe-lhes a definição do seu próprio funcionamento e o processo para a formulação de um Plano de Preservação da área a intervir. Desta maneira a natureza das duas Comissões são de caráter interinstitucional, consultiva e deliberativa.

Assim, os dois grupos estão em condições de estabelecer vínculos com os diferentes atores sociais, mediante convênios e associações, estabelecendo neles os mecanismos de participação que considerem oportunos. O grau de participação dos atores o estabelece a Comissão através dos compromissos a serem assumidos por cada ator social que a integre, segundo três aspectos: Normativo: para a elaboração do plano de preservação do sítio histórico e além de instrumentos operativos decorrentes; Regulamentário (ou Administrativo): para a fiscalização, acompanhamento e controle das ações desenvolvidas no lugar, assim como para a análise e a aprovação de projetos, licenças e fiscalização das obras; Executivo: para a proposição, a operatividade e o desenvolvimento das ações no lugar.



Imagens de Mariana e Manaus
Fonte: Cidades Históricas do Brasil

O Programa estabelece que a função do grupo Dirigente é de caráter consultivo e deliberativo, pois deve levar adiante a coordenação político-institucional das ações, tais como a articulação com outros atores sociais, a definição de recursos, a proposição de ações integradas, etc, enquanto que o segundo grupo deve assumir uma função executiva ao realizar a ação técnico-operacional do Plano de Preservação e outras ações que tem a ver com o gerenciamento da área preservada.

Do ponto de vista da participação cidadã, é possível destacar que esta acontece em todas as instâncias que possui o Programa. Além disso, a participação não é restrita à simples informação ou consulta senão que também implica a elaboração, a gestão e a execução de um Plano de Preservação da área histórica a intervir. Enquanto ao caráter e a origem dos atores sociais selecionados, o Coordenador destaca:

A participação é voluntária, sempre está dirigida àquelas entidades locais não governamentais (ONGs) que tenham alguma relação, direta ou indireta, com a preservação do patrimônio cultural local, embora a definição de quem e quantas pessoas participam é responsabilidade das (autoridades) locais.

Por sua vez, a participação da comunidade e das entidades locais vinculadas à preservação do patrimônio cultural local na Comissão de Gestão Local se debate no próprio seminário técnico onde se discute a função de cada grupo que constitui dita Comissão, isto é, o Grupo Dirigente e o Grupo Técnico, plasmado na assinatura do “Termo Geral de Referência”.

Como tem se mencionado a modalidade adotada é da gestão compartilhada, onde a participação local tem uma dimensão informativa, consultiva, deliberativa e até de empoderamento, segundo cada caso. Sobre esta modalidade, nova para os países hispânicos de Latino-américa, o Coordenador do Programa esclarece:

A gestão compartilhada é um modelo novo, pouco aplicado no mundo, em especial na região. A realidade brasileira tem levado para essa aposta, pois as competências institucionais de cada nível de governo põem de relevo a necessidade do estabelecimento de alternativas que façam mais eficientes, eficazes e efetivos os investimentos públicos nesta matéria.

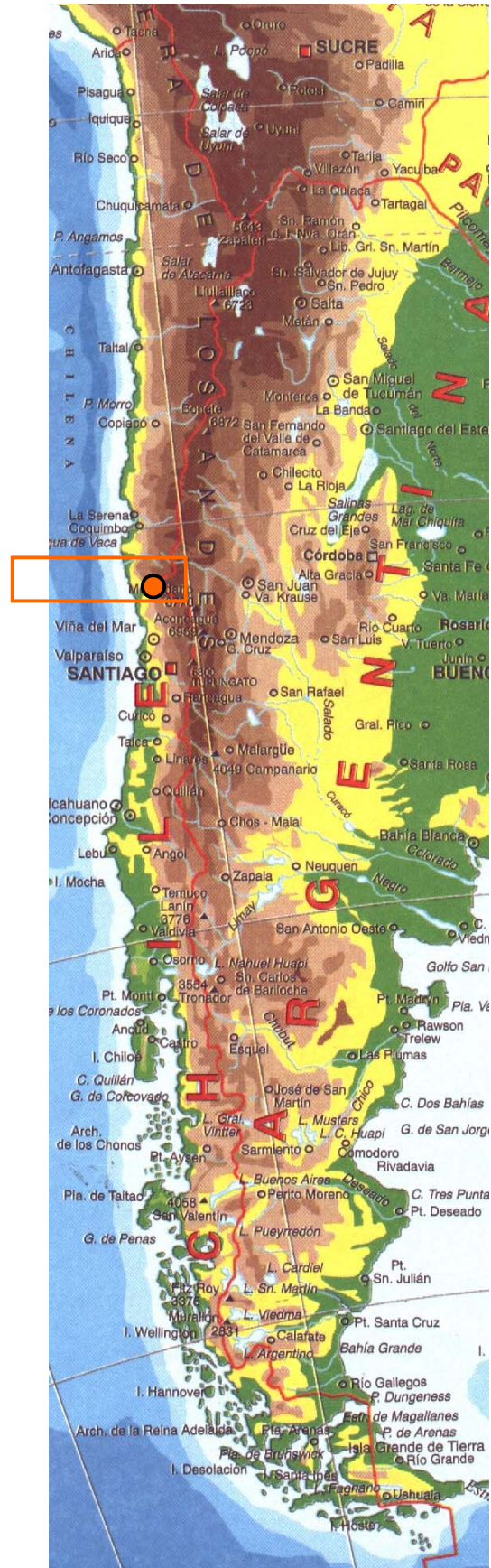
Desta maneira, o Coordenador conclui que os princípios que regem a Comissão de Gestão Local decorrem uma maturidade do processo de gestão do patrimônio cultural, que se pretende ecologicamente equilibrado, socialmente responsável, economicamente viável e culturalmente diversificado.

PARTE VI

Programa



Cidade de Valparaíso



Imagens de Valparaíso. Fonte Jornal Clarín - Argentina

Capítulo XXI: A *Concertación Chilena*

O clima de beligerância e desordem que impera durante o último período do Governo democrático de Salvador Allende dá a desculpa para que a intervenção militar seja acolhida como uma salvação pelos setores opositores, posto que o governo de Allende é percebido tanto pelas forças Armadas como pelos setores médios e altos como uma ameaça institucionalizada à ordem econômica e social existente.

Esta crise se desencadeia com o fatídico golpe de estado, elaborado pelo General Augusto Pinochet, quando as Forças Armadas decidem, em setembro de 1973, derrocar o governo constitucional de Allende. Para o Schürmann, não é uma simples mudança de governo:

O golpe militar instaurado em setembro de 1973 significou a destituição do governo do Presidente Salvador Allende e sua coalizão conhecida como Unidad Popular, e significou também o desmantelamento de todo um processo de conquistas sociais, a ruptura com o modelo econômico desenvolvimentista existente até 1970, e que, entre 1970-1973, iniciou um processo de democratização social e política, na qual pleiteou várias reformas socializantes (Schürmann. 2001:203)

Desta forma, a ruptura do regime político, produz a mudança nas funções do Estado que se organiza sobre a base de uma violenta repressão física e psicológica, além de um forte controle social e ideológico sobre a população. O regime militar desarticula o vigeno institucional dos partidos políticos e as organizações sociais de base, alcançando sua máxima expressão repressiva com a criação da Direção de Inteligência Nacional (DINA) em junho de 1974 e que logo dá passo à Central Nacional de Informação (CNI), criada em agosto de 1977 cuja missão é o seqüestro, tortura e desaparecimento dos dirigentes ativistas e partidários opostos ao governo militar.

Legitimada a repressão pelo Decreto-Lei n° 198, em dezembro de 1973, o governo do General Augusto Pinochet dá passo à eliminação sistemática de dirigentes acusados de portação ideológica marxista ou comunista, ao mesmo tempo são proscritos os partidos de esquerda e a Central Unitaria de Trabajadores (CUT). O único ator social com capacidade para enfrentar o poder militar é a Igreja Católica quem exerce um papel importante e efetivo na organização da resistência da sociedade chilena, chamada Vicária da Solidaridade. (Schürmann. 2000:119)

Desde seus começos, o regime militar opta por uma estratégia de liberalização da economia que se amplia ao espaço do mercado e da iniciativa privada. A etapa da imposição do neoliberalismo econômico começa com a derrogação da Constituição Nacional, dando passo a um governo composto por bandos militares e decretos com força de lei. Assim, o governo começa a instaurar no Chile o liberalismo exportado da Universidade de Chicago,

privatizando uma grande quantidade de empresas estatais e enriquecendo a um pequeno grupo adepto ao governo.

El régimen implanta un nuevo modelo de capitalismo, asentado en la economía de mercado por medio de la reducción total de las medidas proteccionistas a la industria nacional, mediante la eliminación de las barreras aduaneras para productos de importación, provocando un proceso irreversible de desindustrialización. Crea, además, una economía de abertura sin límites al capital extranjero y de libre competencia, intensificando y diversificando las exportaciones al tiempo que extingue el papel del Estado como interventor. Todas estas medidas se concretan en acciones tales como la devolución de las empresas estatizadas a los empresarios, la devaluación de la moneda nacional frente al dólar, el pago de indemnizaciones por la nacionalización del cobre, la total liberación de los precios y la disminución de los salarios. (Schürmann. 2001:200)

Em efeito, o governo militar segue uma orientação completamente oposta à política anterior. Vira-se, no aspecto político, para a direita e em termos econômicos persegue a recomposição do setor privado da economia, a ortodoxia monetária e a atração de investimento estrangeiro se fixa como seu primeiro objetivo. Para isso se controlam de forma rígida os salários e se suprime a atividade sindical. Não passa muito tempo até que a crise bata com força as portas da economia chilena.

Para 1976, os setores moderados rompem o diálogo com o governo e somam-se à resistência da esquerda, engrossando o campo da oposição, al desencantar-se seus dirigentes após o fracasso das relações com o governo militar que ignora as críticas e reprime as manifestações. (Schürmann. 2001:213)

As reformas econômicas são implantadas pelos economistas neoliberais chilenos, que realizam seus pós-graduações e doutorados na Universidade de Chicago, e quem junto com o exercito constituem o eixo mas forte e capitalista do regime autoritário chileno. Em sentido estrito, há só dois atores principais, os militares e o grupo de tecnocratas neoliberais.

A etapa do governo militar, desenvolvida entre 1976 e 1978, suporta um desenvolvimento de uma política sindical e social de desarticulação, que culmina com a definição de regulações trabalhistas coerentes com o modelo econômico. Por outra parte, desenvolve um alinhamentopositor contra todos os grandes agrupamentos trabalhistas. Além disso, nesta etapa emergem novos atores sociais: os agrupamentos de desempregados, o agrupamento de familiares de Detentos Políticos, Detidos, Desaparecidos e Estudantes Universitários.

Por volta de 1979, os economistas neoliberais conseguem importantes lucros em matéria econômica. Ante tão bajuladoras expectativas, confia aos economistas, os *Chicago boys*, a elaboração de um projeto de desenvolvimento econômico e social de longo alcance. Os

economistas neoliberais elaboram o que denominam o Plano de sete modernizações, sobre o qual, argumentam, alicerçam-se as bases da sociedade livre. Além do mais, as modernizações procuram na redução do aparelho estatal e suas áreas de competência, a diminuição de suas esferas de poder, o que implica um traslado acelerado ao setor privado daquelas atividades que tracentalmente foram fonte importante de pressões sociais sobre o Estado.

Simultaneamente, o governo fornece ao setor privado de mecanismos que desarticulam, reduzem ou reprimem essas pressões. As modernizações combinam a privatização das funções sociais do Estado com a desarticulação das organizações sociais. O novo governo trata de procurar e de estruturar, mediante suas reformas, um novo consenso nacional em torno de sua visão da democracia e a economia.

Este pacote de reformas procura a modernização do Estado, fomentando sua descentralização e privilegiando os mecanismos do mercado cujos resultados são: um aparente crescimento econômico baseado no endividamento externo, um grande consumismo e um movimento especulativo, a consolidação da direção do Estado em um núcleo personalizado na figura de Pinochet, assessorado pelo grupo tecnócrata encarregado da economia, os chicanos, a desarticulação da relação clássica entre Estado e sociedade, ligado ao conseqüente enfraquecimento dos atores sociais e políticos. (Schürmann. 2001:221)

No ano 1980, em uma eleição bastante particular, aprova-se a nova Constituição do Chile. Esta Carta política, de nítido corte autoritário, permite seguir com a repressão mas agora de maneira legal. Entre as obras atacadas pela ditadura se conta a regionalização, proposta que na teoria parece pertinente, mas que na realidade mantém o histórico centralismo reforçado, agora, pelo governo autoritário.

Desde 1983, começam os Protestos Nacionais e a oposição se agrupa por setores, participação que representa uma tímida (ré) estruturação, e que permite que estes setores saiam de seu ostracismo e fragmentação.

Estas protestas nacionales têm um objetivo consensuado que permeia todos os momentos é o protesto contra o regime e a reconquista democrática, sob o lema democracia ahora. A irrupção da população pode ser considerada a primera forma de ação social após o golpe militar, na qual o social e o político se confundem. (Schürmann. 2001:227)

Em 5 de outubro de 1988 e a pesar do clima de tensão que impõem as forças armadas, leva-se a cabo um plebiscito entre as opções Sim, se se desejava que Pinochet seguisse como presidente do Chile até março de 1997, e Não, se o povo queria que o ditador deixasse o poder e ao ano seguinte se levassem a cabo eleições livres. Triunfa a opção Não por quase 53%, assim se vence o continuísmo e a Pinochet, quem deve entregar o governo.

O Chile começa o processo democratizador⁷⁷ com uma economia com enormes desigualdades, grande quantidade de pobres, com uma saúde quase privada, a educação privatizada ou em mãos dos municípios.⁷⁸

Neste contexto, os movimentos sociais são progressivamente excluídos dos processos de redemocratização que começava a viver o país, sendo substituídos pela emergente classe política, que privilegiou acordos partidários de cúpulas e uma política apoiada nos consensos, por sobre as demandas de participação e justiça de um setor majoritário da cidadania. (Albuquerque 2004: 21)

A transição democrática se inicia formalmente no Chile em março de 1990, logo depois de que Patricio Aylwin Azocar é eleito democraticamente nas eleições presidenciais de dezembro de 1989. Depois de 17 anos de regime militar assume, no ano 1989, o governo a coalizão de centro esquerda denominado Acordo das Partidos pela Democracia. Esta Coalizão apresenta como componentes principais ao Partido Democrata Cristão, ao partido Socialista e os Partidos pela Democracia.

Um aspecto importante para entender o Chile de hoje em dia é pensar que as mudanças do modelo de confrontação imposto pelos militares, para o acordo democrático não se dão de forma mecânica, quer dizer, um modelo não substitui automaticamente o outro, mas sim caminha paralelamente com a persistência e a continuidade das velhas práticas. Por isso, o próprio conflito deve formar parte deste novo modelo. Schürmann amplia:

O novo governo democrático inicia seu período com um clima de inquietação, temor e esperança por parte de todos os atores sociais. Este período presidencial dura tão só 4 anos, pois a tensão entre o Acordo e os militares se torna permanente. Não obstante, Aylwin promove uma série de reformas econômicas que permitem sair a mais de um milhão de chilenos da pobreza y nomeia uma comissão para investigar as violações dos direitos humanos cometidas pelo regime de Pinochet.

Nas eleições presidenciais de 1993, Eduardo Frei Ruiz-Tagle, filho do antigo presidente Eduardo Frei Montalva, resulta triunfador. No ano seguinte, Chile solicita sua entrada na Cooperação Econômica para a Ásia e o Pacífico (CEAP) e no Tratado de Livre Comércio Norte-americano (TLC). Dois anos mais tarde, o governo obtém a integração do Chile com o Mercosul. Destaca-se, neste período, o começo da reforma educacional em 1996, e a grande quantidade de obras rodoviárias, dirigidas pelo então ministro Ricardo Lagos.

No plano econômico, os governos do Acordo de Partidos pela Democracia terminam de completar os processos de privatização das empresas do Estado, debilitando e

77 A constituição foi modificada em 54 artigos em 1989

78 Depois de numerosas idas e vindas o Chile não ingressou como membro pleno do Mercosul, privilegiando seus vínculos com os Estados Unidos, os países asiáticos e a Grã-Bretanha.

transformando grandemente o caráter e tamanho deste último. Apesar de que o aumento do gasto social e o desenvolvimento de políticas sociais foram uma opção relevante dos governos do Acordo, isso não produziu o desejado desenvolvimento com equidade.

Frente a um Estado com menores recursos, as políticas sociais se focalizaram em grupos vulneráveis com um forte acento na engenharia social e em extensas orientações tecnocráticas. (...) O anterior tem seu correlato em um movimento social que não consegue remontar sua exclusão do pacto político e que durante os 90 viveu fortes processos de fragmentação e debilitação orgânica, quadro que foi capitalizando paulatinamente a direita política nas últimas eleições, através de discursos muito básicos e populistas, sem questionar as bases de acumulação que originam a desigualdade em nossa sociedade. (In Albuquerque, 2004:89)

Contudo, é possível observar, hoje em dia, diversos processos de rearticulação de organizações populares. Assim, por exemplo, a nova Central Unitária de Trabalhadores consegue constituir-se em algumas juntas em interlocutor do governo; diversas organizações de mapuches protagonizaram também variadas mobilizações encaminhadas à “recuperação de terras”; os habitantes geram diferentes agrupamentos que mais de uma vez obtêm impactos em seus próprios espaços territoriais; os jovens tendem a rejeitar os agrupamentos políticos trascendentais e dão lugar a “coletivos” ou outro tipo de organizações com um marcado caráter horizontal em suas relações internas. Este conjunto de iniciativas e agrupamentos não obtém,⁷⁹ entretanto, gerar até agora novas articulações sociais e políticas que, sem dúvidas, potencializariam sua presença no âmbito político nacional.

Em 16 de janeiro de 2000, Ricardo Lagos Escobar, com o apoio do Partido pela Democracia (PPD), o Partido Radical Social-democrata e o Partido Socialista, obtém com 51,32% dos votos emitidos, derrotar nas eleições presidenciais a Joaquín Lavín (UDI) assumindo em 11 de março desse ano a presidência da República. Logo depois de quase três décadas, Lagos decide abrir as portas do histórico Palácio da Moeda. Os direitos humanos e a Mesa de Diálogo, esta última criada durante o governo do Presidente Eduardo Frei Ruiz-Tagle, tomam um novo impulso na administração de

Lagos. Depois de, meses de reuniões entre os Comandantes em Chefe das Forças Armadas e Carabineiros, representantes das principais confissões religiosas do país, advogados de Direitos humanos e pessoas destacadas do mundo da ciência e a cultura, no Palácio de La Moneda, o Presidente Lagos recebe um histórico documento: Um compromisso solene de parte dos atores da Mesa de Diálogo, quem em conjunto revelam seu absoluta rejeição às violações dos direitos humanos e sua total oposição a qualquer forma de violência como via para alcançar o poder.

⁷⁹ Na atualidade é um país associado.

Com uma economia liberal, possante e sustentada, seu governo assina tratados de livre comércio e cooperação com a União Européia, com os Estados Unidos e com a Coréia do Sul. Além disso, produz-se uma explosão cultural: estréiam-se peças de teatro, exibem-se filmes nacionais que dão conta do desenvolvimento e do desdobramento cultural chileno. O patrimônio cultural do país também tem um avanço importante, tal como o demonstra a incorporação de 14 Iglesias do Chile (Chiloé) à lista de monumentos declarados Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, assim como a declaração da cidade portuária de Valparaíso.

O Conselho de Monumentos Nacionais (CMN), organismo técnico do Estado dependente do Ministério de Educação, zela pelo patrimônio cultural declarado monumento nacional de acordo à Lei 17.288. Este Organismo está integrado por 19 conselheiros e 7 assessores, que são representantes de diversas instituições públicas e privadas. Criado em 1925, concomitante com o Decreto Lei Nº 651 que define estrutura, é modificado em 1970 quando se promulga a nova Lei Nº 17.288 de Monumentos Nacionais que está ainda em vigência. Entre suas principais funções se conta a declaração de monumentos nacionais nas categorias de monumento histórico, zona típica e santuário da natureza, proteger os bens arqueológicos, controlar as intervenções em monumentos nacionais, autorizar as instalações de monumentos públicos, as prospecções e pesquisas arqueológicas e avaliar o âmbito patrimonial dos projetos que se submetem ao Sistema de Avaliação de Impacto Ambiental.⁸⁰

O CMN está composto por um presidente (o Ministro da Educação), um Conselho de Assessores, quatro comissões de patrimônio (arquitetônico e urbano; arqueológico; natural e histórico), tem uma Secretaria Executiva. Administrativamente está dividido em áreas, como são: internacional, sistema de avaliação de impacto ambiental, patrimônio cultural indígena, coordenação regional, difusão, planejamento e estudos, administração e finanças, secretaria, e possui um centro de documentação e arquivo

Cabe destacar que o CMN é uma instituição de caráter centralizado e funciona em Santiago, a capital do país. Apesar disso, o CMN criou instâncias assessoras em algumas regiões, províncias e prefeituras. Estas são presididas pela autoridade da unidade territorial: o Intendente, o Governador ou o Prefeito, e sua composição replica de maneira aproximada o esquema determinado pela lei para o Conselho de Monumentos Nacionais, no concernente a conselheiros.

⁸⁰Local e marco histórico para a sociedade chilena. Ali morreu Salvador Allende, enfrentando o Gral. Pinochet. Em 2005, torna-se o primeiro país em assinar um tratado de livre comércio com a China. Esta política tem sua correlação no Brasil com o governo de Cardoso.

Patrimônio Participativo

O primeiro Conselho Assessor criado pelo CMN é o da Província da Valdivia, estabelecido recém em 1996, durante os governos do acordo. Atualmente, conta com 12 Conselhos Assessores, um por cada região, sendo para o caso de estudo, a região V de Valparaíso.

Existem três instâncias destacáveis no caso chileno, referentes à participação. A primeira é a aparição dos denominados Visitadores Especiais, amparados no artigo 4º da Lei 17.288, que são pessoas nomeadas pelo Conselho de Monumentos Nacionais em função da contribuição que podem realizar ao trabalho da Instituição, seja por seus conhecimentos específicos como pelo exercício da função estatal (é o caso dos Diretores regionais de Arquitetura do Ministério de Obras Públicas). Estas pessoas possuem faculdades fiscalizadoras dos monumentos nacionais, embora seu trabalho seja *ad honorem*. Atualmente constituem uma rede nacional formada por 100 Visitadores entre os quais se encontra a arquiteta Marcela Furtado, consultada para este trabalho.

A segunda instância é o lançamento, em maio do 2003, do Programa de Patrimônio Educacional. O Programa trabalha em dois planos: a conservação dos bens imóveis e/ou móveis e o desenvolvimento de metodologias educativas associadas à valoração do patrimônio. O objetivo geral procurado é contribuir para o melhoramento da qualidade da educação promovendo uma mudança cultural apoiada na compreensão da identidade local e posta em valor do patrimônio educacional.

Entre os objetivos específicos associados à participação se encontram: Incentivar e fortalecer os vínculos da comunidade educativa com sua história e desenvolver metodologias educativas participativas que incorporem o valor patrimonial o afazer educativo cotidiano. Assim, entre as linhas de ação para o desenvolvimento do Programa se considera o fato de fomentar a participação do conjunto dos atores da comunidade local, ativar redes de apoio que fortaleçam e assegurem de maneira contínua o funcionamento autônomo do Programa.

A terceira instância participativa a destacar é a posta em marcha, através da Secretaria Executiva do CMN, do movimento de Voluntários pelo Patrimônio como resposta da Comissão ao chamado da UNESCO, em ordem a promover a participação da cidadania, considerando-a vital para a conservação Patrimonial e que no Chile começa a dar seus primeiros passos. Para a CMN:

Estas iniciativas permitem promover entre os distintos habitantes do país (estudantes, profissionais, proprietários de casa, aposentados) o sentido de pertença em relação a nossos valores culturais. O conhecimento dos monumentos nacionais leva como conseqüência, a valorizar o próprio e traz aparelhado um reforço no sentido de identidade nacional ao que todos estamos chamados a contribuir. (Retirado do sítio de internet www.monumentos.cl)

Este movimento de Voluntários tem entre seus fins o apoio às ações de resgate, registro, amparo e difusão do Patrimônio Nacional, para isso seus participantes, cidadãos que tenham o interesse de ajudar e apoiar a gestão de conservação de nosso patrimônio cultural e natural realizam cursos e oficinas de capacitação. Atualmente, existem três grupos de voluntários pelo patrimônio de Arica (abril do 2003), Voluntários pelo patrimônio de Santiago (2000) e voluntários pelo patrimônio de Talca (novembro de 2001)

Contudo, Chile hoje em dia se localiza como um dos países com pior redistribuição do ingresso na América Latina, distância que tende a seguir acrescentando-se. Como sustentam Mario Garcés e Angélica Rodríguez:

Os enfoques das políticas sociais dos governos do Acordo, destinados principalmente à superação da pobreza, privilegiaram um estilo de gestão instrumental à descentralização do aparelho estatal, envolvendo a sociedade civil em uma lógica de competência e mercado, fundamentalmente através de concursos públicos e recursos concursais (In Albuquerque. 2004:96)

Além disso, os movimentos sociais populares, que contribuíram significativamente à recuperação da democracia, foram excluídos do pacto político. Neste contexto, os grupos populares de base, especialmente no âmbito local, vivem tencionados entre seu rechaço à institucionalidade vigente e fracas formas de inclusão através de políticas sociais promovidas pelos municípios e o Estado central.⁸¹

Por isso, transcorrida mais de uma década de transição para a democracia, o país continua com uma Carta Constitucional antidemocrática, que foi desenhada para a alternância no poder de dois grandes blocos (centro-direita e centro-esquerda), excluindo qualquer possibilidade de expressão e representação política de importantes setores de cidadãos.

Nas últimas eleições de 11 de dezembro de 2005, o povo do Chile não só consagrou a uma mulher presidente da Nação, mas também ratificou o rumo dos esboços políticos, econômicos e sociais do saliente presidente Lagos.

Para Garretón, enquanto exista a única opção acordo –direita sempre tem que vencer a primeira, como instância superadora da época de Pinochet. Em referência à nova presidente do Chile, este autor sustenta que a candidatura de Bachelet não emergiu da cidadania embora leve um elemento novo que lhe permite uma projeção inédita e acrescenta que deve realizar as tarefas inconclusas do Acordo, como são:

⁸¹Deve lembrar-se que no Chile rege a descentralização através de regiões ou unidade territorial.

Patrimônio Participativo

A reconstrução de um Estado de amparo e bem-estar que supere as desigualdades; geração de uma nova institucionalidade participativa que acabe definitivamente com as heranças da ditadura, reconciliação que signifique efetivamente justiça em todos os casos pendentes de direitos humanos e a plena inserção na América Latina para enfrentar a globalização. Em síntese, deixar atrás a época pós-pinochet e abrir-se à época democrática. (Garretón. Publicado no jornal Clarim em 19 de janeiro de 2006)

Entretanto, para Albuquerque (2004:91), mesmo que as atuais autoridades governamentais reconhecem que a participação cidadã constitui um valor em si mesmo e contribui à consolidação democrática, ao controlar e limitar o poder do Estado, estimula o compromisso dos membros da comunidade na solução das demandas sociais e desenvolve uma cultura democrática de tolerância, uma participação cidadã com real incidência nas políticas públicas, a virtualmente quatro anos já do terceiro governo do Acordo, segue constituindo um desafio e uma dívida pendente para o país.

No debate entre socializar os lucros de uma economia de mercado ou aprofundar o modelo neoliberal instaurado por Pinochet, a balança parece inclinar-se levemente, por volta da primeira opção com a presidência de Bachellet, em plena sintonia latino-americana com as presidências de Kirchner na Argentina, Lula Da Silva no Brasil, Tabaré Vazquez no Uruguai, Toledo no Peru e a recente vitória de Evo Morales na Bolívia, (próximo sócio do Mercosul?) quem será o primeiro Presidente indígena sul-americano. Será o Chile um integrante desta nova sintonia ou seguirá refugiado em seus lucros econômicos globais-neoliberais?

Capítulo XXII: Valparaíso, anfiteatro portuário

“Nasci no centro do Chile, criei-me na fronteira, comecei minha juventude em Santiago, conquistou-me Valparaíso”.

Pablo Neruda

Cidade desenvolvida sobre um anfiteatro natural, com singular harmonia na adaptação e integração de suas formas construídas, com recheios que se conquistaram ao mar, com homogeneidade de alturas, conectadas entre si, em que convivem arquiteturas vernáculas e acadêmicas, com a presença das casas pendentes, todos sobre uma topografia exigida que gera labirintos totalmente internalizados em seus habitantes. Cidade sem um só grande centro, a não ser com muitos centros, com heterogeneidade de ambientes que se somam e sobrepõem.

Cidade com frente e com costas, de horizontes muito definidos. Cidade que nasce do mar, onde o homem estruturou suas moradias entrelaçando-se com espaços e circulações complexas e difíceis de vencer para quem não conhece sua topografia. Não obstante, é uma paisagem amavelmente resolvida, já que é possível percorrer e descobrir a pé seus rincões e mirantes, complementado com um singular sistema de transporte local -ainda vigente-, os elevadores. (Postulação ante o UNESCO: 2001; Página 14)

A geografia de Valparaíso se compõe de uma baía, uma estreita planície costeira e os morros. A baía é ampla e profunda; está muito bem protegida pelo sul, mas totalmente aberta ao norte, para o qual se orienta. A morfologia do território adjacente à baía foi produto das regressões e abrasão marinha, que foi gerando nele vários terraços e, dentro delas, os morros.



Fonte: Prefeitura de Valparaíso

Os morros são dificilmente distinguíveis entre si. Sua altura flutua entre os 25 e os 500 metros. O conjunto de morros está sulcado por uma rede de quebradas que se orientam por volta do mar, e que são produto da erosão dos morros, em virtude fundamentalmente do escoamento das águas pluviais.

Em Valparaíso, os grandes eixos transversais, quer dizer, as vias que vão do Morro ao plano, originam-se nas caixas de inundação destes estuários e quebradas, embora muitos destes cursos se mantêm como áreas verdes naturais. A acumulação no plano de águas chuvas e sedimentos que desciam das quebradas suportaram a abertura natural de espaços que foram conquistados como espaços públicos, via de comunicação ou em praças e pracinhas tomando diversas formas de acordo a seu uso e natureza.

Patrimônio Participativo

A cidade de Valparaíso pode olhar-se através de suas regiões:

- setor igreja da matriz e praça São Domingo
- setor praça Echaurren, rua serrano e entorno
- setor cais Prat, praça Sotomayor e justiça e museu do mar
- setor rua Prat, Pracinha Turri e entorno
- setor dos morros alegre e concepção

Cidade de crescimento lento, mas seguro, que hoje mantém estas características de heterogeneidade cultural que um dia lhe deu origem. Sociedade dinâmica, diversa e cosmopolita, em cujos habitantes, edificações, costumes, atividades sociais e comerciais, ainda se percebem suas origens. Cidade em que se reconhece na convivência de grupos distintos, o conjunto dos quais configuram o caráter portenho, autônomo e de forte identidade local, que reivindica a região. Cada setor de Valparaíso reúne grande número das singularidades que o fazem excepcional. Particularmente o bem que se postula reflete de modo harmônico as variáveis mais destacadas da cidade, do desenho urbano, da interação e unidade entre a colina e o plano, da riqueza de seus espaços públicos e intermédios, onde convivem e justapõem a vida privada com a pública, possibilitando uma forma de vida única. (Postulação perante a UNESCO: 2001; 14)

A história da cidade se inicia a partir do século XVI quando o Vale do Quintil, onde hoje se localiza Valparaíso, está habitado pelos índios changos. Em 1536, a baía de Valparaíso é reconhecida pelo navegante Juan de Saavedra, no contexto da expedição do Diego do Almagro, descobridor espanhol do Chile.



Fonte: Prefeitura de Valparaíso

Posteriormente, Pedro de Valdivia, conquistador do Chile, funda a cidade de Santiago e estabelece o porto em Valparaíso na década de 1540. Em suas origens, o porto só é um povoado ocasional, cuja única função se limita à chegada e partida de navios. O assentamento vai tomando corpo sem ter sido baseado oficialmente e ainda menos desenhado urbanisticamente, sendo seu marco principal a Igreja da Matriz.

Durante o século XVII Valparaíso alcança, com muita dificuldade, a ser um assentamento permanente, pois a política mercantil da Coroa Espanhola favorece o desenvolvimento do porto do Callao, no Peru em detrimento de outras cidades (como Buenos Aires). Só, a real ameaça da pirataria inglesa leva às autoridades espanholas a dispor a construção de defesas e fortificações; no quarto último do século XVII, quando se erigem, entre outros, o Castelo São José (Hoje Museu do Mar).

A situação de Valparaíso vai mudando devagar durante o século XVIII, como resultado da inauguração da rota pelo Cabo de Fornos, e da alta demanda de trigo no Peru. A cidade, como primeiro porto de parada no Pacífico, sala de espera do Callao, acolhe o comércio com navios europeias. Quando a cidade recebe às grandes ordens religiosas, como a de São Francisco, A Mercê, a Companhia do Jesus, São Domingo, Santo Agostinho e São João de Deus repete uma das constantes da história das cidades latino-americanas como é o estímulo que a instalação de conjuntos monásticos e Igrejas, com suas construções associadas -escolas, estabelecimentos de beneficência imprimem ao desenvolvimento urbano, gerando núcleos urbanos secundários, ou contribuindo com sua presença à consolidação de áreas incipientes.

A administração dos reis da dinastia dos Borbões, durante o século XVIII, constrói adegas de armazenagem e alguns edifícios públicos e para 1791 autoriza à cidade a estabelecer seu Conselho, órgão de governo da cidade colonial, que se aproxima à realização de obras muito elementares de melhoramento urbano, cuja consequência é a concessão do nível de cidade em 1802.

O século XIX representa o grande auge de Valparaíso do ponto de vista econômico, comercial, político, populacional e intelectual. No âmbito urbanístico, durante a primeira metade do século XIX, caracteriza-se pela expansão de seu plano e pelo povoamento dos morros. Neste sentido, a Independência do Chile em 1810, é o ponto de inflexão, pois o novo Estado nacional, em uma de suas primeiras medidas, estabelece a liberdade de comércio com todas as nações do mundo. Apesar disso, em 1822, um destrutivo terremoto dá lugar à renovação da cidade, cujas construções até então são, em sua grande maioria, ranchos.

Para 1827 a cidade ainda segue concentrada em seu núcleo primitivo, em torno da Igreja da Matriz. Paralelo à chegada dos primeiros habitantes dos morros, de origem rural, está a grande imigração inglesa, que chega a controlar o setor comercial e financeiro: Os ingleses além de ser os primeiros estrangeiros em chegar a Valparaíso, são também os mais numerosos, os mais influentes, e os primeiros em ocupar organizada e planejadamente os morros. Com isso, adverte-se a paulatina destruição dos testemunhos arquitetônicos do passado hispânico da cidade, e a rejeição aos padrões próprios da arquitetura vernácula. Este fenômeno é produto dos sismos, dos incêndios e da influência dos imigrantes do norte europeu. Não obstante, também se deve a preeminência dos modelos arquitetônicos e urbanísticos provindos da França e Inglaterra e ao sentimento antiespanhol próprio dos inícios da República. As obras arquitetônicas mais antigas que se conservam até hoje são a Igreja La Matriz, construída em 1837.



Imagem desde os cerros

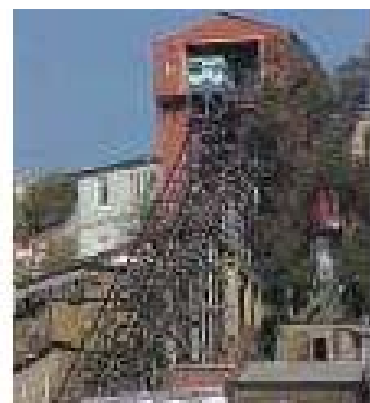
Fonte: BID

Os recheios, quer dizer terras ganhas ao mar, continuam durante a segunda metade do século XIX e resultam imprescindíveis para o desenvolvimento da cidade que é objeto de uma grande pressão por espaço físico, dado que o desenvolvimento de Valparaíso está condicionado por um acidente geográfico muito determinante.

Dez anos mais tarde, a divisão político-administrativa do país reflete a mudança no status do porto, ao criar a Província de Valparaíso, com jurisdição sobre todo o Vale de Aconcagua, da qual se torna em capital. Isto produz a construção de edifícios públicos, junto às casas comerciais, os bancos e a infra-estrutura portuária.

A segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do seguinte correspondem ao esplendor de Valparaíso, em todos os âmbitos. Em um processo de forte industrialização, o plano urbanístico se caracteriza por uma profunda modernização da cidade, pela maior especialização por usos de seus distintos setores, pela diferenciação entre a cidade e o porto e pela construção de seus edifícios mais monumentais. Desta forma, Valparaíso se torna no grande porto do Pacífico Sul americano. É a época em que a cidade é chamada “a Jóia do Pacífico”. Ao mesmo tempo do crescimento do tráfico do porto cresce a população da cidade que expande os limites da cidade por volta dos morros e por volta do mar. Para 1870, os morros estão tão ocupados que se constrói uma grande via, denominada “Caminho de Cintura” ou Avenida Alemanha, que sulca os morros a uma altura mais ou menos homogênea de 100 metros sobre o nível do mar.

As melhoras da infra-estrutura urbana através do Plano do Prefeito Echaurren e a incorporação de novos serviços vão da mão com a riqueza. Assim se instalam, na década de 1880, aqueles elementos tão característicos da cidade, os funiculares, destinados a facilitar o trânsito de pedestres entre os morros e o plano. A construção destes “elevadores” – alguns dos quais são complementados com pontes – tem um profundo impacto urbano em Valparaíso, pois cobrem todo o anfiteatro formado pelos morros que enfrentam ao mar.



Fonte: BID

Socialmente, a presença de estrangeiros -ingleses, franceses, alemães, norte-americanos e italianos-, e o tráfico de naves providas do mundo todo, fazem de Valparaíso uma cidade cosmopolita, moderna, pragmática, de marcada mentalidade burguesa. Além disso, os imigrantes estabelecem modernas fundições, onde se fabricam peças de engenharia e insumos para a indústria e mineração, refinarias de açúcar, indústrias de mantimentos e fábricas têxteis. Além disso, a intensa atividade dos maçons e dos pastores protestantes é correspondida por uma ativa gestão do clero católico.

A finalização desta época de esplendor vem dada pelo anúncio de diversos feitos consecutivos. Primeiro, a crise econômica da década de 1870, que terá forte influência na cidade. Logo, em 1906, um terremoto devastador arrasa predominantemente o plano, cobrando vítimas fatais e feridos, derrubando numerosos edifícios monumentais construídos durante o auge anterior. A cidade consegue sobrepor-se com ocasião da celebração do primeiro Centenário da Independência do Chile. Entretanto, dois fatos internacionais ao começo da decadência contínua da cidade: A abertura do Canal do Panamá (1914), ao retirar à cidade da principal rota de navegação interoceânica e a Grande Depressão (1929) põe o ponto final ao porto.

Assim, devagar vão tomando formas fenomenais que são causa e reflexo da situação atual de Valparaíso. Santiago, a capital do país, vai desenvolvendo cada vez mais, concentrando todo o poder político, econômico e social recriando um processo que atinge todas as capitais latino-americanas de origem hispânica: a macrocefalia urbana. Pior ainda, a Valparaíso se soma Viña del Mar, cidade costeira se localizada ao norte do porto que se desenvolve com grande dinamismo a partir de começos do século XX ao tempo que as ferrovias adoecem e as reformas trabalhistas e sindicais complexam as atividades portuárias⁸².



Estilo Inglês. Fonte: Prefeitura de Valparaíso

Não todas são más notícias, pois segundo a Organização das cidades do Patrimônio Mundial, a cidade colonial de Valparaíso constitui um exemplo interessante do desenvolvimento urbano e arquitetônico de finais do século XIX na América Latina:

⁸²O holandês Joris Ivens filmou "A Valparaíso", onde se documenta o duro trabalho dos imigrantes

Patrimônio Participativo

(i) o bem exibe um importante intercâmbio de valores humanos, durante um período de tempo ou dentro de uma área cultural do mundo, aplicado à arquitetura, tecnologia, obras monumentais, planejamento urbano ou desenho da paisagem, (ii) é um testemunho único, ou pelo menos excepcional, de uma tradição cultural ou de uma civilização e (iii) é um exemplo excepcional de um assentamento transcendental representativo de uma cultura. (Retirado do sítio de internet www.ovpm.org)

Sob estes termos foi incorporada no ano 2002 como Patrimônio Cultural da Humanidade, o que pouco a pouco a está transformando em um novo pólo de atração. Por isso, implementa-se o Programa de Recuperação e Desenvolvimento Urbano de Valparaíso, que é levado adiante pela Subsecretaria de Desenvolvimento Regional (SUBDERE) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com um custo total do U\$S 50 milhões, em partes iguais.



Imagem panorâmica da cidade

Fonte: BID

Desta forma, Valparaíso concentra atualmente um conjunto de investimentos cujo objetivo é a revitalização econômica e social da prefeitura; e a recuperação e gestão de seu patrimônio histórico. Estas atividades se encontram em diferentes níveis de avanço (idéia, desenho, ou execução), sendo necessário contar a futuro com um mapa – cronograma delas, para poder inserir de maneira eficiente e efetiva outras ações e/ou programas.

A gama de ações abrange um amplo espectro de setores, como ser: projetos rodoviários, circulação e transporte; melhoramento de espaços públicos, reabilitação de edificações, promoção de empregos, e melhoramento do meio ambiente. Também é amplo o número de atores (estatais) que participam: Ministério de Moradia e Urbanismo, através de sua Secretaria Regional e do Serviço Regionalizado de Moradia e Urbanismo; Ministério de Economia, através da Corporação de Fomento da Produção e do Serviço de Cooperação Técnica; Ministério de Obras Públicas, através de suas unidades executoras e da Secretaria de Transporte; Empresa Portuária de Valparaíso, Corporação do Meio ambiente, Governo

Regional e Município. Ao anterior se somam os atores não públicos ligados à construção, ao setor imobiliário, o turismo e a cultura.⁸³

Três são as componentes nas que se divide o Programa. A primeira, com um montante de U\$S 3,2 milhões está orientada ao fortalecimento institucional e normativo da prefeitura financiando o Plano Diretor de intervenção na área declarada pela Unesco, um plano de incentivos e um plano turístico. A segunda componente financia os investimentos territoriais integrados com um custo total de U\$S 26 milhões, atendendo os entornos do Echaurren - LA Matriz, Cordillera, Borde Cerro Alegre e Concepción e o entorno o Brasil-Barón. Por último, a terceira componente de investimento é de caráter transversal, destinada especificamente a moradia, incentivos de reabilitação de edifícios privados, resíduos sólidos domiciliários, controle de pragas urbanas, segurança cidadã, sinalética, capacitação ao setor de reabilitação patrimonial, promoção do capital social e desenho de percursos patrimoniais.

Para o BID o objetivo geral do Programa é contribuir a acelerar a revitalização da cidade valorizando o patrimônio urbano da cidade como fundamento de novas atividades econômicas e sociais que beneficiem à população. Enquanto que dentro dos objetivos específicos se ressalta: (i) Induzir investimentos privados para reabilitação patrimonial e recuperação do Plano (ii) Consolidar incipiente indústria de reabilitação patrimonial (iii) Gerar empregos de qualidade em turismo, reabilitação patrimonial, reabilitação urbana e educação (iv) Adaptar marco regulamentar para ação público-privada (v) Estabelecer institucionalidade de longo prazo para gestão áreas e (vi) para incrementar o capital social.

O Programa contempla numerosas ações na cidade, dentre as quais se inclui a participação cidadã em todas suas instâncias, quer dizer, durante a preparação do mesmo, em suas bases conceituais, o Programa em si e nos investimentos iniciais propostos. Finalmente, a participação também inclui o período de execução com os novos conjuntos de investimento que forem propostos.⁸⁴

Agora bem, o Programa agrupa em duas categorias o descrito anteriormente, colocando na primeira engenharia e administração ao sistema de participação cidadã, com um custo total de um milhão de dólares compartilhados por ambas as instituições e, a segunda parte que chama de custos diretos às três componentes abordadas no parágrafo anterior. Estima, além disso, um prazo estimativo de cinco anos duração com início em 2005, ano em que o Programa de participação cidadã deve completar-se.

Entre os benefícios que descreve o documento se encontra a incorporação da cidadania na tira de decisões urbanas, fortalecendo seu capital social, entretanto, na hora de avaliar os

⁸³Ver anexo. Quadro X.

⁸⁴ Em Documento Conceitual de Projeto (PCD). Abril de 2005. Chile

Patrimônio Participativo

riscos sustenta que a população pode não perceber adequadamente os benefícios esperados do programa, desencadeando oposição ao mesmo, para o qual se implementará um processo permanente de participação pública. Em outras palavras, participar para não se opor parece ser a ordem.

O próximo capítulo trata então do Programa específico de participação cidadã inserido neste mais amplo de Recuperação da cidade de Valparaíso, denominado “Valparaíso Opina”, levado adiante pela corporação Participa, cujo objetivo central é desenvolver um processo que informe e recolha opiniões dos habitantes de Valparaíso sobre o Programa de Recuperação e Desenvolvimento Urbano de Valparaíso.⁸⁵

⁸⁵O documento define: A participação cidadã se entende como o conjunto de processos mediante os quais os cidadãos exercem influência na tomada de decisões.

Capítulo XXIV: Consultoria “Valparaíso Opina”

Tal como o prevê o de Recuperação e Desenvolvimento Urbano de Valparaíso, é mister o desenho e posta em marcha de um plano de participação cidadã, para isso se dispôs a contratação de empresas consultoras locais. Assim, o Plano de Participação Cidadã denominado “Valparaíso Opina”, está desenvolvido pela Organização não governamental Corporação PARTICIPA e é financiado pelo BID e a Subsecretaria de Desenvolvimento Regional (SUBDERE).

A proposta da consultoria se apóia no conhecimento adquirido durante etapas anteriores já implementadas (identificação de atores sociais e definição de discussão cidadã), no nível de informação disponível e de desenvolvimento de conteúdos da Imagem Objetivo, das Áreas de Intervenção e projetos específicos do Programa sobre os quais é possível organizar um processo de consulta à população.

Cabe destacar que existe na atualidade clareza sobre as intervenções nos espaços e propriedades públicas que o Programa desenvolverá nos próximos anos (2005-2010). Desta maneira, o Programa Geral tem formulado alguns componentes de ação: (i) Componente de fortalecimento institucional e normativo, (ii) Componente de melhoramento de entornos integrais de caráter patrimonial, e (iii) Componente de intervenções transversais.

Do mesmo modo, o Programa tem uma proposta de Imagem Objetivo de cidade, em apóio ao estudo realizado por uma consultora especializada na matéria, conhecida pelas autoridades políticas. Esta proposta requer ser conhecida pela cidadania. No presente trabalho de investigação se estuda a etapa de discussão cidadã.

O Programa nomeia como objetivos gerais: Gerar instâncias de consulta e de intercâmbio de opiniões cidadãs em torno da Imagem Objetivo Comum da cidade, das Áreas de Intervenção do Programa e dos projetos específicos do Programa, assegurando a participação dos atores envolvidos (Comunidade, Conselho Municipal, Conselho Regional, Serviços Públicos, empresários, acadêmicos e líderes de opinião) de forma tal de oferecer a possibilidade aos participantes de entregar suas observações e inquietações cidadãs.

Dentre os objetivos específicos do programa se apontam: (i) entregar informação oportuna e pertinente sobre o Programa através de distintos meios de difusão à comunidade de Valparaíso; (ii) recolher opiniões, críticas, aspectos por melhorar dos distintos atores setoriais sobre a pertinência da Imagem de cidade e as Áreas de Intervenção do Programa no marco da recuperação de Valparaíso; (iii) dar a conhecer e consultar os vizinhos a respeito da Imagem Objetivo de cidade e a Área de Intervenção; (iv) conhecer a opinião dos cidadãos de Valparaíso, com especial ênfase nos habitantes do Bairro Puerto, através de

uma pesquisa, sobre distintos aspectos urbanos e sociais de sua cidade e (v) sistematizar a informação e recolha através das distintas modalidades de participação que se implementarão nesta etapa do Plano de Participação.

A área de intervenção do Programa abrange todo o distrito onde se localiza a cidade de Valparaíso. A Proposta de trabalho da consultoria no Programa de Recuperação e Desenvolvimento Urbano de Valparaíso compreende quatro etapas:

A primeira etapa consiste na identificação e registro de atores relevantes, desenvolvidas durante novembro de 2004 e janeiro de 2005, com os quais se realizam distintas reuniões. A segunda etapa consiste em um trabalho interno entre a Corporação Participa e a UTP para a definição do plano e seu lançamento, realizado durante os meses de fevereiro e maio de 2005. A terceira etapa, da qual da conta este trabalho, é a que compreende a discussão cidadã, utilizando várias ferramentas de participação, realizada nos meses de maio a junho de 2005. Finalmente, a quarta etapa implica a avaliação e a decisão de continuar com o Plano, para o qual se realizam reuniões de avaliação e se desenha um plano de continuidade, durante o mês de agosto de 2005.

Os atores sociais envolvidos estão agrupados em quatro classes: (i) A cidadania em geral, onde se incluem os habitantes, as juntas de vizinhos e as Uniões municipais, as ONGS locais, as organizações locais, as associações e corporações temáticas, os comitês ou conselhos ecológicos, os sindicatos, as organizações culturais, as organizações comunitárias, as organizações da sociedade civil com caráter regional e/ou nacional; (ii); no setor privado se encontram os investidores, os empresários de atividades econômicas relevantes para a prefeitura, a associação de empresários da produção e de serviços, os grêmios, as associações profissionais e as Universidades; (iii) finalmente, os atores políticos estão representados nos líderes de opinião e os parlamentares correspondentes à Circunscrição ou Distrito onde se executará o projeto. (iv) O setor público agrupa à Intendência, o Governo Regional, a Prefeitura e os serviços públicos segundo sua competência.

As modalidades adotadas pelo Programa estão baseadas em dois critérios. O primeiro é a difusão maciça do Programa, com o objetivo de sensibilizar e informar à cidadania em geral do Programa e seus alcances (a curto, médio e longo prazo) e da importância da participação cidadã nele.⁸⁶

⁸⁶Cfr. Capítulo 22, onde se expõem os objetivos e alcances deste Programa.

O segundo critério está sustentado em reuniões territoriais e setoriais, cujo propósito é entregar informação detalhada da idéia de Imagem de cidade e das áreas de intervenção do Programa ao tempo que recolhe contribuições.

As ferramentas participativas utilizadas se correspondem com as modalidades adotadas, isto é: informativas e consultivas. As primeiras estão enfocadas a explicar (i) em quê consiste o Programa e como se chega a ações específicas que são relevantes para o ressurgimento de Valparaíso; (ii) em quê consiste o Plano de Participação e quais são suas futuras atividades. As segundas abrangem a implementação de uma Casa Aberta e a realização de duas pesquisas.

As ferramentas participativas a utilizar na modalidade informativa são:

a) Reunião com a mídia: realiza-se um café da manhã com a imprensa, que tem como objetivo, dar a conhecer as atividades que se realizam no marco da etapa de discussão cidadã. Dita reunião, conta com a assistência do Prefeito, representantes da Corporação Participa e do Plano Valparaíso.

b) Mini jornal: elabora-se e difunde um mini jornal. Durante este período de tempo se elaboram dois mini jornais que contêm informação sobre o Programa e as atividades do Plano de Participação realizadas. Cada edição do mini jornal tem uma tiragem de 2000 exemplares. O mini jornal é difundido através dos coordenadores vicinais municipais, durante as reuniões por setor e território através dos centros de extensão de distintas Universidades.

c) Portal (www.Valparaíso-opina.cl) Atualização semanal dos conteúdos do Portal. Esta consiste em (i) elaborar e enviar à base de dados (200 contatos) do Plano uma notícia semanal, (ii) aumentar contatos com outros portais relacionados para trocar links, e (iii) difundir as atividades do Plano.

d) Difusão radial: estabelecem-se contatos com rádios para que através de notas, reportagens e entrevistas se difunda o Programa e o Plano de Participação com seus resultados. O objetivo é solicitar o apoio na difusão e convocatória.

e) Prospecto: elaboram-se 2000 prospectos sobre o Programa. Estes prospectos são difundidos durante as reuniões setoriais, a Casa Aberta, a aplicação da pesquisa e junto ao mini jornal. Os prospectos utilizados constam de uma folha que utiliza ambas as caras onde se informa sobre o programa de recuperação e desenvolvimento urbano de Valparaíso. Como este programa é financiado pelo BID o prospecto explicita, em sua primeira folha, os três componentes a desenvolver pelo Programa, ao tempo que informa sobre o concurso de desenho "Pinta o Valparaíso que sonha".

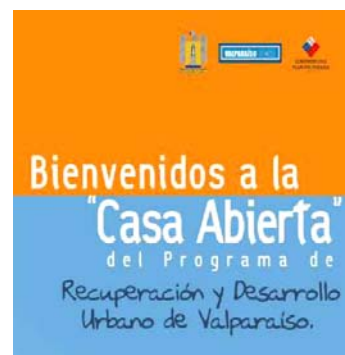
f) Vídeo: elabora-se também um vídeo reportagem que dá conta do processo de participação territorial que se desenvolve no marco do Plano, dirigido ao público em geral e que tenha um alto conteúdo motivador e exemplificador sobre a importância do diálogo entre a autoridade e a comunidade no desenvolvimento de projetos de alto impacto social.

Na modalidade consultiva se utilizarão três instrumentos participativos: a pesquisa, a Casa Aberta⁸⁷, e as reuniões setoriais e territoriais. Durante a realização do Programa se aplicou uma mini pesquisa, realizada em 31 de março de 2005 a duzentas e oitenta e um (281) pessoas com resultados interessantes. Por exemplo, que 50% não conhecia o programa, 10% não o conhecia bem ou considerava que lhe faltava informação, tão só 10 % conhecia bem o programa, enquanto que 30% emitiu opiniões que não contempla o Programa, o que deixa em claro que a população está longe das diretrizes do organismo que financia o Programa e perto do cotidiano de sua cidade. A aplicação de uma pesquisa a dois tipos de públicos diferentes, um deles formado por todos os habitantes de Valparaíso e outro, pelos habitantes do Bairro Puerto. O objetivo da pesquisa é recolher a opinião dos cidadãos de Valparaíso, com especial ênfase nos habitantes do Bairro Puerto, sobre distintos aspectos urbanos e sociais de sua cidade. No caso da pesquisa ao total dos habitantes de Valparaíso a mostra fica conformada por 380 casos, com uma percentagem de engano próximo a 5%, enquanto no caso da amostra aos habitantes do setor Bairro Puerto a mostra será de 200 casos com um engano estimado de 7%. A pesquisa se realiza durante os meses de junho e julho por monitores que vão aos lares selecionados.

A Casa Aberta se desenvolve no setor do Bairro Puerto (área compreendida entre a Matriz e a Praça Echaurren), porque este é o único entorno integrado daqueles em que intervirá o Programa onde existe uma pasta de projetos definidos e em execução. A idéia é que esta atividade sirva como um “Plano Piloto de Participação” o qual, dependendo de seus resultados, seja replicado nos outros entornos de intervenção do Programa na etapa de execução do mesmo. Os objetivos da “Casa Aberta” são: a) Informar e recolher opiniões dos visitantes da Casa Aberta sobre a imagem objetivo da cidade, as áreas prioritárias de intervenção do programa e os projetos específicos do setor Bairro Puerto; b) Estabelecer um diálogo entre os visitantes, os responsáveis do Plano e do Programa e a autoridade municipal, com o fim de responder suas inquietações; c) Criar um cadastro que incorpore iniciativas / idéias que tenham os visitantes sobre como melhorar Valparaíso; d) desenvolver um concurso de desenho “Pinta o Valparaíso que sonhas”.

⁸⁷ A Casa Aberta é espaço físico onde um organismo (público ou privado) expõe uma temática determinada para que a cidadania possa acessar_a todo tipo de informação e ao mesmo tempo ser consultada a respeito.

Quanto ao funcionamento da Casa Aberta está composta por 3 espaços, cada um dos quais está destinado a uma atividade em particular: no espaço 1 se colocam painéis informativos sobre as características do Programa. Neste espaço há pessoas capacitadas para responder as perguntas e esclarecer dúvidas dos visitantes, as quais se vão registrando para ter um diagnóstico daquilo que produz maior interesse.



Prospecto "Casa Aberta" Fonte: Valparaíso Opina

No espaço 2 se organizam palestras sobre a Imagem Objetivo de cidade, iniciando-se estas com uma apresentação com formato digital, que detalha o diagnóstico das principais restrições e potencialidades da cidade. Cada um destes diálogos sobre a idéia de Imagem dura uma hora aproximadamente e se realizaram dois.

No Espaço 3 se desenvolve o concurso de desenho. Se efetua o concurso de desenho "Pinta o Valparaíso que sonhas". Neste concurso participam os meninos interessados menores de 15 anos que assistem à Casa Aberta. O jurado a cargo de escolher os três vencedores está composto pelo Prefeito, um membro da UTP, um membro de Participa, o Gerente do Jornal O Mercurio de Valparaíso e um representante do Ministério de Bens Nacionais.

A sistematização das opiniões recolhidas na Casa Aberta é muito interessante. Nessas opiniões podem se apreciar duas instâncias. Além da aprovação por parte de todas as pessoas para uma convocatória deste tipo, a primeira instância fala das propostas que as pessoas deixaram em torno do Programa em Geral onde se destacam (i) a capacitação de jovens em ofícios associados à recuperação patrimonial, quer dizer o empoderamento como habilitação de saberes (ii) a geração de instâncias culturais para desenvolver amor pelo Porto, a identidade com a cidade, o que implica que, segundo a opinião dos vizinhos, o Programa não cumpre com este mandato (iii) potencializar o desenvolvimento de líderes que possam trabalhar na execução de projetos desta magnitude, quer dizer o empoderamento como representação⁸⁸ de atores sociais excluídos.

Em torno do Programa de Participação cidadã, as propostas são mais interessantes ainda, pois se destaca a (i) convocatória a um conselho nos setores aonde vai se intervir para recolher as iniciativas dos vizinhos que residem nos lugares a agir, o que levou à realização das mesmas (tema tratado no próximo capítulo) (ii) Realizar seminários com as organizações sociais e as universidades, (iii) trasladar a Casa Aberta por escolas e liceus

⁸⁸ Cabe destacar que o significado da palavra empoderamento aqui utilizada difere do expresso no capítulo VIII, referente a esta temática. Neste sentido não existe empoderamento por representação.

(iv) Inclusão maciça da mídia e (v) desenvolvimento de atividades participativas com crianças. Estas últimas propostas são aceitas por parte da Corporação Participa, responsável pelo Programa Valparaíso Opina, e levadas a cabo nos meses seguintes, que se desenvolvem a seguir depois da explicação dos painéis utilizados na Casa Aberta.

Um dos mecanismos participativos utilizados na “Casa Aberta” é a exposição de quatorze (14) painéis concatenados onde se expõe com detalhe o Programa de Recuperação e Desenvolvimento Urbano de Valparaíso. Os painéis se ordenam da seguinte maneira: (1) painel de boas vindas e explicação do exposto na Casa Aberta, como o Programa Geral, o concurso de desenho, os lugares de opinião, etc. (2) Uma introdução ao Programa Geral, destacando objetivos, prazos e ações previstas ou realizadas. (3) Apresenta-se um diagnóstico econômico, urbano e social, destacando as causas e conseqüências de cada um em relação ao projeto. (4) Um painel à parte merece a avaliação ambiental estratégica, condição *sine qua non* para o BID. (5) Aqui se destacam os objetivos do Programa e se mostram as áreas de intervenção em planos. (6) Aqui se expõe a imagem objetivo proposta pelo Programa, que conforme destaca o Painel, é fruto do consenso entre as organizações intervindas. O objetivo de longo prazo é a inserção internacional, nacional e regional de Valparaíso, enquanto o objetivo de médio prazo abrange o turismo, a cultura, o setor imobiliário, a educação e um pólo tecnológico, todos eles ligados a um conceito de desenvolvimento econômico, não de empoderamento social. (7) Apresentam-se com maior grau de profundidade os três componentes do Programa que são classificados nos restantes painéis (8-11) por bairros ou áreas de intervenção (EPI). Finalmente (12-14) descrevem-se os projetos potenciais que podem ser encarados com posterioridade ao Programa.

A última ferramenta participativa a descrever são as Oficinas Participativas que a Corporação Participa realiza com distintos setores da comunidade e com os habitantes dos morros da cidade. Dado que isto envolve a opinião direta dos atores sociais, a questão merece ampliar-se com o passar do próximo capítulo⁸⁹.

⁸⁹ Não aparece aqui nenhuma organização vinculada à participação cidadã.

CAPITULO XXIII: A opinião dos cidadãos

As reuniões setoriais funcionam como uma Oficina de Participação Cidadã e têm como objetivo informar clara e minuciosamente: (i) os elementos de diagnóstico, principais restrições e potencialidades da cidade, (ii) a Imagem objetivo de cidade do Programa, (iii) as Áreas de Intervenção, para poder complementar o existente com as contribuições e visões dos setores consultados e (iv) discussão sobre a apresentação que trata principalmente sobre qual é a opinião dos diversos atores convocados a respeito da Imagem proposta e sobre quais são os entornos prioritários de intervenção.

A apresentação dos conteúdos está a cargo de um membro da UTP ou da Consultora e se estabelece dependendo do público de cada reunião. Esta é acompanhada de apoio visual preparado por Participa. Além disso, entrega-se a cada um dos participantes um documento que resume as principais características do Programa. A extensão das reuniões é de aproximadamente duas horas, durante as quais se assegura a presença de um representante do diretório a cargo do Programa. A informação obtida durante cada uma destas reuniões é sistematizada. Esta sistematização é difundida, através de atas, entre os assistentes a ela, os não assistentes mas convidados, e a UTP. O envio das atas se realiza 8 dias após a reunião. Em total se realizam cinco reuniões com empresários, acadêmicos e ONGS, serviços públicos, conselheiros regionais e por último com o Conselho Municipal.

O ato com empresários se levou a cabo na tarde de 24 de Janeiro de 2005 no escritório de Desenvolvimento Econômico Municipal. (Ex-café Vienense) Nela estiveram presentes o Encarregado de participação Cidadã do Plano Valparaíso, a Coordenadora do Programa de Participação Cidadã de Valparaíso, a Corporação PARTICIPA (ONG) e treze pessoas, empresários e empresárias de Valparaíso. A intervenção dos integrantes da Corporação Participa parece ser notável ao valorar, quando foi requerido, sobre o processo participativo no Valparaíso. Em suas próprias palavras, Andrea Villagrán sustenta:

No Chile virtualmente não existem experiências de Participação com estas características. Hardy Knittel também responde a esta inquietação dizendo que este é um processo inédito na América Latina, o que se está tentando fazer em Valparaíso. Que o importante é que está o espaço para contribuir e que se deve ir aperfeiçoando. E que é o Município de Valparaíso o quem deve conduzir este processo.

Talvez na última frase se encontre a solução ao exposto pela funcionária. Se o processo de participação deve estar a cargo do Município, sob a concepção de reduzi-lo sempre ao local, por que é uma entidade privada a que conduz o processo, a qual é financiada pelo BID. A respeito, o Presidente do Colégio de Arquitetos assim o põe de manifesto:

Patrimônio Participativo

O que acontece se a participação cidadã diz que esses não são os projetos que correspondem a Valparaíso? Para que vai servir esta reunião então? Preocupa-me que nós estejamos avaliando uns projetos que já vêm ideados, de boa fé, mas que não correspondem a um conceito de desenvolvimento de cidade que as pessoas que querem e devem participar têm exposto. Estamos acostumados a que nos citem a reuniões e logo nos venham com pacotes prontos.

Ao que Oscar Hormazábal, representante da Câmara de comércio e Turismo de Valparaíso, acrescenta:

Então, quando nos falamos de Participação cidadã... deve ser com democracia. E isso significa convidar à primeira autoridade da prefeitura. Se não estiverem os vereadores não serve, trazem-nos um Plano feito e nos devem dizer desde Santiago o que temos que fazer. Isso nos dá medo. Que se traga um Plano desde o Santiago.

Finalmente, a coordenadora do programa tem o jogo de cintura para contornar o problema sobre o fechamento da reunião ao manifestar que se busca um modelo feito a medida, quer dizer, inaplicável para outros casos e sempre reduzido ao local. Assim Villagrán responde que:

... a propósito do exposto por Raúl [um representante que interveio na reunião], a idéia não é aplicar um modelo tipo, mas aplicar um modelo de participação cidadã adequado à realidade de Valparaíso, com a opinião dos senhores também, que se aplicarão entrevistas e pesquisa. É como um modelo de participação feito a medida.

189

O ato com fornecedores de Serviços Públicos teve lugar na manhã do dia 10 de junho de 2005 no salão de Honra da I. Prefeitura de Valparaíso. Nela participaram UGAT Secretaria Regional de Obras Públicas V Região, Secretaria Regional de Transportes, Secretaria Regional de Planejamento e Coordenação (SERPLAC), Secretaria Regional de Bens Nacionais (SEREMI), Alfândega Valparaíso, Corporação de Fomento (CORFO), Conselho Nacional da Cultura e das Artes (CNCA), Serviço Nacional de Turismo (SERNATUR), Governo Regional, Corporação Nacional de Desenvolvimento Indígena (CONADI), Direção de Bibliotecas, Arquivos e Museus (DIBAM), Prefeitura de Valparaíso e o Partido Socialista, entre outros. Como se pode apreciar, a maioria de gestão estatal.

Da ata lavrada na reunião surge que a opinião dos participantes quanto à participação, expõe a importância que ela tem na elaboração de um Programa destas características, pois ao gerá-la do início do mesmo permite: abordar os problemas que a gente sente que tem e gerar identificação da cidadania com o Programa e, portanto um envolvimento.

Existem duas opiniões que, talvez, resumam o “bom negócio” que os empresários vêem na implementação do Programa de Recuperação de Valparaíso, tomando à participação como parte do mesmo.

Fernando Aldea, representante do Governo Regional assinala que em relação à estratégia para gerar desenvolvimento na cidade a partir de um crédito BID, que supõe não só dinheiro mas também a experiência da instituição, assinala que um objetivo do Programa devesse ser estabelecer compromissos de quem desenvolve o investimento público na cidade, como estratégia de confrontar uma possível mudança no investimento privado.

Iván de Rementería (CORFO) assinala que gerar processos de participação no desenho do Programa não só é expressão de democracia mas também se constitui como um processo que aumenta o valor do patrimônio: "(...) deve-se destacar no desenho que a importância da participação não tem só a ver com que seja mais democrático, mas que aqui é também parte do negócio."

A reunião entre "Valparaíso Opina", os Acadêmicos e Líderes de Opinião se efetuou na quinta-feira 9 de junho de 2005 no Salão de Honra da Prefeitura de Valparaíso e assistiram mais de 40 pessoas representantes de diferentes organizações sociais e Universidades. Entre eles se destacam: a Prefeitura de Valparaíso, Equipe Plano Valparaíso, Equipe Corporação PARTICIPA, Universidade de Valparaíso, Universidade Técnica Federico Santa María, Pontifícia Universidade Católica de Valparaíso, Universidade de Playa Ancha, MOP Departamento Arquitetura, Monumentos Nacionais, Colégio de Arquitetos, Prefeitura de Valparaíso Unidade Técnica Patrimônio, MINVU, Centro de Estudos Urbanos (DUC), Oficina Patrimônio, Comitê Defesa de Valparaíso, Oficina Ação Comunitária (TAC), Fundação Valparaíso, Nosso Valparaíso, Território Sul, Tocadores de realejo do Chile, Cidadãos por Valparaíso, Conselho Nacional da Cultura (CNCA), Porto Cultura, População Operária e Corporação Cultural.

Esta reunião se destaca pelos comentários e críticas que vertem os atores consultados. Fundamentalmente, as críticas giram em torno do feito de que "Valparaíso Opina" fosse um processo consultivo e não vinculante. A respeito, nas conclusões que expõe a ata da reunião se destaca que:

- a) O processo participativo não pode reduzir-se a reuniões de validação, mas se deve gerar um processo constante que considere efetivamente à vontade cidadã.
- b) A participação como processo que sustente este tipo de Programas, deve ser considerada parte da elaboração do diagnóstico.
- c) deve-se gerar instâncias formais de participação como, por exemplo, através de um regulamento de participação e
- d) Na linha do investimento, propõe-se desenvolver recursos participativos mais que recursos concursáveis.

Interessantes são as propostas alternativas trazidas à tona na ata. Que aborda dois eixos de desenvolvimento que contemplam: O patrimônio de Valparaíso (sua cultura, sua gente, sua arquitetura) e o mar como bem tangível. Talvez haja três intervenções refletidas na ata do encontro que descrevem claramente o porquê do Programa:

Patrimônio Participativo

Por exemplo, Sandra Horn, do Comitê de Defesa de Valparaíso, assinala “que as organizações cidadãos se reuniram com o BID, e em que existe clareza de que neste tipo de projetos a participação cidadã é obrigatória”. Agora bem, que seja obrigatória não significa que seja incluída. A respeito, Irene Tapia, representante de Território Sul, indica que:

...incorporar participação no diagnóstico é chave, já que nessa medida a cidadania está sendo considerada em forma real. Nessa perspectiva, se as pessoas de Valparaíso não têm dito quais são seus problemas, mal poderia definir-se como abordá-los, daí então acredita que o Programa favorece um modelo de iniquidade. E acrescenta, falta um eixo na Imagem Objetivo que é respeitar as pessoas e perguntar-lhes que tipo de cidade querem. Há um engano na base de ação metodológica deste projeto já que o diagnóstico não é participativo, eu não quero ser parte de validar este exercício. Nos morros há outros problemas que não estão aqui”.

Em sua intervenção Iban de Rementería, representante de Puerto Cultura, parece resumir os conflitos de uma acalorada discussão quando esclarece que:

vê dois temas em crise; a participação e o patrimônio. Em relação à participação, assinala que reconhece uma participação consultiva que é a que apresenta o processo e outra participação deliberativa que é a que aqui esteve ausente e que tem a ver com que a própria gente dita ou concorde quais são os problemas que tem.

O ato com organizações vicinais se desenvolveu pela tarde da terça-feira 11 de janeiro de 2005, no Escritório de Desenvolvimento Econômico Municipal. (Ex-café Vienense). Nele participaram o Diretor Departamento de Desenvolvimento da Prefeitura de Valparaíso, o encarregado de participação Cidadã do Plano Valparaíso, a Coordenadora programa de Participação Cidadã de Valparaíso e 80 dirigentes vicinais de diversas localidades e morros de Valparaíso. Para organizar a reunião se dispôs a presença de uma equipe de facilitadores grupais, pertencentes à Corporação Valparaíso Opina.

A dinâmica da reunião estabelece a criação de vários grupos aos quais se aplica uma pesquisa de quatro perguntas. Do resultado dessa pesquisa surgem as seguintes apreciações: A opinião dos assistentes é que a reunião é positiva porque entrega-se informação, dá-se a possibilidade de participar às organizações vicinais e se trabalha em grupos. Entretanto, 70% dos participantes ressaltaram aspectos negativos do Programa e da reunião entre os que se destacam a ausência das autoridades⁹⁰, a realização de intervenções que não correspondem e que o programa se deve implementar com gente de Valparaíso.

Em referência às atas lavradas nas distintas reuniões realizadas com os vizinhos dos bairros de Valparaíso se destaca que cada reunião está orientada a informar os vizinhos

⁹⁰“Algumas pessoas manifestaram a viva voz seu descontentamento pelo retiro de funcionários municipais, porque”
“ficaram só consultores” e não autoridades na assembléia”. Textual do ata. Página 6

sobre a Imagem Objetivo e as Áreas de Intervenção do Programa. Além de informar, o objetivo principal desta atividade é por uma parte, consultar a respeito das opiniões dos vizinhos em relação à informação entregue e por outra, motivá-la no processo de participação que continua. Estas reuniões são organizadas e convocadas em coordenação com a Direção de Desenvolvimento da Prefeitura. Em total se realizam oito reuniões organizadas e convocadas em coordenação com a Direção de organizações comunitárias da Prefeitura. A estrutura geral de cada reunião é: (i) Apresentação da equipe e motivação para a reunião, basicamente aludindo à qualidade de cidade patrimonial que tem Valparaíso (ii) Exposição da apresentação PWP (iii) Trabalho em grupo com perguntas sobre o Programa e (iv) Respostas.

A reunião com os habitantes do Morro Florida⁹¹ conta com a presença de 50 cidadãos (37 se registraram oficialmente na ata). Na maioria das intervenções se deixa em claro o esquecimento das pessoas que vivem ali e todos os problemas a eles associados. Quando se trata de avaliar a participação cidadã, destaca-se que.

O Governo desenvolveu iniciativas nos morros em que não consulta à cidadania mas sim a informa logo depois de que se toma a decisão de que fazer. (Opinião expressa por 6 representantes)
Interesse em apresentar projetos de iniciativas cidadãs. (Opinião expressa por 2 representantes)
Ter clareza sobre o grau de participação real que oferece o Programa.

192

Do encontro se obtêm dois pontos básicos: O primeiro assinala à audiência que se seguirá informando à cidadania a respeito dos avanços do Programa, enquanto que o segundo deixa o contato a que possam dirigir-se quem requerer mais informação ou apresentar alguma iniciativa.

A reunião com os vizinhos do Morro Placeres⁹² é efetuada na tarde de 12 de Agosto de 2005 na Junta de Vizinhos nº 148. Desta reunião participam 30 pessoas (21 registradas) que dão conta através de todas suas intervenções da pouca informação que possuem do Programa, ao que se somam as inumeráveis promessas descumpridas por parte de governos anteriores, o qual redundando em um sentimento de otimismo por melhorar e incredulidade porque esse benefício chegue às morros. Em palavras do um vizinho:

Destaca-se que ainda quando se considera positiva uma iniciativa como a que quer desenvolver o Programa, existem no morro uma série de problemas que requerem ser abordados (...) Existe uma certa desconfiança já que a autoridade municipal anterior deixou à cidade com muitas dívidas e promessas descumpridas. Ao respeito um vizinho assinala a experiência que teve em um programa de pavimentos participativos em que perderam o dinheiro já que o Município não cumpriu.

⁹¹Dados obtidos da Ata de reunião do Morro Florida

⁹²Dados obtidos da Ata de reunião do Morro Placeres

Finalmente, se fecha a reunião de conformidade com a anterior.

A reunião com os vizinhos do Morro Toro⁹³ se realiza na tarde de 5 de Agosto de 2005 no Clube Esportivo La Campana. Nela se apresentam 40 pessoas, das quais se registram 31. Ao igual que nas outras duas reuniões, as primeiras impressões são de descrédito, embora nesta oportunidade se faz por escrito. No momento das perguntas, resultam ser sempre as mesmas. Para que, quem controla, quem o paga, e que benefícios traz para o bairro. Sobre o final da reunião, além de gerar um fechamento similar às outras, os vizinhos se comprometem a organizar-se para coordenar uma reunião conjunta entre os vizinhos do setor e a UTP.

A reunião do grupo Valparaíso Participa e os habitantes dos bairros Plan, la Cruz, el Litre⁹⁴ se desenvolve na tarde de 2 de Agosto de 2005 no Liceu Eduardo de la Barra. Como era de esperar-se dado que participam três bairros, assistem mais de 60 pessoas, das quais se registraram 41. Não obstante, a temática não troca, depois da explicação do Programa, vem o rosário de problemas que os vizinhos padecem, seguido das mesmas perguntas em torno do dinheiro, da falta de informação e a esperança que o programa funcione, pois a cidade se pauperizou com o fechamento de numerosas empresas.

A reunião com os vizinhos do bairro Playa Ancha⁹⁵ tem lugar na tarde de 18 de Julho de 2005, no Centro Esportivo Playa Ancha. Participam dela 30 pessoas, número que logo depois da exposição do Programa, fica reduzido à metade. Aos temas sempre demandados, este núcleo de habitantes salienta o conceito que sem empresas não há trabalho e que a cidade está em um círculo vicioso, que talvez, possa quebrar com a chegada e implementação do Programa, sobretudo na parte de infra-estrutura, turismo e capacitação às pessoas do lugar.

A ata entre os habitantes do Morro Rodelillo⁹⁶ e os representantes da Corporação Participa tem lugar na tarde de 11 de Agosto de 2005 na 15ª Companhia de Bombeiros "Israel". Nela, registram-se 27 pessoas que manifestam as mesmas inquietações que as outras reuniões. Entretanto, registram-se dois fatos interessantes durante o bate-papo. O primeiro é que todos os participantes mostram seu orgulho e carinho pela cidade (o fato que seja mais notório neste encontro não significa que nas outras reuniões não tenha aparecido), o segundo é a pergunta de poder dividir o dinheiro a investir em partes iguais conforme a quantidade de morros. A resposta

⁹³ Dados obtidos da Ata de reunião do Touro

⁹⁴ Dados obtidos da Ata de reunião dos bairros Plano, Cruz, Litre.

⁹⁵ Dados obtidos da Ata de reunião do bairro Playa Ancha

⁹⁶ Dados obtidos da Ata de reunião do Morro Rodelillo

Alfonso Salinas assinala que não é possível realizar essa forma de investimento já que se devem apresentar projetos mais claros e definidos ao BID. Por outro lado, recorda que a aposta do Programa é intervir em um setor da cidade com muito potencial em termos das oportunidades que se possam gerar.

A reunião dos vizinhos de San Roque⁹⁷ (Morro O'higgins) e os representantes do Programa tem lugar na tarde de 28 de Julho de 2005 no Consultório Reina Isabel. Aqui as opiniões vão por grupos e dão conta de: a não inclusão dos morros no plano, a delinqüência, o isolamento do morro por falta de manutenção nas obras de acesso, a limpeza e a ausência da temática da saúde. Quando se pergunta sobre o vínculo do Programa ao morro em questão, a resposta usa o verbo no modo potencial.

vai se incluir o Mirante Ou'Higgins neste projeto? Alfonso Salinas expõe que esse mirante não está considerado na área, mas que poderia se incorporado na execução, considerando o fato de que na medida que o Programa investe em determinadas áreas da cidade, ficam liberados os recursos dos ministérios que fazem esse tipo de obras.

Por isso, não é estranho que quando se deve transcrever na ata as opiniões dos habitantes dos morros, uma vez explicado o Programa e respondidas todas as inquietações, apareçam ditos como que o Programa favorece mais os interesses privados e não especificamente à cidade. O que concorda com o plano destes governos que privatizaram o porto, dividindo-o em sítios e diminuindo as oportunidades para os trabalhadores de Valparaíso. Entretanto, todos concordam que algo deve fazer-se, que Valparaíso o necessita urgentemente e bem o merece. Então, a maneira de fechamento, vá este comentário de um habitante dos morros:

Outro assistente intervém dizendo que entende as opiniões assinaladas anteriormente e explica que em parte se deve à situação de decadência em que se encontra Valparaíso faz bastante tempo. Que não é fácil acreditar que vão se obter mudanças. Que se o Programa efetivamente vai obter o que expõe, parece-lhe que sem dúvida é uma boa oportunidade, que a cidadania não se opõe, mas na verdade não acredita. Finalmente, espera que o Programa e sua execução obtenham o que se expõe.

⁹⁷ Dados tirados da Ata de Reunião San Roque.

PARTE VII

Reflexões comparativas

Capítulo XXV: Resultado dos Programas

O Programa “Aqui Patrimônio, uma tarefa com os vizinhos” proporciona um excelente exemplo de como podem ser bem empregados os recursos econômicos quando existe pessoal técnico qualificado, criatividade e regras claras para a participação no âmbito da esfera pública. Ao ser restrito às obras escolhidas e serem estas representativas de cada bairro, a idéia se potencializa. Como diz Carla Brocatto, em entrevista:

A idéia geral do programa era boa, porque procurava fundamentalmente a preservação de um exemplo de escala barrista, algo que por ou qual o vizinho tinha um particular afeto e que não está dentro das listas de monumentos e prédios representativos em nível nacional, mas que forma parte da identidade do bairro.

Devido a que na atualidade ou Programa encontra-se em andamento (2004-2008) alguns dos exemplos selecionados já foram inaugurados, outros encontram-se em execução, ao tempo que está prevista a intervenção para completar os quarenta e sete exemplos nos bairros portenhos. Consultada em entrevista, sua Diretora, a arquiteta Árias Incollá, destaca:

Poderíamos dizer que sim, concluindo o ano 2005 foram finalizadas 9 obras dos 47 bens patrimoniais previstos pela Cidade de Buenos Aires. Encontram-se em processo de licitação atualmente 16 obras a mais. A posta em valor do restante está programada para os anos 2006 e 2008.

A Diretora salienta também que, se bem a eleição dos atores sociais foi selecionada pela sua Direção, foi procurada uma visibilidade social adotando-se modalidades de gestão, consultiva e gestionária, utilizando diferentes ferramentas participativas. Diz que entre as metas atingidas pode ser destacado que a comunidade da vizinhança, como novo ator social, reconhece os valores dos edifícios intervindos através da difusão nos percursos patrimoniais ao tempo que o Programa se capitaliza numa melhoria do ambiente urbano e na procura de instalar a cultura da manutenção.

A Diretora considera destacável o alcance social do Programa, pois não trabalharam com monumentos mas com prédios emblemáticos de nível social. Além disso, salienta que a relação com os vizinhos foi afiançada e a credibilidade reforçada, ao tempo que foi instalado o assunto do patrimônio cotidiano tanto na agenda pública quanto política. Em autocrítica, a entrevistada diz:

A meta proposta de recuperar e pôr em valor prédios e sítios de caráter patrimonial que são utilizados com fins sociais ou comunitários e que representam um valor significativo para o bairro onde estão localizados tem se alcançado segundo o Plano de Trabalho estabelecido. Logicamente, às vezes, os prazos não são os previstos. [Mudaria] os tempos de consenso com os vizinhos. Os espaçaria. Gera-se muita expectativa nas pessoas que logo, de não cumprir-se os prazos da obra, volta-se contra da palavra acordada.

Talvez, e em forma reiterativa ao exposto no capítulo específico, uma crítica que se impõe fora do âmbito restrito do Programa seja a falta de coordenação entre as diferentes áreas ou Direções com capacidade de intervir no patrimônio cultural. Desta forma a DGPAT, a DGPINT, a Direção do Casco Histórico, o CAAP são organismos do poder executivo que ainda não tem implementado um programa em forma conjunta. Mesmo assim, com a recente autonomia da cidade de Buenos Aires e a criação da lei de comunas, é possível (e desejável) que isto aconteça.

Em definitiva, para a Arq. Arias Incollá a tarefa foi muito gratificante e a experiência muito boa pois, nas suas palavras, “os vizinhos são os verdadeiros donos do patrimônio. Ninguém o valora mais do que eles”. Para a entrevistada o segredo do alto grau de população participante é a convocatória aos vizinhos para uma experiência concreta, o que devem fazer numa participação verdadeiramente genuína.

Quando o Programa “Urbis” foi criado no 2001, não se tinha previsão da sua duração, pois na verdade pretendia-se tornar uma ação de caráter permanente, e, portanto encontra-se em andamento. Assim, de fato, durante a sua realização efetiva – desde 2001 até o final de 2002 como programa específico - têm concluído a primeira fase quatro cidades: Sobral/CE, Pirenópolis/GO, Mariana/MG e Laguna/SC.

Para seu Diretor, o Arq. Marcelo Brito, a participação cidadã é dada no processo de informação, reconhecimento, discussão, avaliação e definição da Área Urbana de Interesse Patrimonial e nos instrumentos de adesão ao processo de gestão compartilhada e de implantação duma Comissão Gestora Local, a qual deve ter representação das três esferas do Governo (Federal, Estadual e Municipal) e da sociedade civil. Além disso, salienta que neste Programa estão contempladas todas as modalidades de participação apresentadas neste trabalho.

Neste Programa, a diferença do caso chileno, onde são anotadas as opiniões e do caso argentino onde são acertados acordos verbais ou pontuais, é interessante o ato administrativo onde são plasmados os acordos alcançados entre todos os atores sociais como base de trabalho. Como diz seu diretor:

...daí passa-se à realização dos atos solenes quando são assinados tais instrumentos e instalada oficialmente dita Comissão. Realiza-se com a Comissão uma reunião técnica onde é apresentado o instrumento do Plano de Preservação de Sítios Históricos Urbanos, a partir de um documento denominado “Termo Geral de Referência”, o que poderia corresponder a uma espécie de Edital de uma licitação.

Além desta “oficialização” que outorga caráter institucional aos acordos pactuados, também é importante a instrumentação da Comissão, ao ser esta quem define seu próprio funcionamento, assim como o processo de formulação do Plano de Preservação. Em outras palavras, logo de assinar o acordo passa-se a um processo deliberativo, que reflete um aspecto de empoderamento como elemento democratizador.

No que tange a esta nova ferramenta de gestão, que vem dar um virada substantiva na política do IPHAN, seu Diretor salienta que ela é nova na região e pouco aplicada no mundo, mas que no Brasil, a partir da experiência das Comissões Gestoras Locais é muito aprofundada.

Entre as metas propostas e aquelas alcançadas, é possível ressaltar que o Programa Urbis é importante por ter demonstrado a possibilidade efetiva de colocar outros modos de atuação levando em consideração as realidades locais, pois passou de ser um simples Programa para se constituir num instrumento normativo de política pública, na forma de diretriz de política no campo programático da ação de Governo.

Em entrevista, seu Diretor ressalta dois aspectos: o primeiro, a premissa básica de consolidar uma cultura urbanística do patrimônio, em contraposição de uma cultura arquitetônica do patrimônio bastante sólida existente no país e o segundo, o conceito de gestão compartilhada, que exige novas posturas dos administradores públicos e da própria sociedade num processo que implica maior participação e troca, melhor distribuição de responsabilidades e benefícios.

Perguntado pelas coisas que modificaria do Programa, o Diretor responde a mesma coisa que os Diretores dos outros programas: Ter a possibilidade de dispor de recursos próprios para poder realizar uma tarefa tão complexa. Ao respeito, deve ser lembrado que a maioria dos programas estudados são financiados pelo BID o que traz conflitos que dizem dos tempos, das formas e dos recursos. Em definitiva, uma forma de induzir a seleção de exemplos a intervir no Patrimônio Cultural vinculados só ao recurso econômico.

Entre as críticas ao Programa, talvez a mais compartilhada, seja a extensão do tempo sem a obtenção de resultados concretos em forma proporcional. Desde seu início em 2001, até hoje, são quatro as cidades que se encontram na segunda etapa, e três na primeira, sob um universo de oitenta possíveis. Esta situação é contemplada pelo Diretor, quem esgrime:

O Programa responde à dinâmica existente em cada cidade, sendo, portanto, os tempos variáveis, de um semestre para um ano e meio. O processo ainda não concluiu, visto que a etapa de implementação do disposto no documento para o desenvolvimento do Plano não foi realizado em plenitude. Cabe concluir que se trata de um processo em curso, que não finalizou e que varia segundo os atores locais em cada cidade.

Por isso, seu Diretor ressalta que é “um processo, não um resultado” e que o ajuste do Programa varia segundo a capacitação local. Desta forma, o empoderamento resulta importante mas, ao seu critério, deve fomentar-se de modo responsável, atendendo e respeitando a capacidade de resposta existente para cada localidade. Evidentemente, as críticas expostas ao Organismo no capítulo XVIII ficam aqui explicitadas.

Contudo, o Programa apresenta dois aspectos importantíssimos da perspectiva da participação. O primeiro é a evidência de um suposto sob o qual a distribuição de benefícios e cargas passa de uns poucos à maioria, e, portanto o sucesso ou o fracasso passa também a ser de todos e não de alguns poucos; o segundo aspecto importante é que as premissas do Programa, em muitos dos casos, passam a ser referência para uma atuação desejável do Governo Federal como ator social público, em particular, em situações de conflito, reforçando a idéia que a busca de consenso e a negociação é a melhor ferramenta para a superação de conflitos.

Quando o Programa “Valparaíso Opina” é analisado, é possível aceder à informação que proporciona a Organização não governamental Corporação Participa que executou dito programa. Assim, o quinto relatório de avanço, onde se sistematiza, analisa e se propõe a incorporação dos resultados obtidos, é enfatizado que, em referência:

ao Plano de Participação, [os atores sociais] valoram a possibilidade de participar e solicitam que continuem realizando-se reuniões onde se informa e se pergunta a opinião da comunidade em referência ao Programa. Porém, existe um grau de desconfiança nos seus resultados porque já foram feitos processos de participação que não incorporam a opinião da comunidade, razão pela qual requer-se dar a conhecimento com clareza o nível de participação real que pretende implementar o Programa. (Quinto relatório, página 25)

Ao respeito, a pesquisa realizada pela Corporação para ter uma informação detalhada do conhecimento que tinham os cidadãos referente ao Programa e da cidade, coincide com a análise efetuada no relatório.

A percepção que têm os moradores sobre si mesmos é positiva [e existe um] amplo conhecimento sobre a declaração de Valparaíso como Patrimônio da Humanidade. [Porém] Os níveis de participação da população de Valparaíso são baixos. 72% dos moradores da cidade não participa, cifra que aumenta no caso do Bairro Puerto, onde 77% dos moradores desse setor diz não fazê-lo. (Quinto relatório, página 28)

Por isso, não resulta estranho que alguns autores pensem que o problema da participação social no Chile deve ser entendido no marco do deslocamento da esfera estatal para a esfera do mercado. (Albuquerque. 2004: 91). A esse respeito, deve lembrar-se que a execução do Programa é feita por uma ONG e não pelo Estado.

(Este foi uno dos reclamos dos cidadãos junto com a necessidade que os instrutores do Programa sejam da cidade de Valparaíso)

Apesar disso, os organizadores do Programa ao avaliar as suas pautas em relação à crítica do Programa de não realizar um diagnóstico participativo e a conseqüente falta de identificação dos verdadeiros problemas de Valparaíso, não sendo estes identificados pelos moradores da cidade, arribam a duas conclusões:

i) os problemas que as pessoas de Valparaíso dizem ter, são os mesmos que o diagnóstico identificou, e ii) um número importante das propostas recolhidas nas reuniões foram incorporadas ao Programa. Referido ao primeiro objetivo específico foram incorporadas várias das propostas cidadãos. (...) Em referência ao segundo objetivo específico, também recolhe várias propostas, já que um dos assuntos que mais foi discutido nas reuniões realizadas foi a necessidade de fortalecer o Município e gerar um mecanismo de gestão apropriado para a execução do Programa.

Nesse sentido, a debilidade da participação social na oferta estatal, não se deve só à escassa vontade política de promover uma participação que envolva os cidadãos na tomada de decisões, senão também a que o mercado tem se transformado no espaço onde as “pessoas” procuram o reconhecimento, a proteção e a integração social. Este corrimento da esfera estatal para o mercado explica parcialmente o fato de que o retorno à democracia não tem sido expressado num retorno à cidadania. Em palavras de Touraine, o Chile é o país do esquecimento, um país autocensurado.

Porém, é preciso ressaltar que este país transandino possui uma lógica diferente com referência aos países latino-americanos, muitos autores o consideram o menos americano dos países, como se fosse a antiga cidade de Veneza, localizada entre os oceanos Pacífico e Atlântico. Portanto resulta difícil o fato comparativo em nível de programas culturais.

Com tudo, pode-se ver que a República do Chile, através do Governo da Concertação está dando passos para uma participação cidadã plena. Neste sentido, o Programa Valparaíso Opina aparece como uma gestão eficiente e transparente embora privada, que não tem temor em explicitar as críticas que os cidadãos formulam, cumprindo com os prazos estabelecidos (a diferença dos outros casos que levam atrasos consideráveis) e recriando o conceito de esfera pública de Habermas.

Além disso, existe o Manual de Participação Cidadã em Projetos de Infra-estrutura; a Comissão de Monumentos Nacionais está dando entrada a novos atores comprometidos com a salvaguarda do patrimônio (voluntária) e na atualidade estão se desenvolvendo em Santiago novos programas com maior participação, o que faz projetar boas perspectivas na temática.

Patrimônio Participativo

Em definitiva, os três Programas têm considerado a participação cidadã como um dos eixos fundamentais para a sua implementação. Porém, não parece existir um comum denominador na hora de conceitualizar o que implica para cada um deles. Nalguns casos pode ser entendido como validação de um programa já dado, outras vezes como a idéia de somar vontades e recursos ou, às vezes, como a necessidade de mudar as coisas entre todos, partindo do mesmo ponto.

Agora, se não existe um comum denominador na participação cidadã, menos ainda existe em referência ao conceito (e aplicação) de empoderamento. Além da participação específica nos programas de estudo, é possível perceber certa resistência na hora de participar quando se trata de Patrimônio Cultural, tal como o descreve o Latinobarómetro do PNUD. Serão estes os dois extremos de um mesmo laço?

Capítulo XXVI: Considerações finais

Como tem se apresentado, Rousseau propunha a democracia como instrumento de igualdade dos cidadãos, ideal indispensável para aspirar a uma melhor qualidade de vida. Seu *Contrato Social* postula a inalienabilidade da vontade geral, anulando-se qualquer norma legal não revalidada pelo dono da soberania, isto é, o povo. Porém, hoje em dia, tem se modelado um sistema de pesos e equilíbrios que parece impecável no tocante aos tratados e as noções gerais de convivência, mas que na prática, muitas vezes parece a reacomodação do poder aos novos tempos. Quantas Allendes e Brasíliais serão necessárias para que a Latino-américa avance democraticamente?

Como alertava García Delgado (1994:35), o desajuste entre a oferta e a demanda de participação na América Latina vê-se agravada pela tendência à falta de participação partidária, o que tem fortalecido o aumento da burocratização do Estado, sua penetração por grupos de pressão corporativos e a perda de transparência na ação pública. Este desajuste ou desequilíbrio com os marcos da democracia constitucional vem dado pela multiplicidade de formas e estruturas organizativas que se formaram na transição democrática junto com diferentes grupos e associações intermédias pré-existentes, o que traz um déficit de representação, de canais de participação de diversa índole: diretos no nível local, estadual e federal; em distintos organismos estatais e meios de comunicação, como assim também de mecanismos de concertação que fortalecem as instâncias de mediação de conflitos.

Portanto, se a ampliação da participação cidadã constitui uma das estratégias para resolver as agudas contradições e riscos que cercam a democracia dos nossos países, isto não significa outra coisa que a reversão do diagnóstico neoliberal da crise. Se este é baseado na exclusão política, a redistribuição do poder para organizações econômicas mais concentradas e a procura de um modelo de democracia restringida, aparecem como formas alternativas, o fortalecimento da política, a redistribuição do poder para a sociedade e um modelo democrático-participativo, tal como diz Sousa Santos ou uma democracia de liberação como a proposta por Touraine.

Ao longo deste trabalho parece ficar claro que cabe ao Estado a promoção e a regulamentação de mecanismos de participação cidadã para garantir uma melhora na qualidade democrática e a institucionalidade dos seus poderes. Serão nossas democracias capazes de carregar tamanhas reformas? Evidentemente, dependerá de cada país, mas também de que cada sociedade, junto com as suas instituições, pressione das bases para conquistar esses direitos.

Talvez no nosso patrimônio esteja a ponta da solução para elucidar esta questão, pois este contém a identidade que nos reúne, os valores que nos identificam, a riqueza que nos diferencia e a memória portadora da verdade, elementos indispensáveis na hora de construir tanto a diversidade cultural como a identidade coletiva da qual fala Sousa Santos e que a UNESCO ratifica, no que parece um ponto de inflexão na série de Recomendações e Cartas patrimoniais emanadas do Organismo que tendiam a valorar um pensamento unitário. Neste sentido, a participação cidadã na gestão do patrimônio ambiental urbano aparece como uma ferramenta poderosa e eficaz.

Além do mais, os mecanismos de participação cidadã consagrados nas Constituições e a normativa vigente dos países estudados são, na maioria, incipientes e poucas vezes resultam aplicáveis ao patrimônio cultural. Não é por acaso que a frase ***Eu participo, tu participas, ele participa, nós participamos, eles decidem*** dum portal de Internet da Nicarágua seja uma boa síntese do expressado nas pesquisas de opiniões. Em qualquer caso, parece claro que, se os espaços abertos à participação cidadã não tem sido maiores, não foi por falta de oferta de instrumentos, embora muitos destes instrumentos ainda foram pouco experimentados ou escassamente analisados profundamente, o que implica seu estudo contínuo.

Tal como o indica uma das hipóteses deste trabalho, tem se demonstrado que na Argentina, no caso da DGPat, no Brasil, através do IPHAN e no Chile, com a CNM possuem organismos competentes para a criação, implementação e execução de Programas para a salvaguarda do seu Patrimônio Cultural, onde pode ser incluída a participação cidadã como eixo central, ao tempo que existem nestes países outras experiências referentes a esta temática, das quais podem ser extraídas lições positivas, mas que ainda não tem sido muito indagadas.

Por isso, concordo com a proposta de Sandra Bernardes quem sugere a criação de um Estatuto do Patrimônio Cultural. Além disso, considero que este não deve restringir-se só a um município, um Estado ou um país, senão que deve ter um caráter regional como é o MERCOSUL. Ao respeito, deve se considerar o conceito expressado por Touraine, quem argúi que os atuais sistemas institucionais do Cone Sul são incapazes de resolver desde a lógica interna, os problemas entre seus países membros⁹⁸. Em outras palavras, está na hora que nossos técnicos e políticos proponham a partir da região Cartas e Recomendações próprias, gerando as regras de jogo necessárias adaptadas a nossas realidades e não cumprir o papel de adequar as recomendações já estabelecidas pela UNESCO.

⁹⁸ Comentário expresso na reportagem efetuada pelo jornalista Joaquín Morales Solá no Programa "Desde el llano" emitido pela TV a cabo argentina TN, em 20 de fevereiro de 2006.

Tanto dos âmbitos acadêmicos como políticos, fala-se de crise nas democracias representativas, mas esta afirmação também é correta no seu sentido mais positivo, quer dizer, há "crise" nos sistemas democráticos latino-americanos em diferentes sentidos, mas entre eles também se encontra a aparição de novas oportunidades que permitam renovar os mecanismos de articulação política existentes. Desse jeito, a aparição de públicos temáticos como é o patrimônio cultural supõe outra nova oportunidade para levar a política muito além dos técnicos e dos políticos. Em definitiva, encontramos-nos frente a uma "crise" gerada por câmbios nos cidadãos e na política e que supõe novos desafios e oportunidades, que devem e podem ser superadas com uma maior implicações da cidadania.

Alguns autores esgrimem que os problemas da democracia resolvem-se com mais democracia que, no caso do patrimônio cultural deveria trazer uma visão positiva dos conflitos. Como argumentam os autores citados neste trabalho, democratizar a democracia não é outra coisa que democratizar o poder e, portanto, democratizar tanto o Estado e as suas instituições, assim como a Sociedade Civil. Ao respeito, saliento que os países estudados têm alguns denominadores comuns, quando são aplicados: a concertação, a procura de consenso e do empoderamento como mecanismos eficazes que funcionam em todos os níveis – local, estadual, federal – quando se trata de participação cidadã vinculada ao patrimônio cultural.

Uma das conclusões que destaco é que os Programas estudados refletem o estágio democrático atingido nos países onde têm sido implantados. Porém, o assunto do empoderamento (tratado em extenso neste trabalho) parece uma das caras da moeda, que por um lado amostra como os atores sociais vão ganhando terreno na tomada de decisões e por o outro lado se apresenta débil, pois a resistência à participação nesta temática é forte e notória.

Assim, o programa Chile em Valparaíso Opina reflete a pesada herança do autoritarismo da ditadura, onde os atores sociais ainda não conseguem se articular devidamente e onde a participação do cidadão tem sido utilizada em termos de aprovação de pacotes ou programas, nas modalidades informativas ou consultivas.

Um degrau o separa de Buenos Aires, que após a obtenção da sua autonomia em 1996, começa a democratizar todas as suas instituições e a instrumentar mecanismos de participação cidadã em todas as áreas.

O Programa Aqui Patrimônio, que promove as modalidades consultiva e deliberativa aparece como um exemplo de negociação e consenso que obtém bons resultados quando é avaliado tanto no nível de participação quanto o de empoderamento, como elemento

democratizador. Porém, a eleição dos atores sociais envolvidos segue ficando em mãos de seus diretores.

Finalmente, o Programa Urbis reflete o estágio embrionário de uma permanente gestão cultural democrática ao promover, após as experiências positivas do orçamento participativo e as Comissões Gestoras Locais, as modalidades informativa, deliberativa e gestonária, envolvendo todos os atores sociais, de diferentes esferas. Agora bem, tanto os prazos quanto os objetivos alcançados parecem indicar que a coordenação multisetorial deveria ser um elemento a considerar desde o início da gestão e não no decorrer da mesma.

Outra das conclusões mais surpreendentes é que a participação cidadã nos países estudados é escassa comparada com a média latino-americana. Tal como foi demonstrado na quantificação explicitada no relatório do PNUD, quando se fala de participação cidadã no âmbito do patrimônio cultural as coisas não parecem ir tão rápido como o que acontece em outras áreas onde o sucesso é rotundo.

Em referência aos programas estudados, segundo o exposto nas hipóteses, a maioria resultam de caráter pontual, quer dizer, se bem podem ser tomados como um início para possíveis métodos mais amplos de participação cidadã, alguns deles correm o risco de cair em voluntarismos ou serem programas com atuação de destaque, mas sem nenhuma outra solução de continuidade. Neste sentido, o Programa Urbis, aparece como uma gestão permanente do patrimônio cultural vinculado ao reconhecimento e a participação dos atores sociais intervintes na sua salvaguarda. É desejável que a futura gestão do IPHAN mantenha e melhore estes lineamentos.

Nas entrevistas com os diretores dos Programas é possível chegar à conclusão de que não existe um mecanismo participativo único, nem um programa que reúna as características ideais para ser generalizado ou exportado para outros países ou regiões. Como tem se falado, depende de cada país, de suas instituições e da vontade política com a qual ponham-se em prática tais programas. Ao respeito, deveria ser considerado que ter participantes representativos, informados, que sejam o mais numerosos possíveis e que saiam da experiência mais predispostos a participar que antes, tudo isso por pouco dinheiro e dando lugar a uma resolução que tenha um forte impacto na tomada de decisões final é uma quadratura do círculo talvez excessiva. Inclusive mecanismos que contam com mais vantagens que inconvenientes, como os orçamentos participativos, têm problemas sem dúvidas.

Porém, o estudo, o aprofundamento e o intercâmbio destas experiências aprimoram o sistema e os mecanismos, assim como se aperfeiçoa o cidadão ao participar, tal como falava Rousseau.

Então, de cara ao futuro da gestão do patrimônio cultural deve compreender-se que um Programa que tenha como premissa a participação cidadã deveria: (i) Reconhecer todos os atores sociais, cuja base é o cidadão entendido como partícipe necessário e não como simples consumidor. (ii) reconhecidos os atores sociais deveriam ser incorporados aos programas dispondo de um lugar, não somente físico onde possam se manifestar, senão como o conceito da esfera pública de Habermas. (iii) A atuação deveria ser de inclusão, mediação e consenso, visando a idéia de empoderamento dos atores, reconhecendo que todos os atores sociais têm direitos e obrigações vinculado ao patrimônio cultural. (iv) Assim as ferramentas participativas a serem utilizadas serão escolhidas sem maior dificuldade, cuidando a economia. (v) O alcance de consenso poderia ser referendado pelas partes atoras e deveria formar parte do corpo legal no âmbito a ser aplicado, uma espécie de Contrato social, com a finalidade de dar transparência ao processo e assim evitar inconvenientes. (vi) Posteriormente, a difusão e o intercâmbio de experiências semelhantes fortaleceriam, estimulariam e aperfeiçoariam tanto o crescimento destes programas quanto a participação dos cidadãos.

Ao longo de todo este trabalho, acredito ter conseguido comprovar a veracidade das quatro hipóteses colocadas, e com elas a abertura de outras tantas que abrem novos caminhos por investigar. Porém, a ausência e a pouca difusão de bibliografia referente a participação cidadã em torno ao patrimônio cultural em nossos países, somada aos diferentes programas pontuais que estão encarando os Estados vinculados a esta temática, faz que surja a imperiosa necessidade de estudar estes mecanismos, para poder estabelecer razões, critérios, acertos e erros que permitam continuar adiante com outros programas e ações aprimoradas.

Glossário

OBS: Todas as definições ou comentários têm sido extraídos das Cartas e Recomendações da UNESCO ou da sua página oficial na internet, exceto se for indicado o contrário.

Ator social

O ator social é um sujeito coletivo, estruturado a partir duma consciência de identidade própria, portador de valores, possuidor de um certo número de recursos que lhe permitem agir na base duma sociedade que defende os interesses dos membros que lhe acompanhem ou indivíduos que representa, para dar resposta às necessidades identificadas como prioritárias.

Autenticidade

É um fator qualitativo essencial em relação à credibilidade das diferentes fontes de informação que existem no interior e exterior duma obra que pertence ao patrimônio cultural. Carta de Veneza 1964 e Documento de Nara, novembro de 1994.

Bem cultural

São os objetos materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis, nos quais denota-se um valor cultural, pela sua significação histórica, artística, religiosa, arqueológica, arquitetônica, científica, etc. Os Bens Culturais podem ser Tangíveis e Intangíveis, Móveis e Imóveis.

Descentralização

É o processo que implica transferência de faculdades ou atribuições de decisão e de funções de um órgão central ou federal para unidades locais independentes ou com um alto grau de autonomia, mas que agem com os mesmos lineamentos e políticas gerais fixadas pela autoridade central. A descentralização é, portanto, funcional e territorial (Em Albuquerque. 2004:35)

Diversidade cultural

A cultura é o conjunto de fatos distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social. A cultura abrange, além das artes e das letras, os jeitos de viver, os sistemas de valores, as tradições e crenças. Respeitar e fazer respeitar a cultura devém num direito do homem. A diversidade cultural implica portanto o respeito às liberdades fundamentais, entre as quais mencionam-se a liberdade de pensamento, de consciência, de religião, a liberdade de opinião e de expressão, a liberdade de formar parte na vida cultural da sua eleição, entre as mais destacadas.

Gestão Integral do Patrimônio

Entende-se por gestão do patrimônio o conjunto de atuações programadas com a finalidade de conseguir uma ótima conservação dos bens patrimoniais e um uso destes adequado às exigências sociais contemporâneas. Superando as concepções tradicionais que limitavam o cuidado ou tutela do patrimônio ao estudo e conservação, nossa época tem redescoberto as possibilidades duma gestão integral do patrimônio que é promove, além do desafio da conservação, encontrar os melhores usos para o nosso patrimônio histórico comum, sem menoscabo da sua preservação nem da sua valorização social. A gestão patrimonial deve partir, na prática, do fato de que existe uma limitação clara do potencial dos recursos a explorar. Todo recurso seja ele natural ou cultural, é por definição escasso, isto é, tem um limite, e no caso particular do patrimônio histórico, considera-se, além disso, um tipo de bem que não é renovável.

Patrimônio Arquitetônico

O Patrimônio Arquitetônico está constituído tanto por aqueles edifícios monumentais e singulares, como por aqueles modestos e simples que caracterizam e outorgam identidade aos bairros e à cidade. Fazem parte indivisível da origem e da memória física de um povo.

Patrimônio Cultural

A palavra patrimônio vem do latim *patrimonium*; é aquilo que provem dos pais. Segundo o Dicionário da Real Academia Espanhola, patrimônio são os bens que possuímos ou aqueles bens que temos herdado dos nossos ascendentes. Logicamente patrimônio é também tudo aquilo que damos em herança.

A UNESCO denomina patrimônio cultural ao conjunto, local, regional, federal, continental ou universal, de bens móveis e imóveis, materiais e imateriais (ou não físicos) de propriedades de particulares ou de instituições ou organismos públicos ou semi-públicos que tenham um valor excepcional do ponto de vista da história, da arte, da ciência, da vida econômica e social, da cultura, ao todo e portanto, sejam dignos de ser considerados e conservados para as nações e para a comunidade internacional e conhecidos pelos povos através das gerações.

O conceito admite infinidade de variantes e componentes conforme as modalidades com que cada povo valora a sua própria cultura. Em geral abrange desde a riqueza arquitetônica, histórica e artística, composta de monumentos, edificações ou conjuntos delas, lugares e sítios arqueológicos, até a riqueza móvel, composta de obras de arte, artesanais e de interesse artístico-histórico, passando pelos bens da arqueologia submarina ou industrial, as testemunhas materiais e não físicas da cultural popular, do folclore e das valiosas

expressões das imagens em movimento. Segundo a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, UNESCO, de 1972, entende-se por Patrimônio Cultural: os monumentos, os conjuntos e os lugares.

Preservação, Prevenção

Ação que implica pôr a coberto antecipadamente um bem cultural, para evitar que este seja danificado, deteriorado ou destruído. Não define um modo particular de intervenção, e pode ser entendido como sinônimo de conservação, pois igual que esta definição, não expressa um tipo de intervenção física sobre o elemento.

***Puesta en Valor* (em espanhol original)**

Termo que engloba muitos outros, o que implica uma série de intervenções possíveis para dotar à obra das condições objetivas e ambientais que, sem desvirtuar sua natureza, ressaltem suas características e permita seu ótimo aproveitamento. Basicamente, a conservação e a restauração são operações que implicam a puesta en valor, podendo ser também a refuncionalização.

Restauração

Operação especial de conservação que é realizada fisicamente sobre o objeto cultural, destinada a salvaguardá-lo, mantê-lo e prolongar a sua permanência para transmiti-lo para o futuro. A restauração equivale à realização de obras específicas, sempre baseadas em evidências certas. Obras que devem ser paralisadas, quando começa o terreno das hipóteses. Cesare Brandi, por sua parte define a restauração como "o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte em sua consistência física e na sua dupla polaridade estética e histórica, com a finalidade ser transmitida para o futuro". Os quatro tipos de intervenções físicas de restaurações aceitas pela Carta de Veneza são: liberação, consolidação, reintegração e integração.

Valoração

Existem diversas formas de conhecer o Bem e valorizá-lo, embora geralmente os critérios básicos pelos quais poderíamos analisá-los, respondem ao grau de interesse que estes tenham, desde o: (i) - histórico – social – testemunhal, (ii) - artístico – arquitetônico – urbano e (iii) - paisagista – ambiental.

Muitas vezes um Bem possui um ou vários valores (histórico, estético, econômico, social, simbólico, etc.). Quanto maior o valor, maior será a responsabilidade de conservá-lo e não desvirtuá-lo, para que no futuro continue sendo uma testemunha, quanto é para nós e para os nossos ancestrais.

Anexos

Anexo 1. Tabelas do compêndio estatístico do relatório do PNUD. (2002)

Tabla 1. Participação cidadã. Atividades realizadas

Tabla 2. Participação cidadã. Modos de participação

Anexo 2. Questionário aplicado aos dirigentes dos casos de estudo

Anexo 3. Descrição das ferramentas participativas

Quadro 1. Ferramentas participativas informativas

Quadro 2. Ferramentas participativas consultivas

Quadro 3. Ferramentas participativas gestionárias e de empoderamento

Anexo 4. Quadros referentes ao Programa “Aqui Patrimonio”, Argentina

Quadro 1. Detalhes das intervenções do Programa

Anexo 5. Quadros referentes ao Programa “Urbis”, Brasil

Quadro 1. Sítios históricos de Brasil incluídos no Programa

Quadro 2. Órgãos que financiam o Programa

Anexo 6. Quadros referentes ao Programa “Valparaiso Opina”, Chile

Quadro 1. Cronograma de atividades

Quadro 2. Atividades previstas no Programa “Valpo Mío”

Anexo 1.

Tabela 1. Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para a democracia na América Latina (2002)

■ PARTICIPACIÓN CIUDADANA. DIMENSIONES Y MODOS I

MODOS DE PARTICIPACIÓN CIUDADANA, POR PAÍS Y REGIÓN											
TABLA 128B											
País y región	Muestra total	Muestra válida	% de no respuesta	No hace nada	Modos de participación ⁽²⁾						
					Sólo vota	Sólo colabora	Vota y colabora	Sólo acción política	Vota y acción política	Colabora y acción política	Vota, colabora y acción política
Argentina	1.200	1.121	6,6	4,1	33,6	4,0	21,1	1,3	8,7	2,4	24,7
Bolivia	1.242	995	19,9	3,8	18,2	6,2	33,7	0,4	4,6	4,7	28,3
Brasil	1.000	892	10,8	5,2	15,5	5,2	20,1	1,8	8,7	7,6	36,0
Colombia	1.200	1.056	12,0	21,3	24,1	13,5	16,6	3,6	5,1	4,9	10,8
Costa Rica	1.006	933	7,3	5,5	14,8	12,3	23,5	1,2	2,8	7,6	32,4
Chile	1.188	1.129	5,0	13,6	28,2	8,1	23,0	0,9	4,3	5,9	16,0
Ecuador	1.200	1.025	14,6	3,3	33,3	3,0	26,4	0,7	10,6	3,0	19,6
El Salvador	1.014	837	17,5	16,1	15,4	17,7	24,5	2,6	2,3	6,5	14,9
Guatemala	1.000	861	13,9	11,3	17,0	11,5	25,6	1,4	3,5	5,3	24,5
Honduras	1.005	890	11,4	5,6	16,1	7,5	31,9	0,9	2,6	4,9	30,4
México	1.210	1.140	5,8	3,2	20,9	4,9	20,7	4,1	12,0	4,4	29,7
Nicaragua	1.016	941	7,4	7,1	26,0	5,1	25,1	1,0	6,3	3,8	25,6
Panamá	1.010	840	16,8	4,6	33,1	3,7	35,5	0,8	5,6	2,0	14,6
Paraguay	1.200	1.122	6,5	7,7	7,0	22,5	30,0	0,2	0,4	10,2	22,1
Perú	1.224	1.075	12,2	2,4	23,0	1,9	32,1	0,4	7,5	2,2	30,5
República Dominicana	1.000	946	5,4	7,0	18,3	11,0	24,9	0,8	5,0	5,1	27,9
Uruguay	1.187	1.066	10,2	1,9	33,4	0,2	10,3	1,0	29,1	0,4	23,7
Venezuela	1.200	1.025	14,6	8,3	16,6	11,5	26,6	2,3	4,3	6,7	23,6
Centroamérica y México ⁽¹⁾	8.261	7.388	10,6	7,3	20,2	9,0	26,2	1,7	5,3	5,0	25,4
Región Andina	6.066	5.176	14,7	7,9	23,1	7,2	27,0	1,5	6,5	4,3	22,5
Mercosur y Chile	5.775	5.330	7,7	6,6	23,8	8,2	21,1	1,0	10,1	5,3	24,0
América Latina	20.101	17.894	11,0	7,3	22,1	8,3	24,9	1,4	7,0	4,9	24,2

Anexo 1.

Tabela 2. Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para a democracia na América Latina (2002)

■ PARTICIPACIÓN CIUDADANA. ORGANIZACIONES

TIPO DE ORGANIZACIÓN EN LA QUE COLABORAN, YA SEA CON DINERO, TRABAJO O REUNIONES, POR REGIÓN Y PAÍS														
TABLA 130A														
¿Colabora en alguna organización?														
Sí colabora y tipo de organización donde lleva a cabo sus actividades de colaboración														
País y región	Muestra	No colabora	Comunal			Religiosa		Defensa de derechos			Educación, cultura y recreación			
			Total	Desarrollo comunal, junta de vecinos	Deportivos o asociaciones de recreación	Grupos de mujeres	Total	Iglesia y religiosas	Total	Apoyo a pobres, discapacitados y ancianos	Pro derechos humanos	Total	Educativas, artísticas, musicales o culturales	Boy Scouts o asociaciones de jóvenes
Argentina	1.200	53,4	15,5	10,1	4,5	0,9	10,5	10,5	11,3	10,3	1,0	10,7	9,8	0,8
Bolivia	1.242	37,1	44,2	34,6	5,4	4,2	10,9	10,9	8,1	6,0	2,1	14,0	12,4	1,6
Brasil	1.000	41,7	19,3	14,0	3,7	1,6	27,3	27,3	12,8	11,0	1,8	16,4	7,1	9,3
Colombia	1.200	62,2	20,5	15,8	3,1	1,7	8,7	8,7	11,8	10,8	1,1	4,9	4,3	0,6
Costa Rica	1.006	34,0	32,8	26,1	3,9	2,8	19,3	19,3	8,5	7,7	0,9	9,1	6,7	2,5
Chile	1.188	51,3	25,8	16,3	6,5	3,0	11,9	11,9	11,8	10,0	1,8	7,6	4,9	2,7
Ecuador	1.200	52,9	31,6	23,6	6,1	1,9	10,3	10,3	12,9	11,8	1,2	6,0	5,3	0,8
El Salvador	1.014	48,2	32,3	27,4	3,9	1,0	12,8	12,8	3,7	2,5	1,3	6,2	5,2	1,0
Guatemala	1.000	49,6	12,0	8,6	2,1	1,3	20,9	20,9	3,8	3,4	0,4	8,4	5,7	2,7
Honduras	1.005	40,1	27,8	22,6	3,8	1,4	10,8	10,8	7,2	6,7	0,5	10,9	10,7	0,2
México	1.210	41,1	38,3	32,8	4,8	0,7	11,5	11,5	9,7	9,7	0,0	14,8	10,6	4,2
Nicaragua	1.016	52,1	15,3	13,6	0,7	1,0	8,5	8,5	4,0	3,5	0,5	6,0	5,0	1,0
Panamá	1.010	51,3	31,5	25,7	5,3	0,4	11,4	11,4	6,0	5,7	0,3	8,4	8,2	0,2
Paraguay	1.200	16,8	49,3	40,6	7,7	1,0	40,5	40,5	28,1	27,4	0,7	19,5	15,7	3,8
Perú	1.224	46,2	40,7	26,2	7,9	6,5	12,6	12,6	13,1	11,9	1,1	9,9	8,4	1,5
República Dominicana	1.000	33,7	48,6	37,3	7,6	3,7	25,3	25,3	12,8	12,4	0,4	7,3	6,7	0,6
Uruguay	1.187	69,2	12,0	7,7	3,4	0,9	6,1	6,1	11,8	11,1	0,7	6,7	6,1	0,5
Venezuela	1.200	43,3	28,1	22,4	4,6	1,1	6,8	6,8	11,6	10,1	1,5	10,0	8,5	1,5
Centroamérica y México ⁽¹⁾	8.261	43,7	30,0	24,5	4,0	1,5	14,9	14,9	7,0	6,5	0,5	9,0	7,4	1,6
Región Andina	6.066	48,2	33,1	24,6	5,4	3,1	9,9	9,9	11,5	10,1	1,4	9,0	7,8	1,2
Mercosur y Chile	5.775	46,6	24,6	17,9	5,2	1,5	19,0	19,0	15,3	14,1	1,2	12,0	8,8	3,2
América Latina	20.101	45,9	29,4	22,6	4,8	2,0	14,6	14,6	10,7	9,8	1,0	9,9	7,9	2,0

Notas: (1) Incluye República Dominicana.

Debido a que los entrevistados podían responder hasta un máximo de cinco organizaciones, los porcentajes no necesariamente suman 100.

Fuente: Procesamiento de pregunta p10u de la Sección Propietaria del PNUD en Latinobarómetro 2002.

Patrimônio Participativo

Anexo 2

Cuestionário para os diretores dos Programas dos casos de estudo

O entrevistado

1. Dados pessoais
(nome completo, profissão e grau de relacionamento com o Programa)

O Programa

2. Denominação do Programa.
3. Objetivos do programa (gerais e específicos)
4. Duração do programa (no total)
5. Área de intervenção. Quantidade da população que abrange o programa
6. Este Programa forma parte de outro mais global. ¿Quál?
7. Quem e como financia?
8. Etapas do Programas (colocar objetivos, duração e os atores envolvidos)

Participação cidadã

8. Atores sociais envolvidos. ¿Foi espontânea, dirigida, seleccionada?
9. Como e quem define os cidadãos e as organizações que participam?
10. Metas propostas e metas alcançadas
11. Modalidad(es) de gestão adotada. (informativa, consultiva, deliberativa, gestonária ou de empoderamento).Descrever roles, critérios e pautas
12. Ferramentas participativas utilizadas (afiches, mesas de trabalho, páginas web, etc)

Depois do Programa

13. Aconteceu algo depois do programa? ¿Surgiu um novo ator social?
14. Foi capitalizada a experiência realizada?
15. Teve difusão do Programa depois?

A título pessoal

16. Que coisas considera destacaveis do Programa (distinguir as que foram feitas e aquelas que não) e qual mudaria
17. Voltaria a fazê-lo? Por que?
18. Como foi trabalhar com os distintos atores sociais?

En referência à população

19. Participou? ¿Em que grau? (alto, médio, baixo, escasso, nulo)
20. Apareceram novos casos?
21. Foram atingidos os objetivos? Quantificar

Outros

22. Foram mudando a sua visão conforme avanzava o processo participativo?
23. Agregue aquilo que considere conveniente, sobretudo em relação à participação.

Anexo 3.

Quadro 1. Ferramentas informativas de Participação cidadã

CRITERIOS DE CARACTERIZACIÓN					
Herramientas Participativas	Objetivo Principal de Herramienta	Tipo de Contacto con Involucrados	Flujo de la Información	Cobertura de los Involucrados	Plazos Requeridos para su Implementación
INFORMATIVAS					
1. Cartas Informativas	Entregar Antecedentes	Indirecto	Una vía	Limitada	Corto Plazo
2. Afiches	Entregar Antecedentes	Indirecto	Una vía	Amplia	Mediano Plazo
3. Avisos en Medios de Comunicación (Escritos y Radiales)	Entregar Antecedentes	Indirecto	Una vía	Amplia	Mediano Plazo
4. Volantes, Dúpicos, Trípticos y Folletos	Entregar Antecedentes	Indirecto	Una vía	Amplia	Corto Plazo
5. Reuniones Informativas	Entregar Antecedentes y clarificar preguntas	Directo	Dos vías	Limitada	Corto Plazo
6. Líneas 800	Entregar Antecedentes y clarificar preguntas	Indirecto	Una o dos vías	Amplia	Mediano Plazo
7. Páginas Web	Entregar Antecedentes y clarificar preguntas	Indirecto	Una o dos vías	Amplia	Largo Plazo
8. Kioscos Informativos	Entregar Antecedentes	Directo	Una o dos vías	Amplia	Mediano Plazo
9. Videos Informativos	Entregar Antecedentes	Indirecto	Una vía	Amplia	Largo Plazo
10. Maquetas Demostrativas	Entregar Antecedentes	Indirecto	Una vía	Amplia	Largo Plazo
11. Visitas a Terreno	Entregar Antecedentes y clarificar preguntas	Directo	Dos vías	Limitada	Corto Plazo

Fonte: Manual de Participación Ciudadana. Semat. Página 49

Anexo 3.

Quadro 2. Ferramentas consultivas de Participação cidadã

CONSULTIVAS						
	Conocer puntos de vista	Directo	Dos vías	Limitada	Con to Plazo	
12. Entrevistas con Informantes Calificados	Conocer puntos de vista	Directo	Dos vías	Limitada	Con to Plazo	
13. Grupos Focales	Presentar puntos de vista y debatir	Directo	Dos vías	Limitada	Mediano Plazo	
14. Talleres Participativos	Presentar puntos de vista y debatir	Directo	Dos vías	Limitada o Amplia	Con to Plazo	
15. Seminarios	Presentar puntos de vista y debatir	Directo	Dos vías	Limitada	Mediano Plazo	
16. Asambleas	Presentar puntos de vista y debatir	Directo	Dos vías	Amplia	Con to Plazo	
17. Espacio Abierto	Debatir	Directo	Dos vías	Amplia	Mediano Plazo	
18. Buzón de Consultas	Conocer puntos de vista	Indirecto	Dos vías	Amplia	Con to Plazo	
19. Plebiscitos	Conocer nivel de aprobación y rechazo	Indirecto	Dos vías	Amplia	Mediano Plazo	
20. Encuestas	Conocer puntos de vista	Directo	Dos vías	Limitada	Mediano Plazo	
21. Casa Abierta	Entregar Antecedentes y debatir	Directo	Dos vías	Amplia	Mediano o Largo Plazo	

Fonte: Manual de Participación Ciudadana. Semat. Página 50

Anexo 3.

Quadro 3. Ferramentas gestonárias e de empoderamento de Participação cidadã

GESTIONARIAS						
22. Mesas de Trabajo	Entregar Antecedentes, debatir y acordar	Directo	Dos vías	Limitada	Corto o Mediano Plazo	
23. Instancias de Negociación (Manejo de Conflictos)	Presenta puntos de vista, debatir y acordar	Directo	Dos vías	Limitada	Mediano o Largo Plazo	
HABILITACIÓN SOCIAL O EMPODERAMIENTO						
24. Talleres de Capacitación y habilidades	Entregar conocimiento	Directo	Dos vías	Limitada	Corto o Mediano Plazo	
25. Grupos de Auto-Gestión	Entregar conocimiento y habilidades, debatir y acordar	Directo	Dos vías	Limitada	Corto o Mediano Plazo	

Fonte: Manual de Participación Ciudadana. Semat. Página 51

Patrimônio Participativo

Anexo 4.

Quadro 1. Detalhe das obras do Programa "Aqui Patrimonio"

Bairro	Obra	Endereço	Intervenção	Orçamento
Agronomia	Parroquia San Alfonso	Casa Parroquial: Barzana 1515	Puesta en Valor de las Fachadas	\$ 195.466,96
Almagro	Asociacion Calabresa	Hipólito Yrigoyen 3922	Puesta en Valor de la Fachada	\$ 24.000,25
Balvanera	Casa Pantano	Pasaje Carlos Gardel 3149	Restauracion de la Fachada	\$ 50.112,15
Barracas	Casa Logia Masónica "Hijos del Trabajo"	San Antonio 814	Restauracion y Puesta en Valor	\$ 247.942,59
	Biblioteca Popular "Sociedad y Luz"	Suárez 1300, y Jovellanos	Rehabilitacion Interior	\$ 144.933,90
Belgrano	Estatua de la Libertad	Plaza Barrancas de Belgrano, Av. La Pampa y Virrey Vértiz	Restauracion del monumento	\$ 18.040,00
Boedo	Edificio Boedo 857	Av. Boedo 857 esquina San Ignacio	Integracion del Grupo Escultorico	\$ 29.161,97
Caballito	Mercado "El Progreso"	Av. Rivadavia 5408	Puesta en Valor del Interior del Mercado	\$ 191.340,37
Chacarita	Cementerio Oeste - Cristo, Lámpara y Puertas Laterales	Av. Guzmán 930	Restauracion del Cristo, Lampara y Puertas Laterales	\$ 14.952,00
Coghlan	Estación Coghlan	Estomba y Pedro Ribera	Puesta en Valor de las cubiertas	\$ 83.847,82
Colegiales	Grupo Escultorico "La Navegacion"	Av de los Incas y Zapiola	Restauracion del monumento	\$ 17.373,00
Constitucion	Mutualidad Italiana Ex Combatientes	Luis Sáenz Peña 1442	Iluminacion Salón de Actos	
Flores	Mansión de Flores	Caracas 101 Yermal 2217 / 91	Recuperacion de desagues pluviales	\$ 36.525,97
Floresta	Biblioteca Publica "Dr. Miguel Malaponte"	Av. Avellaneda 3885	Rehabilitacion Interior	\$ 4.976,93
La Boca	Plazoleta de los Suspiros	Vuelta de Rocha y Magallanes	Restitucion y Puesta en Valor de la Plazoleta	\$ 28.383,52
La Paternal	Iglesia Santa Ines	Avalos 260		

Liniers	Corporación Sarmiento - Antigua administración del Conjunto de las 1000 Casitas	Timoteo Gordillo 475 - entre Tuyuti y Palmar	Rehabilitacion Exterior	\$ 26.480,50
Mataderos	Museo Criollo	Av de los Corrales 6403 - 05	Baños para discapacitados	\$ 11.697,07
Monte Castro	Cine Teatro "San Pedro"	Bermudez e Hilario de Almeida		
Montserrat	Manzana de las Luces	Peru 272		
Nueva Pompeya	Sociedad de Fomento "1° de Mayo"	Chilavert 1642	Puesta en Valor Exterior	\$ 77.672,80
Nuñez	Iglesia Nuestra Señora del Buen Viaje	Grecia 4370	Restauración de la Replica	\$ 5.184,18
Palermo	Biblioteca Carriego	Honduras 3784	Puesta en Valor del Interior	\$ 9.114,60
Parque Avellaneda	Escultura Mujer con Cántaro	Natatorio de Parque Avellaneda	Puesta en Valor del Monumento	\$ 5.782,00
Parque Chacabuco	Retoño de Pacará	Puan y B. F. Moreno	Puesta en Valor de la Plaza	
Parque Patricios	Instituto BERNASCONI	Catulo Castillo y Catamarca	Limpieza y recuperacion del basamento de granito	\$ 23.528,45
Puerto Madero	Farolas	Costanera Sur	Restauración del Monumento	\$ 11.080,00
Recoleta	Instituto "Juan D Perón" de Investigaciones Históricas, Sociales y Políticas	Austria 2601	Recuperacion de las Cubiertas	\$ 37.165,15
Retiro	Nuestra Señora de las Victorias	Paraguay 1207	Iluminación de la Fachada	
Saavedra	Grupo Escultórico "La Agricultura"	Plazoleta Malagarriga, San Isidro y Paroissien	Restauración del Monumento	\$ 33.483,00
San Cristobal	Estatua Florencio Sanchez	Pavon y Esteban de Luca,	Restauración del Monumento	\$ 11.413,00
San Nicolás	Gran Logia de Libres y Aceptados Masones	Tte. Gral. Perón 1242	Restauración de la Pared Posterior y Mural	\$ 58.674,11
San Telmo	Entorno de Calesita Parque Lezama	Parque Lezama	Intervención en el entorno de la Calesita	\$ 6.480,00
Velez Sarfield	Monolito Recordatorio	Lacarra y Olivera	Puesta en Valor del Monolito	\$ 14.900,00
Versalles	Pérgola	Paseo de Versalles	Puesta en Valor de la Pergola	\$ 20.570,00

Patrimônio Participativo

Villa Crespo	Conventillo de la Paloma	Serrano 148 / 156 Thames 139 / 147	Restauración y Puesta en Valor de las Fachadas	\$ 84.923,85
Villa del Parque	Iglesia Santa Magdalena Sofia Barat	Av. Salvador Maria del Carril 2458	Rehabilitacion Exterior	\$ 106.723,68
Villa Devoto	Biblioteca "Antonio Devoto"	Bahía Blanca 4000	Puesta en Valor del Acceso y Cerco Perimetral	\$ 32.138,79
Villa General Mitre	Mision Israelita de Beneficencia y Culto	Juan Agustín García 2250	Restauración y Puesta en Valor de la Fachada	\$ 40.485,72
Villa Lugano	Capilla San Cayetano	Zuviria 6815	Puesta en Valor de la Capilla	\$ 5.943,66
	Vagones de Subte	Saladillo y Zuviria	Puesta en Valor de los Vagones	\$ 29.161,29
Villa Luro	Pasaje Peatonal Amigos de las Artes	Av Rivadavia al 9300	Puesta en Valor del Pasaje	\$ 29.517,95
Villa Ortuzar	Parroquia San Fermín	Estomba 456	Completamiento del Templo	\$ 35.042,13
Villa Pueyrredon	Biblioteca Popular Norte	Cochrane 2340	Puesta en Valor de las Cubiertas y Acondicionamiento del Salón de Usos Múltiples	\$ 134.658,35
Villa Real	Iglesia Transparente	Tinogasta 5850	Puesta en Valor de las Carpinterías	\$ 72.069,05
Villa Riachuelo	Grupo Escultórico "La Navegación"	Plaza Sudamericana, Av Fernández de la Cruz, Itaqui, Guamini, Piedrabuena	Restauración del Monumento	\$ 41.152,00
Villa Santa Rita	Biblioteca Ascasubi	Cesar Díaz 4219	Rehabilitación Exterior	\$ 57.064,10
Villa Soldati	Comedor- Merendero "Trapito"	Tabare 3375	Puesta en Valor del Edificio	\$ 29.737,02
Villa Urquiza	Circulo "General Urquiza"	Cullen 5350	Restauración y Puesta en Valor de la Fachada	\$ 40.897,49

Fonte: Arq. Carla Brocatto. Profissional intervininte no Programa

OBS: Os valores estão expressados em Pesos (Argentinos) com uma cotação de tres pesos por cada dólar estadounidense, ao momento de finalizar a pesquisa.

Anexo 5.

Quadro 1. Sítios históricos brasileiros incluídos no Programa Urbis.

nº	UF	Município	Característica urbana do Sítio
01	AM	Manaus	Conjunto Histórico
02	PA	Belém	Centro Histórico
03	MA	São Luís	Centro Histórico
04	MA	Alcântara	Ciudad
05	PI	Oeiras	Centro Histórico
06	CE	Icó	Ciudad
07	CE	Sobral	Ciudad
08	CE	Aracati	Conjunto Histórico
09	CE	Fortaleza	Conjunto Histórico
10	RN	Natal	Conjunto Histórico
11	PB	João Pessoa	Centro Histórico
12	PE	Igarassu	Ciudad
13	PE	Olinda	Centro Histórico
14	PE	Recife	Conjunto Histórico
15	PE	Goiana	Conjunto Histórico
16	AL	Penedo	Ciudad
17	SE	São Cristóvão	Ciudad
18	SE	Laranjeiras	Ciudad
19	BA	Cachoeira	Ciudad
20	BA	Itaparica	Centro Histórico
21	BA	Lençóis	Ciudad
22	BA	Monte Santo	Conjunto Histórico
23	BA	Mucugê	Conjunto Histórico
24	BA	Porto Seguro	Ciudad
25	BA	Rio de Contas	Ciudad
26	BA	Salvador	Centro y Conjunto Histórico
27	BA	Santa Cruz Cabrália	Conjunto Histórico
28	BA	Jaguaribe	Centro Histórico
29	BA	Maragogipe	Centro Histórico
30	BA	Nazaré	Centro Histórico
31	BA	Santo Amaro	Centro Histórico
32	ES	Vitória	Conjunto Histórico
33	RJ	Angra dos Reis	Centro y Conjunto Histórico
34	RJ	Cabo Frio	Conjunto Histórico
35	RJ	Nova Friburgo	Conjunto Histórico
36	RJ	Parati	Ciudad
37	RJ	Petrópolis	Conjuntos Históricos
38	RJ	Rio de Janeiro	Conjuntos Históricos
39	RJ	Vassouras	Centro Histórico
40	RJ	Itaboraí	Conjunto Histórico
41	MG	Belo Horizonte	Conjunto Histórico
42	MG	Cataguazes	Ciudad
43	MG	Congonhas	Ciudad
44	MG	Diamantina	Ciudad
45	MG	Mariana	Ciudad
46	MG	Nova Era	Conjunto Histórico
47	MG	Ouro Preto	Ciudad
48	MG	Sabará	Centro e Conjunto Histórico
49	MG	São João del Rei	Ciudad
50	MG	Serro	Ciudad
51	MG	Tiradentes	Ciudad
52	MG	Caeté	Centro Histórico
53	MG	Conceição do Mato Dentro	Centro Histórico
54	MG	Itaverava	Centro Histórico

Patrimônio Participativo

55	MG	Minas Novas	Centro Histórico
56	MG	Santa Bárbara	Centro Histórico
57	MG	Santa Luzia	Centro Histórico
58	SP	Carapicuíba	Conjunto Histórico
59	SP	Itú	Centro Histórico
60	SP	Santos	Centro Histórico
61	SP	São Paulo	Conjunto Histórico
62	PR	Lapa	Ciudad
63	PR	Paranaguá	Centro Histórico
64	SC	Laguna	Conjunto Histórico
65	SC	São Francisco do Sul	Conjunto Histórico
66	SC	Florianópolis	Centro Histórico
67	RS	Antônio Prado	Ciudad
68	RS	Pelotas	Centro Histórico
69	RS	Piratini	Centro Histórico
70	RS	Porto Alegre	Conjunto Histórico
71	RS	Rio Grande	Centro Histórico
72	MS	Corumbá	Conjunto Histórico
73	MT	Cuiabá	Centro Histórico
74	MT	Vila Bela da Santíssima Trindade	Conjunto Histórico
75	GO	Goiás	Centro Histórico
76	GO	Pilar de Goiás	Ciudad
77	GO	Pirenópolis	Centro Histórico
78	GO	Corumbá de Goiás	Centro Histórico
79	TO	Natividade	Ciudad
80	DF	Brasília	Conjunto Histórico

Fonte: Retirado do sitio www.iphan.gov.br. Documento de trabalho do Programa Urbis

Anexo 5.

Quadro 2. Financiamento do Programa Urbis

Fonte de Recursos	Órgão de origem	Ação correspondente
Fondo Nacional de Cultura	MinC/SPMAP	Apoyo a la formulación de los planos estratégicos de actuación: elaboración de Planos de Preservación del Sítio Histórico
Fondos de Inversión Cultural y Artístico – FICART/PRONAC	MinC/SPMAP	Fomento a la recuperación física de inmuebles preservados: creación de líneas de subsidios al estímulo de la recuperación privada de inmuebles de valor histórico-cultural
Recursos Presupuestarios	MinC/SPMAP e IPHAN	Inversión en la recuperación de inmuebles públicos preservados propulsores de la rehabilitación urbana del área: Recuperación Estratégica
Programa de Revitalización de Sitios Históricos. Fondo de Garantía por Tiempo de Servicio	CAIXA	Fomento a la recuperación física de inmuebles preservados: aplicación de líneas de crédito para estimular la recuperación privada de inmuebles de valor histórico-cultural
Programa Morar Melhor/Programa Gestión Urbana	Secretaria Especial de Desarrollo Urbano de la Presidencia de la República – SEDU/PR	Inversión en las acciones de urbanización, saneamiento básico y demás infraestructuras urbanas: Inversión en la recuperación física del área e Inversión en las acciones de planeamiento urbano: Inversión en la elaboración del plano de desarrollo urbano sustentable
Fondo General de Turismo – FUNGETUR y Programa Turismo Cultural	EMBRATUR	Incentivo al incremento de la actividad turística en los sitios históricos: aplicación de línea de crédito e inversión no-honorarios para la aplicación, mejoría, conservación y manutención de emprendimientos y servicios turísticos
BNDES Cultural y Programas de Desarrollo Social	BNDES	Fomento a la implementación, expansión y modernización de emprendimientos culturales: acceso al Programa de Turismo/BNDES y al Programa de Crédito Productivo Popular
Fondo de Amparo al Trabajador – FAT	Ministerio de Trabajo	Formación de mano de obra local volcada hacia la rehabilitación urbana: Creación de Escuela Taller
Programa Brasil Emprendedor	SEBRAE	Geración de negocios por los micro e pequeños empresarios: acceso a líneas de crédito de instituciones financieras acreditadas
FINEP.Social /FINEP.Gestión FINEP.pré-inversión/FINEP. Tecnología	Financiadora de Estudos e Pesquisas – FINEP	Promover la innovación para el desarrollo social, la gestión tecnológica y la pre-inversión para el desarrollo de proyectos, entre ellos, apoyo a la formulación de planos directores: fomento al desarrollo de Planos de Preservación
Programa de Municipios Saludables	Ministerio de Salud	Apoyar el desarrollo de acciones que proporcionen condiciones adecuadas de saneamiento básico en los municipios: apoyo a la mejora de infraestructura urbana de saneamiento básico
Fondo Nacional de Medio Ambiente	Ministerio del Medio Ambiente	Apoyar iniciativas volcadas hacia la gestión ambiental urbana: apoyo a las acciones educativas y gestión ambiental integrada al medio urbano
Fuentes de fomento y cooperación internacionales	Organismos internacionales	Apoyar el desarrollo de las acciones previstas en URBIS: transferencia de tecnología y gestión de conocimiento

Patrimônio Participativo

Anexo 6.

Quadro 1. Cronograma de atividades.

Atividades	Meses								
	M	Junho				Julho			
	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Atividades de Difusão									
Gestão de entrevistas radiais									
Publicação mini diário N° 2	30								
Elaboração mini diário N° 3									
Publicação mini diário N° 3					30				
Elaboração mini diário N° 4									
Publicação mini diário N° 4									30
Actualização página web									
Desenho e produção de <i>volantes</i>									
Elaboração e produção de vídeo					30				
Reuniões									
Convocatória de reuniões setoriais									
Realização reuniões setoriais			8,9,10						
Envio de atas das reuniões									
Convocatória reuniões territoriais									
Realização reuniões territoriais									
Envio de atas das reuniões									
Casa Aberta									
Convocatória Casa Abierta									
Realização Casa Abierta				25					
Pesquisa									
Desenho pesquisa									
Aplicação pesquisa									
Sistematização e análise da informação									30

Fonte: Valparaíso Opina

ANEXO 6

Quadro 2: Ações e projetos classificados para Valparaíso

Área	Programa ou Projeto	Financiamento	Avance o Factib. (**)
Moradia	Subsidio a la rehabilitación de edificios patrimoniales	MINVU	En operación
	Rehabilitación de edificios patrimoniales	Privados	En operación
	Construcción de nuevos edificios de departamentos	Privados	Ejecutados
Predios	Ex Teatro Imperio. Centro de Artesanía	SERCOTEC	Ejecutado
	Edificio Ex – Cárcel y entorno		Concepción de idea
	Sede Ministerio de la Cultura		En ejecución
	Edificio Severín	Iniciativa SEREMI V.y U.	Concepción de idea
	Rehabilitación Mercado Puerto y Mercado Cardonal		Concepción de idea
	Centro de Arquitectura y Urbanismo. Barrio La Matriz	CORFO Pto.Cult.	Ejecutado
	Centro de Arte y Cultura. Casa Montealegre. Cerro Alegre	CORFO Pto.Cult	Ejecutado
	Centro de Eventos. Villa Toscana. Calle Santa Isabel	CORFO Pto.Cult	Ejecutado
	Bar El Galeón. Palacio Rivera, Serrano.	CORFO Pto.Cult	Ejecutado
	Restaurante Piedra Feliz	CORFO Pto.Cult	Ejecutado
	Restaurante Gato Tuerto. Cerro San Juan de Dios	CORFO Pto.Cult	Ejecutado
	Hotel Boutique Casa Tomás Somerscales. Calle San Enrique	CORFO Pto.Cult	Ejecutado
	Hotel La Colombina. Cerro Concepción	CORFO Pto.Cult	Ejecutado
	Hotel Somerscales. Pasaje Gálvez Cerro Concepción	CORFO Pto.Cult	Ejecutado
	Hotel Ultramar. Cerro Cárcel	CORFO Pto.Cult	Ejecutado
	Hotel Bahía Valparaíso. Calle Victoria. Almendral	CORFO Pto.Cult	Ejecutado
	Restaurante Cava del Mar. Sector Plaza Echaurren	CORFO C. Sem.	
	Café taller Artesanía. Sector Museo Cielo Abierto	CORFO C. Sem	
	Café Arte y Cultura 8 ½	CORFO C. Sem	
	Museo Organológico. Sector Plaza Victoria	CORFO C. Sem	
Sala de exposición, taller y cafetería	CORFO C. Sem		
Restaurante Puerto Guachaca	CORFO C. Sem		
Prazas passeios e miradores	Plaza Eleuterio Ramírez	MINVU	Ejecutado
	Paseo Atkinson y subida Concepción	MINVU. Subsid. Patrim	Ejecutado
	Plaza Aduana	MINVU. Subsid. Patrim	Estudio
	Entorno Plaza La Matriz	MINVU. Subsid. Patrim	Estudio
	Plaza Echaurren y entorno	MINVU. Subsid. Patrim	Estudio
	Entorno Edificio Congreso		Concepción de idea
Ruas, passagens, sendas e escadas	Rehabilitación Sendas peatonales Santo Domingo y Ministro	MINVU. Subsid. Patrim.	Ejecutado
	Remodelación pasajes Barrio Puerto	MINVU. Subsid. Patrim.	Ejecutado
	Sendas Santo Domingo II	MINVU. Subsid. Patrim.	Ejecutado
	Escalera Cienfuegos, Merlet, Víctor Hugo Purcell	MINVU. Subsid. Patrim.	
	Calle Bustamante	MINVU. Subsid. Patrim.	Estudio
	Calle Serrano	MINVU. Subsid. Patrim.	Estudio
	Calle Cochrane (2 tramos)	MINVU. Subsid. Patrim.	Estudio
	Mejoramiento calles Barrio Puerto	MINVU. Subsid. Patrim.	Estudio
	Mejoramiento eje Esmeralda - Prat	MINVU Plan Gest. Transit	Estudio
	Avenida Brasil Etapa I	MINVU Plan Gest. Transit	Estudio
Avenida Brasil Etapa II.	MINVU Plan Gest. Transit	Estudio	
Elevadores	Programa Mejoramiento Integral Ascensores	SECTRA - MOPTT	Estudio
	• Construcción ascensor Atkinson, ExEsmeralda	SECTRA – MOPTT 1° Fase	Estudio
	• Adquisición y mejoramiento ascensor Lecheros	SECTRA – MOPTT 1° Fase	Estudio
	• Mejoramiento ascensor Barón y su entorno	SECTRA – MOPTT 1° Fase	Estudio
	• Ascensor Reina Victoria y su entorno	SECTRA – MOPTT 1° Fase	Estudio
San Agustín – Cordillera Escuela de Restauro		Proyecto	
Rutas patrimoniais	Proyecto 5 Rutas patrimoniales	CORFO	Estudio
	Señalética		Estudio
Area	Programa ou Projeto	Financiamento	Avance o Factib. (**)
Borde costero	Recuperación Sector Caleta Portales, extremo sur de la ciudad		En ejecución
	Proyecto Turístico Inmobiliario Barón. Megaproyecto urbano. Proyecto Bicentenario	Empresa Portuaria Valparaíso.	En trámite
	Borde Costero Barón-Bellavista		En diseño
	Borde Costero Muelle Prat		Ejecutado

Patrimônio Participativo

Área	Programa ou Projeto	Financiamento	Avance o Factib. (**)
	Borde Costero Avenida Altamirano		En ejecución
Comércio	Grandes superficies, Ripley, Falabella, Lider		Ejecutados
	Jumbo - Easy		En ejecución
Otros	Estudio de riesgos y proyectos quebrada San Francisco	CONAMA	Inicio estudios
	Programa cableado subterráneo	MINVU, SERVIU, DOM, SECTRA	Esbozo idea
Vialidad	Proyectos red vial Valparaíso Viña del Mar Santiago <ul style="list-style-type: none"> • Autopista concesionada Ruta 60 Ch. (Proyecto en Ejecución). • Concesión Ruta La Dormida (Proyecto Previsto) • Concesión Ruta F-30 (proyecto previsto) 	MOP	Ejecutados y previstos
	Proyectos de transporte zona urbana comuna de Valparaíso <ul style="list-style-type: none"> • Mejoramiento Av. Alemania • Camino El Vergel • Conexión cerros Placeres y Barón • Interconexión Valpo. Viña • Prolongación Av. Alemania 	SECTRA	Proyectos Propuestos
	Proyectos Plan Director MOP <ul style="list-style-type: none"> • Camino La Pólvora (3ª Etapa). • Mejoramiento Tren Suburbano Merval 	MOP	
	Proyectos adicionales. Planes de transporte, SECTRA <ul style="list-style-type: none"> • Mejoramiento de Ruta 60 Ch entre Quillota y Con-Cón • Conexión La Pólvora Las Palmas • Pavimentación Camino Costero Mirasol Valparaíso 	SECTRA	
Temas transversais	Programa gestión de residuos sólidos domiciliarios. Piloto		Estudio
	Proyecto Integral gestión residuos sólidos domiciliarios		Estudio
	Programa de seguridad (aspectos urbanos) (*)		Esbozo idea
	Programa salubridad pública (*)		Esbozo idea

Fonte: Valparaíso Opina

Referências bibliográficas

- ALONSO PIÑEIRO, ARMANDO. En “**Hacia un nuevo contrato social**”. Artículo publicado en el diario argentino La Nación (03/07/2005)
- ALBUQUERQUE, MARIA DO CARMO. (Org.) **La democracia en los países del cono sur desde abajo**. Documento retirado del sitio de internet www.polis.org.br (2004)
- ARANTES AUGUSTO ANTONIO. En Cultura, Ciudadanía y Patrimonio en América Latina. Capítulo 3, Págs. 79-94. de “**La (indi)gestión Cultural**” (2002) Ediciones CICCUS. Argentina.
- ARIAS INCOLLA, MARÍA DE LAS NIEVES. Documentos de trabajo del CCoP. Bs As. 2001
- BACHRACH, PETER. Buenos Aires. 1967.
- BALLART HERNÁNDEZ JOSEP; I TRESSERRAS, JORDI JUAN. **Gestión del Patrimonio Cultural**. (2001) Editorial Ariel S.A. España.
- BERNARDES RIBEIRO, SANDRA. Brasilia: **Memória, cidadania e gestão do patrim**Tese de maestrado. Universidade de Brasília. (2003)
- BOBBIO, NORBERTO. Buenos Aires. 1986.
- BONET, LLUIS. “**Factores condicionantes de la participación cultural**” Retirado dell sitio de internet www.gestioncultural.org/gc/boletin/20057bcg11-participacion
- BORJA, JORDI. En “**La participación ciudadana**” En Espaço & Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos (número 24). Sao Paulo. 1988.
- BOZZANO, JORGE NÉSTOR. “**Camillo Boito. Lineamientos decimonónicos para la restauración de los monumentos**”. Centro Internacional para la Conservación del Patrimonio Buenos Aires. (1994)
- BOZZANO, JORGE NÉSTOR. “**Bases teóricas para la conservación del patrimonio. Gustavo Giovannoni**”. Centro Internacional para la Conservación del Patrimonio. Buenos Aires. (1994)
- CARVALHO. Maria do Carmo. **Participação social no Brasil hoje**. Docuemento retirado del sitio de internet www.polis.org.br
- _____(Org.) **Conselhos Gestores de Políticas Públicas**. Instituto Polis. São Paulo. 2000
- COMISIÓN DE MONUMENTOS DE CHILE. Página de internet www.monumentos.cl
- CONTRERAS, HUGO. En “**La experiencia chilena de rehabilitación. el subsidio patrimonial, una ayuda clave**”. Página de Internet www.pact-arim93.cl. 2005
- CORPORACIÓN PARTICIPA. Documentos de trabajo. Retirado del sitio de internet www.participa.org.cl
- COULOMB, RENE. En “**Ciudades y centros históricos de América Latina y el Caribe**” Ponencia. México, 2003
- CURY, ISABELLE. “**Cartas patrimoniais**”. IPHAN. Río de Janeiro. Segunda Edición (2000)

- DE GRACIA, FRANCISCO. **“Construir en lo construido. La arquitectura como modificación”**. Editorial Nerea. Tercera edición. Guipúzcoa. 2001
- DAHL, ROBERT. **“La Democracia y sus críticos”**. Editorial Piados. Buenos Aires. 1991
- DE SOUZA SANTOS, BOAVENTURA. **“Democratizar a democracia”**. Civilización Brasileira. São Paulo. 2001
- DUHART, JEAN-JACQUES. En **“Participación ciudadana y política: dos miradas”**. Editorial Expansiva. Santiago, Chile. 2003
- FONT, JOAN. En **“Participación ciudadana y decisiones públicas: conceptos, experiencias y metodologías”** 2001. Retirado del sitio de Internet: www.urbared.ungs.edu.ar/experiencias_presentacion
- GARCÍA CANCLINI, NÉSTOR. **“Después del posmodernismo. La reapertura del debate sobre la modernidad”** en Imaginarios urbanos. Páginas 17 a 65. Editorial Universitaria de Buenos Aires. Buenos Aires. Tercera edición. (1997)
- GARCÍA DELGADO, DANIEL. **“Los actores sociopolíticos frente al cambio. Una perspectiva desde América Latina”**. Editorial Universidad a distancia “Hernandarias”. Buenos Aires. Segunda edición. 1994
- GARCÍA DELGADO, DANIEL. “Nuevos patrones de participación. Política en procesos de transición a la democracia: El caso argentino”. En “Proceso”, crisis y transición democrática/2. Oscar Oslzak (compilador) FLACSO Argentina. Centro editor de América Latina S.A. Páginas 88-128. Buenos Aires. 1994.
- GOBIERNO AUTÓNOMO DE BUENOS AIRES. Secretaría de Cultura. Subsecretaría de Patrimonio Cultural. Programa “Manos a la obra”. Buenos Aires. 2004. Retirado del Sitio <http://www.buenosaires.gov.ar>
- _____ Plan estratégico Buenos Aires 2010. Retirado del sitio de internet www.buenosaires.gov.ar
- _____ Subsecretaría de Patrimonio Cultural. Dirección General de Patrimonio. Programa “Aquí Patrimonio” Retirado del sitio de internet www.dgpat.buenosaires.gov.ar
- HARDOY, J y GUTMAN, M. **El impacto de la urbanización de los centros históricos de Iberoamérica**. Ediciones MAPFRE. Madrid, España (1992)
- HARVEY, EDWIN. **“Relaciones culturales internacionales en Iberoamérica y el mundo. Instituciones fundamentales”** Páginas 236-280 Editorial Tecnos. Madrid, España (1992)
- HERNÁNDEZ SAMPERI, R.; FERNÁNDEZ COLLADO, C. y BAPTISTA LUCIO, P. **“Metodología de la investigación”** Editorial Ultra S.A. México. Segunda edición. (1998)
- INTERNATIONAL COUNCIL on MONUMENTS and SITES. (ICOMOS) Consejo Internacional de Monumentos y Sitios. Página de internet. www.icomos.org

IPHAN. Programa Urbis. Programa de reabilitação de sitios históricos. Guia informativo y documentos 1 a 7. Brasilia, 2001. Retirado del sitio de internet www.iphan.gov.br

_____ Seminario de Brasilia. Retirado del sitio www.iphan.gov.br

_____ Historia del Organismo. Retirado del sitio www.iphan.gov.br

LLARARRIEU, M y ÁLVAREZ, M. En **“La (indi)gestión cultural”**. Ediciones CICCUS. Buenos Aires. (2002)

MARTÍN, MARCELO. En **“Sobre el necesario vínculo entre el patrimonio y la sociedad”**. Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico. Revista electrónica PH. Sitio de internet www.iaph.junta-andalucia.es. Sevilla, España. 2000

MACPHERSON C. B. **“La democracia liberal y su época”**. Madrid. Editorial Alianza. 1981

MIRES, FERNANDO. **“La reformulación de lo político”**. En Nueva Sociedad. nro. 134, Buenos Aires, Argentina. 1994

MONCKEBERG, NICOLÁS. En **“Participación ciudadana y política: dos miradas”**. Editorial Expansiva. Santiago, Chile. 2003

MUTUAL, SILVIO. En **“Ciudades y centros históricos de América Latina y el Caribe. El futuro de las ciudades históricas”**. Apuntes para la conferencia del evento internacional. La Habana, 2003

NACIONES UNIDAS. Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD). **“La Democracia en América Latina. Hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos”** Compendio estadístico. (2002)

NOVACOVSKY, A. y VIÑUALES, G. **“Maestría en Gestión e intervención en el Patrimonio Arquitectónico”**. Textos de cátedra. Universidad Nacional de Mar del Plata. Facultad de Arquitectura y Urbanismo (1998)

OSZLAK, OSCAR. **“Proceso, crisis y transición democrática”**. Editorial América Latina. Bs As. 1984.

PATEMAN, CAROLE. **“Participación y teoría democrática”**. Buenos Aires. 1992

POGGIESE, HÉCTOR ATILIO. **“Alianzas transversales, reconfiguración de la política y desarrollo urbano: Escenarios del presente y del futuro”**. FLACSO. Buenos Aires. 2001

_____. **“Movimientos sociales, formulación de políticas y redes mixtas socio-gubernamentales para un nuevo *saber-hacer* en la gestión de la ciudad”**. FLACSO. Buenos Aires. 2000

PUGLIESE, DOMINGO C. **“Políticas y modalidades de gestión patrimonial. Prácticas de gestión asociadas”**. FLACSO. Buenos Aires. 2003

RODRÍGUEZ, G. y DURAN SALVATIERRA, A. **“Referéndum y plebiscito. Marco Conceptual”** Sitio de internet www.racsa.co.cr .1996.

ROJAS, EDUARDO. **“La Preservación del patrimonio histórico urbano en América Latina y el Caribe. Una tarea de todos los actores sociales”**. Banco Interamericano de Desarrollo. Washington. 2001

ROUSSEAU, JEAN JACQUES. **El Contrato Social**. Buenos Aires. 1975

SARTORI, GIOVANNI. **Teoría de la democracia**, Tomo 2. Los problemas clásicos. Buenos Aires. Editorial REI. 1990.

SCHUMPETER, J. **Capitalism, socialism, democracy**. Londres. Allen and Unwin. 1976.

SCHÜRMAN, BETINA. **Sindicalismo e Democracia**. Os casos do Brasil e do Chile. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 1998.

_____ **Consultoría para el BID**. Paper. 2005

_____ **“Práticas de participação em governos locais, Espanha e Catalunha”**. Paper. 2005

SEMAT. **Manual de Gestión ambiental, territorial y participación ciudadana para proyectos de infraestructura**. Ministerio de Obras Públicas, Transporte y Telecomunicaciones, Dirección General de Obras Públicas. Santiago, Chile. 2001.

SOARES BERTOCCO PARISI, ROSANA. **Um olhar de Bolonha: Memória, e identidades na recuperação de centros urbanos** Tese de mestrado. Universidade Católica de Campinas. Faculdade de Arquitetura e urbanismo (2001)

SUBDERE. Subsecretaría de Desarrollo Regional. Programa de Recuperación y Desarrollo Urbano de Valparaíso. Documento Conceptual de Proyecto. Santiago, Chile (2005)

TEIXEIRA. (Org.) **Os Sentidos da democracia e da participação**. Instituto Polis. São Paulo. 2004

TOURAINÉ, ALAIN. **¿Qué es la democracia?**. Fondo de Cultura de Argentina. Uruguay (1995)

UNESCO. Organización de las Naciones para la Educación, la Ciencia y la Cultura. Página de internet www.unesco.org/general/spa/index/htm

_____. Organización de ciudades del patrimonio mundial. **“La Guía de Gestión”**. Québec (1991) Sitio de Internet www.ovpm.org

VALPARAÍSO OPINA. Página de internet. Retirados del sitio www.valparaiso-opina.cl Documentos de trabajo. Postulación del Valparaíso ante la Unesco; Actas con los habitantes de los cerros; Actas con los líderes de opinión; Programa BID para la Recuperación de Valparaíso; Informes de Avance; Documento Conceptual de Proyecto, Programa Integrado Territorial de rutas; Resumen Ejecutivo de Diagnóstico; Descripción de Valparaíso; Volantes y Casa Abierta.

ZINGONI, JOSÉ MARÍA. La Participación ciudadana en los planes estratégicos y urbanos. En **“La experiencia del Plan estratégico de Bahía Blanca”**. Municipalidad de Bahía Blanca. Mar del Plata (2002).